BRACARA AUGUSTA

SUMÁRIO

Minho — Rio Divino, contorno de Portugal, Prof. Dr. Carlos Eduardo de Soveral. — *Ensaio de Biografia do Conde da Barca*, Cor. José Baptista Barreiros. — *Estudo sobre a Sé de Braga*, Dr.ª D. Helena Maria de Araújo de Carvalho Matos. — *Da verdadeira origem de algumas famílias ilustres de Braga e seu termo*, Dr. Domingos de Araújo Affonso. — *Nun'Álvares e a insurreição política de 1383*, Dr. Sérgio da Silva Pinto — *Vocabulário minhoto*, Manuel de Boaventura. *Arquivo Municipal de Braga*, Dr. Sérgio da Silva Pinto. — *Arquivo Municipal*, A Redacção. — *Nota da Redacção.*

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. XIII JANEIRO - DEZEMBRO DE 1962 N.os 1-2 (47-48)

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

(CONTINUAÇÃO DE **BRAGA -- BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL**)

VOLUME XIII — FASCÍCULOS 1-2 (47-48)

JANEIRO-DEZEMBRO DE 1962

Directores { DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO, Vereador do Pelouro da Cultura
JOSÉ CONSTANTINO RIBEIRO COELHO, Antigo Conservador do Arquivo

Redactor principal: DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO

Colaboradores permanentes: ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA e DR. FRANCISCO JOSÉ VELOZO

Serviços de Secretaria e da Secção «Arquivo Municipal» a cargo de
Francisco Pereira de Bacelar Ferreira, Conservador do Arquivo

Serviços de Administração a cargo de José Henrique Soares Pereira

Composição e impressão das Oficinas Gráficas da Livraria Cruz — Rua D. Diogo de Sousa — Braga

SUMÁRIO

Minho — Rio Divino, contorno de Portugal .	PROF. DR. CARLOS EDUARDO DE SOVERAL	203
Ensaio de Biografia do Conde da Barca . .	CORONEL JOSÉ BAPTISTA BARREIROS . .	208
Estudo sobre a Sé de Braga	DR.ª D. HELENA MARIA DE ARAÚJO DE CARVALHO MATOS	331
Da verdadeira origem de algumas famílias ilustres de Braga e seu termo	DR. DOMINGOS DE ARAÚJO AFFONSO . .	383
Nun'Álvares e a insurreição política de 1383 .	DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO	394
Vocabulário Minhoto	MANUEL DE BOAVENTURA	406
Arquivo Municipal de Braga.	DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO	412
Arquivo Municipal	A REDACÇÃO	441
Efemérides Municipais	A REDACÇÃO	449
Nota da Redacção	A REDACÇÃO	457

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DE REGIONALISMO E HISTÓRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

DIRECTORES
DR. SÉRGIO AUGUSTO DA SILVA PINTO
Vereador do Pelouro da Cultura
JOSÉ CONSTANTINO RIBEIRO COELHO
Antigo Conservador do Arquivo

VOLUME XIII

BRAGA — 1962

Minho — Rio Divino, contorno de Portugal

Pelo Prof. Dr. CARLOS EDUARDO DE SOVERAL

Depois da dissertação — excelente como todas as suas — que o Prof. Filgueira Valverde dedicou a uma província, pertence-nos fazer agora a cálida e significativa apologia de um rio. Nas admiráveis palavras do Alcaide de Pontevedra impunha-se falar do Minho qual uma região; nas minhas, falar-se-à dele como aquilo que ele é dominante e genesìacamente: um curso de água. E já pelo advérbio, *genesìacamente,* se advertirá que o nosso tema não possui somenos qualidade; antes, ao contrário, depois de se tratar do Minho português, do Minho província, do Minho região, do Minho terra, se tratará do Minho origem, com considerar o Minho galego, o Minho caudal, o Minho rio, o Minho água. Porque é este, enfim, o grande senhor do noroeste peninsular: aquele que define e delimita, aquele que reparte e vincula, aquele que abre e aglutina: aquele que, sendo elemento e força natural, dá o nome e a vida à terra que o envolve. Assim é na paisagem telúrica; assim tem de ser nos horizontes da alma que com a natureza dialogam e a recriam.

A mera contemplação da carta geográfica é impressionante: o Minho constitui um dardo disparado desde o norte, verticalmente, sobre a cabeça de Portugal. Daí o poder-se acto contínuo pensar numa como que percussão assestada por mão divina, num impulso dado no princípio dos princípios — quase do outro lado do tempo histórico —, num impulso, num fado e num destino. Portugal, com efeito — é o que de mais alto se pode proclamar acerca do Minho galego, do Minho água, do Minho fonte —, assume claramente a condição de fruto da obediência a essa prodigiosa linha cardial que é ferida da terra e matriz de mundos.

Mas a sugestão cartográfica pode ser ainda mais completa. E então esse dardo, lançado desde o setentrião (diríamos os hiperbóreos e pensa-

ríamos em Apolo...), transforma-se em serpe desmesurada, a mesma fecundidade, que, nascida pouco acima do bosque sagrado de Lugo, junto de Orense se inflecte para adoçadamente vir a desenhar o primeiro e decisivo contorno de Portugal. Um contorno aquático, como não podia deixar de ser. Um contorno, por outras palavras, perpètuamente dinamizante, já que as águas são o princípio e a renovação sem termo. E assim, antecipando tudo, será exacto dizer que o dardo de água, cujo jorro misteriosamente começa na Terra Chã, se volve serpe ou delfim que, montado pelo infante portentoso, ou seja o país dele oriundo, nadará em todos os mares e oceanos, e correrá as sete partidas da história.

Quanto acabamos de produzir, senhores, perfila a primeira e maior das explicações que temos de dar, o primeiro e maior dos elogios que temos de fazer, e que em rigor só nós portugueses podemos fazer, acerca do Minho galego. Trata-se de ideias e imagens triviais que seriam patrocinadas nomeadamente por Yung e Kerényi — dois dos mais eminentes mestres hodiernos no âmbito da nova ciência que é a mitografia. E não será de estranhar que recorramos sugestivamente a tais ideias e imagens, dado que, além de ocuparem a ordem do dia no processo cultural europeu, neste mesmo Primeiro Certame Literário do Minho fruiram elas de assinalada presença, através de profusão de espécies em prosa e verso, cujos temas mais importantes, Orfeu, Ulisses, Orestes, entre outros, nos trouxeram necessàriamente alguns dos mitologemas primordiais da velha Hélade. E a verdade é que poderíamos, por todos os motivos, insistir até na orientação que adoptamos, do mesmo passo interpretativa e encomiástica, com aduzir ainda duas imagens: a de que o Minho, ao longo do seu curso, é como que o princípio de um anel cosmogónico que envolve Portugal, e essa outra segundo a qual, em vez de dardo que fere o noroeste peninsular, o Minho assenta sobre o rectângulo português como aquela serpente, sinal de fecundidade, força e sabedoria, que encimava as coroas faraónicas do antigo Egipto. Na apologia que o Minho galego está aí, desde sempre, reclamando, e que só estes anos últimos deixamos de lhe regatear, tudo, afinal, nos parece insuficiente, escassas de alcance quaisquer figuras e conceitos que, por-

tugueses, lhe tributemos, agradecidos pela história e estimulados pelo destino, suas dádivas.

Deixando embora o terreno mitográfico em que o rio divino, qual precisamente lhe chamou Murguia, tem de ser, bem entendidas as coisas, aparentado com o Nilo, com o Danúbio, com o Reno, ou com algum daqueles rios demiurgos da Antiguidade, abandonando embora o terreno mitográfico e descendo a uma descrição natural, mesmo assim tem o Minho de ser considerado como uma força elementar, ciclópica, ao redor da qual se congrega e distingue o interior galego. Com efeito, o Minho é, desde logo, o grande forjador da sua própria existência e de tudo quanto tal existência determina e comporta. Já na sua parte alta, mesetiana, é ele quem, havendo disposto as superfícies sedimentárias da Terra Chã, abre e comanda o próprio leito. A sua vontade submete este páramo de Lugo — de Lugo, o bosque sagrado ou a clareira votiva no bosque aberta para as celebrações litúrgicas com que ao grande rio se tributava druidicamente, na correspondência à imensidade dos seus dons. No murmúrio dos robles e castanhos de que tão rica se mostra esta região, decerto uma lídima sagacidade poética poderá captar os ritmos daquele tempo em que ao rio criador e munificente se prestava agradecido culto.

Mesmo entrado na sua fase média, e já caudalosamente nutrido da aurea linfa do Sil, mesmo apertado entre silenciosas falésias de granito, nem por isso deixa o Minho de ser a fonte criadora, a alacridade e a vida. Na risonha Orense as suas águas são vinho — aquele vinho do Ribeiro, vivo, dialéctico, sonhador, brumoso — era fatal — como a terra e a alma galegas. (Outras fossem as circunstâncias, e mereceria a pena sublinhar aqui detidamente quanto a tese de Hilaire Beloch sobre que os vinhos exprimem idiossincrasias intransplantáveis se ilustra màximamente com o vinho do Ribeiro). E é ainda o Minho, que apesar de cingido por disciplinas graníticas ganhou efusividade e se rodeou de uma paisagem de vinhedos, quem mais adiante rega o pinheiro e abre a terra ao mar crescentemente, desde o cotovelo de Cortegada até aos terraços geológicos que se desdobram entre Tuy e La Guardia. E neste último estádio do seu generoso processo, o grande rio, que foi austero na Terra

Chã e no altiplano desta Lugo fascinante de mistério, que foi vivacidade dionisíaca mesmo entre paredes de granito, é doce, concentrado, medido, tem olhos de amor e de cordura, entre duas ribeiras que se abraçam. É que na derradeira fase do seu curso ele constitui o primeiro e gigantesco passo da saudade galaico-portuguesa: nostalgia das origens que ficam muito lá para cima, no espaço e no tempo; adivinhação de reatamentos e harmonias que a história conhecerá. No deleitoso marulho das suas águas toda a alma não distraída poderá deveras escutar imensidade de frémitos, palpitações, lembranças, intuição e desejo das dores e alegrias vindouras, misteriosas vibrações do coração. E então, confirmando o que dizemos, o Minho desentranha-se: do fundo do seu leito faz brotar e crescer a Ilha dos Amores — essa ilha, cheia de suavidade, que aproxima ainda mais as duas margens irmãs, e que decerto Camões levava na retina, ou no sangue, quando criou o mito paradisíaco dos *Lusíadas*. De facto, o Minho, ao despedir-se da terra galaico-portuguesa, é ternura, contemplação, êxtase, amor... É o Minho galaico-português! Como tudo se concilia, harmoniza e explica na maravilhosa fita prateada que flui mansamente, elegìacamente, de Tuy-Valença a Caminha-La Guardia! É o Minho galaico-português!

Mas eu disse, senhores, falando do Minho, «ao despedir-se da terra galaico-portuguesa», como quem significa: imediatamente antes de entrar no Oceano. E disse-o porque o grande rio, o rio divino, serpe ou delfim, não pode jamais parar. Montada nele — ou por ele orientada — descida vertical ao sul e disparo ao «ocidente, futuro do passado», como escreveu Fernando Pessoa —, montada nele é que a tão quantiosa emigração galega se tem efectuado, pejando as Américas de um sangue operosíssimo e empreendedor. Montados nele como quem cavalga o delfim genesíaco e se oferece de peito nu a todas as experiências, as mais duras e exóticas, é que nós, portugueses, há séculos que andamos a deixar a vida pelo mundo, «em pedaços repartida». Obedientes à flecha do Minho, corremos de Norte a Sul na «ocidental praia lusitana»; obedientes a ele, cruzamos, sobe todos os céus, todos os oceanos. Sempre o mar a chamar-nos desde o rio divino — primeiro e categórico contorno de Portugal. E sem dúvida que, no fim, é sobre o Minho fabuloso e dócil que, cumprida a

nunca terminada aventura ecuménica, regressamos uma e outra vez à terra hispânica.

Eu explico. A linha — outra ferida da terra — que ao sul dá a Portugal a condição de barco atlântico, aparelhado para todas as empresas e saudades, é o Guadiana. Pois bem: não será o mesmo Minho que, havendo enlaçado repetidamente todo o orbe, ao voltar à Hispânia mete pela barra de Vila Real de Santo António para, pelo Caia, ir dormir entre Elvas e Badajoz?...

Ah Minho! Rio genesíaco, ecuménico, prodigioso! Rio Divino! Rio galego!

Santiago de Compostela, 11 de Outubro de 1960.

Ensaio de Biografia do Conde da Barca

(CONCLUSÃO)

Pelo Coronel JOSÉ BAPTISTA BARREIROS

A transferência da Corte para o Brasil

A mudança da Corte portuguesa para o Brasil era ideia antiga, e sempre renovada em épocas de grave perigo para a independência nacional. A compreensão do valor político, económico e estratégico do Brasil, no seio da comunidade lusíada e no concerto mundial, muito cedo se firmara no Estado português e constituía, desde D. João III, uma noção fundamental no conceito governativo duma Nação com províncias ultramarinas então espalhadas pela África, América, Ásia e Oceânia.

Afirma-se, embora o facto seja por alguns tomado por anedótico, que já D. João III, conversando com Martim Afonso de Sousa acerca da extensão geográfica e das prometedoras riquezas daquele rútilo florão da Coroa portuguesa, lhe dissera, em ar de riso: Martim Afonso, passemo-nos para o Brasil.

Quando, em 1580, Portugal foi invadido pelas tropas do Duque de Alba, para sustentarem pela força a candidatura de Filipe II, de Espanha, ao trono português, que de direito pertencia à duquesa de Bragança, alguns partidários do Prior do Crato, convencidos da inanidade da resistência ao exército castelhano, o aconselharam a passar-se ao Brasil e ali, sustentando o pendão das quinas contra a bandeira da usurpação, manter a soberania nacional.

São conhecidos outros factos, posteriores e análogos, nos tempos de D. João IV e da regência de D. Luisa de Gusmão, D. João V e de D. José I.

A mesma hipótese voltou a ser considerada na nossa Corte, mas desta vez mais firme a resolução de abalada, desde que, a partir de 1895, se começaram a receber em Lisboa notícias ponderosas duma possível invasão do território continental por tropas francesas, ou por estas combinadas com as de Espanha.

Tão radicada estava no juízo dos políticos daquela época a ideia da importância do Brasil, que alguns punham aquele Estado em plano superior

ao do próprio continente, origem do império português; assim fazia D. Rodrigo de Sousa Coutinho, quando afirmava, em 1802, a D. João de Almeida de Melo e Castro, ao referir-se ao Tratado de Madrid, que o grande império do Brasil era, verdadeiramente, a base fundamental da Monarquia.

Quando se concretizaram, sem rebuço, as intenções franco-espanholas da conquista de Portugal, o Governo lisbonense activou os preparativos para se efectivar a transferência da Corte para a brasileira parcela do império lusitano, intenção de que o Ministro dos Estrangeiros não fizera segredo perante as outras nações, incluindo a França e a Espanha, embora mantendo os Governos destes dois países numa expectativa que, se não era prudente transformar em declarada certeza, também não convinha desanimar.

Este importante problema, do qual vieram a resultar à Nação bens e males, encontrou em António de Araújo um propugnador, e foi ele, no seio do Gabinete, dos que mais afincadamente influíram na correspondente resolução do Príncipe Regente. Com igual perspicácia Araújo abrangeu também o alcance proveitoso da ida do Príncipe da Beira, D. Pedro, para o Brasil, ainda antes da mudança dos restantes membros da Família Real, ida esta que factos ponderosos detiveram (20).

A julgar por aquilo que nas vésperas do embarque da Corte, impròpriamente qualificado de tumultuoso, se divulgou entre a população de Lisboa, divulgação de assuntos tratados em Conselho de Estado, que se poderá atribuir aos inimigos políticos do Ministro dos Estrangeiros e que, dentre o contristado povo de Lisboa, adverso à partida da Família Real, levou diversos populares a vaiá-lo e apedrejá-lo, Araújo terá sido, em concordância com o ministério britânico, o principal responsável pelos bens e pelos males que à nação advieram da transferência da Corte para o Brasil.

É certo que nem todos os Ministros e Conselheiros de Estado foram concordes nessa transferência, à qual, aliás, eram abertamente contrárias a Espanha e a França.

Tendo sido recebidas em Lisboa, a 14 de Agosto de 1807, as cominações de Napoleão, imediatamente António de Araújo as participou ao Príncipe Regente, para Mafra, onde vivia e donde só regressou para realizar o embarque, ordenando-se a reunião do Conselho de Estado para sua apreciação. D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi de parecer que a Família Real só deveria refugiar-se no Brasil depois de se tentar, no continente português, a sorte das armas, preco-

(20) Vide, sobre estes interessantes assuntos, o nosso estudo intitulado *Preliminares da 1.ª Invasão Francesa em Portugal*, págs. 37 e ss.

nizando a mobilização de setenta mil homens para se fazer a guerra à França e à Espanha reunidas ([21]).

Neste Conselho de Estado, o Ministro António de Araújo defendeu os seus pontos de vista, que foram aprovados, e os quais consistiam em se dar satisfação apenas a uma parte das exigências napoleónicas, isto é, aderir o Príncipe Regente ao sistema continental, encerrando-se os portos portugueses aos barcos britânicos, mas recusando-se o cumprimento da parte respeitante à exigência de prisão dos súbditos ingleses e sequestro de seus bens, e devendo-se participar esta resolução a Madrid, Paris, Londres e S. Petersburgo. Nesta atitude, dobrava-se o Governo à imposição, mas ressalvava a Coroa a dignidade

---

([21]) Segundo o documento publicado por Ângelo Pereira, em *Os Filhos de D. João VI*, pág. 101. Uma mobilização desta envergadura, porém, era completamente impossível em Portugal; além da assás precária situação do tesouro, o país não dispunha de recursos indispensáveis para pôr em pé de guerra tão numeroso exército, principalmente depois da lamentável redução dos efectivos levada a efeito em 1804, por deliberação do Conselho e contra a opinião de António de Araújo, declaradamente adversa a tão desastrada medida. (V. *Preliminares da 1.ª Invasão Francesa em Portugal*, pág. 17). Nas vésperas da *Guerra das Laranjas* (1801) os números oficiais acusaram, para efectivo do nosso Exército, 35 a 42 mil homens, além de 30 a 36 mil milicianos; mas quando, já na previsão duma guerra, foi contratado o general alemão von Goltz para o reorganizar, não se conseguiu aproveitar como combatentes mais de 16 mil infantes e 2 mil cavaleiros, notando-se ainda que, pràticamente, a Cavalaria, por muito mal montada, não dava garantias de emprego e à Infantaria faltavam disciplina, Estados Maiores e oficiais. A população do país orçava, então por 2.894.166 habitantes. (Fugier, Napoléon et l'Espagne, I, 144). Já em 1803 D. Rodrigo, «associando a ideia da retirada à de uma vigorosa e tenaz resistência contra a tirania francesa», apresentava ao Príncipe Regente, uma *Memória* em que dizia: «Quaisquer que sejam os perigos que acompanham uma tão nobre e resoluta determinação, os mesmos são sempre muito inferiores aos que certamente hão-de seguir-se da entrada dos franceses nos portos do Reino, e que ou hão-de trazer a abdicação de Vossa Alteza Real à sua Real Coroa e a abolição da Monarquia, ou uma opressão fatal, qual a que geralmente se diz que experimentam os napolitanos, e a dilaceração dos vastos domínios da Coroa de Vossa Alteza Real nas ilhas contíguas, na Europa, na América, na África e na Ásia, procurada pelos ingleses, para se indemnizarem da falta de comércio com Portugal e para se apropriarem das produções de tão interessantes domínios ultramarinos, que temerão os franceses queiram fazer suas e assim o exijam dum Soberano, que conservarão preso e pelo qual farão sancionar tudo o que quiserem e lhes convier, ou dirão que assim o fizeram, ainda que não possam conseguir semelhantes concessões». (Memórias do Conde de Lavradio, I, 17).

J. Lúcio de Azevedo (Épocas de Portugal Económico, 459), esclarece também que a ideia, assim insinuada por D. Rodrigo ao Príncipe Regente em 1803, já tinha sido sugerida pelo Marquês de Alorna quando, em 1801, por ocasião da *Guerra das Laranjas*, se receou pela segurança da Família Real no Continente.

moral, em coerência com afirmações anteriores, repetidamente feitas nas Cortes de Espanha e França.

Dentre as minutas dos pareceres de António de Araújo para os Conselhos de Estado, destaca-se a seguinte, bem demonstrativa da sua posição:

«O parecer é que se faça amanhã a declaração de guerra dizendo-se:

Que S. A. R., unindo-se à causa do Continente, manda fechar os seus portos à Grã-Bretanha e lhe há por declarada a guerra: que deste dia em diante serão tratados como inimigos os vassalos de S. M. B. enquanto que se não fizer a paz marítima.

Deixa, porém, S. A. R. em liberdade as pessoas dos súbditos de S. M. B. para não ofender a hospitalidade em que viviam seguros nos seus Estados; e as propriedades dos mesmos acima ditos súbditos de S. M. B., pela reciprocidade que espera haja, de haver com os vassalos portugueses e suas propriedades, que estão actualmente em poder da Grã-Bretanha.

Na nota que se escrever a Rayneval diria: Não ser possível que o Imperador queira ofender o direito de hospitalidade. Que quanto às propriedades se calculou por pessoas inteligentes ser maior o valor das propriedades portuguesas em Inglaterra do que aquelas que os ingleses têm em Portugal; porque aquilo em que nos excedem na Balança é o artigo de contrabando, no qual contìnuamente se faz o confisco que é possível.

As vantagens deste parecer são: que não saem os Ministros (22) sem ter havido primeiro uma declaração; portanto, não tem o Imperador acção para declarar a guerra, ainda que eles se retirem; que sabe o público o porque nos atacam, se o fizerem; não obstante isto: Não se falta à palavra dada à Inglaterra; e fica a porta aberta, se nos atacarem, para nos tornarmos a aliar com a Grã-Bretanha. Ao mesmo tempo, pedir à Grã-Bretanha um salvo-conduto para qualquer das pessoas reais que haja de passar à América, sua comitiva, naus e navios que forem na sua conserva. Porque a ida do Príncipe da Beira para a América modera a guerra marítima como se nos tem declarado: e ficamos sem uma nem outra guerra.»

Este parecer é análogo a outro, que parece ser do Visconde de Anadia pela letra da minuta, mas que é de tal maneira idêntico na exposição das ideias, que a sua desprevenida leitura poderia levar a concluir que um serviu de base ao outro.

---

(22) Refere-se a Rayneval e a Campo Alange. Embora esta minuta não fosse datada, parece-nos que ela se reporta a um Conselho de Estado havido entre o primeiro pedido de passaportes por ambos os ministros e o segundo, sendo-lhes concedidos em 29 e 30 de Setembro de 1807.

Contrário à aceitação das imposições de prisão e de sequestro, Araújo por duas vezes chegou a oferecer a demissão de Ministro se elas houvessem de ser aceites. E só transigiu com o sequestro depois que, tendo chegado a Lisboa D. Lourenço de Lima, embaixador em Paris, a referir a ira de Napoleão pela política adoptada pela nossa Corte, relatou a conversa particular que tivera com Talleyrand antes de sair de Paris e segundo a qual, no estado de irritação demonstrado pelo Imperador e como este jamais se desdizia, era impossível o desistir dessa cláusula, «mas qualquer cousa que se fizesse ainda aparente, bastava para o satisfazer, e depois se negociava (23)».

Depois da transigência de Araújo, consequência desta insinuação de Talleyrand, foi em Lisboa decidido decretar o sequestro, embora sem a intenção de o efectivar.

Foi no mesmo Conselho que se ventilou com clareza a transferência da Corte para o Brasil, assim como se tratou a questão da antecipada e urgente ida do Príncipe da Beira para aquele Estado. Pela realização destes dois problemas se bateu António de Araújo.

Dissentiram do seu parecer D. Rodrigo, como acima dissemos, e o Fiscal do Erário, Tomás António de Vila Nova Portugal, que nem concordou com D. Rodrigo, nem com a forma da resposta a enviar pelo Príncipe Regente às Cortes de Paris e Madrid, segundo a exposição de Araújo.

De Madrid, também havia tempos que o Conde da Ega combatia tenazmente aquela transferência, influído por Godoy, de quem, com fraco patriotismo e pouco senso diplomático, e por amizade pessoal com o Príncipe da Paz, recebia profundo influxo no que respeitava à política externa de Portugal com o bloco hispano-francês. Fougier (Napoléon et l'Espagne) afirma que Ega traía em Madrid o seu país.

Alinhando com os adversários da mudança da Corte para o Novo Mundo, Ega, que se tornara adverso a Araújo, haveria tido a sua quota parte de acção no vexame sofrido pelo Ministro, humilhação precedida de actividades, naquela penosa conjuntura sem dúvida censuráveis, as quais, conjugadas com as intrigas dos seus adversários e com a inimizade de lorde Strangford, influíram no ânimo do Príncipe Regente para o afastar do Governo na remodelação ministerial a que depois se procedeu no Rio de Janeiro.

Durante anos, ali ficou a Corte submetida à caprichosa e interesseira influência daquele representante da Inglaterra e das ambições britânicas, o

(23) Ângelo Pereira, Os Filhos de D. João VI, 108.

qual, principalmente através de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, alcançou indiscutível influência na orientação da política do Príncipe Regente.

A atitude do Conde da Ega, evidenciada insistentemente desde Madrid, converteu-se em verdadeira propaganda entre os dias da sua chegada a Lisboa, após a sua cessação de funções em Madrid, e o dia 27 de Novembro.

Naquele mesmo Conselho de Estado, também Tomás António defendeu a ida imediata do Príncipe da Beira para o Brasil, acompanhada das infantas e duma reduzida Corte, dando-se-lhe o título de Condestável. Parece que a ideia deste plano não pertence a Tomás António, havendo quem concedesse a sua originalidade ao Marquês de Alorna.

Sem possuirmos dados para, em absoluto, atribuirmos a sua paternidade ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, António de Araújo, o certo é que, conforme já noutro lugar descrevemos (24) desde Maio de 1807 que ela era objecto de aturada correspondência entre Araújo, que ardorosamente por ela propugnava e que escreveu e chegou a mandar imprimir a proclamação a publicar após o desembarque do Príncipe da Beira no Rio de Janeiro, e o brasileiro José Egídio Álvares de Almeida, Secretário particular do Príncipe Regente. E será improvável, não só em face da documentação que reproduzimos, como também em presença da constância com que o Ministro dos Estrangeiros sempre pugnou pela ida do Príncipe da Beira para o Brasil com uma pequena Corte, constância igual àquela por que se bateu pela transferência final de toda a Corte para o Rio de Janeiro, o rejeitar-se a afirmação de que lhe pertence a ideia da partida do Príncipe.

Muito deve também ter contribuído para a dilação que sofreu a ida do Príncipe D. Pedro uma intriga palaciana, que visava essencialmente o Ministro António de Araújo e, depois dele, o Fiscal do Erário Régio. Em torno do Príncipe Regente, a atmosfera, como se não bastassem as dificuldades externas para a adensarem, era fértil em intrigas.

Pouco tempo antes, por exemplo, correra que em Londres se soubera, indevidamente, de tudo quanto se havia passado no Conselho de Estado em que se apreciara o ultimatum do Imperador dos franceses, e que o autor da inconfidência perante o Gabinete londinense fora o representante de Portugal naquela Corte, D. Domingos de Sousa Coutinho, irmão de D. Rodrigo e informado por este. Acrescentou-se que fora António de Araújo quem elucidara o Príncipe Regente acerca das consequências de tal infidelidade diplomática.

Agora, e sobre a partida do Príncipe da Beira para o Brasil, como disse-

(24) Vide *Preliminares da 1.ª Invasão Francesa em Portugal*, pág. 44.

mos, procurou-se desorientar o Príncipe Regente e intimidá-lo com o fantasma duma nova conspiração, de que seria principal fautor o Ministro dos Estrangeiros, fazendo-se mergulhar o seu espírito na amargura da desconfiança, ainda mesmo daqueles que, como Araújo, eram tidos por mais fiéis e dedicados ao Príncipe.

Como para o desenvolvimento da intriga contra D. Rodrigo havia concorrido a sua conhecida anglofilia, assim para o crédito da movida contra Araújo contribuiu a atribuição de afrancesado.

Foi afirmado ao Príncipe Regente que o interesse demonstrado por Araújo na partida de D. Pedro escondia um projecto de traição. O plano seria transferir o Príncipe da Beira para a América portuguesa, garantindo-se a subsistência do Estado, ali, noutros moldes, e entregar D. João aos franceses, para agradar a Napoleão. Tomás António também era visado, e admira que a trama não tivesse abrangido José Egídio Álvares de Almeida, desde Maio, como vimos, também metido no caso e em correspondência com o Ministro dos Estrangeiros e que veio a ser quem mais influiu junto do Príncipe Regente para lhe demonstrar a inanidade da intriga.

Afirmou-se que as desconfianças do Príncipe Regente se teriam dissipado ([25]), mas a acusação deixou a semente que depois produziu a mudança de todo o Ministério no Brasil.

Outras causas deveriam também ter influído no ânimo do Príncipe Regente para dilatar a viagem do filho até ao ponto de ela se tornar inútil com o rodar dos acontecimentos que a demoraram e que precipitaram o embarque da Corte.

Na ocasião em que o embarque do Príncipe D. Pedro ficara assente ([26]) o Príncipe Regente referiu à Rainha, sua Mãe, a resolução da jornada do Príncipe da Beira, com quem iriam duas das Infantas. D. Maria I ouviu atentamente a descrição do Príncipe, continuada pela do estado actual das negociações, as circunstâncias e pareceres que havia, e respondeu ao filho: «e Tuas Thias, que ficão aqui fazendo? ou vamos todos ou não vá nenhum: como se escreveo ultimamente para França, esperasse a resposta, e segundo o que vier, disporás a Jornada».

E desde este dia, parece sem dúvida, que o Príncipe ficou na tenção secreta de partir para o Brasil, esperando contudo a última extremidade das

---

([25]) Vide Ângelo Pereira, Os Filhos de D. João VI, 107.

([26]) É de 9 de Outubro de 1807 uma ordem de António de Araújo ao Conde de Redondo para aprontar com toda a brevidade o necessário para a viagem do Príncipe da Beira e Sua Família (Ângelo Pereira, Os Filhos de D. João VI, 108).

Negociações: e satisfeito de se não efectuar a Jornada de seu filho. Nisto, porém, nada declarou, e tudo foi continuando da mesma forma» (27), isto é, continuaram os preparativos para o embarque.

É manifesto que o espírito do Príncipe Regente se debatia entre cruéis incertezas e desencontradas opiniões, patentes dentro da sua própria Família e entre os Ministros e os Conselheiros de Estado, que, divididos em duas facções, a britânica e a francesa, nem sempre sabiam sobrepor às inclinações políticas o amor ao seu Príncipe, ou colocar o interesse português e o bem-estar público em plano superior ao das conveniências estranhas.

Mandou, pois, o Príncipe Regente que sobre a jornada do filho e herdeiro do trono se pronunciassem os desembargadores José António de Oliveira Leite e o Procurador do Ultramar, que foram favoráveis à deslocação.

Remetidas estas duas respostas a Tomás António de Vila Nova Portugal, com ordem de sobre elas emitir parecer, ou fosse por influência do caso da suposta traição, ou porque, na realidade, se já tivesse convencido da inutilidade de tal viagem, tanto em face da maneira como os acontecimentos se haviam precipitado, evolucionando declaradamente para a inevitável invasão do país, quanto pelo conhecimento que possuía da pouca vontade do Príncipe Regente em proferir para ela o seu definitivo assentimento, Tomás António, que nem sempre foi bom conselheiro do Príncipe Regente e que Palmela tinha pelo mais inepto e o mais lisonjeiro de todos os homens, informou que considerava ultrapassada a oportunidade da viagem de D. Pedro e que o que deveria tratar-se era de aprestar a transferência de toda a Corte e não só duma parte dela (28).

Ouvidos ainda, sobre o mesmo assunto, os Desembargadores Francisco Xavier de Vasconcelos e António Ribeiro dos Santos, foram de parecer que «era contra as Leys Constitucionais do Reyno o sahir dele o Príncipe Herdeiro: e por estes se declarou S. A. R. e ficou denegada a Jornada do Príncipe da Beira» (29).

Parece, pois, inferir-se, positivamente, desta série de atitudes e dos pareceres dos doutos desembargadores, a cuja obra põe fecho a opinião de Ribeiro dos Santos, que eles foram a verdadeira causa do cancelamento da viagem do Príncipe da Beira.

Contudo, uma análise cuidadosa dos factos leva-nos à convicção de que tantos pareceres de eminentes jurisconsultos foram provocados pelo Príncipe Regente para servirem de base à sua íntima resolução de se não afastar do filho.

---

(27) Idem, idem, 109.

(28) Ângelo Pereira, Os Filhos de El-Rei D. João VI, 109.

(29) Idem, Id., 110. Este autor insere, em nota, o parecer textual de Ribeiro dos Santos.

As razões aduzidas por Ribeiro dos Santos, se são justas, principalmente sob o ponto de vista jurídico, manifestam-se incongruentes e inadaptáveis às graves e prementes circunstâncias do momento político que se atravessava. Argumentava o jurisconsulto que era artigo sagrado e fundamental das Monarquias a assistência e conservação de seus príncipes herdeiros junto ao trono, razão aceita por D. João porque coincidia com o seu desejo, cujo fundamento real era outro.

Não respeitou, porém, o Príncipe Regente os artigos sagrados e fundamentais da Monarquia, expressos no parecer que deu o Ministro e jurisconsulto José de Seabra da Silva, quando, reconhecida a incurabilidade da doença mental de D. Maria I, chegou a altura de assumir a regência do reino. José de Seabra propôs que competia às Cortes o pronunciarem-se, sendo necessário convocá-las para reconhecerem o impedimento permanente da soberana e sancionarem a atribuição da regência ao Príncipe, a quem legìtimamente competia. Mas José de Seabra sofreu demissão e desterro e foi prostergado o artigo sagrado e fundamental da Monarquia.

Quanto a nós, e conforme já noutro lugar escrevemos ([30]) o motivo principal da relutância do Príncipe Regente em aceder à Razão de Estado e às consequentes instâncias de Ministros e Conselheiros, foi o entrar-se da desconfiança de que os ingleses se apoderariam, no alto mar, de D. Pedro, capturando a esquadra e tomando o príncipe em reféns contra uma provável decisão do Governo de Lisboa, contrária aos interesses políticos e económicos da Grã-Bretanha, motivo, na realidade, forte e aceitável. Pelo menos, até agora e no decurso das nossas investigações, não se nos depararam ainda razões que lhe minorem a importância, ou que levem a afastá-lo.

Em 6 de Outubro de 1807 — já Campo Alange e Rayneval, embaixadores respectivamente de Espanha e França em Lisboa, haviam pedido os passaportes, pronunciando a rotura dos Gabinetes de Madrid e Paris com o lisbonense, e saído da nossa capital em 1 — ainda Araújo, que muito se esforçara, desde 13 de Agosto, por evitar que o conhecimento do ultimatum napoleónico provocasse pânico em Lisboa e o conseguiu, diligenciava afastar o perigo da invasão, quer adoptando medidas militares de cuja eficiência se servia para incutir, nas suas mensagens a Campo Alange e principalmente a Reyneval, com quem mantinha amistosas relações pessoais, confiança na adesão do Príncipe Regente ao sistema do bloqueio continental, quer insistindo junto do Príncipe pela partida de D. Pedro: «mas para tudo se faz urgente a mais breve partida possível do Sere-

([30]) Preliminares da 1.ª Invasão Francesa em Portugal, 44.

níssimo Senhor Príncipe da Beira, e ainda que esta medida seja tardia é o único meio que nos resta de salvar Portugal; ao menos aplicam-se os que há» (31).

Passava-se isto numa altura em que Araújo tinha conhecimento dos manejos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, na Corte e junto do Príncipe Regente, para lhe minar a influência e para obter o próprio regresso ao Ministério da Marinha, donde havia sido afastado, assim como das diligências de D. Domingos de Sousa, seu irmão e embaixador em Londres, junto do Ministério londinense, para representar Araújo como vendido à França (32), concorrendo, deste modo, para incutir em Londres a maior desconfiança quanto aos actos do Gabinete lisbonense para com a Inglaterra.

Simultâneamente, Araújo recebia de Londres uma resposta rotundamente negativa a toda a concessão de auxílio para a defesa do Continente português, voltando, assim, o Gabinete britânico à atitude que assumira em 1801. Todo o auxílio inglês se limitava a um conselho — o do embarque da Família Real para o Brasil (33).

Abandonando Portugal à sua sorte, este conselho era, ainda, o mais coincidente com os seus próprios interesses, desde que Canning havia, pela convenção que assinara em 12 de Setembro com D. Domingos de Sousa Coutinho, depois conde do Funchal, garantido ao seu país a assinatura dum Tratado de Comércio — o de 1810 a que adiante nos referiremos — que entregava o comércio português, na totalidade do território nacional, à navegação britânica.

Em 1801, a Inglaterra, apesar dos Tratados, negou-se a auxiliar o Governo português na grave emergência da *Guerra das Laranjas*, fazendo táboa raza dos compromissos com Portugal. Recusou-nos o auxílio militar, assim como incluir-nos depois nos preliminares do Convénio de Londres, onde o Tratado de Badajoz (5 de Junho de 1801) poderia ter sido revisto, muito embora uma das suas cláusulas já impusesse a Portugal o fechar seus portos aos navios britânicos.

Dificultado, consideràvelmente, o seu reabastecimento, acabrunhada com uma dívida de 18 biliões, a braços com a questão da Irlanda e sentindo-se cada vez mais isolada, a Grã-Bretanha egoìstamente pensou apenas em si; o desamparo a que então votou o aliado, entrava já no seu jogo de obter a paz. Para a conseguir, chegou o Gabinete londinense a conceder o Egipto como livre esfera de influência da França, em troca da conservação de Malta. Napoleão cometeu nessa altura o erro de se desinteressar do Egipto, que foi restituído à

(31) Carta de 6 de Outubro de 1807 para José Egídio Álvares de Almeida.
(32) André Fugier, Napoléon et l'Espagne, II, 237.
(33) Id., Id., Id.

Turquia, e Malta voltou à posse dos seus cavaleiros, sob a garantia das Potências. Os ingleses conservam Ceilão, tomada aos holandeses, a ilha da Trindade, arrebatada aos espanhois e o Cabo (África do Sul) em regímen de condomínio com os holandeses. Mas a França guardava a parte do leão, adquirindo a margem esquerda do Reno e as Repúblicas do Norte.

Com a vitória de Marengo e o Tratado de Luneville (9 de Fevereiro de 1801) a França atingia o auge do poderio e da glória; e a Inglaterra, que havia desprezado as propostas conciliatórias de Napoleão, recusando-se o rei Jorge III, inclusivamente, a responder à carta de Bonaparte, por considerar indigno fazê-lo a um usurpador, depois de Marengo e Hohenlinden houve que dobrar a cerviz.

Napoleão, seguro, até do lado da Grã-Bretanha, ditava as condições à Europa e foi nesta situação de imenso prestígio napoleónico, que António de Araújo foi, como dissemos, enviado apressadamente a Paris para negociar a paz, uma paz que agora se pretendia obter a todo o custo. Retido em Lorient por ordem de Bonaparte, ali recebeu a indicação das expressas e duras condições impostas por Decrès em seu nome: embargo em todos os navios ingleses entrados em Portugal; entrega dos navios que haviam operado contra a expedição ao Egipto (34); uma indemnização de 20 milhões de libras; a ocupação das províncias de Entre-Douro e Minho, Trás-os-Montes e Beira, e a resolução do assunto em 6 dias.

António de Araújo recusou aceitar tais condições, sendo a indemnização a única que poderia ser negociada. Rebateu as duas primeiras e a da ocupação, sumamente vexatória, com a alegação de que o aceitá-las seria para Portugal a guerra com a Grã-Bretanha. Já então o país era colocado entre o martelo francês e a bigorna britânica.

Tentando convencer Araújo, apontando-lhe os exemplos de Nápoles e da Sardenha, Talleyrand concedeu novo prazo de dois dias. Araújo respondeu-lhe que a queda de Portugal só poderia contribuir para enriquecer a Inglaterra, e recusou-se a assinar.

Depois disto, a sua presença em Lorient era incómoda a Bonaparte e Araújo recebeu ordem para sair daquele porto, o que fez em 11 de Junho, desembarcando na Corunha, ainda na esperança de dali poder continuar a nego-

(34) Em 2 de Julho de 1798, ao mesmo tempo que o nosso Governo diligenciava obter em Paris a continuação das negociações para a conclusão do tratado de paz com a França — negociações que haviam sido conduzidas por Araújo até à sua detenção no Templo — para o que havia nomeado D. Diogo de Noronha, dava ordem ao marquês de Niza para juntar à de Nelson a sua esquadra, que tomou parte activa nas operações contra os franceses no Egipto e em Malta.

ciação, depois de receber de Lisboa novas instruções, que lhe não chegaram. Enquanto Araújo negociava em Lorient, inùtilmente, perante a propositada violência das condições que lhe foram propostas, e que o foram em tais termos com o fim de inutilizar a sua missão, Portugal era invadido e as negociações passaram a decorrer, como Napoleão pretendia, entre Luciano Bonaparte e Godoy pelo lado franco-espanhol, e Luís Pinto como plenipotenciário português.

As atitudes da Inglaterra a nosso respeito oferecem aspectos muito curiosos, quer no abandono, quer no apoio aos nossos interesses, consoante, dum modo geral, estes são concordes com os seus próprios interesses, ou deles divergem.

Bem diferente das de 1801 e 1807, para não reavivarmos a memória de outras, foi a de Canning na Câmara dos Comuns, em 12 de Dezembro de 1826, quando da leitura da mensagem da Coroa, onde Jorge IV comunicava que recebera «uma instante representação da Princesa Regente de Portugal, reclamando, em virtude das antigas obrigações de aliança e amizade que existem entre Sua Majestade e a Coroa de Portugal, o auxílio de Sua Majestade contra uma agressão hostil da Espanha».

Então, como o interesse inglês, contrário à unificação peninsular, coincidia com o de Portugal, valeram as antigas obrigações de aliança e amizade «e Canning, justificando na Câmara a concessão do apoio político e militar solicitado, atribuiu ao conselho da Grã-Bretanha a ida de D. João VI para o Brasil, aludindo à convenção secreta, então assinada, pela qual *não reconheceria nunca no trono de Portugal outra dinastia que não fosse a da Casa de Bragança*» (35).

Da mesma data (6 de Outubro) é o seguinte parecer:

«Se as tropas entram em Portugal ou debaixo do pretexto de amizade para defesa, ou por conquista, as consequências são as mesmas.

Querendo S. A. R. não abandonar Portugal, senão quando não houver outro recurso, deve ainda fazer algum sacrifício para evitar a entrada dos franceses.

As providências que me lembram e a resolução política que me parecem mais adequadas a tão crítica conjuntura são:

1.ª — a partida a mais acelerada possível de S. A. R. o Senhor Príncipe da Beira, necessária para a conservação do Brasil, para moderar a Inglaterra, e depois das participações que se fizeram à França e à Espanha, necessária também para justificar a demora da nossa declaração.

2.ª — Propor-se a Bonaparte uma aliança defensiva e quando ele a não queira senão sendo também ofensiva, não resistir a esta pretensão, porque se

(35) Memórias do Conde de Lavradio, id., 176.

S. A. R. for obrigado a sair de Portugal, não importa que se tenha contratado esta aliança porque claudica, e se ficar em Portugal não pode deixar de se sujeitar a ela todas as vezes que Bonaparte mandar tropas contra este reino.

3.ª — Parecendo isto útil, deve S. A. R. escrever logo a Bonaparte fazendo a abertura para a aliança e dizendo que aprovando ele, lhe expedirá logo um embaixador extraordinário, tanto porque já fazia tenção de o mandar para o cumprimentar pelas suas vitórias, como para a conclusão do Tratado.

4.ª — Deve também dizer que espera que não mande tropas para os seus estados porque seria indecente para S. A. R., no caso mesmo de virem tropas como auxiliares, mostrar que se não podia defender, e que a sua defesa será muito vigorosa, para o que tem meios suficientes.

6 de Outubro de 1807.

Aos conselheiros abaixo assinados pareceu muito bem o que acima se aponta.

Marquês de Pombal — Marquês Regedor.

Visconde de Anadia — D. Fernando de Portugal.

António de Araújo de Azevedo.»

Já anteriormente, em 8 de Setembro, António de Araújo havia emitido o seguinte parecer, recheado de conceitos de filosofia política:

«Senhor: Havendo meditado, em observância da determinação de V. A. R. sobre o modo de aparecer no Brasil o Sereníssimo Príncipe da Beira com o decoro que compete ao Augusto Primogénito de V. A. R., não se alterando ao mesmo tempo o método do governo existente naquela colónia, submeto respeitosamente ao alto discernimento de V. A. R. as seguintes reflexões: Pensando neste interessante objecto, não pode deixar de ocorrer o quanto é conveniente que o sobredito Senhor seja revestido duma dignidade adequada à Sua Real Pessoa; e lembra logo que esta seja militar. Os soberanos são chefes natos da força pública de Seus Estados, assim como são supremos magistrados. A colecção de todos estes poderes constitui a Soberania. Um Príncipe Primogénito não tem por nascimento direito a exercer algum deles, porque de um rei ao seu herdeiro existe a diferença de Soberano a Vassalo, ainda que seja o primeiro dentre eles; por isso Montesquieu disse, com a sua costumada agudeza, que do Rei de França ao Delfim havia de permeio o Reino de França.

Pode contudo um Soberano, assim como delega a qualquer dos seus vassalos, delegar também a um Príncipe da Família Real, e principalmente ao seu herdeiro (a quem no futuro devem competir todos os direitos) uma parte da sua autoridade, constituindo-o chefe de qualquer ramo de administração, ou

seja para ele mesmo a exercer, ou seja para lhe conferir um título, que por si só influa no bem daquela mesma administração.

Em todos os tempos e em toda a parte tem disto havido repetidos exemplos: mas como o Sereníssimo Senhor Príncipe da Beira se acha e achará ainda por muitos anos em menor idade, é certo que não poderia exercer por si próprio qualquer autoridade que lhe fosse delegada.

Resta, pois, ponderar se pela sua eminente qualidade de príncipe e de príncipe herdeiro, e pelas circunstâncias políticas, tanto a respeito da Europa, como do Brasil, convirá que ele seja revestido duma competente dignidade, sem que esta implique com a marcha de governo que V. A. R. conserva naqueles seus vastos domínios.

Parece-me muito importante que V. A. R. confira ao seu Augusto Sucessor um título supremo militar. Lembraria que este fosse o de general em chefe ou o de generalíssimo; porém, sendo estas qualificações mais usuais, e podendo isto fazer-se reparável pela menor idade de S. A. R., ocorre-me, como mais próprio, e conveniente, o título militar de Condestável, o qual, pelas leis dos Augustos Predecessores de V. A. R., tem a preeminência sobre todos os empregos militares.

Esta dignidade foi sempre ocupada em Portugal por pessoas das mais conjuntas à Real Família; exerceram-na os Ascendentes da Casa Cadaval até à feliz Aclamação do Senhor D. João IV, e nas seguintes aclamações foi exercida pelos Serenissimos Senhores Infantes deste Reino. Neste título se reúne, pois, tudo quanto no presente caso se deve desejar porque para o de General em Chefe, ou o de Generalíssimo, nem sempre se atende ao nascimento, mas sòmente se procura o préstimo pessoal.

Na política da Europa produzirá esta denominação o resultado que se pretende, sem motivar reparo quanto à menoridade de S. A. R. Nos povos do Brasil será admirável o efeito da Augusta Presença do Príncipe Herdeiro com um carácter militar, qual o de *Condestável do Brasil*, de propósito criado por S. A. R., será considerada por aqueles vassalos como a maior prova de estimação e paternal afecto de V. A. R. para com eles; e não só os firmará na sua lealdade, mas lhes incendiará os ânimos para todas as empresas que os acontecimentos possam exigir. Não será menor o afecto do que aquele que produziu no coração dos húngaros a apresentação conhecida que de seu primogénito em menoridade lhes fez a Imperatriz Maria Teresa.

Estou persuadido, Senhor, que é conveniente não se alterar a marcha estabelecida nos negócios ordinários pelo modo que até agora se tem praticado naquela colónia. Cumpre, porém, prever que naturalmente virão a ser por algum tempo interrompidas as comunicações do Brasil com a Metrópole, e por

isso se apresenta logo a necessidade de alguma autoridade temporária que neste caso sòmente supra as mais determinações de V. A. R. naquelas cousas em que as leis e ordens anteriores não hajam providenciado.

Portanto, submeto a V. A. R. a ideia da formação dum Conselho Provisório de Guerra e Justiça, junto da Real Pessoa do Sereníssimo Senhor Príncipe da Beira. Pode ser composto de dois ou de quatro Conselheiros, alguns dos quais tenham ao mesmo tempo serviço na Casa de S. A. R.

Digo dois ou quatro, porque sendo não sòmente justo, mas necessário que o Vice-Rei tenha voto em Conselho, com este número não haverá empate nas deliberações. Se forem dois os Conselheiros, parece-me que um deles deve ser um general, e se forem quatro, dois generais, ou melhor um general de terra e outro de mar.

Parece-me também que por decoro haja V. A. R. de criar nominalmente ao Sereníssimo Senhor Príncipe da Beira Presidente do Conselho, pois não podendo pela sua idade decidir sobre os votos, prevalece o número competente para não haver empate nas decisões.

Tudo quanto submissamente tenho exposto a V. A. R. é inspirado não só pelo dever do meu cargo, mas por aquele zelo e amor que a V. A. R. professo como leal vassalo e tão constantemente favorecido com a bondade e reiteradas graças de V. A. R.

Palácio de Mafra, 8 de Setembro de 1807.

António de Araújo de Azevedo.»

A constância, o interesse patriótico, com que António de Araújo superava problemas tão graves para o futuro e a conservação da sua Pátria, assim como a sua dedicação ao Príncipe Regente e à Família Real, ressaltam também, com nítida evidência, das seguintes notas que sobre tão momentosos assuntos tomou após um Conselho de Estado e para informação ao Príncipe Regente:

«Quanto mais tenho pensado sobre a partida (38) ..... mais estou convencido que não há nem pode haver outro modo de salvar a Monarquia Portuguesa, a Augusta Família de Bragança, e os interesses dos vassalos Portugueses tão unidos com a conservação dos seus soberanos. A impressão moral que fará esta resolução bastava para produzir um efeito sumamente útil, porque dava ideia duma energia que se não espera na Europa. A Hespanha

(38) A substituição dos nomes e outras designações por pontos está no original e resultou, sem dúvida, do carácter secreto dos assuntos ventilados. Refere-se à partida do Príncipe da Beira, como pode ver-se pela sequência da leitura.

recearia muito, e com razão; a França da mesma sorte, porque previa a possibilidade de se formar uma grande Marinha no Brasil, que ficaria unida à de Inglaterra, assim como o Comércio, e portanto a Inglaterra podia fazer cair de repente as manufacturas da França, privando-a do algodão que hoje é a matéria prima mais necessária para vestuário da gente rica e pobre.

Havendo sido discutido este importantíssimo objecto em Conselho de Estado, devo lembrar o quanto importa a celeridade dos preparativos, porque me parece que este ponto não foi assás discutido. Importa a celeridade para que a Inglaterra veja que não cedemos senão à superioridade das forças, que se toma um partido vigoroso para conservar a Monarquia, o que em vez de prejudicial lhe é muito útil; importa para que a Hespanha se interesse da nossa neutralidade, e para que Bonaparte conheça que se nos inquietar dará causa a formar S. A. R. um Império que segurará mais à Grã-Bretanha o domínio exclusivo dos mares e do Comércio; se o Governo inglês em desesperação prescindir do Comércio do Continente (37) por algum tempo, e demonstrar que o bloqueio imaginado para a Inglaterra se pode voltar contra todas as Potências da Europa se levantará logo um partido tremendo contra Bonaparte em todo o Continente.

Importa também muito acender o Patriotismo dos Brasileiros com a Presença ..... e por este modo evitar a triste, mas forçada resolução de formarem um Governo independente; importa finalmente que S. A. R. mostre à Europa o que é capaz de fazer, e aos seus vassalos em Portugal que os não abandonará senão na última extremidade; Para lhes provar isto mesmo é que convém Peniche, de donde se poderá negociar, sem jamais ser preciso capitular; Portugal não é conquistado enquanto Peniche estiver por S. A. R.

Sobre a aceleração de todos os preparos para a expedição parece-me que ela é da maior utilidade; em pr.º lugar pelo efeito moral que vai a fazer não só na pluralidade dos indivíduos das Nações, mas nos seus Governos, o que produz uma revolução no sistema político em geral; quanto mais depressa se der esta impressão, menos perigo correrá Portugal; Não se deve por cousa alguma esperar para que a partida seja ..... depois que um exército parta de Baiona, nem que se proponha a S. A. R. a introdução de tropas estrangeiras para guarnecer as costas. Não digo que se não espere a resposta de

(37) Conforme veio a acontecer em 1809, quando o Gabinete londinense, cedendo à oposição da Câmara dos Comuns, decidiu abandonar Portugal à sua sorte, atitude de que saiu quando Wellesley conseguiu convencer Castlereagh a intervir no continente português e a confiar-lhe o comando do exército do desembarque em Portugal.

França ([38]), mas ùnicamente porque é impossível que a expedição se faça antes daquela época, mas que esteja tudo pronto para a partida: esta não é só necessária para a crise actual, mas para todas as outras de que está carregado o futuro.

É preciso, portanto, que S. A. R. determine a forma de Governo que há-de haver no Brasil com a Presença do .....

Que leve ordens para se cumprirem ou não etc. — e que S. A. R. pense nos Cr.os que o devem acompanhar.

Deve-se ponderar um caso, e vem a ser o de chegar aqui um emb. de França repentinamente, para fazer proposições peremptórias a S. A. R. nas quais se envolva o não partir de Portugal, nem algum dos seus Augustos F.os ameaçando se se tomar partido contrário; isto parece-me digno de ponderação e é outra razão mais para se não retardarem os preparos.

Pode o mesmo emb. exigir que S. A. R. dê logo ordem para a volta de ..... Deve ou não levar ordem o mesmo ..... para não obedecer. Isto é tanto mais para temer que é impossível que os Franceses se não lembrem da retirada para o Brasil: a única razão porque não serão sobre isto activos é por julgarem que esta resolução não é conforme ao que eles pensam da nossa Corte, que reputam muito inactiva.

Outra proposição de se poder recear muito de um emb. e vem a ser a de casamentos com a Real Fam.a prometendo assim a conservação do trono. Bonaparte tem estabelecido Seus Irmãos e daqui por diante há-de querer estabelecer os seus outros Parentes, como já tentou M.me Bon. com casamento para o Príncipe das Asturias. Não quereria sòmente Bonaparte ajustar casamentos para o Sr. Príncipe da Beira, e para a Sr.a Princesa D. Maria Teresa, mas para dominar despòticamente em Portugal contra a Inglaterra, e formar na Península uma confederação para o seu Império do Ocidente era capaz de se lembrar de formar na Alemanha ou na Itália um estado para S. A. R. e para o seu herdeiro, e querer que a Sr.a Princesa do Brasil fique em Portugal, casando com pessoa da sua facção. Todas estas ideias não devem ser desprezadas depois do que temos visto ([39]). Esta é outra razão forte para a partida do S.....

([38]) Afigura-se-nos que esta passagem está relacionada com o relato que o Príncipe Regente terá feito a sua mãe e a resposta que a Rainha lhe deu, de se dever esperar pela de França, conforme atrás deixamos exposto, factos de que Araújo aqui mostra ter tido conhecimento.

([39]) São de acentuar a penetração e a clareza de vistas que Araújo evidencia ao pôr à consideração do Príncipe Regente todas estas hipóteses. Estas ideias e outras análogas poderiam surgir nos planos de Napoleão acerca da Península e de Portugal, dada a rapidez e o inopinado de muitas das suas decisões políticas, tantas vezes influen-

O homem que faz casar seu Irmão casado, e com F.os com a Filha dum Soberano tem ambição para o que acabo de referir e para muito mais. Um emb. pode ter a insolência de pedir respostas categóricas em prazos curtos e parece necessário de antemão prever e precaver.

Já se ponderou que tropas estrangeiras para guarnecerem as costas seriam piores do que conquistadoras; é o modo de fazer prisioneiro o Nosso Augusto Príncipe, e de o obrigar a cessões e ao que acabo de referir. Os Franceses têm a arte de tumultuar os povos, e de fingirem depois que reprimiram os tumultos, aplicando-os aos seus inimigos. S. A. R. depois da entrada de tropas estrangeiras não seria Soberano um só instante, nem estaria segura a Sua Real e Augusta Pessoa.

Portanto, se quiserem entrar por este modo os franceses, parece-me que deve haver repulsa pela força se for preciso.

É preciso também tratar sobre as tropas que devem estar nas fronteiras e nas costas. Parece-me que por ora enquanto não vier a resposta de França,

---

ciadas pela variabilidade dos sucessos da política europeia. Sabemos hoje, por exemplo, que ele, em 5 de Junho de 1806, fez apresentar à Espanha (Isquierdo) por intermédio de Duroc, contra propostas acerca da invasão e partilha do continente português, que consistiam na transferência da Casa de Bragança para o Brasil e na divisão de Portugal em duas partes: ao Sul, a Estremadura, Alentejo e Algarve seriam atribuídos a Godoy; ao Norte, as restantes províncias seriam dadas à Rainha da Etrúria, Maria Luisa, depois de Napoleão a destituir de seus Estados, que entrariam na posse da França para constituírem um reino a confiar a Elisa Bonaparte. Elisa recebeu notificação para assumir a sua nova dignidade a partir de 23 de Novembro. A Isquierdo, isto é, à Espanha, não agradava de modo nenhum a transferência da Casa de Bragança para o Brasil, porque — e nisto as suas ideias coincidiam em grande parte com as de António de Araújo — dizia que o Brasil, governado directamente, não tardaria a tornar-se uma potência de temer susceptível de absorver, ou de revolucionar as possessões espanholas. A sorte da Casa de Bragança andou aos baldões. Isquierdo propôs que, em vez da ida para o Brasil, imposta assim pela França, se compensasse o Príncipe Regente e sua Família da perda de seus Estados, com um reino na Polónia, mas como se verificou que a Prússia, a Áustria e a Rússia não cederiam, para isso, a mínima porção territorial, propôs Isquierdo, então, que à Casa de Bragança se deixasse a posse da Beira e Trás-os-Montes, entregando-se a um infante de Espanha a província de Entre-Douro e Minho. A França ocuparia, então, as províncias portuguesas de África e uma esquadra franco-espanhola combinada ocuparia o Brasil. Algum tempo depois, estas proposições eram modificadas por outras, indicadas por Talleyrand: os Braganças para o Brasil, o Norte de Portugal para o rei de Etrúria, o Sul para Godoy com o título de rei. Carlos IV assumiria o título de Imperador das Espanhas e Índias, garantido pelo poder napoleónico; e, no caso de Carlos IV assim o desejar, passaria à posse definitiva de Espanha e parte central de Portugal, com Lisboa. E não foram estas as últimas combinações.

Fugier, Napoléon et l'Espagne, II, 72 e 73.

não convém fazer grandes movimentos; ainda que mesmo em tempo de paz é prejudicial o aquartelamento de tanta tropa em Elvas e de um Regimt.º de Cav.ª em Moura.

Poderá haver proposição de dinheiro; julgo que novos subsídios não servem senão para arruinar Portugal, e aumentar a sua fraqueza, sem que se possa esperar para o futuro segurança e independência.

Já falei de Peniche; aquela Praça não só servirá de asilo para a Real Família, e de retirada a um corpo de Exército, mas de depósito de efeitos preciosos, e dos papéis do Estado podendo ocorrer conjuntura, em que seja preciso à pressa salvar tudo, porque não podem haver transportes no momento que se deseja para retirada de tropas etc. Quem possuir Peniche pode ameaçar sempre L.ª e fazer entrar por ali um Exército Aliado. O Regimento que se acha em Cascais pode agora ir concorrer para trabalhos, e recrutar-se daquele distrito, mas quando seja preciso guarnecer a Praça para residência da R. Fam.ª será melhor chamar tropas das Províncias do Norte.

Dinheiro para correios e espias.

Insultos a Milicianos.

Se uma esquadra entrar no Tejo além do n.º de N. de guerra permitidos.

Se houver tropas de desembarque.

Uma aliança ofensiva, e defensiva com garantias etc. era por todos os modos um captivr.º pondo Portugal nas circunstâncias de seguir sempre a França no princípio, e decurso das guerras futuras contra a Inglaterra.

Se se fecharem os portos que precauções será preciso tomar para precaver do aprezamt.º os Navios Portugueses.

Também, em 9 de Outubro, Araújo subscrevia este outro parecer, que redigiu:

«Foi proposto por ordem do Príncipe Regente Nosso Senhor aos Conselheiros de Estado abaixo assinados o dizerem o seu parecer sobre o movimento de tropas que deve haver ponderando por um lado que S. A. R. tem prometido à França a clausura dos seus portos aos Ingleses e a sua acessão ao sistema continental e por outro que é muito para recear que a Inglaterra intente uma irrupção no porto de Lisboa para se apoderar da Marinha Real e que para este fim projecte um desembarque em alguns pontos da costa perto desta capital a fim de tomarem de revés as baterias duma ou outra margem do Tejo para mais fàcilmente entrarem nele as forças marítimas inglesas; os mesmos Conselheiros de Estado considerando o perigo a que está exposta esta capital e recordando o exemplo de Nápoles e o recente de Copenhague unânimemente votárão ser conveniente que S. A. R. mandasse aumentar as forças para defesa da capital

que guarnecessem ao mesmo tempo as duas imediações marítimas; assim como para pôr em defesa quaisquer pontos acessíveis na costa de Portugal, e que visto os franceses haverem principiado a marchar de Baiona o resto da tropa deixando a necessária guarnição nas praças acampasse, ou se acantonasse em pontos designados por oficiais inteligentes a fim de marcharem ou para as costas, ou em direcção aproximativa à Fronteira; Finalmente pareceu que era conforme o plano político de S. A. R. pôr logo em estado de defesa as costas deste Reino, e principalmente esta capital, ainda que as tropas para este fim se afastassem da fronteira.

9 de Outubro de 1897.

Marquês de Pombal — Marquês Regedor.

Visconde de Anadia — D. Fernando de Portugal.

António de Araújo de Azevedo.»

Referimo-nos, atrás, à intriga que no Paço se moveu contra o Ministro dos Estrangeiros e da Guerra, por ocasião de ser posta a necessidade da viagem do Príncipe da Beira, intriga que visava a inutilizá-lo como traidor.

Doutra intriga, de que derivou a remodelação ministerial, no Rio de Janeiro, à qual só escapou o Ministro D. Fernando José de Portugal, ao que se afirma por ter teimado em não aceitar a demissão, damos notícia mais adiante.

Como aconteceu quando Luís Pinto, por fraqueza de ânimo e pela sua anglofilia, o desautorizou na altura da ratificação condicional do Tratado de 10 de Agosto de 1797, também a sua substituição no primeiro Ministério nomeado no Rio lhe não diminuiu o afecto do Príncipe Regente que, apesar de Soberano absoluto, tantas vezes foi levado, por prudência, a transigir com as paixões políticas dos cortezãos e áulicos. Em pleno período de afastamento dos negócios públicos e de ostracismo, em Setembro de 1800, o Príncipe lhe fez mercê da Comenda de S. Pedro do Sul, da Ordem de Cristo, e no Brasil solicitava a sua presença nos Conselhos de Estado, onde, de resto, Araújo tinha natural assento, desde que, em 25 de Fevereiro de 1807, havia recebido a mercê de Conselheiro de Estado. Em 17 de Março de 1810, embora afastado do Governo, o futuro Conde da Barca recebia do Príncipe a nova mercê da Grã-Cruz da Ordem de Cristo.

Já naquela altura, em que foi exautorado por Luís Pinto, se pretendeu aniquilar António de Araújo, movendo-se-lhe tal perseguição política, que chegou a ser formulada em Conselho de Estado, também, a acusação de traidor à Pátria e ao Príncipe. Esta invenção, além da relutância do Príncipe Regente

em admiti-la, foi contrabatida pelo duque de Lafões e por José de Seabra da Silva, então ministro, que estavam ao par, principalmente o segundo, da cabala política que em Lisboa, Paris e Londres, se tecera contra o Tratado de 10 de Agosto de 1797 e o seu negociador. José de Seabra recebia, por intermédio de Francisco de Brito, informações confidenciais de Araújo, e sabia que do próprio Príncipe Regente haviam dimanado para Araújo instruções secretas, que não passavam pelo Ministério dos Estrangeiros, a fim de que, desconhecidas de Luís Pinto, este lhes não pudesse utilizar os efeitos. A este respeito, escrevia Araújo a Brito (40): *Pinto* (o Ministro Luís Pinto) *perde tudo, e diga ao Sr. Seabra que suplique da minha parte ao Príncipe que lhe dê ordem para suspender a continuação das instruções: E eu trabalharei para o futuro com as que receber secretamente...* Isto explica, com suficiente clareza, quanto já naquela altura o Ministério se achava dividido, e quanta sagacidade e paciência ao Príncipe Regente foram necessárias para equilibrar, sem demonstrações graves de desacordos, além fronteiras, a política do Gabinete e porque, desautorizado António de Araújo, pùblicamente, no país e nas Cortes de Londres, Paris e Madrid, o Príncipe Regente não só não apoiou a proposta de acusação feita num Conselho de Estado, senão também que continuava a depositar nele confiança.

Mas a posição tomada no Conselho de Estado por Lafões e Seabra, foi pelos antagonistas lançada no *Deve* de ambos, para o saldo de contas, efectuado mais tarde, quando os casos da política lhes facultaram o influírem no ostracismo a que foram votados aqueles dois preclaros portugueses.

Sem dúvida Araújo foi prevenido do que contra si se chegara a tramar naquele Conselho de Estado e esta informação lhe deu a conhecer os aborrecimentos que o aguardariam em Lisboa, se regressasse quando Luís Pinto pela primeira vez lho ordenou. O facto o levou a alegar falta de saúde, esgotamento físico e necessidade de descanso, aliás não desmerecedores de preocupações, e a impetrar a licença para viajar na Alemanha. É o que se infere duma das suas cartas para Francisco de Brito.

Peniche

No parecer de 9 de Outubro de 1807, assim como dos outros documentos inéditos que atrás transcrevemos, mostra-se, com os fundamentos políticos das suas opiniões, além da importância que António de Araújo concedia às viagens

(40) Carta cifrada, de 14 de Junho de 1798.

do Príncipe da Beira e da Família Real, a intenção de apressar a partida de D. Pedro e remover para a última extremidade a do Príncipe Regente e das restantes pessoas da Real Família, isto é, para quando chegasse o perigo de caírem no poder de Napoleão.

Esta última ideia aparece coordenada com a duma organização defensiva, ainda que fraca, destinada à guarnição das fronteiras e à defesa das costas.

As ideias do Ministro acham-se suficientemente patenteadas nos aludidos documentos, para que tenhamos necessidade de as explanar, mas eles nos revelam a novidade do aproveitamento da fortaleza de Peniche, para ali se recolher a Família Real até ao momento decisivo.

Antes de prosseguirmos, não devemos, porém, deixar sem referência especial a contradição que se nota entre o *parecer* de 6 de Outubro e as *notas* de Araújo para informação ao Príncipe Regente, ou para conferência com Sua Alteza Real.

Nas providências 2.ª e 3.ª deste parecer, assinado por Araújo de Azevedo conjuntamente com quatro outros Conselheiros de Estado, preconiza-se que se proponha a Bonaparte uma aliança, mas nas *notas* escreveu o Ministro que a considerava, «por todos os modos», um cativeiro para Portugal, que, à semelhança da Espanha, ficaria acorrentado à França no decurso das futuras guerras com a Grã-Bretanha.

Tiramos desta declaração o convencimento de que Araújo tinha uma tal aliança por inadaptável ao interesse da Nação e só a viria a aceitar, em última análise, como derradeiro móbil do afastamento da ocupação de Portugal por tropas franco-espanholas. Mas o principal objectivo da sua proposta era, pelo menos, o de ganhar tempo pela abertura de negociações que se procuraria protelar o mais possível.

As medidas militares preconizadas no parecer de 9 de Outubro tinham por fim a defesa do porto de Lisboa contra uma acção ofensiva da Inglaterra, julgada provável depois da acessão do Príncipe Regente ao sistema continental e a dos pontos da costa, como Setúbal, mais favoráveis a um desembarque; assim como a cobertura dos pontos nevrálgicos da fronteira e a criação duma massa de manobra, a concentrar numa região apropriada à sua deslocação para operar segundo a linha de invasão preferida pelo adversário. Ligada à indicação destas úteis e necessárias disposições defensivas, aparece a ideia de a Família Real abandonar Lisboa e se aquartelar em Peniche, guarnecendo-se fortemente a praça e pondo-a em condições de resistência.

Araújo insiste na demonstração do valor da praça, além da sua utilidade como depósito, tanto para servir de asilo à Real Família, quanto como fecho

duma manobra de recuo, e ainda de ponto de desembarque de reforços aliados, no caso de virem a conseguir-se.

Fugier (41) escreveu, a respeito desta ideia de guarnecer e apetrechar Peniche, que Araújo se preparava para todas as eventualidades, ao mesmo tempo que jogava com ela contra os dois partidos, porque, consoante falava a Rayneval (França), ou a Strangford (Inglaterra), assim Peniche era fortificada contra os ingleses, ou contra os franceses.

Parece-nos indiscutível, porém, que, aparte tais habilidades políticas, de resto compreensíveis, tudo o que os documentos demonstram é a existência dum propósito de se resistir a qualquer agressor, com a garantia, em última análise, da possibilidade de se dispor dum local de embarque para o Brasil.

Porque se não efectivou este plano? Presentemente, pendemos a crer que pela inconformidade do Príncipe Regente à sua aplicação. Ao contrário do que geralmente se pensa, e dos conceitos formulados com base no muito que acerca da sua complexa personalidade se tem escrito, e que ainda hoje não reflecte um justo juízo sobre D. João VI, todos os negócios do Estado corriam pela sua mão e as decisões, na sua generalidade, têm a marca da sua orientação.

Quanto às pastas geridas por António de Araújo, pudemos, através de numerosos documentos, verificar que não tomava o Ministro qualquer resolução sem prèviamente submeter os assuntos ao exame do Príncipe, indo, até, com relativa frequência a Mafra, donde D. João não queria ausentar-se, ainda que para conferências importantes.

Tomemos, para exemplo, a seguinte carta, de José do Egipto Álvares de Almeida, para Araújo, datada de Mafra, a 11 de Setembro de 1806 e que diz respeito à inopinada vinda da esquadra de lorde S. Vicente a Lisboa e missão especial de lord Rosslyn (42): «O Príncipe Regente Nosso Senhor viu a carta de V. Ex.ª de 9 do corrente, que contém a exposição do que V. Ex.ª tem passado com os três Lords sobre a entrada de comboio no Tejo. S. A. R. não fica descansado com a promessa de lorde Rosslyn, porque crê que ele nos trará a guerra de França e Espanha, e portanto deseja que V. Ex.ª tente ainda algum meio de evitar este grande mal, e lembra se não seria bom negociar a saída da esquadra logo que entrasse o comboio, para por desde modo podermos dizer a França que as tropas não vem p.ª nos obrigar a uma declaração, nem para infringir a nossa neutralidade.

Confia S. A. R. muito nas luzes de V. Ex.ª e espera que V. Ex.ª ainda

---

(41) Ob. cit., II, 236.

(42) Vide Preliminares da 1.ª Invasão francesa em Portugal, p. 21.

achará meio de nos tirar deste grande embaraço, antes mesmo das respostas do Governo Inglês, que é de recear cheguem quando o mal já esteja feito...»

Mas não podemos ir mais além duma conjectura; não se nos depararam, até agora, elementos concretos que nos esclarecessem e permitissem responder à pergunta que formulamos.

Uma conclusão certa se tira, todavia, do conjunto dos sucessos, e é que Araújo previa e acautelava todas as hipóteses possíveis, que culminavam, necessàriamente, num facto: a transferência, no crítico momento oportuno, da Corte para o Brasil.

Lê-se com frequência que a Corte de Lisboa, e portanto o Ministro dos Estrangeiros e da Guerra, António de Araújo, numa inexplicável e culpada inacção, até quase aos últimos momentos ignoraram qual o eixo de marcha de Junot, a transposição da fronteira e a sua progressão em território nacional. O plano da invasão, combinado entre a França e a Espanha, manteve-se, naturalmente, secreto. Competia à nossa embaixada em Madrid empregar os meios necessários para o desvendar e transmitir a Lisboa informações essenciais, que não consta houvesse diligenciado obter. Só mais tarde a concentração operada por Junot em Alcântara esclareceu que a sua linha de invasão seria a da Beira Baixa. Independentemente disto, não é de aceitar que a inépcia da Corte e dos seus chefes militares, instruídos, demais a mais, acerca dos processos de Napoleão e das suas ameaças à Casa reinante, fosse tão grande que se não concluísse, desde havia muito tempo, que o objectivo principal era Lisboa e aprisionar a Família Real. Naquele tempo, de comunicações morosas e de marchas a pé, dificultadas pelas deslocações da artilharia e dos transportes e as da manutenção da retaguarda em território inimigo, o desconhecimento da hora de transposição da fronteira e do início da marcha em território nacional, não oferecia os perigos nem tinha os efeitos que certa crítica parcial pretende impor, dado que se havia assentado, finalmente, em não oferecer resistência e em se transferir a Corte para o Novo Mundo, transferência em que, desde havia dias, se trabalhava com o possível segredo, para manter iludido o povo de Lisboa. Receava-se uma sublevação que impedisse o embarque.

Assentara-se em deixar ao invasor o país aberto, e talvez para esta resolução haja concorrido em muito a consideração de que o efectuar-se o embarque durante a resistência, ou após a sua frustração, é que lançaria sobre a Coroa o desprestígio, com o prejuízo de deixar, então, o país entregue aos horrores das retaliações a que, com o procedimento adoptado, se quis poupá-lo.

Os que defendiam a fórmula do embarque durante a batalha defensiva, ou após o seu malogro; os que baseiam o seu juízo, patriótico aliás, na facilidade com que o nosso exército poderia não só deter, mas até aniquilar as tropas

de Junot, esquecem-se de que nem por isso a nação, invadida também pelo norte e pelo sul, seria poupada à guerra e, principalmente, de que, se Junot soubesse que se lhe oporia resistência organizada nas sucessivas linhas de defesa dos teatros da Beira Baixa e Estremadura, nunca realizaria a marcha nas precárias condições em que a efectuou.

Subordinada, consoante o conhecimento que tinha da situação nacional, à finalidade de chegar a Lisboa a tempo de aprisionar o Príncipe Regente e sua Família, a invasão passaria a ser efectuada segundo as regras duma ofensiva metòdicamente conduzida, com a garantia de reforços oportunos; e, pelo menos durante alguns meses, com a certeza de que reforços aliados não chegariam ao exército nacional, pois que a Inglaterra, como vimos, os havia negado, e fàcilmente aceitou, e patrocinou, a solução da transferência da Corte para o Brasil, que mais convinha, aliás, à sua interessada política.

Sucede, porém, que são falazes as deprimentes afirmações que uns fizeram e outros reproduzem sem uma profunda análise conveniente.

Desde que se não havia procedido à cobertura da fronteira, não é de admirar que a hora da sua transposição pela guarda avançada do inimigo não fosse transmitida à Corte, que pouco tempo depois passou a ter notícias do seu avanço. Pelo menos, desde o dia 21 que se sabia em Lisboa qual a sua situação, e as informações acerca da progressão de Junot chegavam ao Ministro dos Estrangeiros e da Guerra com regularidade. A confiança da Corte quanto à segurança do embarque, pelo perigo em que o poderia pôr a progressão de Junot, era completa. A este respeito, não se receavam os franceses, mas as dificuldades que resultariam dum amotinamento da população da capital. E assim é que a Família Real se conservou em Mafra até ao dia 27, tendo aproveitado os dias 24, 25 e 26 para a preparação do seu embarque e o dos fâmulos e cortezãos.

A Corte no Brasil

Novo elenco ministerial

Desaparecido o Ministro Luís Pinto de Sousa Coutinho, ficaram a António de Araújo dois grandes inimigos pessoais e políticos: D. Domingos de Sousa Coutinho, depois Conde do Funchal e ao tempo Embaixador em Londres, e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, seu irmão, homem ilustrado, activo e trabalhador, mas autoritário e «em extremo partidário da Inglaterra e do Governo pessoal» (43). Era também seu figadal inimigo o inteligente e intri-

(43) Lavradio, Memórias, I, 22.

gante Strangford, e a inimicícia dos dois poderosos titulares, acrescida do valor da posição especial do inglês, muitos dissabores iriam causar no Brasil a Araújo, a quem, dum modo geral, foram adversos os membros da nobilíssima família dos Sousas.

O Conselho de Estado, que sancionou a transferência da Corte para o Brasil, realizou-se na manhã de 24 de Novembro de 1807, em casa do Visconde de Anadia (44).

O Príncipe Regente, que embarcara na nau *Príncipe Real*, chegou ao porto da Baía em 19 de Janeiro de 1807 (45); a 28, ao que parece também por influência do economista brasileiro José da Silva Lisboa, promulgou um decreto a mandar abrir os portos do Brasil ao comércio geral, medida também útil à Inglaterra e por ela desejada; em 7 de Março de 1808 aportou ao Rio de Janeiro o navio que da Baía o conduziu àquela cidade, onde fixou a capital.

O embarque da Família Real fora precedido do conhecido manifesto, assinado pelo Príncipe Regente momentos antes de entrar no barco, no qual, para poupar-se o país aos horrores de esporádicas resistências à ocupação, se ordenava aos portugueses recebessem os invasores como amigos. Esta atitude, sob certo ponto de vista, não desdizia da declarada pelo general Junot (46), já em território nacional.

---

(44) Segundo um dos numerosos documentos da valiosa colecção publicada por Ângelo Pereira no seu D. João VI, Príncipe e Rei, I, 179.

(45) Era comandante da esquadra portuguesa o almirante Manuel da Cunha.

(46) Em Relation de l'Expédition du Portugal (1807-1808), pág. 63, Thiébault, chefe do Estado Maior do Exército de Junot, relatando uma entrevista do general com José de Oliveira Barreto, nomeado, por sugestão do Marquês de Anjeja, com a concordância do Príncipe Regente, para se avistar com Junot e descortinar quais seriam as suas intenções, deixou esclarecido que «le général en chef lui declarà (a Barreto) d'après ses instructions, que l'objet de sa mission étoit d'accord avec les vèritables interêts, des Portugais; qu'il venoit fermer les ports du Royaume à l'Angleterre, et même au besoin défendre le Portugal». Contudo, esta declaração enganosa, tinha apenas em vista tranquilizar o Príncipe e evitar o embarque da Família Real, conforme a declaração inserta no *Moniteur* veio a tempo desvendar. Araújo é que se não deixou iludir; cedendo ao desejo do Príncipe de que se cumprisse a sugestão do Marquês de Anjeja, que aparece, documentalmente, contrário à ida para o Brasil, em 21 de Novembro dizia em carta ao Príncipe, para Mafra, que executaria suas ordens quanto à viagem de Barreto, a quem desejava que, antes de se deslocar ao encontro de Junot, o próprio Príncipe afirmasse que era sua firme resolução retirar-se para o Brasil, e que só no caso de não entrarem as tropas invasoras (ou de se retirarem) deixaria de o fazer. Não deixam lugar a dúvidas estas palavras da sua carta para o Príncipe: «Junot, se tem ordens positivas, não as altera; se as tem condicionais, há-de querer ganhar nessa ocasião; enfim, partirá Barreto, e ouvirá o que diz Junot». (Ângelo Pereira, vol. I, 187).

Araújo havia embarcado na nau *Medusa* e, durante o tempo em que a esquadra se conservou ao largo, continuou a regular os assuntos que de si poderiam depender, assim como a manifestar ao seu Príncipe dedicação e cuidado pelo que à Família Real poderia ter acontecido em face dos três dias de tormenta que flagelaram a armada.

Assim, em 28 de Novembro escrevia ao Príncipe Regente para lhe comunicar que para o Porto fora expedida a ordem, pelo Príncipe determinada, de se não oferecer resistência, nem civis, ou as tropas portuguesas, cometerem hostilidades contra as francesas e espanholas, que deviam ser recebidas como amigas. Ao mesmo tempo, informava ao Príncipe que tendo Strangford, pouco antes, estado a bordo da Medusa, haviam combinado algumas cousas relativas à Convenção com Inglaterra (a de segurança da esquadra durante a rota para o Brasil), acrescentando que Strangford tentara arrancar-lhe a permissão de os ingleses ocuparem os fortes de Lisboa. A este desejo obviou Araújo, objectando que essa ocupação era desnecessária e só poderia servir para que, quando os franceses entrassem na capital, fusilassem, em retaliação, as guarnições portuguesas ([47]).

Duramente experimentada pelos temporais na viagem, a *Medusa* aproou a Pernambuco, onde Araújo ficou demorado um mês, para reparações importantes no navio e, fazendo escala pela Baía, donde o Príncipe já havia retirado, só chegou ao Rio de Janeiro a 6 de Março de 1808. Esta demora veio também em auxílio dos desígnios de D. Rodrigo de Sousa Coutinho que fora Ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos e, desejoso de afastar António de Araújo do labor ministerial, conseguira tomar para si a gerência das pastas que ele sobrassara. O novo Ministério ficou constituído, no Rio, por D. Fernando José de Portugal, futuro Marquês de Aguiar, nas Secretarias de Estado do Reino e Fazenda e Ministro assistente ao Despacho; D. Rodrigo nas dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e o Visconde de Anadia na Marinha e Domínios Ultramarinos. Sobre o novo Ministério exerceu Strangford uma quase tutela.

Entre os numerosos, interessantes e esclarecedores documentos publicados por Ângelo Pereira ([48]), figura um, da autoria de D. João de Almeida Melo e Castro, 4.º Conde das Galveias, que nos instrui sobre a actuação de D. Rodrigo para obter o deslocar Araújo do Ministério, substituindo-o; não duvidou o Conde de Linhares, pelo que ali se refere, lançar mão da intriga, em que se mostrava hábil, para conseguir que a nau Príncipe do Brasil, em que embarcara com sua mulher, três filhos e seu irmão, o Vice-Almirante D. Francisco de

([47]) Ângelo Pereira, op. cit., 182 e 183.
([48]) Op. cit., III, 47.

Sousa Coutinho, que nela ia como passageiro, não arribasse à Baía, seguindo para o Rio de Janeiro. Durante a viagem, os dois irmãos desavieram-se: D. Francisco, que ia doente de escorbuto, com as pernas inchadas, como a bordo se principiasse a notar a escassez de mantimentos, quis persuadir o Comandante do navio a aproar à Baía, a fim de ali os obter. D. Rodrigo, porém, ajudado por José Joaquim de Azevedo, opôs-se, «e nesta discussão se injuriaram os três contendores com os termos mais violentos e desusados...». O Conde das Galveias explica o motivo da pressa que tinha D. Rodrigo em chegar ao Rio de Janeiro antes do Príncipe, porque «vizava a ser Secretário de Estado no novo Ministério que se formasse no Rio de Janeiro». Temendo, porém, que no ânimo do comandante da nau prevalecesse a opinião de D. Francisco, em virtude do seu alto posto na Armada, «passou a buscar particularmente o Commandante Garção, e p.ª o dissuadir lhe declarou que seu Irmão D. Francisco o queria perder pello Conselho q. lhe dava da arribada à Bahia; q. se acautelasse contra esta machinação, porq. lhe asseverava que todas as Pessoas do Paço que vinham n'aquela Nau desaprovavão a arribada e clamarião contra elle Garção se a effectuasse, e sucedeo que ou por diligencias de D. Rodrigo ou por outra qualquer força motriz escrevessem algumas Senhoras ao Commandante insistindo na viagem em direitura p.ª o Rio, intimidando-o com a indignação de D. Rodrigo se viesse a entrar no Ministério, e com a nullidade de D. Francisco q. nunca lhe poderia ser proveitosa, e sucedeo determinar-se o Commandante a vir buscar o Rio».

O manifesto do Rio de Janeiro

Quando o Príncipe Regente embarcou em Lisboa, a situação da Casa de Bragança, como Casa reinante, achava-se esclarecida pelo *Moniteur* que eliminava os reis de Portugal do número dos soberanos europeus.

Napoleão praticara em 1807 a ameaça proferida contra a independência portuguesa em Fevereiro de 1806.

Pouco antes, em Janeiro deste último ano, Godoy desenvolvia em Paris uma das suas intrigas, segundo a qual insinuava a Napoleão que lhe confiasse a regência de Portugal (49).

Segura a Corte no Brasil, definida a situação do lado de França e dissipada definitivamente a ilusão que o Príncipe Regente durante tanto tempo alimentara de que os interesses dinásticos das duas Monarquias peninsulares, com a lição de 1801, influiriam no ânimo de Carlos IV e de Maria Luisa na

(49) Hans Madol, Godoy, pág. 141 da tradução espanhola.

defesa do trono em que se sentavam seu genro e sua filha, para os levarem a conseguir afastar a invasão do solo lusitano, o Governo português definiu também uma nova atitude em face da agressão, publicando, em 1 de Maio de 1808, um manifesto, no qual, expondo-se agravos recebidos do Governo francês e repetindo-se as condições do ultimatum napoleónico, de Agosto de 1807, o Príncipe Regente declarava rotas as relações com a França, e autorizava seus súbditos a mover-lhe guerra. Ao mesmo tempo, o manifesto declarava nulos os Tratados de 1801 e de neutralidade de 1804, concluídos com Napoleão, porque este os havia infringido; e que, de acordo com a Inglaterra (50), o Príncipe Regente não deporia as armas, nem consentiria na cessão de Portugal, «qui forme la plus ancienne partie de l'heritage et des droits de Son Auguste Famille» (51). Por último, se afirmava que as relações luso-francesas seriam restabelecidas quando o Imperador dos franceses satisfizesse todas as reclamações de S. A. R. e abandonasse o tom ditatorial com que regia a Europa oprimida.

Como Conselheiro de Estado, coube a António de Araújo dar parecer sobre este manifesto, redigido por D. Rodrigo de Sousa Coutinho e com o qual se declarava guerra à França (52).

António de Araújo, no seu parecer escrito, apontou-lhe diversos erros e inconsequências, indicando as correcções que lhe parecia deverem ser feitas na sua redacção. Dentre uns e as outras, destacamos dois factos: um, a afirmação de que o Imperador dos franceses havia exigido que a Corte portuguesa se não retirasse para a América, com a promessa, em reciprocidade, de que o exército de Junot não entraria em Portugal, conservando-se na fronteira em vigilância da forma como o Governo português cumprisse a cominação do encerramento dos portos, mas consumando-se a invasão se os ingleses forçassem os portos, ou as costas portuguesas.

Contradisse Araújo, com a declaração de que jamais tivera conhecimento de tais proposições feitas pela França.

Era o outro facto a incoerência em se declarar a guerra apenas à França, omitindo-se a Espanha, que procedera à invasão do continente lusi-

---

(50) Não havia, ao tempo, entendimento directo e peremptório entre o Rio e Londres a este respeito. Quando, no manifesto, se fala em acordo com o antigo e fiél aliado de S. A. R., era Strangford quem, por sua iniciativa, assegurava o acordo. Outra era, ainda, porém, a posição do Gabinete de S. James, como expusemos em «Preliminares da 1.ª Invasão francesa em Portugal», pág. 59.

(51) Ângelo Pereira, op. cit., III, 18.

(52) O Conselho de Estado era composto por Araújo, o Visconde de Anadia, D. Fernando de Portugal, o 2.º Marquês de Pombal, os Marqueses de Belas e de Anjeja e D. João de Almeida Melo e Castro.

tano em combinação com o Gabinete das Tulherias e cujo «procedimento inconsequente e pérfido», com Portugal, a punham no mesmo nível. Desta incoerente omissão não via Araújo que utilidade adviesse à Nação, dado que ela não iludiria o Gabinete de Madrid acerca da intenção de lhe ser movida guerra, como à França, enquanto este país e a Espanha se mantivessem unidos, pela aliança. «O público, dizia Araújo, há-de vacilar nos seus juízos sobre esta desigualdade, e a Corte de Madrid não se há-de capacitar por este silêncio de que S. A. R. não intentará atacar os seus Estados na América» (53).

Uma passagem deste parecer de António de Araújo foi contestada por D. João de Almeida Melo e Castro. No manifesto, D. Rodrigo escrevera que «quando a Corte de Portugal se julgava segura de que a das Tulherias respeitaria a sua neutralidade, foi despertada da sua segurança por uma declaração, feita em Agosto de 1806 por Talleyrand a Lorde Yarmouth, de que, no caso de a Inglaterra não aceder à paz marítima, o Governo francês declararia guerra a Portugal, ocupando-o com 30 mil homens.»

Queria D. Rodrigo reportar-se às causas da missão especial de lorde Rosslyn em Lisboa, como enviado extraordinário do Governo britânico e da consequente entrada, no porto da nossa capital, da esquadra de lorde S. Vicente, factos resolvidos por Araújo como Ministro dos Estrangeiros, tomando a ameaça como verdadeira e considerando, assim, justificada a atitude britânica da enviatura dum exército de socorro, e também de ocupação, que não havia sido negociada, nem sequer fora objecto de formulação de pedido.

Comentando esta passagem do manifesto, explicou Araújo, no seu parecer, que não houvera, da parte de Talleyrand, a declaração formal a que D. Rodrigo se reportava; Talleyrand tinha falado nisto para intimidar a Corte de Londres, «o que motivou a expedição da esquadra de lorde S. Vicente, mas posso segurar a V. Ex.ª que não constou de declaração alguma formal, nem de se haver tratado da força de um Exército destinado a ocupar Portugal: o Governo inglês assim o entendeu, e mandou retirar a esquadra».

Comentando aquela afirmativa, escreveu D. João de Almeida que estava muito bem lembrado das ameaças de Mr. Talleyrand a lorde Yarmouth, as quais foram públicas, tanto pelas notícias das gazetas, quanto pelas declarações feitas no Parlamento britânico; e que o ter-se retirado de Lisboa a esquadra inglesa, mais se devia atribuir às instantes representações do nosso Governo para que regressasse à Inglaterra, a fim de nos não comprometer com a França. Porém, o reparo oposto por D. João de Almeida não invalida a precisa declaração de

(53) Documento publicado por A. Pereira, op. cit., 19. São muito interessantes todos os pareceres, que podem ver-se de págs. 19 a 43.

Araújo relativa a um momento grave para a conservação da neutralidade, que o Príncipe Regente a todo o custo pretendia se conservasse.

Por aquele tempo, Napoleão achava-se preocupado em consolidar a confederação do Reno, constituída pelo Tratado de Paris, de 12 de Julho de 1806 e havia negociações para uma paz geral, que o Imperador dos franceses não recusara.

As ameaças, a que D. Rodrigo aludia, foram um dos meios de que se servira Talleyrand para levar a Inglaterra a aceitar as propostas respectivas. É de supor que, continuando Fox à frente do Governo, o Gabinete londinense viria a transigir. Porém, como caísse gravemente enfermo da doença de que faleceu a 13 de Setembro, o partido inglês da resistência a todo o custo frustrou o entendimento.

A Inglaterra conseguira que a Prússia iniciasse a mobilização em 9 de Agosto, data da carta escrita por S. Majestade Britânica ao Príncipe Regente a comunicar-lhe a enviatura de lorde S. Vicente e o significado do apoio da esquadra, com tropas de desembarque.

A Corte de Lisboa obtemperou, significando à de Londres o risco escusado a que nos expunha e solicitando o regresso da esquadra, ao mesmo tempo que informava a de Paris do que se estava passando e de como em Lisboa era repelida a intervenção inglesa. Enquanto estas negociações decorriam em Lisboa directamente com lorde Rosslyn e ainda entre o Gabinete lisbonense com os de Londres e Paris, em Espanha Godoy atravessava também uma fase de oposição à França, da qual deveria apressadamente desistir e desdizer-se logo que recebeu a notícia da derrota dos prussianos em Iena; em 26 de Setembro, Frederico-Guilherme dirigia a Napoleão um ultimatum; em 30, lorde Rosslyn comunicava ao nosso Ministro dos Estrangeiros a partida da esquadra de lorde S. Vicente e, portanto, o malogro da sua intervenção.

Uma estreita correlação unia, pois, todos estes factos bélicos, ligados à preparação e à execução da campanha da Prússia e da Polónia, ou seja da quarta coligação suscitada pela Inglaterra contra a França. Prevendo-lhe as dificuldades e embora muito confiasse no poder das forças da Prússia e da Rússia, às quais também se aliava a Suécia, a Grã-Bretanha quebrava a nossa neutralidade, tão ciosamente defendida.

É evidente que, a não reagir para a manter, a não proceder o Governo lisbonense como procedeu, essa quebra, consentida em virtude da pressão britânica, equivaleria a uma declaração de guerra à França, ainda que esta não fosse objecto de participação diplomática.

Vencedor da Prússia em Iena e Auerstädt, Napoleão, em 27 de Outubro, entrou triunfalmente em Berlim e ali, em 21 de Novembro, assinou o famoso

decreto do bloqueio continental. Era a resposta à atitude britânica perante as anteriores negociações de paz, e ainda à de 16 de Maio, quando o Governo inglês declarou que nenhum navio da sua nação poderia entrar em porto francês, batavo, ou aliado da França e que seria posto embargo geral sobre os navios franceses, ou de seus aliados, que entrassem em portos ingleses, bem como sobre as pessoas e mercadorias encontradas a bordo de tais navios.

Se não perdermos de vista que o fulcro da política externa portuguesa era a manutenção da neutralidade reconhecida pela França em 1804, deduziremos fàcilmente como, em face do memorável desastre da campanha de 1806, que provocou o desfalecimento e a submissão da Prússia inteira, foi grande a presciência da nossa Corte ao assumir a firme atitude de recusar a anuência ao plano inglês, que era violação da neutralidade e provocação à França.

Dos pareceres dos Conselheiros de Estado, apenas foram abertamente favoráveis à publicação do manifesto, tal como fora redigido por D. Rodrigo, o 2.º Marquês de Pombal e o Marquês de Belas, o que originou os diversos cortes e as alterações que sofreu.

Uma campanha difamatória

Em Londres e no Rio de Janeiro se moveu campanha difamatória contra o antigo Ministro. Também Strangford lançava activamente achas na fogueira destinada a queimá-lo, apoiando naquelas duas capitais o descrédito de Araújo, em que se empenharam D. Rodrigo e seu irmão (54).

A tal ponto se tornou perigoso o desconceito, levado ao domínio público, dentro do território nacional e fora dele, que António de Araújo julgou oportuno e necessário pôr-lhe termo, recorrendo, em 1810, directamente à justiça do Príncipe Regente, numa representação (55) escrita que lhe remeteu, na qual

(54) No vol. citado, 191, Ângelo Pereira inseriu um «Apontamento da letra de D. Rodrigo de Sousa Coutinho», que exprime a que ponto o ódio levou o Conde de Linhares a fazer insinuações graves contra Araújo, a fim de volver contra ele, irremovìvelmente, a animadversão do Príncipe Regente.

(55) Diz Inocêncio (Dic.º Bib.º, I, 89), que esta representação só foi publicada alguns anos depois da morte do Conde da Barca, em Londres, no vol. I do *Campeão Português* e que foi confutada no *Investigador Português*, n.º XXXVI (Junho de 1814), p. 60. Inocêncio supõe que o Conde do Funchal não foi estranho à redacção e publicação da *Resposta pública à denúncia secreta*, do *Investigador* e a outras, uma das quais da autoria do fundibulário e pouco autorizado P.e José Agostinho de Macedo. Artur da Cunha Araújo publicou a *Representação* de Araújo no seu *Perfil do Conde da Barca*, p. 81, assim como a *Carta Régia*, mas não fez referência alguma à *Resposta*

acusava declaradamente de difamadores os Condes de Linhares e do Funchal. A sua queixa foi atendida e o Príncipe deu-lhe honrosa reparação na *Carta Régia* de 17 de Março daquele ano, pela qual, em recompensa dos *distintos serviços, que com zelo, honra e acerto me tendes feito...*, o promoveu à dignidade de *Grã-Cruz da Ordem de Cristo na Comenda de S. Pedro do Sul que tendes...*

A influência inglesa sobre o Ministério, mantida pelas actividades de Strangford, logo se traduziu num tratado secreto, segundo o qual o Ministério britânico era autorizado a ocupar, com tropas inglesas, as ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde e o Estado da Índia.

Também os ingleses pretenderam ocupar Macau.

Afastado dos cuidados da gerência ministerial, nem por isso o infatigável espírito de Araújo ficou inactivo, orientando o ex-ministro a sua actividade noutros sentidos, no que, mais uma vez, revelou o seu amor às Ciências e à sua aplicação industrial, como adiante teremos ocasião de descrever.

António de Araújo novamente Ministro

Entrado o ano de 1814, transformada a cena política e guerreira da Europa com a abdicação de Bonaparte, seguida do exílio em Elba, assinara-se o Tratado de Fontainebleau.

O Conde das Galveias, que fora Ministro dos Estrangeiros e da Guerra, desapareceu, neste ano, do número dos vivos e, como dos anteriores ministros restasse sòmente o Marquês de Aguiar, o Príncipe Regente chamou Araújo, confiando-lhe o cargo de Primeiro Ministro e o Ministério da Marinha e Domínios Ultramarinos.

O Visconde de Strangford, no uso e abuso da tutela que até então havia exercido com ministros de fraca capacidade governativa, pessoas de estreitas vistas para abrangerem o significado e o alcance da revolução que cilindrara a Europa, e a cuja actuação, nìmiamente favorável à Inglaterra e moldada em princípios de governação ultrapassados, se deve em grande parte a florescência do separatismo do Brasil, quis opor-se à nomeação de António de Araújo. Mas Strangford havia acumulado contra si muitos ódios, e o Príncipe Regente se

---

pública. O Conde de Linhares tinha falecido em 1812. Todos estes factos são tristes consequências de paixões pessoais e políticas, que se cultivavam e desenvolviam, sem consideração pelos males que causavam à Nação numa quadra em que ela precisava da conjunção do talento com as actividades de todos os seus filhos.

achava também cansado da tutela britânica, pesadamente exercida por um diplomata que, apesar de inteligente, poucas vezes soube, ou quis, ser correcto. Desta vez, Strangford excedeu as marcas da grosseria, desrespeitando o Príncipe, que manteve a sua escolha e ordenou se solicitasse a Londres a imediata revocação do representante britânico.

D. João VI, assim Príncipe Regente que Rei, em consideração à Corte londinense, sempre dispensara ao Visconde Strangford tão elevada estima que o inglês se ensorbebeceu; e, no caso da reposição de António de Araújo no poder, quis impor-se, não só para que se mantivesse o afastamento, senão também para que se pronunciasse de modo efectivo o desvalimento régio do vassalo perante o soberano.

Strangford havia diligenciado que o Príncipe Regente obtivesse a sua elevação, de simples Encarregado de Negócios, a Embaixador de Inglaterra no Rio; contudo, as negociações, conduzidas de boa fé, em tal sentido, não obtiveram o resultado querido de Strangford, que tinha opositores em Londres e no próprio Rio de Janeiro; o insucesso o encheu de despeito contra o Príncipe que o protegera e lhe dispensara amizade e deferência.

Como, pois, o Príncipe Regente se propuzesse nomear de novo a António de Araújo Ministro dos Estrangeiros e da Guerra, Strangford, supõe-se, com algum fundamento, que também para mais agradar ao Conde de Funchal, de quem era partidário como inimigo de Araújo, do mesmo modo que o havia também sido do irmão, Conde de Linhares, obtemperou com excessiva displicência, declarando que tinha instruções do seu Governo para não tratar com Araújo como Ministro dos Estrangeiros. Perante esta atitude, embora estranha, o Príncipe, transigindo, transferiu a nomeação para a de Ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos. Foi então que se declarou a insolência de Strangford se atrever a proibir ao Príncipe o manter esta nomeação de Araújo. Tão escandalosa foi a atitude do representante britânico, que também desde a sua chegada ao Rio ousara hostilizar abertamente a Princesa D. Carlota Joaquina, que o Príncipe Regente mandou transferir o Conde de Funchal de Londres para Roma e solicitou do Príncipe Regente de Inglaterra, em 20 de Fevereiro de 1814, a substituição e retirada de Strangford (56).

Apesar de tão insólita atitude, Strangford, que desejava continuar no Brasil, como visse era irremissível a nomeação de Araújo, com rara duplicidade modificou a sua anterior e opósita atitude, procurando cativá-lo.

Em 13 de Fevereiro de 1814 — facto de que Araújo deu conhecimento ao Príncipe Regente no mesmo dia —, depois de o ter procurado em casa sem o

(56) Soriano, História da Guerra Civil, 3.ª Época, I, 17.

encontrar, lhe solicitou a marcação de dia e hora para uma conferência, cujo fim era, evidentemente, reduzir no alvejado os efeitos morais da guerra que anteriormente lhe movera. Serviu de pretexto à conferência o assunto do regresso do Príncipe Regente a Portugal.

Strangford iniciou a conversa com Araújo, realizada em 14, com a declaração de invariável amizade e consideração pelo seu interlocutor, lamentando «houvesse intrigantes que pretendessem espalhar opiniões contrárias a estes seus sentimentos, cuja pureza e verdade atestava debaixo de sua palavra de honra, em virtude do que segurava que jamais dera aqui um passo em detrimento de meus interesses na Real presença (referia Araújo ao Príncipe), antes pelo contrário e que afinal era uma prova destas suas amigáveis disposições a proposta, que há mais de um ano me fizera de entrada para o Ministério, a que eu dera então a mais determinada negativa».

Não deixou Strangford de aludir à sua anterior oposição ao regresso de Araújo ao Ministério, significando-lhe o fizera por fidelidade às suas instruções. Araújo furtou-se a tratar com ele tão delicado assunto, procurando convencê-lo de que ignorava quanto se havia passado. E o Visconde, com notável desfaçatez, assegurou-lhe que ia escrever para Inglaterra e se esforçaria «por que as cousas ficassem no pé da melhor inteligência e harmonia»; e ainda que, não lhe sendo possível tratar com o Marquês de Aguiar os assuntos relativos ao seu país, deveria ser Araújo quem se ocupasse da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, insinuação arrojada e impertinente que o Ministro repeliu ([57]), afirmando que jamais aceitaria semelhante incumbência.

Na correspondência que, a este respeito, houve de trocar com o Príncipe, Araújo tudo fielmente lhe relatou, esclarecendo, a propósito do diálogo acerca do regresso de D. João a Lisboa, que este mesmo diálogo mostrava quanto valia a firmeza que S. A. R. a Strangford havia anteriormente mostrado, e na qual o aconselhava a persistir. «Está mais que conhecido o carácter de lorde Strangford; quer ver se modera tudo, mas é fora de tempo, e continuando V. A. R. na Sua resolução será respeitado como deve ser» ([58]). Algum tempo depois,

---

([57]) É espantosa a audácia de Strangford neste lance, visto que fora a sua declarada oposição a que Araújo voltasse a sobraçar a parta dos Estrangeiros e da Guerra que levara o Príncipe a confiá-la ao Marquês de Aguiar e a deslocá-lo para a da Marinha. Apesar da sua declaração, que no momento era a única que, dignamente, Araújo podia fazer, dentro de pouco tempo, de facto, ele era quem regulava os assuntos do Ministério dos Estrangeiros, passando a exercer o cargo de Ministro assistente ao despacho.

([58]) Depois de, em data de 31 de Dezembro de 1814 ter sido comunicada à Corte do Rio a revocação de lorde Strangford, a título de licença para voltar à pátria logo

com a morte do Marquês de Aguiar, Araújo assumiu a regência de todas as pastas, ficando a ser o único Secretário de Estado.

Naquela carta de 20 de Fevereiro 1814, em que pedia ao Príncipe Regente de Inglaterra a remoção de lorde Strangford, referiu-se o Príncipe Regente de Portugal ao seu novo Ministro nos mais honrosos termos: «...foi da minha von-

---

que D. João houvesse por bem que ele se despedisse, Strangford dirigiu uma nota ao Marquês de Aguiar na qual, parecendo ter caído em si, se referia, com humildade, à consideração e à «bondade infinita» com que o Príncipe Regente o tratara «durante perto de doze anos». Acerca das suas deslealdades contra António de Araújo, esclarecia, a título de pretensa justificação: «Pelo que respeita à minha oposição à nomeação de S. Ex.ª o Sr. António de Araújo, V. Ex.ª pode conceber fàcilmente que não é esta a ocasião em que me devo justificar. É-me só permitido declarar solenemente, e sobre a minha honra, como homem de bem e como inglês, que esta oposição nunca foi de modo algum pessoal, e que jamais eu me gabei dela nem em todas as sociedades (como se apresentou a Sua Alteza Real) nem mesmo aos meus amigos íntimos e particulares. Seguramente que não sou costumado a contar em público os negócios da minha missão e teria sido necessário ter caído em uma espécie de demência, para ter adoptado uma conduta diferente em negócio tão delicado como o de que se trata! Lastimo pois sòmente que se tenha abusado da boa fé deste ministro, e consequentemente de Sua Alteza Real, fazendo atribuir a uma inimizade pessoal aquela repugnância, que foi ùnicamente fundada sobre princípios, e sobre as instruções do meu governo!»

Sucedera, porém, que na sua carta ao Príncipe Regente, D. João, anteriormente citada, afirmava o Príncipe Regente D. Jorge: «Confio em que vossa alteza real nunca deixou de me fazer a justiça de acreditar que as instruções por que se tem dirigido o ministro de sua majestade durante a sua residência no Rio de Janeiro, sempre foram ordenadas da minha parte com o desejo sincero de contribuir quanto pudesse para a prosperidade de vossa altera real e dos seus estados; de atender à verdadeira honra e dignidade da monarquia portuguesa; de habilitá-la a desenvolver do modo mais eficaz os nobres esforços dos fiéis vassalos de vossa alteza real a bem da causa da sua independência, e de prover aos verdadeiros interesses da aliança, que tão felizmente subsiste entre sua majestade e vossa alteza real. Tenho recebido frequentes provas de que na execução destas instruções, o zelo e inteligência patenteados na Corte de vossa alteza real pelo ministro de sua majestade, no decurso das suas relações com os ministros de vossa alteza real, produziram vantagens reais e essenciais para a causa comum, e esta circunstância aumentou a minha surpresa e pesar por ver que o procedimento desse ministro deixara de ser considerado por vossa alteza real como conveniente ao ministro do seu aliado».

De tudo quanto sabemos parece, pois, poder-se concluir que não foi do agrado de Inglaterra a demissão de Strangford, que tanto conseguira nos domínios portugueses em benefício dos interesses britânicos, nem a nomeação de Araújo, contra quem subsistiam em Londres antigos ressentimentos, ampliados pelas intrigas dos seus adversários políticos e de Strangford. E que o procedimento deste Ministro acerca de António de Araújo, além de determinado pela aversão pessoal, se filiava no convencimento de que sempre acabaria por achar no Foreign Office favorável eco, e apoio na influência do nosso Embaixador.

tade nomear também para a pasta dos negócios estrangeiros e da guerra o Conselheiro d'estado Araújo (António de Araújo), que sempre chamei às sessões deste Conselho, celebradas desde que estou no Brasil, não só porque não tinha aqui outro que pudesse desempenhar este importante cargo, mas porque, sendo conhecido geralmente o mérito deste indivíduo, nunca descobri nele (apesar de haver sido em certa época tão caluniado, como inocente) senão sentimentos de honra e de lealdade, e princípios políticos de adesão à aliança que há tanto existe entre as nossas Cortes».

Elevação do Brasil a reino

Não tendo António de Araújo, apesar da diversidade de trabalhos a que se dedicou durante o período de seis anos, em que esteve afastado do Governo, descurado o estudo da evolução da Europa, assim como a análise do rumor subterrâneo que, já então, era perceptível no Brasil, ao ser restituído ao Governo levava consigo planos esboçados e amadurecidos por uma demorada observação dos factos, e foi o autor da lei que elevou o Brasil à categoria de Reino (59), publicada com data de 16 de Dezembro de 1815. Desde logo as

(59) Alguns autores (Vide, por exemplo, História de Portugal por uma Sociedade de Homens de Letras, 6.°, 136, e Dic.° Popular, nome António de Araújo de Azevedo) escreveram que por esta lei se fechara *ao Brasil a sua época colonial.* Importa eliminar dos espíritos das gerações actuais tão desacertado conceito, como as falsas ideias que dele podem derivar. O Brasil, como a Índia (como, de resto, os outros domínios ultramarinos lusitanos), nunca foram considerados por Portugal *colónias.* Um e a outra foram erigidos em *Estados,* denominação que têm na documentação coeva (para o Brasil desde D. João III); assim o demonstra o sentido da legislação que os regia e os seus termos. Temos, pois, por erróneo o critério que presidiu à denominação do *Ministério das Colónias* quando este foi criado por desdobramento do antigo Ministério da Marinha e Domínios Ultramarinos, abandonando-se esta legítima e tradicional nomenclatura, que até Link (Voyage en Portugal, I, 315 da Ed. de 1803) se incumbira de divulgar na Europa do seu tempo.

Esse Ministério deveria ter recebido a designação de *Ministério das Províncias Ultramarinas;* e, por similiar conceito, o *Acto Colonial* teria ficado acertada e rigorosamente designado por *Acto das Províncias do Ultramar.*

A demonstração de que o Brasil nunca foi *colónia* portuguesa, mas um *Estado* (Estado do Brasil) ou um *Estado Império,* segundo a designação de Oliveira Lima em *Instituições Políticas Brasileiras* (para quem não possa convencer-se disso pela investigação directa da legislação portuguesa para o Estado do Brasil, vasta documentação existente, pela leitura da história luso-brasileira, ou da dos diversos autores que se preocuparam com o estudo da acção portuguesa no Brasil) acha-se brilhante-

Potências reconheceram a nova situação portuguesa e o título de *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*, felicitando o Príncipe Regente pela oportunidade e presciência da transformação.

Pretendeu, assim, ir ao encontro das aspirações dos brasileiros, iniciando em Portugal um sistema administrativo que, se pudesse ter ficado submetido à sua orientação durante mais dilatados anos do que permitiu a sua curta vida, estaria certamente destinado a imprimir à orgânica da Nação portuguesa uma grandiosa estrutura imperial, orientação similar à que a Inglaterra veio a adoptar para manter, unidos à Coroa, os domínios que a evolução foi transformando em Estados autónomos.

O Congresso de Viena

A 11 de Abril de 1814, Napoleão assinava, em Fontainebleau, a capitulação, a que se seguiu o desterro do Imperador para a ilha de Elba e a restauração dos Bourbons no trono de S. Luís, na pessoa do antigo Conde de Provença, agora Luís XVIII.

Seguiu-se a este acto da Convenção de Paris, de 23 de Abril, celebrada entre a França por um lado e os aliados — Áustria, Prússia, Inglaterra e Rússia — por outro, para a suspensão de hostilidades. A esta Convenção dava em Paris, a 8 de Maio, a sua adesão o Príncipe Regente, representado neste acto pelo Conde de Funchal, D. Domingos de Sousa Coutinho, que também, como plenipotenciário, assinou o Tratado de Paz, de 30 de Maio, concebido em termos análogos àqueles que haviam servido aos Tratados subscritos pelas outras Potências aliadas.

Foi por este Tratado que Portugal se obrigou a restituir à França a colónia da Guiana, conquistada durante a guerra peninsular por um contingente português, reforçado por soldados britânicos e que Portugal ficara ocupando como conquista própria.

Antes de subscrever o Tratado, D. Domingos ressalvou, em declaração escrita aos restantes referendários, que o seu Governo não desistiria de estabelecer o rio Oyapok por limite entre o domínio português da América do Sul e a Guiana francesa.

A fixação deste limite tinha constituído uma das grandes dificuldades

---

mente feita no excelente e exaustivo estudo de Tito Lívio Ferreira, transcrito no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.ºs 10-12 de 1957, e republicado na revista *Scientia Iuridica*, de Braga, Tomo VII, n.º 38, p. 529 e intitulado — *O Brasil não foi Colónia*.

que António de Araújo procurou vencer contra as pretensões do Directório quando negociou o malogrado Tratado de 10 de Agosto de 1797, em cujo artigo 70 se estabelecera que o limite entre a Guiana francesa e o Brasil seria o rio Calcuene, assim nomeado pelos portugueses, e pelos franceses de Vicente Pinson. Exigia, então, o Directório, como condição basilar da negociação, a retrocessão das terras situadas na margem esquerda do Amazonas e das ilhas deste rio a Norte do seu principal curso, com derrogação expressa dos artigos 8, 10 e 11 do Tratado de Utrecht, de 11 de Abril de 1713 (60).

Como dissemos, António de Araújo voltara ao Governo desde Fevereiro de 1814, facto que corresponde a uma viragem na orientação política nacional. Para a embaixada de Portugal em Londres fora nomeado o então Conde, depois Duque de Palmela, sendo D. Domingos transferido para Roma. O Conde de Funchal, porém, recusou-se a cumprir a ordem, protelando-lhe a execução, e a entregar a embaixada a Palmela. Baseando-se numas instruções e respectivos plenos poderes, que do Rio de Janeiro havia recebido já em Janeiro de 1810, tomou a iniciativa de partir de Londres para Paris, concedendo ao Conde de Palmela apenas a situação de seu acessor; para o Rio de Janeiro comunicou esta resolução ao Marquês de Aguiar, em 31 de Julho de 1814, e deste modo participou na aceitação e assinatura do Tratado de Paz de 30 de Maio, a que o Príncipe Regente, recusou a ratificação, «expressa e formalmente desautorizando o seu embaixador», Conde do Funchal (61).

Ora, desde havia muitos meses que, em resultado do desastre da campanha da Rússia, se começara a ver mais claro na situação da Europa, divisando-se, sem grande dispêndio do poder de previsão, a queda do império napoleónico, aliás também internamente minado por traições de ministros e rivalidades de generais, e externamente por defecções de aliados.

Disso recebia António de Araújo seguras informações, entre as quais se contam como das de maior eficiência as que Ambrósio Joaquim dos Reis lhe remetia a miude de Londres. Assim, lhe dizia este (62), numa apreciável descrição da situação geral da Europa: «A cacheirada sobre Bonaparte foi muito grande; e se as tolices, ambições particulares e intrigas de alguns Governos não o auxiliarem tão fortemente como em 1797, parece-me incrível que ele ao menos não seja obrigado a mudar de tom e a diminuir os seus projectos. Os povos de Alemanha estão já cansados do jugo, os da parte do Norte correm todos

(60) Nota do Ministro Charles Delacroix, de 13 de Abril de 1797, para António de Araújo, por este contestada em 17 do mesmo mês.

(61) Vide o doc.º 1A, publicado por Soriano, Hist. da Guerra Civil, 3.ª ed. VI, 10.

(62) Carta de Londres, de 13 de Maio de 1813.

às armas debaixo da protecção dos exércitos russos e prussianos que se aumentam todos os dias. Os suecos já desembarcaram a tomar posse da sua Pomerânia e outras expedições daquelas tropas vêm seguindo, que se supõe formarão o total de 25 mil homens, os quais, unidos à Legião alemã que está formando o Imperador da Rússia e a algumas tropas russas, dizem fará um exército de 70 mil homens, que será comandado por Bernardotte.

A Áustria, apesar do parentesco, tem já dado passos que mostram não ter intenção de unir-se a Bonaparte contra os russos e prussianos; e quem conhece a ambição e propensões do Gabinete de Viena, não pode deixar de crer que ele se tentará com a oferta que os aliados não deixarão de fazer-lhe, de receber os seus antigos direitos em Itália, na Ilíria e na Alemanha; pois ainda que a França lhe prometa o mesmo (o que não creio) aquele Gabinete bem sabe que neste ponto se deve fiar mais nas promessas da Rússia que nas de Bonaparte e que se este ficar de cima na contenda, não se há-de esquecer da frieza com que as tropas austríacas auxiliares fizeram a guerra na Polónia, do armistício ilimitado que concluíram com os Russos na fatal retirada dos Franceses e o pouco que fizeram para a auxiliar; da admissão de lorde Walpole nos Estados austríacos; da declaração que o seu Governo mandou fazer pelos governadores das províncias a respeito de reforçar os exércitos para procurar uma paz fundada sobre bases sólidas e duráveis, etc. etc.

Enquanto, porém, se oferece este prospecto lisonjeiro da parte dos aliados, Bonaparte e os Franceses interessados na conservação da sua ainda verde e mesquinha dinastia, não deixam de empregar-se, com toda a sua actividade e energia em criar um novo exército. 530 mil homens votou já o Senado que se puzessem à disposição do Governo: resta saber se será possível levantar tal número de recrutas, pois os Holandeses, Italianos e os mesmos Franceses, têm horror à guerra depois de verem mais de 600 mil dos seus amigos e parentes sacrificados à ambição e doidices de Bonaparte, pois até os seus mesmos partidários reconhecem já os erros crassos que ele cometeu em empreender e no modo mesmo de conduzir as guerras da Península e da Rússia. O prestígio, pois, da invencibilidade do Imperador ficou inteiramente dissipado depois da vergonhosa retirada da Rússia e a consequente perda dos aliados da Alemanha: por conseguinte, os recrutas que compõem os novos exércitos, só por meio das maiores violências e terrorismo se poderão ajuntar e pôr em acção, e muito duvido que montem ao número votado. A falta de oficiais experimentados para formarem os novos exércitos é enorme depois da perda, em poucos meses, na Rússia, de 300 mil homens das melhores tropas da França e é por este motivo que estão tirando oficiais e alguns corpos dos exércitos de Espanha de maneira que se julga estes se concentrarão além do Ebro. Uma falta reconhecida e

essencial no novo exército é a de cavalaria, que toda se perdeu na Rússia e sem ela será difícil a Bonaparte tomar a ofensiva. Acresce a tudo isto dever o novo exército ser mantido por ora à custa da França, Itália e Holanda, faltando os recursos que antes tiravam da Alemanha e da Polónia, e se ele não pode tomar a ofensiva nesta campanha, é da maior probabilidade que na campanha seguinte terá toda a Alemanha contra si e exércitos cada vez mais formidáveis que combater, e nesse estado de cousas a Holanda, Itália e Suíça não deixarão também de procurar sacudir o jugo da França e aumentar o número dos seus inimigos».

Depois desta visão panorâmica da situação europeia e da interna da França que, como hoje sabemos, era acertada, Ambrósio Reis punha em grande destaque a alta importância e conveniência de Portugal se precaver quanto ao futuro, nomeando para junto do Grande Quartel General aliado, como das principais cabeças coroadas comprometidas no formidável prélio contra a França, representantes competentes. Era lastimável, esclarecia, que nas circunstâncias duma tal crise permanecessemos sem Ministro na Rússia, sendo da maior importância para a Monarquia que tanto nesta Corte, como na de Viena, mantivesse o país Ministros consumados, com as precisas instruções e a plena confiança do Príncipe Regente, a fim de, de harmonia com elas e com as circunstâncias ocorrentes, obrarem do modo mais conveniente ao real serviço e às alianças futuras da Coroa, assim políticas como matrimoniais; estes representantes de Portugal deveriam, ainda, ser acompanhados de pessoas de reconhecida competência, para os auxiliarem na consecussão dos grandes objectivos a atingir, e não de simples copistas, como usualmente sucedia.

A este respeito, frizava Reis, com certa amargura de patriota: «assim se praticava no caso de negociações importantes, mesmo em Portugal, nos tempos em que havia mais solidez e menos presunção do que há presentemente».

Tanto para patentear a evidente necessidade de tais nomeações, quanto para habilitar Araújo a tratar em Conselho de Estado os assuntos que lhe expunha, embora ao mesmo António de Araújo, por ainda afastado do Governo, «não pertencesse tratar oficialmente tais objectos», mas na certeza de que o seu patriotismo o fazia empregar todos os esforços possíveis «para impedir se prosseguisse no sistema de destruição e ruína total do comércio e marinha portuguesa, que tão infeliz e desacordadamente se começou a adoptar», Ambrósio Reis punha-o ao corrente dos rumores que corriam, e denunciavam as ávidas intenções de certas Potências a respeito de Portugal e seus domínios; tais notícias objectivavam em especial o Brasil, procurando-se promover a realização, mais ou menos precipitada, de tratados de comércio espoliadores.

A este respeito, assinalava Ambrósio Reis, que além da máxima, tão sólida como clara, do pensionário holandês João de Witt, segundo a qual uma nação

fraca e dependente de outras devia evitar fazer tratados, principalmente de comércio, também o próprio empenho evidenciado em concluir com Portugal tratados desta natureza, devia fazer olhar as respectivas propostas com todo o receio e evadi-las: «pois tais actos públicos, comumente, em vez de tratados, são tratadas, como tão justamente lhes chamava o nosso honrado e patriótico Ministro Martinho de Melo». Além de que o Ministério do Rio já tinha motivos de sobejo para se achar «tão enfastiado e escaldado de tratados e suas consequências, que não podia deixar de estremecer só ao ouvir tal palavra». Por outro lado, esclarecia ainda, — e ponto que era fundamental para o futuro da Nacionalidade — os interesses comerciais e políticos da Monarquia seriam uns, se a Corte se fixasse no Brasil, e outros se regressasse ao Continente. Diversificariam também consoante as modificações que a própria Europa viesse a experimentar, e seria o cúmulo da extravagância e da imprudência o querer regular interesses tão preciosos e vitais sobre dados incertos e insubsistentes. Por outro lado, a vir-se a cair nos laços que habilidosamente nos armariam, se corria o grave risco de envolver o Governo em futuras e intermináveis disputas e contendas com as outras Potências contratantes, assim como o de realizar operações que, sem trazerem algum bem à Monarquia, lhe poderiam acarretar males incalculáveis.

Era preciso, no entanto, contar com a corrente dos que, ou por real convencimento, ou por interesse, não deixariam de aduzir a necessidade de se estabelecerem alguns princípios sobre os quais se viesse a regular o comércio de Portugal com as nações amigas. Sem dúvida deveriam ser previstos, como sagaz medida governativa preparadora do futuro; mas uma cousa era o Governo preparar-se para enfrentar e conduzir vantajosamente tais oportunidades, e outra, bem diversa, o combinar inoportunos tratados: «Cada nação que tiver pretensões a benefício do seu comércio, que as exponha; examine-se se elas convêm aos interessados de ambas as nações e, sendo assim, conceda-as S. A. R. de seu moto próprio, reservando-se sempre, porém, o direito de as alterar e mesmo abolir quando o julgar conveniente. Que cada nação faça o mesmo a nosso respeito no seu país, e só quando se souber onde é a residência permanente da nossa Corte, quando uma paz geral estabelecer a verdadeira independência e segurança da Monarquia portuguesa e das outras Potências da Europa, só então se poderão calcular com alguma exactidão os permanentes e verdadeiros interesses comerciais relativos das mesmas Potências entre si e é também só então que poderemos deliberar com alguma solidez se nos convém fazer com alguma delas tratados formais de comércio sobre a única e bem entendida base da reciprocidade de compensações».

Ao exprimir-se deste modo, Ambrósio Reis pretendia concorrer para

acautelar os futuros interesses do seu país, numa identidade de pontos de vista com o futuro conde da Barca, a qual, denunciada embora ao longo das diversas e substanciais mensagens para Araújo, não pode ser històricamente confirmada quanto a este, porque, arquivando a activa correspondência de Ambrósio, não nos deixou — ou perderam-se — cópias das suas cartas para aquele seu correspondente de Londres. Mas Ambrósio, ao apontar, intemeratamente, boas normas governativas para as emergências da época, não podia deixar de ter em mente, como aliás menciona em mais de um passo, os desastrosos efeitos do Tratado de 1810, de que noutro lugar nos ocupamos, e as ambições da Grã-Bretanha, assim como as arteirices em que supunha se veriam embaraçados os nossos futuros plenipotenciários, para deles se obterem largas vantagens, à custa da aquiescência ao reconhecimento e à confirmação dos nossos próprios e mais legítimos direitos. E não se enganou.

Assim o Conselheiro de Estado, António de Araújo, e o competente conselheiro técnico, Ambrósio Reis, separados embora pela imensidade do Oceano, se ilustravam, sopezando-os, sobre os mais graves problemas da administração pública, aos quais procuravam a solução mais consentânea com o interesse nacional.

Como se desenhava por parte da Inglaterra o desejo de negociar com Portugal um novo tratado, largamente favorável aos desígnios do comércio britânico e aos interesses das colónias inglesas, quadrava ao momento a análise do procedimento a seguir para acautelar o futuro. Por isso, dizia ainda Ambrósio Reis que as suas considerações se adaptavam a qualquer ponto dum tratado com a Grã-Bretanha «no qual o nosso Governo (quod Deus avertat) fosse compelido a ceder não à razão e justiça, mas à violência. Neste caso, deveria a concessão ser feita de facto, mas nunca de direito, nunca a declarando em virtude de tratado quando nele nada há expresso sobre tal concessão, e esta destrói toda a reciprocidade que serve de base àquele Acto Público; a questão da Companhia do Porto (63) está neste caso. Uma Potência pode abusar da superioridade da sua força para compelir outra a obrar contra os seus próprios interesses, mas nunca a poderá forçar a reconhecer, por um acto público, que a violência que lhe faz é fundada em justiça e que ela se obrigou ao que nunca se propôs conceder».

Finalmente, Ambrósio Reis consubstanciava nas seguintes palavras a sua posição mental, que era a do homem de estado com quem comunicava: «...o raio de esperanças que começa a luzir no Norte e as diferentes condições políticas

(63) A Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro. O ataque dos ingleses a esta Companhia é objecto doutro capítulo.

que podem produzir os novos acontecimentos actuais, exigem que todos aqueles que têm verdadeiramente a peito a independência e o bem da sua pátria, empreguem toda a vigilância e diligência possível para que ela seja restituída ao grau que de justiça lhe compete entre as outras Potências».

Continuando a solicitar de Araújo promovesse que o Governo providenciasse quanto à urgente necessidade de ser efectuada a nossa representação diplomática, expunha-lhe Ambrósio Reis (64) em resposta às cartas que dele havia recebido, com datas de 11 de Julho e 9 de Agosto, ao mesmo tempo que narrava quanto se sabia acerca da batalha de Leipzig e da retirada de Napoleão para Waisenfels e Erfurt, que as Potências tinham acordado em convocar um Congresso, ao qual seriam convidadas todas as Potências aliadas a enviar Ministros: «A Inglaterra tem no Quartel General três ou quatro negociadores, a Espanha um em Petersburgo e outro no Quartel General. Até o pobre Rei de Sardenha, além de ter o Conde de Maistre em Petersburgo, mandou o cavaleiro Balbi para o Quartel General. Estas Potências conhecem bem a importância dos interesses que há a tratar e seguem a infalível regra *que mais vêem 4 olhos do que 2:* e se esta regra é tão prudentemente seguida pelas Potências que residem perto do teatro das negociações, como a não seguirão aquelas que se acham em distância, e que se lhe morre ou adoece o negociador, precisam de 6 ou 8 meses para enviar outro!!». Este era o caso de Portugal.

De igual modo (65), após uma longa descrição das operações militares na Europa e dos prognósticos de próxima derrocada do Império francês, escrevia Ambrósio Reis a António de Araújo: «Poderá a Inglaterra combinar uma paz com os Estados Unidos e efectuará assim uma pacificação geral... quando assim seja, seguir-se-ão novas pretenções, combinações e acordos entre as Potências relativamente a comércio e navegação e será certamente um dos pontos que neste particular cada uma terá em vista no estabelecimento das suas relações comerciais com os domínios portugueses... É evidente quanto convém à dignidade e vitais interesses da Coroa Portuguesa ter negociadores hábeis ao pé das principais Potências continentais, com instruções adequadas para obrarem de comum acordo em cada uma das ditas hipóteses, tratando os negócios da Monarquia directamente com cada uma das Potências, e não por meio de procuradores estrangeiros, que só lhes importa os interesses das suas nações. Sobre este ponto, não é de esquecer que, devendo ser admitido pelos preliminares de Lon-

(64) Carta de 10 de Novembro de 1813 para António de Araújo.

(65) Carta de 22 de Dezembro de 1813 para o mesmo. Nesta carta Ambrósio Reis formulou 5 hipóteses acerca do procedimento futuro de Bonaparte e das Potências suas inimigas, e os reflexos que de cada uma sobre a política interna e externa de Portugal.

dres um Ministro português no Congresso de Amiens, o Ministério britânico nem permitiu que o Ministro nomeado passasse de Londres! Não se deve esquecer que uma das restituições que a França há-de exigir (seja o Governo dela qual for) é a da Guiana francesa; a Inglaterra estava pronta para prometer a esse efeito os seus bons ofícios, isto é, a importunar por meio de contínuas e desapropositadas notas o nosso Ministério, sem lhe importar que nos dêem compensação alguma. Não se deve esquecer que os vastos domínios de S. A. R. oferecem às Potências da Europa um grande prospecto de interesses comerciais e políticos, e que não será difícil, manejando bem as negociações, formarmos com as mesmas Potências alianças e relações comerciais que nos sejam muito úteis. Devemo-nos, finalmente, lembrar que, se houvesse paz continental, ficando a Inglaterra ainda em guerra com a França e os Estados Unidos e não formos contemplados naquela paz, será uma grande fatalidade; pois as grandes Potências, vendo que em tão críticas circunstâncias não houve representante algum nacional que advogasse perante elas os nossos interesses, tratarão talvez os domínios portugueses como campos baldios ou comuns; e apesar de ter sido o valor e fidelidade dos portugueses a pedra angular sobre que se fundou o edifício da liberação da Europa, tudo ficará perdido para eles e para a Monarquia e sabe Deus onde iremos parar. A Monarquia Portuguesa acha-se presentemente, por um indesculpável descuido, com um muro de separação entre si e as grandes Potências continentais, e devemos estar certos que é só unidos com estas até um certo ponto, que se pode presservar a integridade e independência da mesma Monarquia».

Tal era a situação portuguesa em face da profunda transformação que resultaria da derrota final de Napoleão, que se avizinhava, sem que o Governo do Rio de Janeiro nomeasse os diplomatas hábeis que no tremendo conflito de interesses que seria o Congresso das Potências houvessem de defender, preparando quanto possível de longe essa defesa, os direitos da Nação portuguesa, tão sacrificada. No Rio, António de Araújo, assim amplamente informado, advogava junto do Príncipe Regente se adoptasse o procedimento condigno e necessário.

Contudo, influências adversas se lhe opunham. Entrou o ano de 1814 sem que fossem tomadas providências acerca da conveniente representação diplomática portuguesa, ao passo que era cada vez mais pronunciado o declínio da boa sorte das armas napoleónicas. Em Janeiro deste ano (66) se reportava Ambrósio Reis à sanguinosa batalha travada por Soult na região pirenaica.

---

(66) Carta de 11 de Janeiro de 1814, datada de Lisboa, de Ambrósio Reis para António de Araújo.

Efectivamente, este marechal, que visionara, como Junot, cingir a coroa portuguesa, havia tentado, em vão, recuperar Pamplona e San-Sebastien, mas perdera sucessivamente as linhas de Bidassoa, e Nivelle, acabava, em Dezembro, de ser batido também na de Nive; a sua retirada sobre Pau, abria a Wellington a estrada de Bordéus. Referindo-se à participação portuguesa nestas duras acções, dizia Reis a Araújo, com justificado orgulho, que a maior força das batalhas havia sido sustentada pelos soldados portugueses, que sofreram grandes baixas.

Tanto lorde Wellington, como o próprio Governo britânico, faziam os maiores elogios à nossa tropa. Contudo, embora sem regatearem justos elogios à fracção portuguesa do exército anglo-luso, que assim tão bravamente se batia honrando superiormente as tradições nacionais, não eram justos o comando em chefe e os comandos das grandes unidades na condigna distribuição das recompensas, sendo de desejar, como Ambrósio Reis acentuava, que a justiça que aquele Governo e chefes faziam às tropas lusitanas em conjunto, se estendesse àqueles que na luta se distinguiam por bravura e méritos militares, cessando o escandaloso abuso «de os não promover a oficiais superiores, tratando-os assim, em um exército nacional, como os ingleses tratavam no seu os católicos! Depois de se confessar que os portugueses tiveram a maior parte nas acções, quando se nomeiam os chefes que comandavam os corpos, não aparece (promovido) um oficial português, excepto Lecor, que ainda, infelizmente, é um nome estrangeiro».

Este procedimento injusto continuou após o termo da guerra e foi uma das causas do descontentamento que dominava no Exército e o levou à participação que teve na revolução de 1820.

Aludindo novamente às funestas consequências da falta da nossa representação diplomática, repetia Ambrósio Reis que a Espanha conservava Pissarro junto do rei da Prússia, e até o rei da Sardenha mantinha, além do Conde de Maístre em Petersburgo, o cavalheiro Balbi no Grande Quartel General.

«Só nós não temos junto a algum daqueles soberanos Ministro algum, com as instruções necessárias para promover os interesses da Coroa, é danação! Dizia, em tais casos, Alexandre de Gusmão: seja pelo amor de Deus!!»

E assim foram passando os anos, até à queda de Napoleão, num descuido cruel quanto às inegáveis vantagens que se poderiam, incontestàvelmente, auferir duma competente actividade diplomática, cuidadosa e sagazmente manobrada junto do Grande Quartel General, como dos Governos dos Estados aliados e seus Soberanos; diplomacia tão necessária a uma nação cujo Governo central se achava tão afastado da Europa, teatro da luta, e que viria também a sê-lo das combinações interesseiras dos grandes países.

Com o advento de António de Araújo ao Ministério, embora, pela violenta oposição de Strangford, o Príncipe Regente lhe não pudesse ter confiado de novo as pastas dos Estrangeiros e da Guerra, como dispusera, a sua influência se fez sentir na nomeação do Conde de Palmela, que não impediu a acção do Conde de Funchal no tratado de paz de 30 de Maio, onde as Potências estabeleceram a convocação do Congresso de Viena para Julho, adiada posteriormente para Setembro, por motivo da impossibilidade de os soberanos da Prússia e da Rússia poderem estar na capital austríaca durante o primeiro prazo. De facto, Alexandre e Frederico só a 25 de Setembro se acharam em Viena, onde no entretanto, os plenipotenciários da Inglaterra, Rússia, Áustria e Prússia, abriam, em 16, os trabalhos preliminares.

Reunido o conclave de Viena, nomearam os plenipotenciários destas quatro grandes Potências duas comissões, sendo uma, a comissão dirigente, ou directora, formada pelas mesmas, com a França e a Espanha; e a segunda, que dizia respeito essencialmente à regulação dos assuntos da Alemanha, constituída pela Áustria, Prússia, Hanover, Vurtembergue e Baviera. Portugal ficou excluído do direito de pertencer à primeira comissão, sendo classificado como potência de terceira classe, esquecida bem depressa a Inglaterra do grandioso papel que a Nação lusitana desempenhara na luta contra o Imperador dos Franceses, de como ela tinha sido invadida e retalhada por fidelidade à aliança anglo-lusa e de que, afinal, fora no sacrificado solo português que começara o ocaso do rútilo sol de Austerlitz, que tanto havia ofuscado essas mesmas nações que ora menosprezavam o valor do concurso lusitano na pugna comum, arrogando-se o direito de disporem discricionàriamente da sorte da Europa. Em breve a gratidão, exteriorizada, havia pouco, pelo próprio Imperador da Rússia, cedeu ao mesquinho interesse.

Esta situação havia sido de ante-mão prevista, como expusemos, por António de Araújo e pelo seu correspondente, Ambrósio Reis; e em vista deia, assim como dos efeitos do tratado de paz de 30 de Maio, não se demorou a reacção do Governo do Rio de Janeiro, orientada por António Araújo, que, como o próprio Strangford previra, embora não tivesse ocupado, pela influência deste representante da Inglaterra, a pasta dos Estrangeiros, era o verdadeiro delineador da política externa do Gabinete, à frente da qual se mantinha o velho e achacoso marquês de Aguiar. Na nova orientação do Governo do Rio, achavam-se identificados o Príncipe Regente e o seu novo ministro e amigo, António de Araújo de Azevedo; e foi segundo ela que se procedeu ao afastamento do Conde de Funchal para Roma e à confirmação da nomeação do Conde de Palmela, de D. António Saldanha da Gama e de D. Joaquim Lobo da Silveira, como plenipotenciários ao Congresso. Ainda por indicação de Araújo, foi

Ambrósio Reis nomeado Conselheiro e Secretário geral da Legação ao mesmo Congresso. Era oficial de Secretaria Manuel Rodrigues Gameiro.

Datadas do Rio de Janeiro, a 15 de Junho de 1814, receberam os três representantes de Portugal detalhadas instruções sobre a maneira de defenderem os interesses do seu país. Seguindo as indicações de Araújo, apresentara Palmela um protesto contra o tratamento dado no Congresso a Portugal, enquanto este ministro agia, particular e directamente, junto de Talleyrand, seu amigo pessoal (67), no mesmo sentido, do que resultou ficarem a pertencer à chamada comissão dirigente, a primeira das duas citadas, todas as Potências signatárias do tratado de paz de Maio.

Dos resultados dos esforços de Araújo para que o país ocupasse no Congresso o lugar que lhe era devido, deu Ambrósio Reis conta a este Ministro, em carta de Viena, a 22 de Novembro de 1814, onde, ao mesmo tempo que o informava da posição conquistada, lhe transmitia úteis noções acerca da recíproca situação política das principais Potências e da França, assim como do procedimento mais conveniente para a Coroa portuguesa, perante as ambições em evidência e o menosprezo a que já então pareciam votados os mais legítimos interesses das pequenas Potências. A Corte do Rio ficava assim, pouco mais ou menos, a saber com o que poderia contar, principalmente ante as grandes esperanças que depositara na protectora influência da Inglaterra.

«V. Excelência saberá oficialmente que os nossos Plenipotenciários foram admitidos no Congresso e as sessões que já nele têm havido; limitar-me-ei, pois, nesta carta a fazer algumas reflexões sobre o prospecto das negociações em geral, e quais parece devam ser as nossas operações futuras para remediar erros passados, e promover os interesses da Monarquia quanto for possível.

As quatro grandes Potências, Rússia, Prússia, Áustria e Inglaterra (que formam o conciliábulo, ou conclave das verdadeiras negociações) estão tão ocupadas a ajustar entre si os seus próprios interesses que não é possível se prestem a interessar-se vigorosamente no Congresso em favor de outras Potências. Elas querem excluir a França de facto, e de direito, em virtude de um artigo secreto do Tratado de Paris, de interferir nas partilhas que pretendem fazer entre si; e por essa mesma razão, a França ostenta de não ter pretensões para si, mas de querer proteger os fracos, que as outras Potências pretendem despojar para as ditas partilhas, a ver se assim pode obstar ao engrandecimento das mesmas. É, pois, claro que as referidas quatro Potências hão-de procurar separar, quanto for possível, as pretensões das outras dos ajustes que elas têm de fazer entre si

(67) Possuímos cópias de algumas amistosas cartas de Talleyrand e de sua esposa para Araújo.

e que estes serão o principal objecto do Congresso. Eis aqui porque as mesmas quatro Potências estabeleceram o princípio que o Congresso é um tribunal supremo para decidir as pretensões das Potências nele congregadas.

Como todas as grandes Potências, incluída a França, para pôr em ordem as suas finanças precisam dissolver uma porção dos grandes exércitos que conservam, eis aqui outro motivo para procurarem dissolver o Congresso o mais breve possível, sem lhe importar nada com as pretensões das Potências secundárias, e mesmo não me admirarei de ver que ainda que não se possam ajustar entre si, determinar-se-ão a ficar cada um com o que tem empolgado: i. é, a Rússia com o Ducado de Varsóvia, a Prússia com a Saxónia e a Áustria com boa parte da Itália, etc.; dissolverão o Congresso e separar-se-ão ralhando uns contra os outros e protestando contra as partilhas.

Um tal prospecto, posto não seja muito lisonjeiro para alimentar as esperanças que poderíamos ter de que num tal Congresso obteríamos as nossas justas pretensões, contudo é mui fácil prever que a Missão portuguesa ao Congresso poderá ainda ser de grande utilidade aos interesses da Monarquia como uma iniciativa da séria reforma que deve começar nas nossas relações políticas e comerciais com as grandes Potências, relações que até aqui têm estado em um inaudito abandono, do que temos experimentado as mais funestas consequências e as experimentaremos ainda maiores se não se tomarem as medidas mais rigorosas e ajustadas sobre este grave assunto. É só com o tempo que se pode fazer conhecer à Rússia e mesmo à Áustria, agora Potência marítima, o grande interesse que elas podem ter nas nossas relações comerciais, e por conseguinte em influírem também nas nossas relações políticas: e quando estas Potências e a França se mostrarem disso persuadidas, a Inglaterra irá com mais sentido a nosso respeito, vendo que há mais concorrentes num mercado que para ela tem sido do velo de ouro.

Os Ministros que S. A. R. sàbiamente nomeou para o Congresso são os destinados para residirem na Rússia, Áustria e Inglaterra, e nas suas residências poderão talvez continuar com mais sucesso algumas das negociações que não possam, ou não devam concluir no Congresso, logo que todos eles tenham instruções adequadas, e ordens rigorosas para se cingirem a elas restritamente e trabalharem de concerto ao mesmo fim; e quanto às restituições, ou aquisições territoriais a que temos direito, o exército do Rio Grande, reforçado por algumas das nossas vitoriosas tropas de Portugal, seriam a mediação mais eficaz para trazer a Espanha à razão, ficando-nos ainda obrigada por ajudá-la contra os insurgentes.

Por este modo também conciliaremos aliados verdadeiros, pois a todos convém aliar-se com a força, mas não assim com a fraqueza.

É indubitável, porém, que para executar o plano de operações tão essenciais, é necessário presservar a dignidade e por conseguinte a independência da Coroa e evitar toda a precisão de subsídios e ainda empréstimos estrangeiros, sempre ruinosos à Potência que os faz, o que se poderá conseguir estabelecendo sábias reformas em vários ramos de administração interna e externa. Quem pode duvidar que a economia de alguns ramos das despesas públicas, mas ainda mais a exacta percepção das receitas, são susceptíveis de grandes melhoramentos? Mas além destes dois meios seguros de aumentar as rendas do Estado, meios que estão debaixo do alcance do Governo na administração interna do país, há ainda outro mais produtivo, que posto tenham também nele influência algumas operações da administração interna, depende contudo, pela maior parte, duma judiciosa e activa direcção das nossas relações exteriores, e este meio consiste em fomentar e aumentar progressivamente a indústria, comércio e navegação nacionais, o que necessàriamente deve produzir um aumento progressivo nas rendas públicas.

Para que não pareçam palavras ociosas, ou lugares comuns o que acabo de dizer sobre este último meio, tenho a honra de pôr na presença de V. Ex.ª, em outra carta anexa a esta, um plano de trabalhos sobre este assunto, de que me encarregarei com a maior vontade, por estar persuadido de que não poderei empregar o que ainda me resta de vida e saúde em trabalho de maior utilidade ao Real serviço.

Posto que os três pontos em que divido os ditos trabalhos mostram pelo seu simples enunciado a utilidade que destes deve resultar, contudo, para que essa apareça com mais evidência, não posso deixar de fazer uma curta reflexão sobre cada um dos ditos pontos:

1.º — Por que razão se formou o informe Tratado de 1810, com a Grã-Bretanha, no qual cada artigo é um viveiro de dúvidas, dissensões e consequências lesivas para a Monarquia portuguesa, e que tantos desgostos tem causado e ainda pode causar ao nosso Soberano e aos seus fiéis súbditos? Ninguém pode duvidar que tudo foi devido à falta de uma prévia e exacta informação da legislação comercial e económica da Inglaterra. Logo, tanto para remediar os males deste Tratado, como para evitar que nasçam outros novos nas convenções que houvermos de fazer com as outras Potências, é essencialmente necessário que o nosso Ministério receba regularmente tais informações e as observações a ela adequadas: e eis aqui demonstrada a urgência de se executarem os trabalhos que indico no primeiro ponto.

2.º — Que nas Missões estrangeiras e Consulados não existe uma organização de tais trabalhos; que é só por meio dessa organização nos dois referidos ramos do Real serviço que o nosso Ministério pode receber regular e perpètua-

mente, como convém, as ditas informações, são verdades tão evidentes que ninguém duvidará delas: o que prova a urgente necessidade dos trabalhos que indico no segundo ponto.

3.° — Que todas as instituições e as mais bem entendidas providências se relaxam, pronta e excessivamente, quando não há sobre elas uma rígida e assídua inspecção, é uma verdade demonstrada pela experiência: que nas altas Repartições da nossa administração económica, das quais deve emanar o maior rigor de inspecção, não existe, infelizmente, alguma organização de trabalhos permanentes, tendendo a sempre melhorar os ramos de economia pública que lhes são subordinados, limitando-se só as ditas Repartições a trabalhos de rotina, ou de expediente, são verdades que fàcilmente se demonstrarão analisando bem a natureza e divisão dos trabalhos que nelas se fazem. Sendo, pois, evidente que sem uma judiciosa organização de tais trabalhos de inspecção, muitos ramos da prosperidade pública se podem perder sucessivamente, sem se saber como nem porque, fica sendo igualmente demonstrada a suma utilidade e precisão dos trabalhos que propus no 3.° ponto.

A Monarquia Portuguesa tem em si grandes elementos de vigor, mas a natureza pôs, infelizmente, os seus membros tão separados uns dos outros, que só a unidade e perfeita harmonia de acção pode deles formar um corpo robusto, capaz de resistir aos ataques que, debaixo de várias formas, o espírito vertiginoso do tempo e os falsos amigos, podem ainda tentar contra ela. Não são, pois, tempos estes de se aferrar obstinadamente às rotinas, nem tão-pouco de improvisar reformas indigestas, mas sim de aproveitar toda a espécie de trabalhos e reformas de evidente utilidade. É só por taïs operações parciais, mas seguras, efectuando-as sucessivamente na sua ordem natural, de maneira que umas preparem a entrada de outras, que se podem realizar grandes e progressivos melhoramentos na prosperidade e poder de um Estado.»

Recomendava-se aos nossos plenipotenciários, nas instruções acima referidas, que comunicassem francamente com os plenipotenciários britânicos, «porquanto S. A. R. estava convencida de que o Príncipe Regente britânico, em virtude da carta que últimamente o Príncipe Regente lhe dirigira do Brasil, lhes daria ordens e instruções para consolidar por meio de negociações, assim como até agora o tem feito pelas armas, a independência e integridade da Monarquia portuguesa».

Mais uma vez se manifestava a excessiva confiança da Coroa portuguesa na lealdade do seu antigo aliado, no que viu grandemente iludidas suas esperanças, e mais uma vez era, por assim dizer, subordinada a acção dos nossos representantes diplomáticos à linha geral do pensamento político dos plenipotenciários da Grã-Bretanha. Ao mesmo tempo, precituava-se-lhes que de igual

confiança deveriam usar com os plenipotenciários do imperador da Rússia, demonstração de que o nosso Governo continuava, ilusòriamente, a ter segurança na amizade daquela Corte.

Entre os assuntos a debater no Congresso e que directa e profundamente interessavam a Portugal, figuravam o da restituição da Guiana à França, com a respectiva fixação de limites com o Brasil, a restituição de Olivença e do território de Juromenha a Portugal, a escravatura, e a indemnização a Portugal pelo abusivo apresamento de navios portugueses, feito pelos ingleses na costa de África, assim como uma quota na contribuição de guerra imposta à França.

Uma vez conhecido no Rio de Janeiro o Tratado de Paz de 30 de Maio, que o marquês do Funchal assinara em Paris em nome do Príncipe Regente, não foi difícil a António de Araújo, que já então funcionava como Primeiro Ministro do Príncipe, constatar que os artigos referentes a Portugal continham disposições discordes das directrizes da nossa política externa e lesivas do direito às compensações que se desejava obter.

O Conde de Funchal tinha admitido a cedência de Cayena como fundamento da restituição de Olivença, e o Governo considerando, com muita razão, as duas questões independentes uma da outra, e que Olivença não podia ser tomada como compensação da cedência de Caiena, reclamava que a restituição de Olivença fosse considerada como devida, tanto pelo facto de a Espanha ter violado os Tratados de 1801 e 1804 com a invasão de 1807, tratados que, por este motivo, haviam pelo Príncipe Regente sido denunciados como de nulo efeito, quanto pela relevante contribuição do exército português, durante a guerra peninsular, para a libertação da própria Espanha e para a paz da Europa.

Deste modo, foi denegada a ratificação do Tratado, nomeadamente do seu artigo 10.º, censurando-se o procedimento havido em nota dirigida pelo Marquês de Aguiar ao Conde de Palmela, em 27 de Agosto de 1814. Ali se lhe dizia que S. A. R. só concordaria com a cedência da Guiana no caso de a França oferecer «compensações tais que possam de algum modo ressarcir os prejuízos que Portugal tem tido pelas consequências da revolução; a restituição de Olivença não pode de modo algum corresponder a este fim, sendo aliás indubitável a justiça que assiste a S. A. R. para reclamar a sua restituição ao Governo espanhol, independentemente das convenções que se houverem de fazer entre Portugal e a França». Mais adiante, ficava ainda mais esclarecido o pensamento da Corte, porquanto se declarava que S. A. R., posto definitivamente na alternativa de ceder a Guiana, ou de perder Olivença, estava determinadamente resolvido a escolher com preferência a perda deste território.

É de crer que a esta posição de S. A. R. e do seu Governo, não era alheia

a ideia da fixação definitiva da Corte no Brasil, a que noutro lugar nos referimos, ideia que terá concorrido para capacitar os governantes de que era mais conveniente a Portugal conservar a Guiana, do que reaver, com a perda desta possessão, Olivença e seu território.

Contrariava a tese do Governo português o representante de Espanha, D. Pedro Labrador, que começou por se opor a que a questão de Olivença fosse considerada no Congresso.

Mais tarde surgiu nova modalidade: Com data de 15 de Outubro de 1815, comunicava o nosso Ministro em Madrid que D. Pedro Cevallos lhe havia proposto um tratado de aliança luso-espanhola, combinado com a restituição de Olivença, sobre uma correspondente abertura feita pelo Conde de Palmela; Cevallos, interessada a Espanha na celebração deste tratado, tinha dado ordem a Labrador para o negociar com Palmela. A reacção do Governo do Rio foi imediata (68), mantendo o ponto de vista do direito à pura e simples retrocessão de Olivença: «...S. A. R. não está resolvida a ligar-se por um novo tratado com a Espanha, porque esta medida traria consigo complicações e comprometimentos, mesmo respectivamente à Inglaterra. Este desejo de Espanha é consequência de lhe ter a nossa Corte declarado nulos todos os tratados precedentes à invasão de Portugal. As ordens que daqui se deram ao nosso ministro em Madrid sobre a restituição de Olivença, lhe proíbem convencionar compensação alguma da nossa parte no Brasil; mas a restituição pura e simples daquela praça...»

É natural que a atitude do Governo do Rio quanto à restituição de Olivença se fundasse não só no facto de esta parcela do território ter sido arrebatada a Portugal em virtude de guerra injusta, mas também nas diligências para que a Inglaterra cumprisse o compromisso tomado no art.º 2.º da convenção secreta, anexa ao Tratado de aliança de 19 de Fevereiro de 1810, referendada pelo Conde de Linhares.

Efectivamente, a Inglaterra, desejando dar uma prova de amizade e consideração ao seu antigo aliado, Portugal, ali se obrigava e prometia empregar os seus bons ofícios e interposição para obter a restituição à Coroa portuguesa dos territórios de Olivença e Juromenha e igualmente, quando se negociasse uma paz geral, a ajudar e apoiar com toda a sua influência as tentativas que a Corte de Portugal fizesse para procurar o restabelecimento dos antigos limites da América portuguesa do lado de Caiena, conforme a interpretação constantemente dada por Portugal às estipulações do Tratado de Utrecht.

Em retribuição, Portugal contraía obrigações quanto à abolição da escra-

(68) Nota, de 21 de Dezembro de 1815, do Marquês de Aguiar para Palmela.

vatura, e comprometia-se a ceder à Inglaterra, por cinquenta anos (o que, pràticamente, não deixaria de, no futuro, resultar na cedência completa), Bissau e Cacheu, em troca duma compensação em dinheiro, ou doutra, como se viesse a estipular. Ficava, todavia, a cedência de Bissau e Cacheu condicionada à plena restituição a Portugal, pela Coroa de Espanha, de Olivença e Juromenha e ao estabelecimento dos limites do Brasil com a Guiana pelo Oyapock.

A conquista da Guiana veio tornar inútil a parte da convenção secreta relativa à fixação dos limites, desde que Portugal conservasse a conquista, mas ficava de pé a obrigação contraída do apoio à retrocessão de Olivença.

A questão, porém, prestava-se a desvirtuamentos e à Inglaterra, desejosa de adquirir a nossa Guiné, convinha mais que a situação fosse reconduzida à posição que tinha em 19 de Fevereiro de 1810. Se bem que, depois da conquista da Guiana francesa, efectuada aliás com a cooperação das forças britânicas, a parte do art.º 2.º da Convensão relativa à fixação dos limites pudesse ser entendida no sentido de a Inglaterra, concomitantemente e por ampliação do espírito do seu compromisso, dever apoiar a conservação da conquista por Portugal, os plenipotenciários britânicos preferiram inclinar-se para a cedência da Guiana à França.

A verificada importância que o Governo português sempre concedera à fixação do limite do Brasil com a Guiana e o real valor desta, justifica o desejo do Príncipe Regente e do seu Gabinete conservarem a conquista.

A recusa à ratificação do Tratado de Paris (art.º 10.º), assim como a posição declarada pelo Governo do Rio acerca da Guiana e de Olivença, deram origem, como era natural, a demorada análise da situação por parte dos nossos plenipotenciários, de que resultou desacordo entre eles. Em discordância com os seus colegas, D. Joaquim Lobo da Silveira emitiu voto separado, de que foi enviada cópia a António de Araújo, o qual, pelo esclarecimento que traz ao assunto e ainda porque o consideramos inédito, aqui deixamos transcrito:

«Se no Tratado geral que aqui se assinar deve ou não inserir-se da nossa parte um artigo, em que se declare a não ratificação do Tratado de Paris, revalidando-se este não obstante à excepção do art.º 10.º; e um outro em que a Guiana até ao Oyapock seja cedida a S. M. Cristianíssima em virtude do art.º 1.º secreto do nosso Tratado com a Inglaterra de 22 de Janeiro do ano corrente: sobre isto, não podendo conciliar o meu parecer com o dos meus colegas, ficou sendo indispensável expor o meu voto por escrito.

A não ratificação do Tratado de Paris foi um acto expontâneo do Príncipe Regente N. S., que faz honra ao Seu Governo. S. A. R., não podendo sem faltar ao seu decoro e à justa expectação da Nação, aprovar o art.º 10.º do referido

Tratado, e não ignorando a inadmissibilidade da ratificação parcial de Instrumentos desta natureza, ordenou ao Seu Encarregado de Negócios em Paris e ao seu Embaixador em Londres de assim o participarem aos Governos respectivos: e para que esta recusa não deixasse os Seus Reinos em estado de guerra com a França, houve o mesmo Augusto Senhor por bem ratificar o armistício, que o Plenipotenciário português havia anteriormente assinado. Nós fomos, em consequência, prevenidos desta Real resolução.

Uma publicação mais autêntica e explícita de um facto político de tão grande interesse para Portugal não é possível conceber-se. Contudo, por motivos que ousamos dirigir à presença de S. A. R., buscámos fazer aqui especiosamente considerar como válida a existência das obrigações daqueles artigos que nos não diziam imediatamente respeito; intimando que era só no art.° 10.° que a não ratificação era aplicável.

A conjuntura em que esta nossa declaração se fez, tendo-nos sido favorável, não se repeliu a nossa especiosidade pelas Potências interessadas; e nós continuamos, por consentimento tácito de todas, a ser olhados como signatários do Tratado de Paris; apesar de que, não sendo este Instrumento outra cousa mais do que um complexo de obrigações bilaterais entre a França e cada uma das Cortes que o assinaram, a não ratificação do art.° 10.° (único que nos dizia respeito em particular) nos excluía de direito e de facto desse número.

A natureza bilateral deste Tratado, é de grande importância no nosso caso, pois que exclui a obrigação *in solidum* das Potências signatárias entre si. Isto posto, parece-me que o declarar-se agora expressamente num artigo do Tratado geral a não ratificação do Tratado de Paris, é por uma parte supérfluo; e por outra nocivo e contraditório. Supérfluo, porque esta nossa declaração não dá maior autenticidade ao facto do que a que ele já tem em virtude de participação oficial feita por ordem de S. A. R. às Cortes de Paris e Londres, únicas interessadas neste conhecimento nocivo; porque tendo nós por conveniência destes dois Governos, sem oposição dos demais, assinado aqui todos os actos do Congresso como Potência signatária do Tratado de Paris, o confessar pùblicamente, à face da Europa, esta conivência, é patentear afirmativamente a ilegitimidade das nossas assinaturas. Contraditório; porque havendo nós aqui declarado verbalmente e por escrito, que era tão sòmente o art.° 10.° do Tratado de Paris que S. A. R. não ratificava, expressar agora que todo o Tratado o não fora, é manter o contrário do que sustentamos.

Isto não obstante, se para que os nossos vindouros possam jactar-se — de que também Portugal impôs a lei à França — se julga conveniente revalidar todos os artigos do Tratado de Paris afora o art.° 10.°, não me oponho a que eles se revalidem em massa por um artigo no Tratado geral, se a França a isso

se prestar; contanto porém que esta revalidação seja expressada sem referência à não ratificação desses artigos; não só para evitar os inconvenientes que venho de ponderar, mas também porque não conhecendo as demais Potências, nem o público português os motivos que legitimam esta revalidação da nossa parte, tudo o que for indicar versatilidade nos Conselhos do Soberano, é, a meu ver, pouco decoroso ao Governo.

O motivo porque assinto a uma tal revalidação, é por nos acharmos autorizados a negociar com a França, sem limite que nos prenda; e por ser claro e até mesmo expresso nos despachos que aqui recebemos, datados de Agosto e Outubro p. p., que a causa movente de S. A. R. não ratificar o Tratado de Paris fora ùnicamente a natureza do art.° 10.°. Eis aqui também o que legitima aquela nossa declaração especiosa; pois que a fundamos sobre o espírito do querer do Príncipe Regente N. S., donde se segue não haver inconveniente algum em mantê-la.

Quanto ao artigo sobre a cessão da Guiana, também não vejo a necessidade da sua inserção no Tratado geral: bem pelo contrário, dever de omiti-la.

O querer de S. A. R. a este respeito é-nos bem conhecido; e as suas ordens são expressas. Ignoramos ainda se os motivos que nos decidiram a tomar sobre nós a grande responsabilidade de prometer, não obstante, à Inglaterra a cessão duma parte da nossa conquista (69) em favor de El-Rei Cristianíssimo, nos terão justificado perante o nosso Soberano, o que nos impõe o dever de não contrairmos um novo vínculo, sòmente fundados na suposição prematura de S. A. R. aprovar, como esperamos, a estipulação assinada com a Grã-Bretanha: O plenipotenciário francês declarou-nos formalmente não poder por ora negociar connosco sobre a Guiana. Nós julgámos de nosso dever, e julgamos bem, quando negociávamos com a Inglaterra sobre a cessão da Guiana, confiar esta transacção a um artigo secreto do Tratado. A Inglaterra nem de longe nos tem dado a entender que deseja que a cessão, prometida num artigo secreto de um Tratado ainda não publicado, se insira agora num artigo patente do Tratado geral.

Bem longe, pois, de nos vermos necessitados à inserção dum artigo aparentemente oneroso, e em todo o caso odioso, tudo nos facilita a sua omissão.

Parece-me assim que o sermos nós que nos lancemos adiante para forçar uma tal inserção, é faltarmos ao nosso dever; pois que, à excepção de ser a Inglaterra (como no Tratado de Paris) quem sem autoridade prometa em nome de S. A. R., somos nós, não impelidos, que refazemos aqui, virtual e pùblica-

(69) A Guiana francesa.

mente, aquele mesmo Tratado, que o Príncipe Regente, nosso Amo, não quis ratificar.

Acresce a isto que o modo por que o artigo do Tratado de 22 de Janeiro, que nos liga à cessão acima referida, se acha concebido, ao mesmo tempo que nos autoriza (sem que se careça de estipulação directa com a França) a conservarmo-nos de posse da nova conquista até que a condição prescrita para a cessão efectiva se preencha, nos não obriga a fazer entrega da parte cedida a outrem que não seja S. M. Cristianíssima.

É verdade que a prepotência da Inglaterra nos pode fazer vítima de qualquer chicana, que convenha ao seu interesse, ou satisfaça o seu capricho; porém a prepotência não é, nem dá direito. À força só força resiste.

E porventura não é pôr novas armas entre as mãos da Inglaterra, ligarmo-nos por um artigo do Tratado geral, assinado por toda a Europa, à excepção de uma obrigação ainda não sancionada, que aqui contraímos só com ela?

À vista desta minha exposição, julgo do meu dever opor-me, como de facto me oponho, à inserção dum semelhante artigo no Tratado geral.

Declaro mais que é em virtude deste mesmo sentimento de dever que eu me recusei a rubricar os artigos propostos, e aprovados por Mr. de Talleyrand, contra os quais protesto, e a que assim se não refere; e ainda menos os aprova, a minha assinatura no Tratado geral. — Viena, 12 de Maio de 1815 — D. Joaquim Lobo da Silveira.»

Sobre a desaprovação do art.º 10.º do Tratado de Paris também o Conde de Palmela quis representar a António de Araújo uma justificação do seu procedimento (70): «No despacho dirigido ao Sr. Conde do Funchal em data de 27 de Agosto p. p., diz-lhe o Sr. Marquês de Aguiar a frase seguinte: *S. A. R. reparou também que depois de V. Ex.ª ter declarado nas suas instruções ao Conde de Palmela que a única discussão de limites entre as Cortes de Portugal e França seria sobre os da Guiana, no caso de S. M. C. pedir a restituição de Caiena, o mesmo Conde na nota verbal que apresentou na Comissão, sem esperar que precedesse requisição alguma a este respeito da parte da França, se antecipasse a fazer a oferta daquela conquista, etc.* Ora, para responder a este cargo, o maior, creio, que se pode fazer contra a minha responsabilidade, basta-me dizer que a nota verbal que eu apresentei não foi feita por mim, e que nessa mesma nota consistiam as instruções que recebi. Não podia esperar que precedesse requisição, pois que nenhuma se me havia de fazer na comissão de limites, que só tratava de regular as fronteiras da França na Europa, e na qual

(70) Carta dirigida de Viena, a 13 de Janeiro de 1815, pelo Conde de Palmela a António de Araújo. O armistício geral com a França foi ratificado pelo nosso país.

nos não admitiram senão na última sessão. A intenção do plenipotenciário de S. A. R. quando me mandou fazer essa nota foi, creio eu, de prevenir o caso que ia a verificar-se de disporem da Guiana sem ele ser nem mesmo ouvido; é verdade que lhe restava o recurso de protestar contra o Tratado e de salvar assim o decoro da soberania de S. A. R.; mas até que ponto teria sido prudente protestar, não havendo nem mesmo um armistício assinado entre nós e a França, é questão que eu não me atreveria a decidir!

Não me pertence, nem quero justificar resoluções em que não tive parte, pois novamente afirmo a V. Ex.ª que eu não fiz outra cousa na comissão de limites senão executar à risca as instruções que recebi, porém não posso, em louvor da justiça, deixar de dizer que era bem delicada a responsabilidade e difícil a tarefa do plenipotenciário português em tais circunstâncias, pois devia de tomar sobre si o peso que tomou; ou a responsabilidade de protestar contra o Tratado de Paris; ou consentir que, com um desar ainda maior para a nossa independência, as quatro grandes Potências dispusessem duma conquista nossa, e pactuassem por nós, como o fizeram pelos reis de Sardenha, de Baviera, etc. O papel que em virtude do Tratado de Paris temos até agora representado no Congresso, prova bem, assim como todos os artigos do mesmo Tratado (excepto o art.º 10.º) que se podia considerar como uma distinção honrosa o serem admitidos a ditar em tais termos a paz à França e a ser um dos garantes da paz geral. Contudo confesso que os nossos interesses não foram bem manejados na negociação de Paris.»

Também a António de Araújo repugnou que se entrasse em conversações acerca da cedência de Bissau e Cacheu, que ficara consignada nos artigos secretos do Tratado de 19 de Fevereiro de 1810; nas instruções enviadas para Viena se recomendava que se evitasse qualquer menção à infausta promessa e, no caso de ela surgir, se procurasse iludi-la, e evadir fosse objecto de negociações, ou de cláusula.

Entrelaçados propositadamente os assuntos que nos diziam respeito, apesar dos esforços dos nossos representantes para que fossem considerados separada e independentemente uns dos outros, e verificada a posição, favorável à França, da Inglaterra quanto à cedência da Guiana, assim como a que assumira na questão da escravatura, na da remissão da nossa dívida à Grã-Bretanha, de 600 mil libras, contraída por causa da guerra pela Convenção de 21 de Abril de 1809, e na da indemnização que nos era devida pelos aprezamentos, tiveram os três plenipotenciários portugueses em Viena, em 11 de Janeiro de 1815, uma conferência com lorde Castlereagh, para lhe participarem a recusa à ratificação do Tratado de Paris e as bases para negociar aqueles pontos. Nesta conferência, que não decorreu em ambiente de cordialidade, adquiriram os nossos represen-

tantes a certeza de que a França, apoiada pela Inglaterra, não desistiria de recuperar a Guiana (lorde Castlereagh chegara a afirmar: «bem vejo, vocês querem ser obrigados pela força à restituição da Guiana») o que os levou a imprimir nova orientação às suas reclamações, baseada nesta síntese: — cedência da Guiana, concebida em termos decorosos numa convenção com a França, a troco da remissão da dívida, com obrigação, por parte da Inglaterra, de apoiar a fixação do Oyapock por limite; abolição da escravatura ao norte do Cabo Formoso, pela revogação do Tratado de aliança de 1810, e ao sul do mesmo Cabo no prazo de oito anos.

Conduziram então as conversações ao Tratado de 22 de Janeiro de 1815, pelo qual, além das estipulações relativas à escravatura, se declarava por nulo aquele Tratado de aliança de 19 de Fevereiro de 1810. Continha este novo Tratado um artigo adicional e três secretos: pelo primeiro deles, se obrigava o Príncipe Regente à restituição de Caiena, nos termos do art.º 10.º do Tratado de Paris, sem a declaração expressa, relativamente à fronteira pelo Oyapock, mas com a promessa da mediação de S. M. B. para se obter um arranjo amigável na disputa acerca das fronteiras, em conformidade do disposto no art.º 8.º do Tratado de Utrecht.

Pelo art.º 2.º, a Inglaterra continuava a impor à Corte portuguesa as obrigações contraídas no art.º 9.º do Tratado abolido, relativas à Inquisição, artigo que se consideraria suspenso e inválido desde que o tribunal do Santo Ofício fosse abolido em todos os domínios portugueses e enquanto vigorasse essa abolição.

Em 26 do mesmo mês de Janeiro, participava Ambrósio Reis a Araújo a celebração deste Tratado: «Finalmente, os vergonhosos artigos do Tratado de aliança com a Inglaterra, de 19 de Fevereiro de 1810, já não existem, e ficamos em liberdade de estabelecer no futuro, como nos convier, as nossas relações políticas com as outras Potências, ao que obstavam os artigos 6.º e 8.º do mesmo Tratado». Ambrósio considerava muito vantajosa esta circunstância, desde que fosse convenientemente aproveitada, porquanto, em sua opinião, nos asseguraria em bases mais sólidas a amizade e aliança da Inglaterra, se a boa administração dos recursos da Monarquia nos pusesse em estado de «nunca precisar das suas esmolas, e nos apresentarmos sempre, nas nossas negociações com aquela Potência, revestidos de dignidade e independência».

Nesta carta, Ambrósio Reis varria a sua testada quanto à forma vaga da redacção dos artigos 2.º e 4.º, que receava viesse, de futuro, a originar situações embaraçosas ([71]): «Sobre isto lavo as minhas mãos. M. R. Gameiro tem

([71]) O Tratado, com o artigo adicional e os secretos, pode ler-se em Soriano, Hist. da Guerra Civil, 3.ª ed., IV, 29.

presenciado que eu, ainda sem me perguntarem, não perdi ocasião de clamar que as seguranças nas estipulações, para evitar novas presas e discussões futuras, devia ser o principal objecto da negociação. A última redacção do Tratado nem tive ocasião de a ler antes de aprovada. Alguns destes Snrs. são muito propensos a decidirem à pressa e sem ouvir muitas pessoas; e eu confesso que propendo para o contrário em matéria de grande importância. Trabalho agora para que na Comissão das 8 Potências, onde se vai tratar a questão do comércio dos escravos, se faça ainda o possível para promover e aclarar as ditas seguranças».

Por seu turno, e com o mesmo fim, ao mesmo tempo que a sua carta ilustra o entendimento das dificuldades que se suscitaram aos nossos plenipotenciários e da maneira como se conduziu na conjuntura o Gabinete britânico, também o Conde de Palmela escrevia a António de Araújo ([72]): «Não devo deixar partir a Timóteo de Araújo, sem escrever separadamente algumas regras a V. Ex.ª e pedir-lhe a sua protecção para o portador do nosso Tratado e a sua aprovação sobretudo da conduta dos negociadores. O Tratado não é igual aos nossos desejos, porém creio que era difícil, nas circunstâncias complicadas em que nos achavamos, sair doutro modo dum tal labirinto.

Nós tivemos em vista: — 1.° na Convenção obter a satisfação e indemnização pelas perdas que sofreu o nosso comércio e obtê-la independente de qualquer outra estipulação como S. A. R. a queria e com uma data antecipada no Tratado. Por isso exigimos mesmo como V. Ex.ª verá comparando o primeiro projecto dado por Lorde Castgh. com a Convenção que assinamos, que se tirassem do preâmbulo algumas palavras que indicavam a condição com que os Ingleses a negociaram.

A soma de 300$000 £ não será igual à quantia a que orçam as presas. Porém, sendo paga de uma vez, sem demoras, sem questões, etc., equivale a uma muito maior.

No Tratado tivemos em vista abolir o indecoroso Tratado de Aliança de 1810 e levar justamente os artigos secretos relativos a Bissau e Cacheu, que tanto se nos recomendou nas nossas instruções. A remissão da dívida, que ainda importa, com os juros em £ 609$000, dá ao menos um pretexto decente para renovar o Tratado de Paris, reformando as palavras do artigo 10.°, fixando os limites da Guyana e asseguro a V. Ex.ª que as duas concessões que fazemos, isto é, a do tráfico ao norte do equador e a da Guyana, não são concessões de direito, porque de facto não era possível, sem nos pormos sèriamente mal com

([72]) Carta de Viena, de 26 de Janeiro de 1815, a que Araújo respondeu a 13 de Junho.

todo o mundo, continuar o primeiro e conservar por muito tempo a segunda.

Não julgo pequena vantagem a de termos por este modo conciliado os ânimos e conservado a atitude em que nos achamos no Congresso, como uma das oito Potências que o dirigem.

Suponho que Lorde Strangford terá ordem para instar com a nossa Corte, sobre o prazo de cinco anos em vez de oito (no caso de concluirmos aqui esse negócio que fizemos dependente da abolição do Tratado de Comércio). Também insistirá como o quis fazer aqui lorde Castlereagh, para se conservarem os privilégios que o Tratado de Aliança de 1810 concedia à Marinha Inglesa. Porém, com firmeza da parte do nosso Governo, esteja V. Ex.ª bem persuadido que essas pretensões se retirarão.

Não necessito observar a V. Ex.ª que se a viagem de Timóteo for breve, e se couber no tempo ratificar o Tratado antes de 2 de Abril, se evitará um pagamento de 26$000 £, que nesse dia se vence em Inglaterra sobre a nossa administração» (73).

O corpo expedicionário português aos Países Baixos

A 26 de Fevereiro de 1815, Napoleão embarcava para França, fugido da ilha de Elba, donde já estava destinado a ser transferido para a de Santa Helena, e a 1 de Março desembarcava no Golfo Jouan.

A notícia estalou no Congresso de Viena como um raio e lançou o temor em toda a Europa. As Potências reunidas no Congresso declararam fora da lei o Imperador dos Franceses e inimigo da paz europeia, preparando-se imediatamente para a guerra com o espírito de que ela só cessaria com a completa derrota de Bonaparte.

Dentre as forças aliadas, que as Potências pretendiam reunir para a condução da nova campanha, caberia a Portugal um contingente de tropas, destinado a operar nos Países Baixos (Bélgica ou Holanda), conforme o compromisso que a Regência de Lisboa, ou melhor Beresford, contraía em 8 de Abril.

Em toda a Europa era grande a expectação, principalmente pela ignorância dos planos napoleónicos, depois que as Potências repeliram as sugestões

(73) Os nossos plenipotenciários concluíram, com o Visconde de Castlereagh, a convenção de 21 de Janeiro, que estabelecia o pagamento a Portugal, por parte da Inglaterra, de 300 mil libras esterlinas como indemnização e pagamento total das capturas, feitas antes de 1 de Junho de 1814 por armadores britânicos, de navios portugueses sob o pretexto de fazerem comércio ilícito em escravos; e o Tratado de 22 de Janeiro de 1815, com um acto adicional e três artigos secretos.

dum entendimento para a abertura de negociações para a paz geral, que Napoleão lhes fizera.

Pelo que a Portugal poderia interessar, e perante as habituais tregiversações da política espanhola, havia o receio do regresso da Espanha a uma aliança análoga à dos Tratados de Basileia e de Santo Ildefonso; por outro lado, não se afastava a hipótese de Bonaparte, auxiliado pela Áustria, conseguir a paz no continente, embora ficando em guerra com a Grã-Bretanha, facto que conduzia o país à situação anterior a Novembro de 1807. A confiança que existia na união das Potências aliadas para o restabelecimento duma paz justa, para todas as Nações, grandes e pequenas, achava-se muito abalada em face das ambições que se desmascararam em Viena e do abandono dos pequenos pelos grandes povos.

Em Espanha não foi menos profunda a impressão, nem menor o temor causado pela notícia do regresso do Imperador e principalmente pela extraordinária facilidade com que recuperara o poder e pelo entusiasmo com que a França o acolhera.

Por toda a parte, em virtude destas mesmas circunstâncias políticas, voejou a suposição inicial de que a França ressuscitaria a tenacidade da resistência dos tempos da Convenção e a Europa se acharia submetida, ou a um longo período de guerras, ou à hegemonia napoleónica. E esta suposição, quase convencimento, só principiou a desvanecer-se depois que se foram conhecendo a fraqueza interna da economia francesa e das suas possibilidades para uma longa luta, assim como os rumores das forças ocultas que minavam o trono imperial. Ainda assim, o triunfo dos aliados em Waterloo foi um acaso.

A incerteza do futuro a expressava Ambrósio Reis a António de Araújo quando lhe expunha ser provável que a guerra da nova coligação contra o Imperador dos franceses não fosse duradoura; ou os aliados venceriam, indo a Paris ditar dali novamente a lei à França, ou Bonaparte resistiria por algum tempo com êxito, sendo então de temer que a liga das nações começasse a desfazer-se parcelarmente e, em tal caso, ninguém poderia calcular os males que à Europa ainda estariam reservados.

Pela correspondência de Ambrósio Reis com o futuro Conde da Barca (74), ficamos a saber como o assunto da participação de forças portuguesas na nova conflagração foi motivo de preocupações e o objecto da recusa à sua marcha assentou em ponderosas razões: — No caso de se persistir no cumprimento da resolução de Beresford, considerou-se que os ingleses escolheriam para formar

(74) Carta de 9 de Abril de 1815 de Ambrósio Reis para Araújo.

o corpo expedicionário a flor da nossa tropa «que seria provàvelmente sacrificada e tratada como cipaios».

Autorizava esta conjuntura o conhecimento da psicologia britânica, assim como o comportamento havido durante a guerra peninsular, de que corriam muitos queixumes.

Não só nesse corpo expedicionário, senão também em todo o exército, causaria grande desgosto o ver assim exposta e sacrificada uma tão considerável parte da sua força, numa ocasião em que Portugal voltava a estar ameaçado de grandes perigos, porquanto poderia ser de novo atacado pela França, conjuntamente com a Espanha. Tudo indicava, pois, que o Governo português guardasse as suas forças em condições de poderem ser enfrentadas situações futuras cuja gravidade não era possível ainda divisar.

Se Napoleão conseguisse derrotar as forças coligadas, e a Inglaterra se não submetesse, a Espanha e Portugal voltariam a ser alvo de suas especiais atenções. Era ainda de considerar que o descontentamento do Exército se estenderia a toda a população do reino.

No caso, não impossível, de Bonaparte obrigar as Potências a uma paz continental, ficando em luta com a Inglaterra, não seríamos reconduzidos à neutralidade de 1804, e a aliança anglo-lusa nos levaria, indubitàvelmente, à guerra com a França.

Convinha, pois, a Portugal e à Grã-Bretanha, que a força do Exército português se mantivesse intacta, para se unir no nosso solo aos reforços do inglês, tanto para o caso de a Espanha regressar à órbita napoleónica, como para o duma futura coligação em que a França pudesse ser atacada pelas forças anglo-luso-espanholas.

Se a Espanha se unisse à França, tornando-se novamente hostil à aliança anglo-lusa, era ainda patente a utilidade de se prevenir uma nova invasão de Portugal por forças espanholas. Era Ambrósio Reis de opinião que as tropas continentais portuguesas deviam estar preparadas e que, se a evolução dos acontecimentos em Espanha se nos declarasse desfavorável e perigosa, deveríamos assenhorear-nos imediatamente da Galiza e doutras localidades que nos dessem garantias de cobertura do território nacional, assim como daquelas em que as guarnições, hostis à França dentro do espírito da guerra recentemente conduzida, se unissem às nossas forças; isto é, deveríamos tomar a *ofensiva* e fazer a guerra em território de Espanha.

De qualquer modo, se a França e a Espanha se reunissem, a presença no continente português de forças nacionais importantes, ou delas reforçadas por tropas inglesas, obrigava necessàriamente Napoleão a dividir as suas forças para socorrer a Espanha, diversão esta favorável aos aliados, especialmente no

caso de se proceder à invasão do território espanhol por forças portuguesas, ou anglo-lusas.

Nos raciocínios formulados *à la longue*, admitia-se que Bonaparte, para vencer, não poderia passar sem a península hispânica; e, se viesse de novo a apoderar-se de Fernando 7.°, achar-se-ia o exército espanhol na alternativa de se unir à França, e consequentemente atacar Portugal, ou a Portugal e à Inglaterra para resistir aos franceses. Ambrósio Reis inclinava-se para esta última hipótese se os Governos de Lisboa e de Londres soubessem agir rápida e convenientemente junto dos chefes militares de Espanha; e considerava que, se o Gabinete britânico entendesse com clarividência os seus verdadeiros interesses, não deveria forcejar, nas circunstâncias então ocorrentes, em tirar do continente português um único soldado; pelo contrário, e posto também perante a situação irlandesa, deveria reconhecer de quanta importância era para ele o prevenir que os franceses se apoderassem da Galiza e de Portugal, de cujos pontos o separatismo da Irlanda poderia ser poderosamente auxiliado por uma ou mais expedições compostas, em tal caso, de franceses, portugueses e espanhois. A ruína da Inglaterra seria certa.

Dizia Ambrósio Reis a António de Araújo era de recear sucedesse em Espanha alguma cousa que nos fosse funesta, desde que José Bonaparte fugira da Suíça e se achava já em Paris; e Napoleão, se pudesse, não deixaria de o enviar à Espanha à frente dum exército francês e «de um grande número de descontentes que o Governo insensato de Fernando VII tem concentrado em França».

Em face dum futuro assim incerto e toldado de graves ameaças, manifestava Reis a Araújo como urgia que o Príncipe Regente fortalecesse, quanto possível, o Governo de Lisboa, e se expedissem as mais positivas ordens para o revigoramento da eficiência do Exército em armamento e equipamento, assim como que aos representantes da Coroa junto dos Gabinetes estrangeiros se expedissem instruções para lhes demonstrar, particularmente ao da Grã-Bretanha, a importância de presservar o continente português e a Galiza de serem invadidos.

O documento analisado põe-nos frente a uma comunhão de ideias, sobre este assunto, entre Araújo e Reis. As razões citadas pelo Conselheiro e Secretário geral da nossa Legação ao Congresso interrompido pelos *Cem Dias*, devem ter pesado no ânimo de Araújo e, ligadas aos pontos de vista do ministro, contribuído para a resolução do Príncipe Regente. Beresford viu frustrado o seu desejo do embarque do corpo expedicionário português aos Países Baixos; o malogro do seu intento foi a última razão que o levou a embarcar para o Rio

de Janeiro, a fim de ali obter do Príncipe Regente poderes ainda mais latos do que os que lhe haviam sido concedidos pela carta régia de 16 de Novembro de 1811.

O Tratado de 1810 com a Inglaterra

Uma das maléficas consequências da permanência do Visconde de Strangford no Brasil e da tutela que exerceu sobre o Gabinete do Rio de Janeiro, nomeadamente no Ministério dos Estrangeiros, confiado à experiência e patriotismo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, foi o Tratado de comércio e navegação anglo-luso, assinado no Rio em 19 de Fevereiro de 1810 por D. Rodrigo e lorde Strangford.

Na intenção de formarmos uma opinião imparcial, pesquisamos elementos que a este diploma fossem justamente favoráveis, a descontar nas críticas que severamente o condenam e de algumas das quais já demos anterior notícia; todavia, chegamos ao convencimento de que não é possível achar dados alguns que diminuam o rigor das apreciações desprimorosas para o convénio e para o Ministro que o negociou, porque a esse instrumento diplomático se atribui, com razão, a decadência da indústria e do comércio portugueses, postos por ele em condições manifestamente desfavoráveis perante os da Grã-Bretanha.

Do Tratado diz um autor (75) que as suas disposições eram todas vantajosas à Inglaterra e, embora em nada se opusesse aos interesses do Brasil, era sobremaneira nocivo a Portugal. «Não só ficavam, em virtude dele, reduzidos a 15 % os direitos de entrada das mercadorias inglesas, ao passo que os géneros do nosso solo vinham a pagar 16 % em Inglaterra, mas era redigido com tanta ambiguidade que alguns géneros, que pareciam sujeitos aos direitos de 24 % de entrada pelo art.º 26.º, pareciam, por outro lado, igualmente compreendidos na taxa geral de 15 %».

A redacção do art.º 32.º permitia considerá-lo perpétuo, visto como «apenas concedia se viessem a alterar disposições acessórias, mas nunca as suas bases principais».

E termina: «Assim o Conde de Linhares, persuadido pela sua natural leveza de que Portugal estava para sempre perdido, sacrificou os interesses da pátria, e anuiu a tudo quanto lhe fora proposto pelo hábil negociador inglês».

---

(75) História de el-rei D. João VI, 87.

Afrânio Peixoto escreve a este respeito ([76]): «Em 1810 é o Tratado de Comércio de 19 de Fevereiro, proveitoso à Inglaterra e até com reduções de soberania: o Brasil nada lucra e Portugal é sacrificado.

Uma cláusula do Tratado de comércio obrigava à abolição gradual do tráfico de escravos africanos. Em 12 (1812) os Ingleses aprisionam grande número de barcos negreiros. Na Baía há protesto, acusando os favorecidos ingleses de pretenderem a ruína da colónia; só em 15 (1815) virão 300.000 libras de indemnização do Gabinete britânico, às depradações da Marinha inglesa».

O Conde de Lavradio ([77]) pronunciou-se deste modo:

«O acto, porém, mais importante do domínio colonial e aquele que mais graves consequências teve foi o infeliz Tratado de 1810 com a Inglaterra, Tratado que, no dizer de Oliveira Lima, foi, tanto na forma como na substância, o mais lesivo e o mais desigual que jamais se contratou entre duas nações independentes e que o representante inglês, Strangford, arrancou à condescendência anglófila de Linhares ao fim de dois anos de esforços e conversações que o Conde das Galveias denomina de *extremamente desagradáveis*.

Era, efectivamente, em extremo difícil um Tratado de comércio equitativo entre o Brasil e Inglaterra; este, porém, era franca e inequìvocamente favorável à Inglaterra, a quem entregava o exclusivo das relações mercantes, fazia desaparecer as indústrias nacionais e tradicionais diante da invasão das manufacturas inglesas, impossibilitava o comércio do Brasil com a Europa, e colocava-o de tal forma nas mãos dos ingleses que estes acudiram imediatamente ao Rio a abrir casas comerciais, onde em 1811 já contavam setenta e cinco».

Comenta Almeida Langhans: «Em estado de necessidade, Portugal teve de viver de dádivas do aliado mais rico. Este quis-se garantir, e fê-lo com o Tratado de comércio de 1810. A economia nacional ficou completamente dominada pelos privilégios do comércio britânico ([78]).

Escreve outro autor: «O Tratado era ruinoso, porém, D. Rodrigo, no relatório com que o submeteu à assinatura do Príncipe Regente assinalava-lhe as excelências. D. Rodrigo já se havia comprometido em Londres a realizá-lo quando se tratava da ida para o Brasil».

Os modernos economistas nacionais são unânimes em reconhecer como o Tratado foi altamente nocivo a Portugal e benéfico à Inglaterra ([79]).

António de Araújo, na posição de Conselheiro de Estado, opôs-se formal-

([76]) História do Brasil, pág. 159.

([77]) Memórias, I, 45.

([78]) Portugal na Política de Palmerston, pág. 30.

([79]) Vide Francisco António Correia e João Lúcio de Azevedo, respectivamente em Histórica Económica de Portugal e Épocas de Portugal Económico.

mente à sua celebração, constituindo-se o centro da resistência às manobras de Strangford, sem, contudo, conseguir vencer a influência do representante britânico.

A intensidade da acção desenvolvida por Araújo contra a efectivação deste instrumento diplomático a patenteiam, com clareza, os documentos publicados por Ângelo Pereira ([80]) ao mesmo tempo que demonstram a brava luta que no Rio se travou entre os que favoreciam a conclusão do Tratado e aqueles que a contrariavam. Strangford, dominando D. Rodrigo, conforme se deduz do próprio relatório que este Ministro enviou ao Príncipe Regente quando lhe submeteu à assinatura o funesto documento, relatório em que pretende demonstrar ao Príncipe que o Tratado era equitativo, desenvolveu, no Rio e em Londres, uma considerável actividade. Para Londres, queixava-se a D. Domingos de Sousa Coutinho das atitudes de alguns ingleses, assim como de Sidney Smith, do 2.º Marquês de Pombal, do Núncio, de António de Araújo e de Gambier, em cuja casa se reuniam os elementos adversos («c'est là où s'est formée cette nouvelle *opposition*») aos seus desígnios, oposição que, como ele dizia, seria invencível se acontecesse a queda de D. Rodrigo.

Para Strangford, Araújo movia esta oposição: «C'est chez Gambier que se font toutes les intrigues. C'est là où se reunissent en partie fine, la haine audacieuse et ouverte de Smith, la rancune vemineuse du Nonce, la lourde malevolence de Pombal, et l'habile fourberie du faux et adroit d'Araujo».

E pedia a D. Domingos que, em nome do Céu, fizesse quanto lhe fosse possível «pour ouvrir les yeux du Ministère Anglais sur la conduite que tiennent ici quelques uns le leurs Agents».

Com estas palavras, pretendia Strangford visar especialmente sir Sidney Smith, que lhe fazia sombra, e não descansou enquanto não conseguiu que o Governo londinense o retirasse do Brasil.

Em carta, secreta, de 4 de Fevereiro, já Strangford dizia a D. Domingos que a causa estava ganha, mas que, para isso, se valera duma imposição para intimidar o Príncipe: «Nous allons avoir plein et entier gain de cause. J'ai été obligé de prendre mes moustaches, et de parler bien haut ([81]). On est furieux contre votre frère (D. Rodrigo) et moi; j'amais victoire ne fut plus complete, ni plus difficile». A vitória era tão completa e a tutela inglesa tão forte, que Strangford, que também se opunha ao estabelecimento da Inquisição no Brasil, ao mesmo tempo que propugnava por facilidades ao desenvolvimento

([80]) D. João VI Príncipe e Rei, III, 70 e ss.

([81]) De como o Visconde de Strangford era homem pouco escrupuloso nos processos a adoptar para atingir os fins que se propunha, e de que o Gabinete britânico,

do Protestantismo, em tudo conseguiu plena vitória. «Prometeu-se que a Inquisição não seria estabelecida no Brasil e os Protestantes conseguiram templos sem sinos», escreve Afrânio Peixoto ([82]).

A 6 de Março, comunicava Strangford a D. Domingos que o Tratado estava, enfim, assinado, apesar das intrigas do Núncio e sobretudo da oposição de Araújo. Tudo se fizera para que o Príncipe Regente lhe não apuzesse a assinatura, «mais nous avons déjoué toutes leurs manoeuvres infames et indignes».

Apesar de todas as vantagens, ainda Strangford receava que em Inglaterra o não achassem tão compensador como desejariam: «Au nom de Dieu (escrevia a D. Domingos) faites de sorte qu'on regardera le Traité, en Angleterre, de bon oeil: si M. Canning se joindra à ceux qui en disent du mal, nous serons perdus, votre frère et moi...»

A ratificação, porém, demorava em Londres, o que punha Strangford em sérios cuidados: «Nous sommes dans la plus grande impacience pour avoir des nouvelles de la Ratification. Tont depend de cela», dizia ele a D. Domingos em 30 de Abril; logo em 16 de Maio lhe comunicava que finalmente, sem dúvida devido a seus impulsos, D. Rodrigo, saindo da sua irresolução, se havia determinado a escrever a Canning. Em Londres, D. Domingos deveria, portanto, aproveitar esta circunstância; a 8 de Junho, instando, frisava ao Conde do Funchal que também D. João de Almeida havia agido no ânimo do Príncipe contra a assinatura do Tratado, permitindo-se afirmar-lhe que D. Rodrigo «avait été gagné par le Ministre d'Angleterre» (Strangford). E mais adiante, insistindo na sua obra de hábeis insinuações para obter o máximo na substituição dos interesses de Portugal pelos do seu país: «Encore une fois, mon cher

---

certamente por isso, o escolhera para seu representante no Rio, nos diz o Conde de Lavradio nas suas Memórias (I, 47): «Lorde Strangford era um destes diplomatas de que a Inglaterra por vezes lança mão e que impõem, com mais brutalidade do que persuação, o reconhecimento dos interesses frequentemente ilegítimos e egoístas da sua nação; já fizera recolher a Inglaterra o almirante Sidney Smith, que protegia o engrandecimento dos nossos domínios americanos, já conseguira remover de Cadiz D. Pedro de Sousa Holstein, cuja diplomacia estava sendo mais feliz do que a do representante inglês. D. João VI, livrando-se dele, livrava-se do mais incómodo contrariador dos seus projectos e ambições».

([82]) Op. cit., 159. Contudo, não houve apenas promessa, mas compromisso formal, pactuado pelo art.° 9.°: «Não tendo a Inquisição sido até agora, estabelecida, ou reconhecida no Brasil, Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal, guiado por luminosa e liberal visão, aproveita a oportunidade que o presente Tratado lhe proporciona para declarar espontâneamente, em seu Nome e dos Seus Sucessores, que a Inquisição nunca será estabelecida nos Domínios Sul Americanos da Coroa Portuguesa».

ami, pensons à notre but commun. Pensons au vrai bonheur de nos deux pays. Cet empire ne peut exister dans le moment sans l'amitié et l'aliance de l'Angleterre».

Por último, todos os receios se desvaneceram; o Tratado era ratificado em Londres a 19 de Junho do mesmo ano de 1810. O futuro, porém, deveria condená-lo e as suas consequências, graves e funestas, devem ser contadas como um dos poderosos factores de descontentamento que favoreceram a queda do absolutismo em 1820 e o triunfo do liberalismo em Portugal.

A propósito do ataque dos negociantes ingleses à nossa Companhia dos Vinhos, participou Ambrósio Reis a Araújo ([83]) que num *meeting* organizado na capital britânica contra a Companhia, a petição que dali subiu ao Governo londinense, destinada a que se exercesse pressão junto da Regência e no Rio, a fim de obter a extinção da Companhia, se baseava neste Tratado de 1810 e na falta de cumprimento, por parte do nosso Governo, do que ele estipulava a favor dos ingleses.

Deste modo, a rapacidade dos comerciantes britânicos ainda achava pouco rendosa a exploração que estava realizando em Portugal e no Brasil, à sombra dum Tratado que foi o mais rude golpe que então se podia vibrar no comércio português.

Mais tarde, como vimos, em consequência da evolução dos acontecimentos no Congresso de Viena, o art.º 3.º do Tratado anglo-luso, celebrado na capital austríaca a 22 de Janeiro de 1815, declarava nulo o ominoso Tratado de 1810.

Contudo, os ingleses conseguiram iludir a sua prática aplicação, de sorte que a formal anulação do nefasto diploma só veio a ser possível em 30 de Maio de 1836.

A abolição da escravatura

Um dos assuntos que deviam ser tratados no Congresso de Viena e que de perto dizia respeito à economia de Portugal e seus domínios, era o da abolição da escravatura. Desde 1807 que a Inglaterra assumira a atitude ostensivamente abolicionista e se achava, por isso, especialmente interessada em que todas as nações com domínios ultramarinos a seguissem.

Já no Tratado de 19 de Fevereiro de 1810 Strangford conseguira introduzir uma cláusula pela qual o Governo português se obrigasse à gradual abolição do tráfico de escravos africanos, que desde séculos vinha fornecendo ao Brasil a mão de obra agrícola. Se, porém, as outras nações europeias não

([83]) Carta, de Londres, de 3 de Agosto de 1812.

anuissem à abolição, a posição marcada pela Inglaterra redundaria em prejuízo considerável para as suas colónias, e, portanto, para a prosperidade britânica. Como é compreensível, este importante e difícil assunto ofendia de perto a economia portuguesa, cujos interesses o Governo procurava salvaguardar.

Assim é que, tendo o embaixador de Portugal em Londres pedido a Ambrósio Reis um memorando sobre o estado da questão do comércio dos escravos, em 25 de Agosto de 1814, Reis remeteu para o Rio uma cópia a António de Araújo.

O maior número de indivíduos que instavam com o Governo britânico para que fosse inserida nos Tratados com as outras Potências a cláusula da abolição do comércio dos escravos na costa de África, não era, agora, constituído pelos filantropos que haviam iniciado a campanha contra a escravatura, mas, precisamente, pelos que durante cerca de 20 anos se lhes haviam oposto. Estes opositores, que o tinham sido movidos pelos seus interesses, desde que fora decretada a abolição em 1807, juntaram-se àqueles filantropos, a fim de impelirem o seu Governo a exercer pressão sobre os das outras Potências, obrigando-os a seguir-lhe o caminho, persuadidos de que as colónias inglesas, depois da abolição, não podiam conservar nos mercados mundiais a competência com os géneros coloniais das outras nações. A própria filantropia da campanha de antes de 1807, cujo *comité* havia inundado a Inglaterra com publicações a favor do abolicionismo, espalhando-as também pelo estrangeiro, servira de capa aos interesses dos colonialistas britânicos, a quem a diminuição da mão de obra nas colónias fizera perceber que não poderiam rivalizar com os produtos estranhos.

Apesar de os ingleses continuarem a praticar a escravatura, mascarando-a com o título de recrutamento para os regimentos indígenas, a população negra dos domínios ia diminuindo, anualmente, 5 por cento. Era este o verdadeiro fundo da questão em que a Inglaterra, abusando do seu poder marítimo, exercia notável coacção sobre outros países, principalmente Portugal e Espanha, cometendo infracções às leis da navegação, contra os navios destas nações, para as forçar a decretarem ràpidamente a abolição, apesar das convenções existentes. Entre elas se contava o próprio art.º 10.º do Tratado de comércio e aliança de 1810, que permitia a Portugal, sem limite de prazo, ir promulgando, evolutivamente, acerca da abolição da escravatura, medidas que efectuassem a transformação sem gravame ruinoso para a agricultura e o comércio portugueses.

Comunicava Ambrósio Reis estes pontos a Araújo, para que ele promovesse fossem transmitidos como esclarecimentos às grandes Potências, a fim de a navegação e comércio das nações visadas pela cabala dos colonialistas

ingleses não virem a ser perturbados, respeitando-se a independência de cada Estado.

Meses depois, e prevendo a continuação dos ataques dos barcos britânicos à marinha portuguesa, com os consequentes abusos e enxovalhos e não acreditando que a Inglaterra não viesse, sob qualquer forma, a renovar o tráfico da escravatura, comunicava Ambrósio Reis ([51]), na intenção de que isso fosse recomendado aos plenipotenciários portugueses, que estes não subscrevessem quaisquer estipulações acerca da escravatura sem que fossem observadas cláusulas que evidenciassem o respeito pela soberania da Coroa portuguesa. Assim, deveria ficar consignado que sòmente ao Governo português pertencia o fazer observar as suas leis a tal respeito e punir seus súbditos pelas infracções, não podendo nenhum navio português ser perturbado na sua navegação por barcos ingleses sob o pretexto das mesmas estipulações, excepto quando achado em portos ingleses a fazer o comércio de escravos, caso em que estava sujeito às leis britânicas. Tais estipulações seriam consideradas nulas desde que a Inglaterra, sob qualquer pretexto, praticasse, legal ou clandestinamente, o comércio dos escravos nas suas colónias, revertendo aos portugueses, em tal caso, a plena liberdade de renovarem esse comércio.

Deveriam também os plenipotenciários reservar para Portugal a liberdade de, ainda depois das aludidas estipulações, transportarem, em todo o tempo, escravos de umas para outras das províncias ultramarinas portuguesas, assim como recrutas para os regimentos negros, conforme praticavam os ingleses nas suas próprias colónias.

Todas estas cláusulas representavam outras tantas medidas de cautela contra futuros actos de violência que os ingleses premeditavam praticar em tempo de paz.

Tratava-se, também, de fixar um limite ao prazo a estipular para uma abolição definitiva, e Ambrósio Reis assegurava que, em face do interesse da Grã-Bretanha, não só se devia alcançar um prazo longo, mas aproveitar as convenções respectivas para se obter da Inglaterra uma correspondente compensação, a qual, como «preço mais desejável», deveria ser «a anulação do Tratado de comércio de 1810», e o acordo para o estudo doutro formado «sobre bases mais sólidas que promovam pela natureza das suas estipulações, a prosperidade progressiva e, por conseguinte, a perpétua harmonia das duas nações».

([51]) Carta, ou memória, de 3 de Novembro de 1814, para António de Araújo. Ambrósio foi nomeado, por indicação de Araújo, Conselheiro e Secretário Geral da Legação Portuguesa ao Congresso de Viena. Era consumado perito em assuntos de política e economia.

Deste modo, convinha que a negociação com a Inglaterra, quanto ao comércio dos escravos, decorresse com o acordo da Espanha e da França e o conhecimento do que estes países tencionariam conceder, levando-os a apoiarem as cláusulas acima descritas e, até, a subscrevê-las como suas próprias. Dever-se-ia significar, prèviamente, à Rússia, Áustria e Prússia, o quanto lhes interessavam as mesmas cláusulas, «mostrando-se-lhes as célebres instruções que o Almirantado britânico distribuía aos seus cruzadores, segundo as quais os navios de todas as nações podiam ser apresados por simples e frívolas suspeitas de se acharem implicados em escravatura.

A diplomacia portuguesa deveria agir, junto do Governo britânico, numa actuação capaz de mostrar-lhe que o forçar, por actos violentos, as outras Potências a observarem regras de moral que lhes fossem ditadas por aquele Governo, era não só contrário aos princípios expressados pelo próprio Ministério inglês numa recente sessão parlamentar, mas também um meio certo de anular os efeitos que os pseudo-filantropos ingleses esperavam obter da abolição. Pelo contrário, se esta fosse feita por acordo voluntário e pacífico dos Governos entre si, fiscalizando cada um deles o cumprimento das suas próprias leis, o exercício da escravatura pelo contrabando seria quase impossível; e irritando-se as nações com as violências e os insultos cometidos contra os seus navios e comércio pelos cruzadores ingleses, sob pretextos frívolos e restrições diversas, a propósito da fiscalização do cumprimento das estipulações abolicionistas, fiscalização que a Inglaterra se arrogava o direito de exercer plenamente, as mesmas Potências fechariam os olhos ao contrabando e se faria, então, o tráfico dos escravos em navios pequenos e veleiros, «onde os escravos virão apinhados e em maior desgraça do que nos transportes ordinários».

Em Janeiro de 1815 ([85]) trabalhava-se em Viena por salvar os legítimos direitos e interesses portugueses; mas, quanto à escravatura, a França, que pela união dos seus interesses com os de Portugal e pela sua preponderância os podia sustentar, demonstrava frieza e irresolução em declarar se lhe convinha ou não renovar o tráfico.

O Governo parisiense receava ver seus navios expostos à perseguição dos cruzadores ingleses e as consequentes complicações com o Governo londinense. Temia ainda que, empregando naquele tráfico avultados capitais, que ele lhe requeria, principalmente na Martinica e em Guadalupe, os viesse a França a perder, se outra vez deixassem de lhe pertencer aquelas ilhas em consequência de embaraços ou até duma nova guerra com os ingleses, tráfico para o qual se não achava habilitada enquanto não possuísse marinha para lhes resistir. Por

([85]) Carta de 26 de Janeiro, de Ambrósio Reis para Araújo.

outro lado, admitiam os franceses que naquelas ilhas lhes viesse a suceder o mesmo em que S. Domingos.

Também sobre o assunto da escravatura dizia Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro ao Conde da Barca ([86]) das cautelas de que se devia cercar a permissão, aos ingleses, de se introduzirem no interior do Brasil, «pois não se querendo contentar com a abolição da escravatura, até querem pregar aos pretos os direitos do homem, etc., como se fez em S. Domingos. Se V. Ex.ª aí tiver o *Times*, ou outra qualquer gazeta de ontem 27 de Fevereiro, verá o resultado das últimas sessões do Congresso sobre a escravatura e o desaforo com que lorde Castlereagh recorreu, em ar de mofa e de meter a ridículo, ao delegado do Papa para ele, sob pena de excomunhão, fazer assentir a Espanha e Portugal às suas vistas!».

No Congresso, em campo ficaram, pois, e em clara posição, apenas a Espanha e Portugal.

Toda esta correspondência mostra como António de Araújo mantinha um importante serviço de informações com entidades especializadas, e o meticuloso cuidado que, ou como Conselheiro de Estado, ou como Ministro, lhe mereciam os assuntos da governação. Os factos narrados, ou os casos assim propostos à sua consideração, derivavam das instruções dadas aos nossos plenipotenciários e da evolução dos sucessos no Congresso, que Araújo acompanhava cuidadosamente e de perto, quer sancionando as sugestões úteis, quer propondo ao Soberano as medidas mais ajustadas aos altos interesses nacionais.

A três das oito Potências da Comissão do Congresso interessavam as consequências da imediata abolição da escravatura ([87]): França, Espanha e Portugal. Da França já vimos qual a verdadeira posição. Este país, cedendo à pressão inglesa, a que no momento internacional não podia furtar-se, já havia tomado o compromisso de abolir a escravatura, que Luís XVIII começara a cumprir proibindo o tráfico ao norte do Cabo das Palmas e ampliando, pouco depois, a proibição a mais 100 léguas para o sul deste cabo.

Como os estabelecimentos franceses da costa de África havia anos se achavam na posse da Inglaterra, a questão, por este lado, não interessava grandemente ao Governo de Paris, cujo principal reparo oposto, em coincidência com o ponto de vista do nosso Governo, consistiu em levantar objecções à *polícia dos mares*, cujo direito os ingleses avocavam, e foi também combatido pelo representante espanhol, D. Pedro Labrador.

Para a Espanha a questão era mais grave e o seu representante no Congresso propugnava pela fixação dum prazo de 8 anos para a abolição definitiva.

([86]) Carta, datada de Londres, a 28 de Fevereiro de 1815.

([87]) Conde de Lavradio, Memórias, I-52.

Era para Portugal que o assunto assumia maior importância, dado que, como dissemos, desde séculos que a principal mão de obra agrícola no Brasil provinha da costa de África, nomeadamente de Angola. «Para nós o problema era da mais extrema gravidade; o comércio da escravatura era da mais absoluta necessidade para a cultura dos terrenos do Brasil, a sua abolição repentina arruiná-lo-ia por completo, ao mesmo tempo que transformaria o sistema das colónias portuguesas da costa de África (88).

Os números dão uma ideia suficientemente esclareccedora da importância do comércio dos negros para a economia brasileira e das perturbações que a sua cessação viria a causar-lhe.

Diz Afrânio Peixoto que, segundo Simonsen, apenas foram importados, entre 1530 e 1850, 3.500.000 africanos, muito se tendo exagerado, na opinião deste autor, a importação deles, em número, para o Brasil; e que, sendo computada a população brasileira, em 1789, em 2.300.000 habitantes, destes 1.500.000 eram escravos. Em 1818, de 3.617.900 habitantes, calculava o número de escravos em 1.930.000.

Segundo as instruções que lhes haviam sido transmitidas por Araújo, os nossos plenipotenciários, agindo de acordo com a Espanha, não deveriam admitir se fixasse à abolição completa um prazo inferior a 8 anos, comprometendo-se, apenas, a conceder a abolição imediata do tráfico nos domínios portugueses situados ao norte do equador.

Que as sugestões de Ambrósio Reis contribuíram para esclarecer António de Araújo e para afirmar o seu espírito na orientação da política externa a seguir pelos nossos plenipotenciários ao Congresso, orientação sancionada pelo Príncipe Regente, indica-o o seguinte passo das Memórias dos Conde de Lavradio (89): «Era claro que os plenipotenciários portugueses queriam aproveitar a ocasião de anular o ruinoso Tratado de 1810 e, obrigados a ceder, só o fariam a troco duma grande compensação; esta, porém, não a queria a Inglaterra, e lorde Castlereagh nada prometia e apenas declarava que também desejava um novo Tratado comercial, quando se lhe pedia claramente a abolição do antigo».

Nesta descrição dum assunto que tão gravemente nos afectava e em que os ingleses sobressaíram pelo lado filantrópico e humanitário, quando, no fundo, o móbil dessa filantropia e humanitarismo era o interesse próprio, ainda que à custa dos males doutros povos habituados a um regímen económico que não

(88) Conde de Lavradio, id. 53.
(89) Idem, id. id.

podia ser modificado com a pressa que requeriam as ambições dos súbditos britânicos, esclarecemos aquela passagem das Memórias de Lavradio, revelando a origem dos fundamentos da posição portuguesa e como, numa compreensiva defesa de economia brasileira, a mão de Araújo a orientou e lhe deu força.

A questão da escravatura fora indevidamente levada ao Congresso por influência do Gabinete londinense. O Congresso não tinha poderes para decretar a abolição do tráfico dos escravos, e para sair airosamente dum assunto que estava fora dos seus fins, terminou por publicar uma declaração, na qual se recomendavam à consideração da Europa os sentimentos liberais dos Soberanos, deixando às Potências interessadas o combinarem o limite de prazo para a completa abolição.

O humanitarismo arvorado em bandeira pelos britânicos e que tornou a Inglaterra, perante o Mundo, credora de louvores, aliás justos, não era, portanto, o único móbil verdadeiro da campanha propugnadora da abolição da escravatura. Por detrás do pano de boca da filantropia, esplêndido e aliciante, movia-se o cenário do ávido interesse. E quanto a Portugal, careciam de razoável subsistência as arguições humanitárias contra o barbarismo do tratamento dado aos escravos. Do nosso país não era justo escrever-se um livro como a *Cabana do Pai Tomás*.

Salvos os casos, infelizmente numerosos, dos castigos por rebeldias e por outras manifestação da triste condição humana, em Portugal eles eram tratados com benevolência. Muitos, como que faziam parte do conjunto familiar. E com tanta humanidade e clemência eram considerados na sua condição de pessoas, de seres humanos, que quando os donos, muitas vezes, os queriam beneficiar com a alforria, pediam, com lágrimas, que os deixassem viver com os seus senhores.

Continuando em Viena as laboriosas negociações entre os plenipotenciários portugueses e lorde Castlereagh, chegaram à celebração do Tratado de 22 de Janeiro de 1815; estatuiu-se por ele, a súbditos portugueses, a proibição de compra de escravos e o seu tráfico em qualquer parte da costa africana ao norte do equador, pertencendo ao Governo português o adoptar, de acordo com o inglês, as medidas mais eficazes para a efectiva execução do ajuste. O Governo inglês obrigava-se a, de acordo com o de S. A. R., dar as ordens mais apropriadas a impedir qualquer estorvo às embarcações portuguesas que se dirigissem a fazer o comércio de escravos ao sul da linha equatorial.

A fixação do período em que este comércio deveria ser proibido em todos os domínios de Portugal seria objecto de novo ajuste entre ambos os Governos, ficando entendido que o tráfico ainda subsistente não podia ter outro

fim senão o de suprir de escravos as possessões transatlânticas da Coroa de Portugal.

Paralelamente, e como os assuntos que a Portugal interessavam foram propositadamente considerados interdependentes, contra os desejos do Governo do Rio de Janeiro que pretendera fossem tratados em separado, o mesmo Tratado de 22 de Janeiro declarava nulo o Tratado de 19 de Fevereiro de 1810, e no primeiro dos artigos secretos se estabeleceu a restituição da Guiana à França.

A ambicionada anulação do Tratado de 1810 foi o cavalo de Troia que Castlereagh meteu nas negociações conducentes à resolução das pretensões portuguesas no Congresso. E perante a atitude inglesa, temos de fazer honra a Palmela e aos seus colegas, reconhecendo que trabalharam sensatamente na defesa dos interesses portugueses, numa atmosfera hostil.

Estabelecido o Tratado de 22 de Janeiro, nem por isso afrouxou a pressão inglesa junto do Governo português, posto ante o dilema do desejo de aceder à assinatura duma convenção universal abolicionista e os graves inconvenientes dessa acessão. E em Junho de 1817, pouco antes da sua morte, ainda o Conde da Barca se ocupava, com D. João VI, das negociações entabuladas com Chamberlain, Encarregado de Negócios da Grã-Bretanha no Rio de Janeiro, para a regulação duma convenção adicional àquele Tratado de 22 de Janeiro, sobre o ilícito exercício do comércio negro, convenção assinada em Londres a 28 de Julho.

O ataque britânico à Companhia dos Vinhos do Alto Douro

As invasões francesas tinham causado gravíssimos prejuízos à cultura vinícola em Portugal. Este facto teve profunda repercussão na Companhia dos Vinhos do Alto Douro. 1809 tinha sido um mau ano vinícola, e em 1810 a situação da Companhia era grave, tendo sido obrigada a fazer, a elevados preços, largas importações de aguardente, de Espanha, Inglaterra e Açores, assim como a importar vinhos destas ilhas por falta de vinhos de ramo. Tanto bastou para que da parte dos comerciantes britânicos, interessados na extinção da Companhia, se evidenciasse um audacioso movimento para a obter, aproveitando-se as circunstâncias dolorosas que o continente português atravessava e as dificuldades financeiras da Companhia.

No Brasil, sobre a Corte incidiam os esforços para se obter a cessação do regímen outorgado pelo Marquês de Pombal àquela colectividade agrícola, tendo-se, até, conseguido que, no Rio, personagem altamente colocada, audaciosamente publicasse um projecto de Tratado sobre o comércio franco do Brasil,

com o qual se pretendeu demonstrar, falazmente, que a extinção da Companhia seria um favorável meio de animar o comércio dos vinhos em Portugal.

A luta contra a Companhia era conduzida em Londres, no Rio e em Portugal, mas a favor dela tomou posição, nìtidamente, António de Araújo. A fim de se habilitar com elementos para a defender no Conselho de Estado e pela acção pessoal, se pôs, sobre o assunto, também em contacto com Ambrósio Reis, que já em 1810 (90) classificaria o projecto, publicado no Rio, «de obra infame e indigna de ser escrita por um português. Estou quase certo que o autor, antes de decidir, não tomou o trabalho de examinar quais foram as razões de honra e interesse nacional que moveram o Marquês de Pombal a fundar tal estabelecimento e se as mesmas existem ainda presentemente. A mesma ignorância de factos se manifesta em todas as matérias desta obra infame e inconsiderada».

Respondendo a uma carta de António de Araújo, de 20 de Maio de 1812, na qual lhe formulava diversos quesitos sobre a questão da Companhia, fornecia-lhe Ambrósio Reis elementos concernentes ao importante assunto (91), informando-o de que, por um agente da Companhia dos Vinhos em Londres, Lourenço Roiz de Sá, havia remetido ao Conde de Linhares, e depois da morte deste ao Conde das Galveias, duas memórias, de que era autor, a favor da Companhia, assim como outros papéis, a implorar protecção para ela contra as maquinações dos negociantes ingleses interessados na sua extinção. No Conde de Linhares, aquelas memórias, dizia Ambrósio Reis, não tinham feito toda a impressão que esperava «graças, provàvelmente, às preocupações que lhe tinha inspirado o autor da obra infame do comércio franco do Brasil e outros adibes», e solicitava de António de Araújo avocasse a si esses documentos, visto que se sabia que o Conde das Galveias se achava em perigo de vida e, com o interesse que Araújo demonstrava pela existência da Companhia, a patrocinasse junto do Príncipe Regente.

Também Ambrósio Reis solicitava de António de Araújo soubesse se havia chegado à presença do Príncipe Regente, ou do Conde das Galveias, uma memória que em Fevereiro havia enviado ao Conde de Linhares, com o título — *Memória sobre os meios de corrigir os abusos introduzidos na administração da Companhia do Porto, com algumas observações sobre o Tratado de Comércio entre S. A. R. e o S. M. B.* (o de 1810).

Esclarecia Reis que, ao escrevê-la e enviá-la, tivera em vista, especialmente, impedir os danos que poderia causar a falsa e injusta aplicação do princípio

---

(90) Relatório de 24 de Julho de 1810, de Ambrósio J. dos Reis para António de Araújo de Azevedo.

(91) Carta de 3 de Agosto de 1812, do mesmo para Araújo.

de reciprocidade, desde que à sua inteligência faltasse a superior consideração de que as estipulações do Tratado não tinham efeito retroactivo, para abolir leis.

Ambrósio Reis, chamando a atenção de Araújo para este facto, mostra-se suspeitoso de que a referida memória não teria chegado às mãos do Príncipe nem do Ministro Galveias: «Procurei, porém, com o respeito que se deve..... superior, dourar as pílulas que continha a dita memória, na qual tratei também outros pontos de suma importância para os interesses de S. A. R. e segurança deste país» (92).

Na luta que então se travou entre os ingleses e os defensores da Companhia, já estes haviam conseguido que o Príncipe, por meio de instruções especiais à Regência de Portugal, lhe ordenasse o exame da questão. Com este facto afastaram o golpe, que os ingleses maquinavam, de levarem a Regência de Lisboa a propor para o Rio a extinção que desejavam.

Dizia Ambrósio Reis a Araújo que à mesma Regência tinham também sido remetidas, de Londres, cópias daquelas suas memórias e que ela as «acolheu sumamente bem, de maneira que um dos Snrs. Governadores me remeteu uma carta, fundada em grande parte nos dados e argumentos das ditas memórias, para que a fizesse imprimir no *Investigador Português*» (93). Tão acesa ia a contenda e tão acirrados se achavam os negociantes britânicos, à frente dos quais se agitava James Warre, que esta publicação, como Reis comunicava a António de Araújo, havia dado origem ao *meeting* a que noutro lugar aludimos, para apresentarem ao Governo londinense uma petição, a solicitar-lhe interviesse neste, como noutros assuntos que lhes convinham e igualmente lesivos dos justos interesses de Portugal. Em consequência, Canning tinha apresentado na Câmara dos Comuns a petição dos interessados, que era cheia de queixas expostas em termos vagos e gerais, e de bastantes falsidades, «pois, ao lê-la, cuidar-se-ia que os portugueses estavam gozando em Inglaterra de grandes favores pelo Tratado (o de 19 de Fevereiro de 1810) quando não gozam nem um mais do que antes, e que o Governo português não cumprira o que estipulou a favor dos ingleses, quando lhes tem permitido, em prática, muito mais do que lhes era permitido pelo Tratado».

Também o nosso Embaixador em Londres havia lembrado aos agentes da

---

(92) Outros fins que guiaram Ambrósio Reis os mencionou este ao Conde da Barca; porém, o documento acha-se, nesta parte, deteriorado, de sorte que a sua interpretação não é possível sem o risco de se cair em erros.

(93) O *Investigador Português em Inglaterra*, ou jornal literário, político, etc., publicava-se em Londres na oficina de H. Bryer.

Companhia a conveniência de remeterem aos membros do Governo inglês uma tradução daquela carta do componente da Regência de Lisboa, «mas o rabujento e tímido Neyva recusou que os necessários exemplares fossem enviados pelos agentes da Companhia. Outros a quem talvez mais pertencia fazer esta comunicação, se negaram, dizendo que se queriam mostrar imparciais neste negócio!!». E assim esteve o assunto em termos de correr à revelia, até que Lourenço Roiz de Sá, instigado por Ambrósio Reis, falou aos mais importantes dos correspondentes londrinos da Companhia, que se mostraram admirados de o assunto ter andado tanto ao desamparo. «E talvez picados pela ousadia do corrector de seguros, James Warre, e quatro dos seus apaniguados se intitularem o corpo de negociantes de vinho, tomaram sobre si não só remeter às pessoas do Governo e principais membros da Câmara dos Comuns a tradução da carta, mas também de fazer uma contra-petição ao Governo a favor da Companhia, para o que eu e o Sá lhes temos fornecido os materiais necessários e já têm tido várias conferências e entregado diversas memórias no *Board of Trade* e Repartição dos Negócios Estrangeiros».

Ambrósio Reis remetia a António de Araújo, pelo navio *Hanna*, a fim de que com ela pudesse argumentar no Conselho de Estado e influir no ânimo do Príncipe, um exemplar daquela tradução, com a circular, impressa, dos correspondentes da Companhia, que a acompanhara.

Assim tomava António de Araújo, no Rio, por uma acção directa no Conselho de Estado e pela que exercia, pessoalmente, junto do Príncipe Regente, quer em conversas, quer por meio de relatórios, a peito o defender a vigência da Companhia e dar, para Londres, as bases da propugnação pela existência deste organismo.

A contenda foi demorada. E nem sempre as negociações a que deu origem entre os Governos do Rio e de Londres decorreram em ambiente de cordialidade, em consequência de atitudes do Gabinete londrino, muitas vezes inclinado, contra a razão e a justiça, a apoiar e favorecer as pretensões dos comerciantes ingleses.

Em 6 de Outubro de 1813, depois de as Câmaras, nobreza, povo e lavradores do distrito da demarcação do vinho do Douro terem entregado ao Secretário do Governo de Lisboa, D. Miguel Pereira Forjaz, quinze representações dirigidas ao Príncipe Regente, a requererem a prorrogação da Companhia dos Vinhos do Alto Douro por mais vinte anos, exprimindo, conjuntamente, o seu modo de pensar favorável à manutenção daquele Instituto Vinícola, oficiava o ministro, Conde de Galveias, do Rio para Londres ao Conde do Funchal sobre a momentosa e acesa questão. A natureza daquelas quinze representações fora comunicada pelo Conde do Funchal a mr. Hamilton, que recebeu mal a diligência

do embaixador e lhe fez a tal respeito objecções desprazíveis (94). Por isso o ministro português recomendava ao conde tratasse o importante negócio com Castlereagh, a fim de, pela conhecida civilidade e prática deste lorde em tratar os negócios públicos com os representantes dos Soberanos, se evitar o receberem-se respostas tão desagradáveis como as de Hamilton, que apenas poderiam ter lugar quando, abandonados todos os meios de negociação, só se quisesse admitir nelas o recurso à força.

Declarava-se o Príncipe Regente disposto a manter e cumprir as estipulações do Tratado de 19 de Fevereiro de 1810, porquanto, como já vimos, com ausência de verdade ousaram os ingleses alegar falta de seu cumprimento por parte de Portugal, ao passo que, como o Conde do Funchal havia participado para o Rio, não havia em Inglaterra sido executado um único artigo do mesmo Tratado como o devia ser a favor dos portugueses, quando a Corte do Rio tinha sempre procedido com escrúpulo e vigilância na execução dos respectivos compromissos, observando quanto no mesmo Tratado se estipulava a favor dos súbditos ingleses. A má fé destes tinha levado o Conde do Funchal a afirmar ao Conde das Galveias que no Brasil não se podia saber o que padeciam os portugueses em Inglaterra, conhecimento que só em Londres se podia ter; circunstância esta a que Galveias obtemperou que ao Conde do Funchal cumpria fazer todas as representações convenientes para que em Londres se cumprissem as estipulações cuja execução lesivamente se achava falseada.

Posteriormente, e na consideração de que o assunto viesse a ser tratado em Viena, servindo também de motivo a complicar as negociações, nas instruções enviadas em 15 de Junho de 1814 aos nossos três plenipotenciários se lhes prescrevia que obviassem à pretensão do Governo inglês relativa à extinção da Companhia dos vinhos, combatendo-a com os sérios argumentos que militavam em seu favor.

Não conseguiram os negociantes britânicos os fins que se propunham, não sentindo o Governo londinense, ante a formulação da defesa, autoridade e oportunidade para vencer as resistências que se lhe deparavam no Rio e em Lisboa, mais duras depois do regresso de António de Araújo ao poder, mal colocada, de resto, moral e jurìdicamente, como vimos, a questão na própria capital inglesa.

Mas, se afrouxaram as arremetidas, a questão se mantinha latente; e em Outubro de 1830 não duvidaria o Gabinete britânico aproveitar-se da necessidade política, que tinha o Governo de D. Miguel de obter o reconhecimento do Gabinete de Londres, reconhecimento que lhe proporcionaria o da França e o doutras

(94) Soriano, op. cit., 3.ª ed., VI, Documento n.º 25.

Potências, para, em troca e como condição, alcançar a abolição da Companhia e a renovação do Tratado de comércio de 1810 (95).

O projecto dum Acto de Navegação

Muito embora na documentação consultada não obtivessemos dados que nos permitam afirmar, concretamente, que seriam as desastrosas consequências do Tratado de 1810 que contribuíram para que António de Araújo pretendesse dar à Marinha e ao comércio portugueses uma real eficiência, desejando colocar o país em posição não só de prescindir dos barcos estrangeiros, mas de evitar a sua concorrência na navegação comercial entre as parcelas do território português esparsas pelos diversos continentes, tudo se conjuga para admitir que elas influíram num dos grandiosos planos de Araújo, o de promulgar um *Acto de Navegação.*

A ideia dum tal projecto terá provàvelmente nascido entre a ratificação daquele Tratado e o ano de 1814, dando lugar à troca de correspondência entre António de Araújo e Ambrósio Reis, a quem, pela sua perícia e longa experiência em assuntos económicos e em virtude da sua posição em Londres, como já vimos, Araújo consultava frequentemente, ou pedia informações.

Em 1814 (96) já se tinham tomado medidas para que a navegação entre as possessões portuguesas fosse feita por navios nacionais. Dizia Ambrósio Reis a Araújo: «Tenho entre mãos as últimas 61 páginas escritas pelo Sr. Conde das Galveias com a sua costumada energia e patriotismo: a sua morte foi uma perda. Estou fazendo um extracto das razões que contém, acrescentando algumas observações essenciais que julgo se devem ter muito em contemplação sobre cada um dos oito pontos. Estimei que num deles ficasse entendido que a navegação entre possessão e possessão portuguesa deveria ser feita por navios nacionais; mas afirmam-me que já têm vindo a Lisboa navios ingleses com carga do Rio e Baía. É necessário pôr em vigor esta proibição e quando haja necessidade de se servir de algum, não se lhe deve dar despacho nem entrada no porto para onde vai, sem uma licença, por escrito, do Governo do porto de que parte: assim praticam os ingleses nas suas colónias e se assim não fizermos acabar-se-á a navegação portuguesa».

Já no ano anterior Ambrósio Reis (97) se mostrava partidário de que se aguardasse a paz geral para se fazer uma avaliação dos verdadeiros interesses

---

(95) Memórias do Conde de Lavradio, I, 277.
(96) Carta de 5 de Maio, desta data, de Ambrósio Reis para António de Araújo.
(97) Carta de 13 de Maio de 1813.

comerciais entre Portugal e as outras Potências, pois só então se poderia deliberar, com alguma segurança, se nos convinha realizar com algumas delas tratados formais de comércio e qual a sua forma, que devia ter por base «a única e bem entendida da reciprocidade» . Antes disto, julgava Ambrósio Reis, referindo-se à Grã-Bretanha, que qualquer negociação com este país daria em resultado (como já sucedera em 1810) ser o nosso Governo compelido a «ceder não à razão e justiça, mas à violência».

Por outro lado, ia Ambrósio insinuando que, quer no Congresso de Viena, quer nas conversações dos nossos representantes diplomáticos junto dos diferentes Gabinetes, deveria o Governo promover se demonstrasse às Potências, nomeadamente à Rússia, à Áustria e à França, o grande interesse que elas podiam ter nas nossas relações comerciais, porque, quando estas Nações se mostrassem disso persuadidas, a Inglaterra seria mais cuidadosa nas suas relações com Portugal, «vendo que há mais concorrentes num mercado que para ela tem sido do velo de ouro».

A Monarquia portuguesa carecia de reconstituição, e a séria reforma deveria começar nas nossas relações políticas e comerciais com as grandes Potências, «relações que até aqui têm estado em inaudito abandono, do que temos experimentado as mais funestas consequências e as experimentaremos ainda maiores se não se tomarem as medidas mais rigorosas e ajustadas sobre este grave assunto».

A ideia do Acto de Navegação, que assim encontrava no ambiente nacional flagrante oportunidade, filiava-se, certamente, na de idêntico diploma britânico e, sobretudo, na ambição, que a Inglaterra contrariaria com todas as suas possibilidades, de conseguir para Portugal e a sua Marinha uma posição desafogada e de independência.

Pela minuta desse Acto de Navegação, verifica-se que não só se tinha em vista valorizar a Marinha e defender o Comércio nacional, mas também restituir as indústrias portuguesas à situação que usufruíram durante o fomento josefino, desenvolvê-las e aumentá-las, elevando-as a um grau de florescência que correspondesse à satisfação das naturais e progressivas exigências do fomento do continente e das províncias ultramarinas.

Segundo a minuta do projecto, o comércio no Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves ficava, por ele, reservado aos navios portugueses e nenhum navio poderia entrar em portos do Reino Unido e Ultramar senão com géneros ou manufacturas nacionais. Do mesmo modo, os produtos estrangeiros só poderiam dar entrada, em portos portugueses, transportados em navios nacionais.

Os géneros, ou as manufacturas de produção portuguesa, exportados em navios nacionais, gozavam da redução de um oitavo no valor dos direitos de

exportação; e os de produção ou manufactura estranhas, importados no Reino Unido, gozariam de igual privilégio.

Os navios construídos em portos do Reino Unido, a partir da data da publicação do Acto, pagariam, por espaço de dois anos, menos um terço do valor dos direitos de importação, ou de exportação. Gozavam igual regalia, por espaço de 4 anos, os navios, a construir, capazes de serem armados com 20 a 30 peças de grosso calibre, e por espaço de 6 anos os que se armassem de 40 a 50 destas peças.

Os navios estrangeiros ficariam sujeitos a direitos de porto superiores aos dos navios nacionais.

Os artigos 9, 10 e 11, preceituavam vantagens às trocas comerciais entre os portos de Portugal, ilhas e Brasil.

Dois sérios obstáculos teria contra si esta extraordinária medida: a resistência inglesa e a incapacidade da Marinha nacional para, durante não se sabe quanto tempo, cumprir as exigências que derivavam dum tal diploma, dado que, já quando António de Araújo foi de novo chamado ao poder, tendo de assumir a pasta da Marinha e Ultramar em resultado das imposições de Strangford, ela se achava em profunda decadência, sendo os navios ingleses os que, principalmente, exerciam a nossa navegação comercial.

Seria preciso, por conseguinte, a sua continuação à frente dos negócios do Estado durante muitos anos, para converter numa prometedora realidade este plano que a prematura morte também lhe não permitiu levar a efeito (98).

Casamentos de filhos de D. João VI

Do casamento de D. João VI com a espanhola princesa D. Carlota Joaquina de Bourbon, o terceiro filho a nascer foi a infanta D. Maria Isabel Francisca, em 19 de Maio de 1797, e o quinto D. Maria Francisca de Assis, a 22 de Abril de 1800.

No último quartel de 1814, a Corte de Espanha fez junto da do Rio de Janeiro a abertura das negociações para o casamento do rei Fernando VII com D. Maria Isabel e o do infante D. Carlos Maria Isidro com D. Maria Francisca.

As negociações respectivas passaram a ser dirigidas por António de Araújo, que minutou algumas das cartas do Príncipe Regente para Fernando VII acerca deste negócio, tendo as diligências para a conclusão do duplo

---

(98) O documento original, incompleto, em que achamos exarado o projecto do Acto de Navegação não tem data.

enlace sido rodeadas das maiores garantias. Os pareceres colhidos acerca da oportunidade e das vantagens políticas dos casamentos das infantas em Espanha foram-lhes, em geral, favoráveis. A partida das infantas, na nau S. Sebastião, com a comitiva de que faziam parte o Marquês de Valada, as Condessas de Linhares e do Barreiro e o Tenente general D. Gaspar Vigodet, sucedeu a 3 de Julho de 1816.

Os casamentos efectuaram-se em Cadiz a 4 de Setembro.

Também António de Araújo influiu no ânimo de D. João VI para efectuar na Casa de Áustria a escolha da esposa do herdeiro do Trono, Príncipe da Beira, D. Pedro.

A Áustria, pelo seu ministro Metternich, disfrutava na Europa, após a formação da Santa Aliança, o papel de árbitro da política continental, e o enlace do príncipe com a arquiduquesa D. Maria Leopoldina Josefa Carolina, filha do Imperador Francisco I, garantiria a Portugal indiscutíveis vantagens políticas. As primeiras diligências foram entre Araújo e Rodrigo Navarro de Andrade, seu amigo pessoal e então nosso ministro em Viena, que naquela Corte gozava de profundas simpatias, e que as conduziu até ao momento de a etiqueta exigir a nomeação dum embaixador extraordinário, que foi o Marquês de Marialva, para as ultimar e efectuar o pedido de casamento e a celebração do contrato nupcial, que teve lugar a 13 de Maio de 1817.

Das informações de Navarro de Andrade para o Rio, resultara a certeza da anuência do Imperador ao enlace da filha com D. Pedro, e em Janeiro daquele ano estavam dadas as ordens para a constituição da esquadra que devia conduzir ao Rio a arquiduquesa, sendo o seu comando confiado pelo Conde da Barca a Henrique da Fonseca Sousa Prego. Tendo, porém, Araújo falecido em Junho de 1817, já não assistiu à chegada, ao Rio, da futura imperatriz do Brasil.

Ideias sobre o fomento do Brasil

Encontramos provas documentais do interesse especial que a António de Araújo mereceu o progresso do fomento do Brasil. Ou fosse para esclarecer devidamente o seu espírito acerca dos assuntos correlativos, a fim de poder intervir, com conhecimento de causa, no Conselho de Estado, e directamente junto do Príncipe Regente, ou porque estivesse resolvido, durante o período do seu ostracismo político, a envolver-se pessoalmente em empresas que contribuíssem para o desenvolvimento da industrialização do Brasil, foi em 3 de Fevereiro de 1810 uma das vezes que António de Araújo solicitou de Ambrósio Reis

informações as mais completas possível acerca da indústria de destilação de aguardentes e outras bebidas espirituosas da Escócia. Araújo tinha lido no *Jornal das Artes* a descrição das vantagens que àquela indústria oferecia um sistema de alambiques escoceses de produção mais rápida e de moderna criação e desejava esclarecer-se quanto à influência que o método escocês poderia ter de benéfica para a similar indústria do Brasil, que estava lutando com grande competição nos mercados da Europa e América, assim como sobre as causas deste deperecimento que afectava a economia portuguesa.

Respondendo-lhe em 24 de Julho, disse-lhe Ambrósio Reis, fundado nas informações que obtivera junto dos construtores de alambiques e de negociantes e destiladores londrinos, assim como nos elementos que lhe ofereciam os relatórios e pareceres das diferentes comissões do Parlamento britânico em 1798, 1806 e 1808, nos quais havia miúdos depoimentos de destiladores e negociantes da Inglaterra e da Escócia, que era errónea a afirmação divulgada pelo *Jornal das Artes.*

Do conjunto dos elementos colhidos e necessários a António de Araújo para servirem de fundamento à elaboração de um plano de fomento do Brasil, ou, pelo menos, ao estudo do desenvolvimento industrial daquele vastíssimo domínio ultramarino português, resultava o conhecimento não só do que, em relação a similares indústrias estrangeiras se passava noutros países, mas ainda das causas de deperecimento dos nossos valores industriais, e essas informações têm o merecimento de contribuírem para o estudo da época.

Assim, quanto à indústria da destilação licorosa, apurou-se que, ao contrário do que fazia supor o *Jornal das Artes,* quando propugnava pela adopção do sistema que expusera, isto é, que os melhoramentos introduzidos em Escócia contribuíam para a rapidez e, ao mesmo tempo, a perfeição de destilar, era a destilação lenta que produzia os mais perfeitos espíritos e que a nímia rapidez na destilação não só prejudicava a qualidade, como também muitas vezes era motivo de desperdício de materiais e requeria uma particular vigilância para se evitarem acidentes prejudiciais.

O motivo que levava os escoceses a imaginarem todos os meios para obterem uma rápida destilação, residia na diferença do sistema de impostos respectivos vigente entre a Inglaterra e a Escócia, que na primeira incidiam sobre o número de galões de espírito destilado e dos materiais de cada alambicada, e na segunda sobre a capacidade dos alambiques e seus pertences, em relação a cada 24 horas de laboração.

Ora, se este facto, aumentando a quantidade da produção, lhe prejudicava a qualidade, pelo que à similar indústria brasileira tocava, urgia, pelo contrário, beneficiar a qualidade. Dizia Ambrósio Reis que, tendo provocado a

informação dos ingleses que haviam estado no Brasil, todos achavam a aguardente daquele Estado *sumamente grosseira,* sem a fragrância do rum de Jamaica e que «absolutamente a não podem beber, nem usar para *grogs,* etc». Um tal aviltamento da qualidade, levava, evidentemente, os grandes consumidores a desviarem-se do mercado abastecedor português. Não devia ser indiferente, sequer, o fornecimento aos navios ingleses que iam ao Brasil; «grandes bebedores», os marinheiros ingleses prefeririam abastecer-se ali, dadas as vantagens de que gozavam, desde que os produtos locais equivalessem aos doutras nações, e «o ramo de exportação, ainda mesmo por contrabando, será certamente considerável», com manifesto benefício para a economia nacional e prestígio da indústria do Brasil.

É perfeitamente compreensível a preocupação dum homem de Estado, como António de Araújo, que estava no conhecimento dos preconceitos de desenvolvimento industrial dos Governos dos países onde havia permanecido, ou que tinha demoradamente visitado.

Essencialmente, sabia como a Inglaterra, a nação que maiores contactos comerciais mantinha com os portugueses e aquela que dessas relações comerciais com Portugal e suas ultramarinas províncias maiores benefícios auferia, já desde antes da época pombalina, avançava aberta e decididamente para uma industrialização de aperfeiçoamentos sucessivos (99) e, sentindo os efeitos da estagnação industrial do Estado do Brasil, empenhava-se em o fazer acompanhar a valorização que lá fora era evidente, com o interesse da elevação da economia da lusa Nação.

Em face da má qualidade daqueles produtos portugueses, fabricados no Brasil, que parecia resultar de processos antiquados, ou imperfeitos, sugeria Ambrósio Reis a António de Araújo que os produtores enviassem a Jamaica peritos seus, a fim de ali, com a dissimulação conveniente, verificarem como se operava a destilação do rum e como se lhe concedia aquela fragrância que os ingleses tanto apreciavam, a fim de, em bases sérias e seguras, se operar a reforma da nossa indústria. Ainda sobre este assunto, e pondo em evidência a notável falta de aguardente com que lutava a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, lembrava Ambrósio Reis «ao patriotismo de Araújo», ainda que achando-se fora da administração directa do Estado, quanto seria essencial o aperfeiçoarem-se as qualidades dos vinhos e aguardentes dos Açores.

De facto, quem, como nós, conhece as qualidades dos vinhos açorianos, muito em especial os da ilha do Pico, donde houve uma importante

(99) História Econ. de Portugal, por F. António Correia, II, 130.

exportação, até para a Rússia, não só naquela época, mas durante muitos anos posteriores do século XIX, abrange o alcance da advertência. Preconizava Ambrósio Reis a intervenção orientadora e fiscalizadora do Estado, por intermédio de pessoas qualificadas que, junto dos vinicultores e da vinificação, prestassem «uma atenção seguida a tão importante objecto».

Outra das indústrias que mereceram as atenções de Araújo foi a açucareira. É-nos isso também revelado pela correspondência trocada entre Araújo e Reis (100).

Durante a permanência em Alemanha, Holanda e Itália, tinha o economista Ambrósio Reis visitado diversas fábricas de refinação de açúcar, e em toda a parte se lhe haviam queixado de que os açúcares do Brasil, excepção feita de alguns da Baía, «continham muito melaço, o grão não era seco e brilhante como se requer para a refinação de 1.ª e 2.ª sorte e por consequência produzia menor porção de refinado e de inferior qualidade recaindo ao mesmo tempo sobre o preço do género os fretes, carretos, direitos, etc. que se pagavam inùtilmente pelo melaço e porcaria que se extraíam dos ditos açúcares. Ao tempo já o açúcar de Havana era o preferido na Alemanha, que A. Reis considerava dever ser o grande mercado para os açúcares do Brasil uma vez restabelecida a paz na Europa, se melhorasse a sua qualidade em condições de igualar, ou de competir com o estrangeiro.

Impunha-se, portanto, à imitação do que desde há muito tempo vinha fazendo a Inglaterra, a progressiva renovação dos nossos métodos industriais.

Poder-se-ia, segundo A. Reis, contratar, para este efeito, mestres na Martinica e em Guadalupe, tanto pelo que respeitava à indústria licorosa como à do açúcar, aproveitando os exemplos de Cuba e de Porto Rico, que muito haviam ganhado com a importação de técnicos abalizados.

Em Agosto de 1811, a situação comercial, assim no continente como no Brasil, era muito precária.

O açúcar do Brasil, assim como os principais artigos do comércio daquele Estado, excepto o algodão, não tinham admissão para consumo na Grã-Bretanha. Quase cessara a exportação para o continente europeu, salvo a que ainda se fazia para alguns portos de Espanha e do continente português e uma das causas era «o rigor tirânico com que Bonaparte tem feito executar o sistema continental». Em consequência, acumulavam-se nos depósitos de Inglaterra os nossos produtos e eram enormes as despesas que causavam.

---

(100) Relatório, de 24 de Julho de 1810 e carta de 12 de Agosto de 1811, de A. Reis para Araújo, ambos de Londres.

Àquela data, era já impresssionante que nem sequer os próprios algodões, desde havia meses, achassem regulares compradores em Inglaterra, ainda que a baixos preços, apesar, mesmo, da tensão política e comercial anglo-americana.

Os artigos do Brasil achavam-se quase sem valor e assim se conservariam se não sobreviesse na Europa alguma crise extraordinária, e uma tal situação viria, sem dúvida, a produzir uma imensa perda comercial, achando-se cheios dos seus géneros os depósitos da Grã-Bretanha.

Tal era o panorama da indústria e do comércio do Brasil na data aludida e era este perigoso «clima» que António de Araújo pretendia modificar.

Revoltas no Brasil

Os primeiros sintomas da rebeldia, que, mais tarde, deveria culminar na proclamação da independência nas margens do Ipiranga, a 7 de Setembro de 1822, brotaram dos sucessos da guerra entre a Grã-Bretanha e a sua antiga colónia americana, luta que findou pela independência dos Estados Unidos da América do Norte, que a França tanto apadrinhou. Foi em 1886 que diversos brasileiros, que frequentavam estudos superiores em Mompilhér, realizaram junto de Jefferson, então representante dos E. U. em Paris, uma diligência destinada a obter o apoio da jovem nação para um similar movimento de separação do Brasil do corpo do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Aparecem, comprometidos no propósito dum movimento revolucionário, os nomes de José Mariano Leal, José Joaquim da Maia e Domingos Vidal Barbosa (101). No Brasil, em Minas Gerais sobretudo, havia fermentos de insubmissão.

Descobriu-se, depois, a conspiração denominada do *Tiradentes*, Tenente José Joaquim da Silva Xavier.

Regressados aqueles três elementos a Minas, foi Barbosa que tomou para si o papel de organizador duma rebelião, para a qual achou cooperadores até nalguns continentais, como o Dr. José Álvares Maciel. A conjura foi denunciada ao Governador do Estado de Minas, Visconde de Barbacena, Luís António Furtado de Mendonça; muitos dos conjurados sofreram a pena de degredo e o *Tiradentes* foi supliciado a 21 de Abril de 1789.

Com a sufocação da projectada revolta não pararam, porém, as aspirações dos separatistas. No próprio continente português, um ou outro sicário manobrava ocultamente contra a unidade territorial da Nação e com tanta subtileza que conseguia as boas graças do Príncipe Regente. Com este seguiu para o

(101) Afrânio Peixoto, História do Brasil, 149.

Brasil um padre «que tinha entendimentos com Saint Cloud» e «tratava da separação com medidas subtilíssimas» (102).

As ideias de independência vogavam, aliás, noutras regiões da América do Sul. Assiste-se à tentativa de D. Carlota Joaquina para instituir, em seu proveito pessoal, uma Monarquia nos Estados do rio da Prata, tentativa que, na lição de Afrânio Peixoto, só serviu para apressar a independência das colónias espanholas. E, em tais condições, para fortalecer o separatismo brasileiro. As aspirações às autonomias políticas eram, de resto, objecto de manobras da Inglaterra, que as favorecia. Mas aberta foi a sua influência na independência do Uruguai.

Uma das razões do descontentamento que lavrava no Brasil residia nos consideráveis prejuízos que à sua agricultura e ao seu comércio causavam os abusivos apresamentos de navios portugueses empregados no transporte de escravos da costa de África, onde os régulos os mandavam vender, efectuados pela marinha britânica. Não só eram apreendidos e saqueados esses barcos com as carregações, mas, sob fúteis pretextos de pretenso exercício do comércio de escravos, eram apreendidos simples transportes de mercadorias. Da indignação que lavrava e se reflectia no Governo do Rio, falava Ambrósio Reis (103) a António de Araújo. Remetendo-lhe um jornal que se ocupava da questão da escravatura, para que visse o que se ia passar nas negociações com a França e os aliados a respeito do comércio dos escravos, e referindo-se à pretensão inglesa de impor a Portugal a celebração dum Tratado de comércio, lhe dizia: «Certamente, no estado de irritação em que estão os povos do Brasil, pelas violências e rapinas feitas sobre os seus navios, seria muito perigoso tratar ali tal questão; e mesmo em todas as pretensões que possam ter os ingleses sobre o tratado, dever-se-lhes-ia responder que não se admite tratativa sem a Corte estar em Lisboa, onde só S. A. R. pode consultar o que convém ao bem dos seus súbditos de Portugal que tanto contribuíram para a salvação da Monarquia e da Europa».

O estado de agitação das antigas colónias espanholas sul-americanas não podia deixar de ser motivo de preocupação para o Governo português. Além dos seus efeitos morais sobre o Brasil, deveriam surgir, de futuro, com os Estados recém-formados, ainda maiores complicações de delimitação de fronteiras do que as que em anos passados houvera com a Espanha, algumas das quais ainda constituíam questões inacabadas.

Foi esta situação que levou o Conde da Barca a aconselhar a D. João VI

---

(102) Ângelo Pereira, Os Filhos de El-rei D. João VI, 121.

(103) Carta de 5 de Maio de 1814.

a campanha de Montevideu, na intenção de firmar definitiva e vantajosamente a fronteira do Brasil com os Estados do Prata, levando-a ao rio do mesmo nome.

Uma das bases desta resolução, transmitida diplomàticamente à Espanha, assentava no convite que, em 1811, a regência de Cadiz, com o consentimento duma princesa representante de Fernando VII, fizera a D. João VI para presservar a praça de Montevideu, sitiada por insurrectos americanos (104).

A campanha foi iniciada sob o comando do marquês de Alegrete, capitão general do Rio Grande do Sul, com a cooperação dos tenentes generais Carlos Frederico Lecor e Curado; os espanhois foram derrotados em diversos recontros e as tropas portuguesas, conquistando Montevideu, ocuparam a colónia do Sacramento, acerca da qual em reinados anteriores houvera agres disputas entre as Coroas portuguesa e espanhola.

O Conde da Barca fez significar à Espanha que a acção de Montevideu se operara dentro do critério da solicitação da regência de Cadiz; e, ainda, que a ocupação militar tinha por objecto contribuir para o restabelecimento da ordem e para assegurar aquele domínio à Coroa espanhola, sendo, por isso, uma transitória medida de garantia para o próprio Governo de Madrid, além de que era necessária à própria segurança do Brasil enquanto não terminasse a agitação das contestações entre as colónias das margens do Prata.

Não quis a Espanha, porém, aceitar a satisfação que o Gabinete do Rio de Janeiro lhe oferecia, e provocou a mediação da Áustria, Rússia, França e Inglaterra.

Diligenciou o Conde da Barca elucidar as Potências acerca da natureza e dos propósitos da atitude do Governo de D. João VI, dando instruções para Paris ao Marquês de Marialva, nosso embaixador, e ao Conde de Palmela, ministro de Portugal em Londres. As justificações passaram do domínio das chancelarias para o da imprensa, no intuito de ser esclarecida a opinião pública europeia, o que demonstra a segurança do procedimento do Governo do Rio. Ambos os diplomatas fizeram publicar no *Times*, de Londres, de Janeiro a Junho de 1817, correspondências diversas esclarecedoras dos acontecimentos de Montevideu. A mediação das Potências deu origem à nota colectiva de 26 de Março do mesmo ano.

À posição assumida pelo Governo de Madrid, de não aceitar a condigna satisfação que pelo Gabinete do Rio lhe foi transmitida, com a explanação dos pontos de vista acerca da futura regulação do assunto, não eram estranhas, como salienta Soriano (105), as ideias, de que então se achava persuadido o

(104) História de El-rei D. João VI, 90.
(105) História da Guerra Civil, 3.ª ed., T. 1.°, 339.

Gabinete madrileno, duma próxima ocupação do continente português, favorecida por portugueses descontentes com a conservação da Corte no Brasil. Capacitou-se o Governo de Madrid, em 1817, «de que existia em Portugal um grande partido em favor da união com Espanha». Aproveitando o descontentamento, diversos espanhois se haviam introduzido em Portugal para o canalizarem a uma insurreição política favorável e cujo desvairamento seria hàbilmente aproveitado para a consecução do objectivo que ao Governo espanhol sorria. Tomando a nuvem por Juno, tanto os agitadores espanhois como o seu Governo creram erròneamente ter chegado o momento de repetir-se a absorção de 1580.

Esta expedição de Montevideu, de fundamentados motivos, foi por alguns taxada de imprudente, em razão das futuras consequências, prejudiciais ao comércio do Brasil com Buenos Aires. Todavia, o Conde da Barca não podia prever a atitude que vieram a revelar os Estados Unidos da América, com as suas ideias de promoverem, ou apoiarem, independências em toda a parte, fossem quais fossem as consequências, atitude nìmiamente contemporizadora com a pirataria de Artigas, nem o Governo do Rio estava em condições de evitar a guerra que se veio a declarar contra Buenos Aires. A largueza de vistas do Conde da Barca ao obter de D. João VI autorização para a campanha de Montevideu, aparece posteriormente verificada nas ulteriores desavenças e recíprocas hostilidades entre o Brasil, mesmo independente, e a República Argentina.

Enquanto assim o Conde da Barca procurava cimentar os direitos de Portugal, os sucessos externos, onda de rebeldias que lavravam pela América do Sul, reflectiam-se no Brasil, contra a orientação do ministro, patenteada com o decreto da elevação do Estado do Brasil a reino. Ao passo que esta previdente legislação bem categòricamente definia o Estado português não como uma confederação de Estados, mas como uma união territorial indestrutível, Estado centralizado, sob a égide da Coroa, as tendências separatistas, que lavravam a ocultas, geraram a conspiração de 6 de Março de 1817, que estalou em Pernambuco e logo ameaçou estender-se à Baía, sem o resultado, embora, que chegou a obter no Rio Grande do Norte, em Alagoas e em Paraíba.

O Conde da Barca adoptou rápidas e enérgicas providências para sufocar a rebelião, o que conseguiu. As operações contra os rebeldes foram conduzidas pelo Conde dos Arcos, Governador da Baía e pelo capitão general Luís do Rego Barreto, herói da Guerra Peninsular. Caracterizavam esta conspiração pernambucana objectivos demagógicos e os conspiradores tinham por fim derrubar do trono a D. João VI.

À Regência de Lisboa comunicou o Conde da Barca, em 30 de Março de 1817, a insurreição de Pernambuco, onde era Governador e capitão general

Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Tinham sobressaído os indícios da insubordinação; porém o Governador, tomando-os em pouca importância, creu evitá-la publicando uma proclamação a recomendar ordem e sossego, mas que não surtiu efeito desde que a medida foi desacompanhada de mais enérgicas providências. Crescendo a agitação, já denunciando que se preparavam actos sediciosos, mandou o Governador prender um dos activos chefes da revolta, Domingos José Martins. Nos quartéis, porém, houve sedições das quais resultou o assassínio do brigadeiro Manuel Joaquim por um capitão do seu regimento sublevado e do ajudante de ordens do governador, Alexandre Tomás, por soldados. As Unidades militares insubordinadas assenhorearam-se da cidade e a plebe cometeu diversos assassinatos. O Governador, depois de se haver refugiado precipitadamente num forte, com uns vinte homens, desguarnecido de alimentos e meios de defesa, acabou por capitular com os rebeldes, que lhe permitiram retirar-se para o Rio de Janeiro.

Dava o Conde da Barca como cabecilhas da revolta, além de Domingos Martins, um capitão de artilharia, um padre, um advogado, e um coronel de milícias, que se haviam constituído em governo provisional ([106]).

A notícia da insurreição foi dada em Lisboa, aos governadores do reino, pelo navio *Camões* que, tendo partido de Bengala, fizera escala por Pernambuco e, recolhendo a bordo alguns passageiros que haviam conseguido escapar-se da cidade sublevada, apresentou também à Regência ([107]) exemplares da proclamação do *governo provisional*. Em face da gravidade das notícias resultantes dos depoimentos desses passageiros e da natureza da proclamação, decidiram os governadores fazer sair imediatamente a fragata *Pérola*, a única que lhes restava, com reforços e ordem para bloquear Pernambuco. Participaram também a resolução de fazerem embarcar, com destino à submissão de Pernambuco, uma divisão de 2.500 a 3.000 homens, comandada pelo mare-

---

([106]) Afrânio Peixoto, op. cit., 161, diz que em 6 de Fevereiro de 1818, data em que o processo da sublevação foi encerrado por uma amnistia, já tinham sido justiçados os chefes Domingos Teotónio Jorge, José Barros Lima, António José Henrique e o P.e Pedro de Sousa Tenório, enforcados em Pernambuco; Domingos José Martins, José Luís de Mendonça, P.e Miguel Joaquim de Almeida Castro e P.e José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, fuzilados na Baía, onde a revolta tinha muitos outros comprometidos, negociantes e ricos proprietários, que deveram a vida, ou a liberdade, à prudência do Conde dos Arcos, que se empenhou em evitar que maior número de vítimas causasse maior número de partidários dos separatistas.

([107]) A regência de Lisboa era constituída pelo Marquês de Borba, o Principal Sousa, Ricardo Raimundo Nogueira e D. Miguel Pereira Forjaz.

chal de campo Manuel Pamplona Rangel, e composta de 4 batalhões de infantaria, um de caçadores e um trem adequado de artilharia (108).

Em virtude, porém, da rapidez e acerto das medidas ordenadas pelo Conde da Barca para aniquilar uma revolução cujos chefes haviam conseguido, com maior ou menor intensidade, a sublevação das capitanias da maior parte da costa do Brasil, foram desnecessários os socorros enviados de Lisboa.

A fundação da Capital do Brasil no interior do país

Uma Universidade no Brasil

Quando foi publicado o decreto, da autoria do Conde da Barca, que instituiu o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, base da definição dum Império português, que afinal não chegou a passar duma designação efémera e nominal, a Câmara do Rio de Janeiro promoveu uma manifestação em honra do soberano, tendo o seu presidente proferido um discurso de agradecimento a D. João VI. A Câmara, nesse discurso, pediu ao rei que fizesse erigir um monumento que perpetuasse a memória de tão grande benefício.

Na sua resposta, D. João VI prometeu à Câmara dar condigna satisfação ao desejo assim intensamente expressado.

Nessa resposta, que foi classificada de admirável, manifestou o monarca o desejo de que aquele monumento tivesse por base a felicidade dos seus vassalos.

A fórmula da expressão do discurso régio, embora genérica, ao pedido duma Câmara que solicitava a erecção dum monumento meramente alegórico, talvez uma estátua ou um obelisco, abrangia, evidentemente, uma ideia de bem mais vasto e útil alcance.

Achamos, na correspondência entre o Conde da Barca e Ambrósio Reis, a expressão concisa dessa ideia grandiosa, que estava no pensamento e no ânimo do Rei e do seu Primeiro Ministro efectuar (109), mas a que a prematura morte do Conde e os sucessos políticos ulteriores, nem sequer permitiram começo de execução: — a construção duma nova capital do Brasil no interior do país, ideia e propósito que só em 1960 viu a cabal realização com a inauguração faustosa e memorável da cidade de *Brasília*. Mas ideia cujo propósito de concretização fez parte do plano do Governo do Conde da Barca e do rei D. João VI.

Escreve Ambrósio Reis que já se lhe havia referido na sua *Memória sobre*

---

(108) Soriano, op. cit., Doc. 27 A e 27 B, a págs. 126. e 129.

(109) Carta de 24 de Agosto de 1816, de Ambrósio Reis para o Conde da Barca.

a situação da Monarquia depois da paz de Paris; e concretiza-a em termos que, embora breves, são claros e inelutáveis: — «*edificar um palácio para Residência Real no lugar que se julgar mais conveniente no interior, para a fundação de uma cidade que seja a Capital do Brasil, tomando esta um nome análogo ao do Grande Soberano que a fundar*».

Ambrósio Reis justificava a sua plena aprovação a um tal empreendimento acrescentando que ninguém poderia negar quanto era necessária essa fundação no interior do Brasil ,assim pelas vantagens comerciais e de comunicações internas, a que necessàriamente daria lugar, num completo sistema de irradiação das comunicações da futura capital para todos os grandes centros populacionais, como pela sua importância para a defesa do país e para a actividade necessária nas operações da administração pública, que se julgava seria muito maior num clima temperado do que no Rio de Janeiro, onde as condições climatéricas eram pouco propícias ao desenvolvimento e à aplicação da energia que cada vez mais requeriam os cuidados da administração do Estado.

Pela maneira como Ambrósio Reis se exprime, poderíamos ser levados a admitir que a originalidade da ideia da edificação duma nova capital no interior do continente brasileiro lhe pertence: «cumpre aos promotores daquele monumento erigir um de natureza tal que não só perpetue a glória do Benfeitor do Brasil, mas sirva ao mesmo tempo de promover a prosperidade dos seus habitantes. Qual será, pois, o monumento que produza estes dois salutares efeitos? Confesso a V. Ex.ª (o Conde da Barca) que já apontei na minha Memória sobre a situação da Monarquia depois da paz de Paris, vem a ser edificar um palácio, etc.».

Nenhuns dados positivos nos surgiram em virtude dos quais pudessemos estabelecer, com segurança, se a previsão das vantagens da erecção dessa capital, ou até a prioridade da ideia, que já hoje é uma feliz realidade, pertencem, de justiça, a Ambrósio Reis, ou se as suas palavras traduzem o seu entusiástico apoio a uma realização, já mencionada em correspondência anterior entre o Conde e ele, e que constituía um anelo do Monarca e do seu Primeiro Ministro.

A maneira, porém, como D. João VI se exprimiu no seu discurso em resposta ao da Câmara do Rio, que o monumento a erigir «tivesse por base a felicidade dos seus vassalos», faz-nos inclinar para esta última hipótese.

A própria forma, um tanto sibilina, da frase, parece indicar que a traça da construção se achava implícita nos planos do Monarca e do seu Governo, afinal reduzido à pessoa do Conde da Barca, sem, contudo, ser julgado conveniente, por então, o fazê-la do domínio público, tanto para não se ferirem as susceptibilidades da cidade do Rio, quanto, talvez, em face da situação da política interna do Brasil.

Um facto, contudo, merece ser assinalado: sendo esta carta de Ambrósio Reis para o Conde da Barca de 24 de Agosto de 1816, os seus termos demonstram que aquela intenção de ser construída no interior uma futura capital do país era já anterior àquela data.

Achamos também que do plano administrativo do Conde da Barca fazia parte o de reformas de largo alcance relativas à Instrução Pública no Brasil, embora nos não fosse possível obter, através dos documentos manuseados, elementos que nos primitissem fixar qual a data em que esse plano foi elaborado.

Não pudemos também esclarecer-nos quanto às intenções governamentais relativamente à instrução primária, mas é de supor que, em virtude da amplitude que se projectava dar ao ensino técnico, o desenvolvimento da instrução elementar estaria indispensàvelmente na base deste ensino.

É ainda a correspondência de Ambrósio com o Conde que nos ilumina quanto à natureza e à vastidão dos projectos, que diziam respeito, essencialmente, ao ensino técnico. Não era de admirar que assim fosse, dada a índole de Araújo, e sua inclinação para os estudos técnicos, que devem estar na base do desenvolvimento agrícola e industrial duma nação, assim como os contactos que havia tido durante a sua permanência nos mais adiantados países europeus, e o conhecimento, que lhe não minguava, da sua decidida marcha para a industrialização.

Indica-nos, pois, essa correspondência, que, paralelo à demonstração de regozijo da Câmara do Rio, fez o comércio daquela cidade ao Governo de D. João VI o oferecimento de meios para a fundação de estabelecimentos de educação pública, facto que, em consequência, deu origem à publicação de um Aviso régio, em que se aceitava a oferta e se afirmava a sua criação, ou a ampliação, na cidade do Rio de Janeiro.

Ambrósio Reis mostra-se de parecer que a matéria desse Aviso não deveria ser tomada em sentido restrito, e aqueles estabelecimentos de ensino fundados apenas no Rio de Janeiro. Quanto às pretensões desta cidade, estava indicado se tivesse na devida conta, plenamente, o que lhe fosse mais útil, de harmonia com os verdadeiros interesses dos subscritores das verbas oferecidas. «Uma escola prática de minas, por exemplo, como as que existem na Alemanha e nos Estados austríacos, seria um dos estabelecimentos mais necessários e úteis».

E similar utilidade se revelava não só em relação às necessidades da cidade do Rio, senão também às da maior parte das outras capitanias, consoante o fundamento da vida dos seus habitantes.

As escolas de minas deveriam, pois, ser criadas nos Estados mineiros e fundadas tão perto quanto possível das próprias regiões mineiras.

Nessa correspondência de Ambrósio Reis com o Conde da Barca se con-

densa, com notável realismo e objectividade, todo um programa de realizações no domínio dos estudos basilares da instrução técnica, tal como ele poderia ser concebido e aplicado naquela época: «Seria de desejar que a arimética, a geometria, a química e a mecânica e as mais ciências naturais, com a sua aplicação às artes, sejam os objectos essenciais deste Instituto, por serem as luzes mais necessárias para promover a prosperidade do Brasil no estado actual em que se acha: e espero também que tal estabelecimento não impeça de modo algum os muito essenciais das sociedades económicas nas diversas capitanias, visto que só os conhecimentos locais podem promover com segurança a prosperidade de cada lugar respectivo, e tais conhecimentos não se podem perfeitamente adquirir senão nos próprios lugares e pelos seus habitantes, que são além disso mais interessados do que alguns outros no progresso da prosperidade do lugar que habitam».

Haveria também, por esse tempo, a ideia da criação duma Universidade no Brasil e, até, certa pressão para que ela fosse concretizada. A essa intenção se refere Ambrósio Reis, opondo-se-lhe, e considerando-a «infeliz» e própria de «cabeças ocas e alucinadas». Se o mesmo técnico que, junto do Conde da Barca, tão intensamente se declarava partidário dum largo desenvolvimento do ensino técnico e das ciências correlacionadas, se exprimia assás desfavoràvelmente em relação ao estabelecimento duma Universidade brasileira, parece-nos que a principal causa não deveria provir de inconformidade com os estudos humanísticos, mas residir nas demonstrações, já então verificadas, de que eram homens formados pelas Universidades portuguesas e estrangeiras, ou que as haviam frequentado, os principais impulsionadores das ideias de separatismo. O fenómeno, com tudo o que tinha e conserva de paradoxal, é de ontem e permanece hoje.

Reis não considerava o Brasil ainda com tão numerosos elementos de escol, e com tão elevada quantidade de intelectuais que esta correspondesse à exigência da criação duma Universidade; tinha para si que só cabeças ocas e alucinadas podiam confundir sempre o presente e o futuro, e o estado do Brasil daquela época com o seu estado possível e, para ele, ainda remoto. E afirmava ao Conde da Barca: «Fábrica de bacharéis e de letrados, Ex.^{mo} Snr., basta por ora uma na Monarquia, no estado em que ela se acha, e certamente seria esta a fábrica mais perniciosa que se poderia estabelecer no Brasil, não só porque aumentaria extraordinàriamente a *turba mixérrima* dos bacharéis e promotores de processos, roubando ao mesmo tempo tantos braços à lavoura e artes, mas também porque produziria um grande número de semi-doutos ociosos e faladores, de poetas de água doce, de propagadores de ideias liberais e dos direitos

do homem: género de indivíduos, que sendo sempre nocivos em todo o país, o são infinitamente mais num no qual a maior parte da povoação é composta de escravos e de gente de cor.

Um tal estabelecimento, além de dever ser fatal ao mesmo Brasil, o seria ainda a toda a Monarquia, pois cortaria quase o único fio de dependência em que o novo Reino se acha da Metrópole, e aumentaria nesta o grande descontentamento que infelizmente ouço ali vai grassando, por irem já tardando àquele povo leal e brioso as sábias providências que S. Mag.e certamente medita pôr em prática para consolidar a recíproca dependência e perfeita união dos dois principais membros da Monarquia».

Esta última parte da análise crítica de Ambrósio Reis acerca da fundação da Universidade brasileira, revela além do receio das consequências de se contribuir para criar um proletariado intelectual, nocivo à boa marcha dos negócios públicos, mais ainda o de que as próprias medidas governamentais favorecessem o incremento de factores favoráveis a um separatismo de que não cessavam os indícios de fortalecimento. Ao mesmo tempo, as suas considerações patenteiam o profundo descontentamento que lavrava no continente pela conservação da Corte no Brasil, e que começava a gerar fundamentos de revolta.

A fixação da Corte no Brasil

Não se nos depararam, na documentação consultada, elementos concretos e positivos em virtude dos quais pudessemos concluir haver-se concebido o propósito de a Casa de Bragança estabelecer residência definitiva no Brasil e, bem assim, fixar-se lá a capital da Monarquia, abandonando-se a ideia do regresso da Corte a Lisboa e da restauração da capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves na cidade rainha do Tejo.

De igual modo, nada nos habilita a definir, concretamente, quais as ideias do Conde da Barca sobre a fixação da cabeça do Estado Português naquele Reino, ou o oportuno regresso da Corte ao Continente.

Mas, se nenhuma conclusão certa se pode formular sem receio de erro, também não é lícito ocultar os indícios que revelam, ora mais, ora menos intensamente, o desígnio dessa fixação, como objectivo político do Rei e do seu Primeiro Ministro, assim como o apoio que a esse projecto, ou talvez determinação formal, terão dado os próceres que a ambos rodeavam.

Quando o Príncipe Regente decidiu a partida da Corte para o Brasil, a frase que, como refrão, andava nas bocas de grande número de cortesãos, era a de o Príncipe ir criar no Brasil *um novo império*. Ela denuncia, a par de um provável incitamento à imaginação do Príncipe Regente, a aceitação do signifi-

cado do abandono do continente e da sua troca pelo Brasil, como futura sede permanente da cabeça do Império. À ideia, por aqueles anos, andava associada a da perda, tida por grande número por definitiva, do continente português para a Coroa lusitana, caído o território europeu da Monarquia na posse da Espanha, ou da França, ou de ambos estes países.

As próprias condições em que o Conde de Linhares negociou o Tratado de Comércio de1810, aceitando as imposições de Strangford tão onerosas para o continente português abandonado, e que foram a origem da sua ruína, da qual levou meio século a ressarcir-se, são consideradas como um indício de que aquele ministro se achava possuído da ideia de que a Corte não regressaria a Lisboa.

Escreve, a este respeito, o autor da *História de D. João Sexto*, quando aprecia as desastrosas consequências daquele Tratado: «Assim o Conde de Linhares, persuadido pela sua natural leveza de que Portugal estava para sempre perdido, sacrificou os interesses da Pátria, e anuiu a tudo quanto lhe fora proposto pelo hábil negociador inglês».

Alguns, porém, reagiam contra uma tal tendência. Como, em 1808, fossem solicitados os Conselheiros de Estado a pronunciarem-se acerca do manifesto, que D. Rodrigo de Sousa Coutinho redigira e destinado a definir a nova posição da política externa de Portugal, o Conselheiro de Estado, Marquês de Anjeja, propôs dele fossem eliminadas as palavras — *do novo Império que vai criar*, alegando que esta expressão, pelo menos, denotava poucas esperanças, em S. A. R., de voltar a possuir Portugal.

Esta ideia, dizia o marquês, além de enfraquecer a firmeza com que S. A. R. sempre devia instar pela restituição de Portugal, muito descontentaria os vassalos portugueses, com a perda da esperança de se verem governados pelo seu legítimo Soberano ([110]).

Avisadamente, o Marquês de Anjeja pretendia, com a proposta de eliminação da frase considerada imprudente, afastar os perigos do alarme que ela justificadamente suscitaria na população do continente português, e os de gerar, nas cortes europeias, a noção de que a própria Corte lusíada admitia como possível a ideia da desanexão do continente do corpo da lusitana Monarquia.

Por seu turno, no seu parecer sobre o mesmo assunto, o Marquês de Belas, embora sem embicar com aquela frase e o seu sentido, mostra-se possuído da ideia da restituição do Príncipe Regente ao seu trono da Europa, ao preconizar se iniciassem as negociações para um tratado de comércio com Inglaterra, no qual ficasse especificada a obrigação, por parte daquele país, de não fazer a paz sem que essa restituição fosse um facto.

([110]) Angelo Pereira, D. João VI Príncipe e Rei, I, 29 e 30.

Os outros conselheiros passaram em silêncio o assunto incluindo-se neste número António de Araújo.

Volvidos poucos anos (111), já sobressaíam as dúvidas acerca de onde ficaria a residência permanente da nossa Corte, considerando-se que a fixação no Brasil, ou o regresso, dependeriam das condições em que a paz geral viesse a ser firmada.

A indecisão era evidente, e os espíritos se mantinham numa expectativa do futuro que tinha, e teria ulteriormente, a mais profunda influência na conduta da política interna e externa da Nação.

Conforme a grandeza da vitória, que se esperava as nações aliadas alcançassem sobre Napoleão, assim seriam as vantagens que elas obteriam contra a França, a mais completa e ambicionada das quais visava o total aniquilamento do Império. Os resultados do prélio colossal que se avizinhava, se supunha projectariam tão intenso reflexo sobre a vida pública portuguesa, que deles, como então era geralmente admitido, dependia a fixação da Corte no Brasil ou o seu regresso a Lisboa.

Paralelamente, uma tal expectante atitude influía radicalmente na condução dos negócios públicos, mesmo aqueles que conviria preparar e resolver a longo prazo. Os interesses comerciais e políticos da Monarquia seriam uns, se a residência da Corte se firmasse no Brasil, e outros se voltasse para a Europa, conforme Ambrósio Reis acentuava a António de Araújo, acrescentando ainda que eles diversificavam indefinidamente segundo as modalidades que tomasse a política geral da Europa.

Ao findar o ano de 1813 (112), expondo a situação da Europa, prestes a empenhar-se, contra Bonaparte, na chamada *Batalha das Nações*, de que haveria de resultar a primeira deposição do Imperador dos franceses, e frisando a necessidade da criação dum corpo de diplomatas capazes de hàbilmente defenderem os interesses de Portugal junto das Potências aliadas e principalmente num Congresso da Paz, reconhecia Ambrósio Reis que a melhor posição da Corte, perante os importantes acontecimentos internacionais que inevitàvelmente haveriam de derivar da queda do Império, seria em Lisboa, o que requeria cuidadosa escolha dos Governadores dos principais portos do Brasil, cargos que deveriam recair sòmente em pessoas experimentadas, activas e enérgicas e de assinalado patriotismo.

Em 26 de Janeiro de 1815, estava-se em pleno Congresso de Viena; as

---

(111) Carta de Ambrósio Reis para António de Araújo, datada de Londres, a 13 de Maio de 1813.

(112) Carta de 22 de Dezembro de 1813.

desilusões sofridas muito contribuíram para as recomendações que, com a sua autoridade, Ambrósio Reis fazia a Araújo, afim de que se evitassem tratados que Potências ambiciosas se propunham fazer com Portugal e cujos desígnios achavam apoio nalguns dos nossos plenipotenciários.

Por esta altura, parece que os sucessos haviam revigorado a ideia da permanência da Corte no Brasil. «O grande Tratado, escrevia Reis, que deve presentemente ocupar a inteira atenção do nosso Ministro é o de amalgamar o governo e interesses comuns de Portugal e do Brasil de tal modo que estes dois principais membros da Monarquia se dêm vigor e força progressiva um ao outro, e estreitem cada vez mais a sua união por laços indissolúveis de conveniência recíproca. Sem esta transacção urgente e fundamental estar consumada sobre uma base firme e estável, todos os tratados de comércio que fizermos não podem ter fundamento algum seguro e servirão comummente mais de embrulhar e complicar a nossa situação política e comercial do que de a melhorar. Ao contrário, quando por meio daquela grande consolidação de interesses e poder a Monarquia Portuguesa venha a figurar como uma Potência respeitável tanto na Europa como na América, é então que se podem calcular e estabelecer com vantagem as nossas relações políticas e comerciais».

Poderemos ver nestas frases a ideia da instituição do *novo império*, a cuja divulgação no manifesto do Rio repugnou o marquês de Anjeja. Mas o que certamente elas nos revelam é a existência, nas relações escritas entre Reis e Araújo, da ideia duma comunidade luso-brasileira, cuja efectivação foi sendo afastada pelos acontecimentos internos e externos e só nos tempos actuais está caminhando, nos moldes que a evolução dos dois países permite, numa rútila senda de realidades.

É de acentuar-se a largueza de vistas de quem, já então, entreteceu o sonho grandioso dessa Comunidade, cujo real valor e cujo alcance mundial, nos domínios da política, da economia e da estratégia, estão nos nossos dias sendo cada vez mais patenteados e demonstrando a sua necessidade, como as suas extraordinárias vantagens para o Brasil, para Portugal, para a Ocidental Civilização.

Por alturas do segundo quartel de 1814, já em Inglaterra se considerava a futura realização do regresso do Príncipe Regente a Lisboa, com a Corte. Assim se expressou Mr. Wilberforce num discurso acerca da extinção do comércio da escravatura, quando disse que a cooperação do Governo Português em tal medida seria mais pronta quando tivesse lugar a remoção da Corte para a Europa (112).

(112) Carta, de 5 de Maio de 1814, de A. Reis para A. de Araújo.

mo fim, tinha pretendido e ainda o pretendia, «que a sede
ıguês não seja de modo algum estabelecida no Brasil. V. Ex.ª
que se armaram para fazer vir S. A. R. para a Europa, ao
› descaramento, no Parlamento, de dizerem os Ministros, em
'ithbread, que procurando para que ia uma nau para o Rio de
. R. tinha escrito a pedir uma nau para o conduzir e restituir
europeus!!»
em da carta de Heliodoro Carneiro é a única afirmação posi-
leparou em toda a documentação consultada, da intenção de se
tivamente a Corte no Brasil.
pôr-lhe em paralelo a ideia, atrás referida, da edificação da
nterior daquele reino.

com a sugestão, ao Príncipe Regente, do regresso a Lisboa,
;ão de Canning para representante da Inglaterra em Lisboa, a
dor. Canning passou a exercer grande influência nos assuntos
Regência, que, como constava em Londres, consentira que ele
alácio das Necessidades. Esta exagerada distinção tinha pro-
descontentamento entre a colónia portuguesa londinense e,
Lisboa, onde, comunicava Heliodoro a Araújo, lavrava um
lta contra a Regência, «que desconfiam querer entregar o reino
-se, e é natural seja verdade, que a maior parte disto é devido
sa e a este Sousa aqui (referia-se ao Conde do Funchal) pois
que é do interesse sórdido daquela família que Canning dê a
Enfim, Senhor António de Araújo, rogo a V. Ex.ª para pensar
ıs piores cores possíveis, assim como sobre a cautela da intro-
s pelo interior do Brasil, pois não se querem contentar com a
avatura, mas até querem pregar aos pretos os direitos de
o se fez em S. Domingos».
são, como vimos, de que por 1815 se teria fortalecido o
ão da Corte no Brasil, ou pelo menos se considerava ainda lon-
o do seu regresso a Lisboa.

;al continental é que não era necessária a divulgação, que
se fez, da recusa do Príncipe Regente a submeter-se à pressão
ondres, que assumiu o carácter depreciativo e deselegante duma
pela gentileza da oferta duma esquadra, que se não solicitara,
e da Família Real, para subir de ponto o descontentamento
Corte no Brasil.

a da nossa Corte no Brasil

Severino Gomes acerca dos
aria Francisca, em Espanha,
ril deste ano espalhara-se em
ília Real e da Corte a Lisboa,
ıpital. Tal a intensidade da
gnificou a Severino Gomes a
rvadamente, junto dos Gover-
era, certamente, de origem

ses revistas e periódicos, ou
)eles, alguns defendiam, mais
, as ideias novas em política
do liberalismo em Portugal.
ivos e subsidiava em Londres
gido pelo Dr. José Bernardo
audacioso, com boas relações
com o Conde da Barca. Por
ão de artigos favoráveis em

ndres, a António de Araújo,
-lhe a sua intervenção pessoal
se, linguagem que bastante
stado português. Era grande
ública e até nas deliberações
am, pela Europa, os jornais
doro relatava, as publicações
ıbém nestas línguas e um dos
hronicle.
:orrera em Abril, dizia Helio-
ara a haver receios de que o
overno português e que este
ıda do Rio.
tar uma nau para ir buscar
. (!) na frase dos jornalistas,

s de D. João VI, 180.
Correio Brasiliense.

São numerosos os queixumes enviados ao Conde da Barca e as solicitações para que favorecesse o regresso da Corte a Lisboa, cessando a «amarga saudade e os receios que justamente causa o estado de orfandade em que nos achamos» (116).

Punha-se em evidência o desânimo geral, achando-se «a grande pluralidade entregue à mais cómoda apatia».

Mas, se o estado de indiferentismo pela marcha dos negócios públicos confiados a uma Regência em cujas deliberações tanto influíam os representantes de Inglaterra em Lisboa, indiferentismo tão perigoso a qualquer Nação, assim intensamente se revelava, não era tão profundo, todavia, o desinteresse e tão amplamente generalizado, que não se sentisse o surdo rumor da desaprovação pela permanência da Corte no Rio de Janeiro e do protesto que nascia do receio de que ela se convertesse em definitiva, invertendo-se os dados da orgânica territorial da Nação, com todas as suas consequências, das quais a que mais feria os olhos de todos era a futura subalternidade do Portugal continental ao Portugal brasileiro. Ao Príncipe Regente chamavam o *rei do Brasil* e, mais tarde, crescendo a onda dos protestos e do descontentamento, que conduziu aos sucessos de 1820, chegou a pensar-se na substituição da dinastia de Bragança pela Casa Cadaval.

Outros actos políticos

Quando o Pontífice Pio VII pretendeu restaurar a Companhia de Jesus, pediu ao Governo português a execução da respectiva bula. Araújo obstou, e o Príncipe Regente determinou ao seu ministro na Cúria se coibisse de entrar na discussão do assunto.

Como chegassem ao Brasil os clamores contra as barbaridades cometidas pela Inquisição na ilha da Madeira, o Conde da Barca, de acordo com o Soberano, deu instruções para que o representante de Portugal na Corte Pontifícia obtivesse a extinção daquele Tribunal no país.

---

(116) Carta, de Lisboa a 14 de Novembro de 1815, de Hermano José Braamcamp Sobral para o Conde da Barca. Também, entre outros, o Visconde da Baía se exprime deste modo em carta de 12 de Novembro de 1816 para o Conde da Barca: «Tendo felizmente terminado na Europa o flagelo da guerra e restituindo-se às antigas capitais dos seus domínios aqueles soberanos a quem circunstâncias fatais delas obrigaram a sair, esperavamos nós, os habitantes do Reino de Portugal, pelo dia venturoso da restituição do nosso Augusto Soberano ao berço da Monarquia Portuguesa.

Infelizmente os nossos desejos têm-se, em vez de cumprido, aumentado e nem mesmo nos é fácil sair do cruel estado de incerteza em que nos achamos...»

Apesar de fundada, a formulação do pedido à Cúria se fazia no momento menos oportuno para ser tida em consideração, em virtude da recusa do Governo português ao beneplácito à bula do restabelecimento da Companhia de Jesus e sua homologação quanto aos domínios da Coroa; por sua vez, a Cúria não atendeu o desejo do Gabinete do Rio.

Em face desta atitude, António de Araújo pretendeu levar o Príncipe Regente a decretar, por autoridade régia, a abolição do terrível e cruel tribunal, não conseguindo, contudo, que D. João desse semelhante passo.

As relações entre o Governo e a Santa Sé esfriaram.

Por ocasião de ser nomeado Arcebispo de Évora D. Frei Joaquim de Santa Clara, recusou-lhe a Santa Sé a confirmação sem que o contemplado fizesse prévia e pública abjuração de certas afirmações que proferira na oração fúnebre de elogio ao Marquês de Pombal, consideradas erróneas pela Cúria.

Tal condição, imposta após a nomeação régia, colocava numa posição falsa o Soberano e o Governo. Fundamentando uma enérgica resposta, o Conde da Barca comunicou para Roma que, faltando a Santa Sé com a confirmação, o Príncipe Regente a faria usando do direito consuetudinário.

Do mesmo modo que o nosso Governo foi vencido no caso da Inquisição, foi-o a Cúria na questão do Arcebispo; Roma cedeu e o prelado entrou na posse definitiva da mitra.

Dentre as medidas administrativas do Conde da Barca, menciona Pinheiro Chagas [117] as emancipadoras da indústria e do comércio do Brasil, a protecção dada à indústria de ourivesaria, o desenvolvimento da viação pública, o embelezamento e urbanização da cidade do Rio de Janeiro e o impulso que deu às artes — música, pintura e escultura, com a criação duma Academia de Belas Artes.

António de Araújo agraciado com o título de Conde da Barca

O *Correio Brasiliense* [118] noticiou que, em 17 de Dezembro de 1815, «dia dos anos da Augusta Soberana», D. João VI concedera diversas mercês, destacando, como entidades mais favorecidas, António de Araújo de Azevedo, agraciado com o título de *Conde da Barca*, Gomes Freire de Andrade, e o Patriarca de Lisboa. E acrescentava, laudatòriamente: «O Conde da Barca foi assaltado,

---

[117] História de Portugal, por uma Sociedade de Homens de Letras, pág. 144.

[118] Vol. XVII, Ano de 1816, pág. 191. Era impresso em Londres por W. Lewis, na oficina do mesmo nome, St. Jonh's Square.

em todas as gazetas inglesas (119) como um partidista francês. O mesmo *Correio Brasiliense* copiou essas infâmias. Quanto nos regizijamos de as poder contradizer com a autoridade do Soberano! Eia, que o homem velho morra agora; que sejam quais forem as queixas dos seus concidadãos contra ele, como membros da mesma família, não é o favor duma Corte estrangeira quem o elevou àquela dignidade. Poderão dizer o mesmo outros condes? Prouvesse a Deus que pudessemos falar claro ao Soberano, porém escrevemos em Inglaterra, onde uma acção de libelo pode ser intentada...»

O Decreto que agraciou Araújo com o título de Conde da Barca rezava que lhe era concedido *em prémio da singular habilidade com que se houve na missão diplomática de que fora encarregado junto à República Francesa* (120). Já dissemos que D. João VI, forçado pelas circunstâncias muito críticas que o país então atravessava, ao consentir na exautoração de Araújo, com a qual Luís Pinto de Sousa pretendeu cobrir a sua ingerência, como ministro dos estrangeiros, na condução das negociações para o Tratado de paz de 1797, a revogou moralmente, contemplando o negociador com uma comenda. Esta declaração pública do Decreto tem o significado duma revogação expressa daquela declaração ministerial às Potências interessadas (Inglaterra, Espanha e França). O monarca aguardou essa oportunidade para a fazer, se bem que, pela posição do novo titular no Governo e seu valimento junto do soberano, se tenha podido suspeitar, sem fundamento, que ele próprio a sugeriu.

A partir do falecimento do Conde de Aguiar, Araújo foi, depois de D. João VI, que lhe dedicava sincera afeição e sentiu profundamente a sua morte, o homem mais poderoso da Monarquia Portuguesa.

O literato e o seu interesse pelas ciências

Inocêncio (121), insere a relação das obras da autoria de António de Araújo. Outros autores trataram também esta forma da valia intelectual do Conde da Barca. Por nossa vez, queremos tão sòmente contribuir para esclarecer e completar, do que se há escrito, aquilo que disso carece. António de Araújo compôs a tragédia *Ósmia*, de assunto português, em 5 actos, na qual

(119) Alusão, também, indirectamente, à campanha difamatória do Conde do Funchal, de quem a Condessa de Oyenhausen, depois Marquesa de Alorna (Alcipe) se queixa acerbamente como seu perseguidor.

(120) Araújo Afonso e T. Valdez, op. cit., 2.°, 228, mencionam como data do Decreto a de 15 de Dezembro. Cunha Araújo, no Perfil, 124, dá-nos a de 17. Não pudemos ver o Decreto; a passagem aludida é do *Livro de Ouro* já cit.

(121) Dic.° Bibliográfico, Tomo 1.°, pág. 88, e Tomo 6.°, 329, e 8.°, 80.

trabalhou, segundo parece, em continuação de labor já iniciado em Portugal, mas que Mendo Trigoso afirma ter sido esboçado na Haia. Diz ainda este panegirista do Conde da Barca que outra tragédia, também da autoria de Araújo, *Nova Castro,* e a *Ósmia,* algumas vezes foram por Araújo confiadas aos seus amigos, só conseguindo, porém, acabá-las e aperfeiçoá-las mais tarde ([122]).

Refere Inocêncio que, sendo a *Ósmia* presente à Academia das Ciências, em concurso, em 13 de Maio de 1788, obteve o prémio, que a Academia concedeu ao autor, com escrupulosa imparcialidade, em concorrência com a *D. Maria Teles,* de Luís Correia de França Amaral, e a *Lauso,* de Henrique José de Castro. E esclarece: «quando, porém, se tratou de abrir a cédula que devia conter o nome do autor do drama, se achou, em vez dessa indicação, a cedência da medalha de 50 mil reis que lhe competia, a favor da memória que contivesse a melhor exposição dum remédio eficaz, fácil e experimentado, para curar a ferrugem tão danosa às oliveiras. O autor da tragédia deixou, assim, campo aberto a todas as conjecturas».

Efectivamente, não tardaram aventurosas presunções acerca da autoria da premiada e já, por isso mesmo, célebre peça teatral, concebida e delineada nos moldes clássicos. A própria singularidade do anonimato que o autor se quis guardar, acrescida da manifestação de interesse pela agricultura, aliás tão peculiar de António de Araújo, espevitaram a curiosidade pública e nos meios ilustrados da capital foram assunto das conversações.

Escreve Inocêncio que foi fundado nas informações que levara de Portugal que Bouterweck «julgou dever atribuir à Viscondessa de Balsemão, D. Catarina ([123]), a composição da *Ósmia*». Sismondi, continua Inocêncio, seguido por Balbi, lhe deu por autora a condessa do Vimieiro, D. Teresa de Melo Breyner; e Aimé Martin creu poder apropriá-la a Correia Garção, com rara infelicidade, porque, falecido este poeta em 1772 no Limoeiro, não podia ter sido concorrente a um prémio académico em 1788. José Maria de Castro e Silva atribuiu esta *Ósmia* a António de Araújo de Azevedo e foi este autor quem acertou. Durante algum tempo Inocêncio perfilhou o parecer de Castro e Silva. Porém, mais tarde, rectificou o seu juízo «ante o testemunho de D. António de Melo Breyner, que lhe afirmou conservar em seu poder, com outras composições de sua tia,

---

([122]) Elogio Histórico já cit., p. XLII. Inocêncio diz que a *Nova Castro,* manuscrita, se perdeu.

([123]) D. Catarina Micaela de Sousa César e Lencastre, Viscondessa de Balsemão, casada com o Visconde do mesmo título, Luís Pinto de Sousa Coutinho; entre outras obras poéticas compôs uma *Ode* ao Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (Vid. Inocêncio, op. cit., II, 63).

a Condessa de Vimieiro, o próprio autógrafo da *Ósmia*, escrito por letra daquela senhora, oferecendo-se para lho mostrar, a fim de se convencer da verdade».

Não pode Inocêncio compulsar o manuscrito «por embaraço de tempo», mas, confiando na informação de D. António, a considera mais que suficiente para desfazer até sombras de dúvida. «Fique pois assentado de uma vez, conclui, que D. Teresa de Melo Breyner foi autora da *Ósmia*; e reconhecida como única genuína a opinião dos que assim o julgaram».

Da crítica deixada por Sismondi à Ósmia, pôs Inocêncio em relevo que ela foi escrita «com grande pureza de gosto e notável delicadeza de afectos. Tanto a acção como o seu desenlace foram tratados segundo as regras dos trágicos franceses do século de Luís XIV» (124).

De todo o exposto há duas inferências a estabelecer, uma certa e outra duvidosa. Certa, a de ser a tragédia *Ósmia* um trabalho literário de incontestável mérito e tanto, que, além de premiado, a sua autoria foi motivo de diversas deduções, honrosas para as individualidades por que optaram as conclusivas. Duvidosa, a precipitada atribuição final de Inocêncio, com a pretensão de haver resolvido definitivamente a dúvida.

Por muito concludente que lhe parecesse a informação do sobrinho da Condessa de Vimieiro, não deveria Inocêncio ter deixado de examinar o manuscrito; e, mais ainda, de cotejá-lo com o original submetido ao veridictum da Academia e de que esta deveria estar de posse. Por outro lado, o facto de existir na casa Vimieiro um exemplar manuscrito, de letra da Condessa, não é prova concludente. É sabido que, naquela época, com muita frequência os lazeres das pessoas abastadas, ou o interesse dos indivíduos amantes das belas-letras, lhes concediam copiarem, com exemplar e beneditina paciência, as obras mais ou menos raras, de sua preferência, ou notáveis pelo seu valor, nomeadamente as que, como a *Ósmia* — que vogou por algum tempo manuscrita, vindo a ser impressa pela Academia em 1788 (125) sem nome de autor (126) — se faziam desejadas.

Na Biblioteca Pública de Braga há numerosos manuscritos que o provam. Não admira, pois, que o exemplar manuscrito, de letra da Condessa, fosse uma cópia duma obra premiada pela Academia, aureolada pelo anonimato como pelo destino que o autor desejou se desse ao prémio monetário, e durante algum tempo rara.

---

(124) Foi traduzida em castelhano e impressa em Madrid, em 1798 (Inocêncio, id., id.).

(125) Segundo Inocêncio, I, 89, data que não concorda com a afirmação do Académico autor do Elogio Histórico, que a dá como acabada mais tarde.

(126) Conforme a relação inserta no final dos volumes da História e Memórias.

No entretanto, estamos habilitado a resolver definitivamente o apaixonante assunto, dando razão a Costa e Silva, que com feliz intuição a atribuiu a António de Araújo de Azevedo, seu verdadeiro autor.

Na copiosa colecção de cartas, escritas de Paris a Francisco José Maria de Brito, cartas que, conforme já noutro lugar dissemos (127), Araújo ou lhe enviava cifradas, ou em parte escritas em linguagem convencional, Araújo se dá, de maneira indiscutível, como o autor da tragédia *Ósmia*, assim como da tradução de poesias de Gray, impressas em Hamburgo em 1799, por iniciativa de D. José Maria de Sousa (128).

Assim, na carta de 6 de Março de 1798 se lê: «A solução do drama (da sua prisão no Templo) será difícil, vistas as circunstâncias. Tudo fervia na Penha (129) e o A. de Osm. estava entalado. O predecessor no galanteio era um dos objectos contra quem se dirigiam setas agudas...».

Na carta de 28 de Fevereiro de 1798: «O homem da cabeça positiva não voltou depois que [se] ausentou desta pouco depois de V. mce. partir (130), e o am.º dele foi um dos motivos das aventuras [do] autor de Osmia: o tradutor de Gray esteve na imprensa e tudo o que se passou dá assunto para um romance histórico que parecerá fabuloso, mas inspirará interesse aos leitores».

Poderíamos transcrever diversas outras passagens, o que se nos afigura dispensável, em razão da evidência destas (131). Por outro lado, é de supor que Inocêncio não tenha lido, porque o não cita, o *Elogio Histórico*, onde Mendo Trigoso também atribui a autoria desta *Ósmia* a Araújo; ou, se o leu, desprezou,

---

(127) *O Tratado de Paz de 10 de Agosto de 1797*, já citado.

(128) Araújo traduziu para vernáculo a *Elegia de Gray*, composta no cemitério de uma igreja de aldeia, além da *Ode de Dryden para o dia de Santa Cecília*, tradução que Mendo Trigoso considera primorosa.

(129) A *Penha* era o Directório Executivo francês; o *A. de Osm.*, Araújo de Azevedo; o *predecessor no galanteio*, Talleyrand. Araújo também se designa a si mesmo, outras vezes, por *patrício de Bernardes*.

(130) Brito tinha regressado a Lisboa, portador do Tratado.

(131) No Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal, Jean Gagé, em complemento do artigo *António de Araújo*, transcreveu cópias de 31 destas cartas, conservadas nos *Arquivos do Rio de Janeiro*, vertendo-as para francês. Confrontando-as com os originais, tivemos ensejo de lhes notar erros, como sucede na n.º X, onde aparece *Del Campo* por *le Volcain*, como está no original citado; *admission (?)*, que no mesmo original não deixa dúvida; *Larévellière-Lépeaux*, por apenas *Lareveillere*. *Il nesçait* (sic) por *il ne sait pas*, etc. Em Gagé, esta carta está incompleta. De tais lapsos não é, evidentemente, responsável este escritor. Da publicação destas cartas por Gagé se concluía já que Araújo fora o autor da *Ósmia*; mas declara, no mesmo artigo (Documentos) ter-se ocupado desta questão no Bulletin, T. X, de 1945, que não pudemos obter.

pouco cuidadosamente — o que nele é de admirar em razão da sua séria meticulosidade — a competência do académico (132), que também afirmou haver algumas vezes Araújo confiado a tragédia aos seus amigos (133).

Também nos não é permitido esquecer o que Teófilo Braga ensina (134) quanto à multiplicidade de tragédias, que foi uma das características da literatura teatral do último quartel do século XVIII, que transitou ao século seguinte, por influência da Arcádia, e dum estado de opinião pública que, como assinala o mesmo Teófilo, se pronunciava contra a ópera italiana, que absorvera quase completamente o teatro português, e a favor da tragédia. «Ainda nos primeiros vinte anos deste século, escreve Teófilo Braga, se representava com grande aplauso a tragédia de João Baptista Gomes, intitulada *Nova Castro*». E mais adiante: «raro foi o poeta do princípio deste século que, respeitando ainda a tradição arcádica, se não arrojasse com furor métrico à composição de tragédias». Assinalando como os autores se achavam então presos aos moldes trágicos de Racine e Alfieri — e António de Araújo foi um destes — num esforço de restauração do teatro português, que só deveria ser coroado de êxito com Garrett; e que «a influência dos modelos prendia os escritores aos mesmos assuntos», põe Teófilo Braga em evidência o facto de «ainda neste século se escreverem bastantes *Ósmias* e aparecerem mais duas tragédias de *Inês de Castro*. Um dos autores doutra *Ósmia* — Ósmia Lusitana (135) — fora Manuel de Figueiredo.

Acerca da autoria da *Ósmia* premiada, Teófilo não diz uma palavra, limitando-se a escrever: «Na Academia Real das Ciências de Lisboa, também se cultivou a tragédia francesa; aí, se coroou a *Ósmia*...». Não achando elementos decisivos para se pronunciar, foi mais circunspecto do que Inocêncio.

---

(132) O próprio Cunha Araújo, autor do *Perfil do Conde da Barca*, panegirista de António de Araújo, perfilhou as conclusões de Inocêncio acerca de atribuição da *Ósmia* à Condessa de Vimieiro, apesar de ter tido à sua disposição a colecção de manuscritos do Dr. Manuel de Oliveira, hoje pertencente à B. P. B. Talvez por carência de tempo, ou por haver dado maior importância à correspondência oficial do que à particular, lhe passaram despercebidas as informações nesta contidas e que Gagé, como dissemos, foi, cremos, o primeiro a revelar em parte.

(133) Esta afirmação reforça consideràvelmente a nossa suposição de ser o manuscrito da Condessa de Vimieiro uma cópia; Mendo Trigoso teve, aliás, o cuidado de deixar escrito que baseou o seu *Elogio Histórico* em informações fidedignas de indivíduos que, como Francisco José Maria de Brito, se achavam nas melhores condições para lhas fornecer certas e pormenorizadas.

(134) História do Teatro Português (século XIX), p. 33, ed. de 1871.

(135) Id., 290, 292 e 319. Na relação de Teófilo Braga tem a data de 31-10-1773.

Não sofria António de Araújo os erros que a respeito de Portugal publicassem autores estrangeiros, nos quais quase sempre, como erros que eram, o nosso país, ou o nosso povo e a sua acção no mundo, eram corrompidos e depreciativamente objectivados.

Mantendo-se a par de quase todas as publicações dos autores nacionais e estrangeiros, não lhe escapou a de João Bruce — *Viagem em Núbia e Abissínia,* empreendida para descobrir as origens do Nilo, assim como o indignaram os peregrinos deslises de la Harpe, que se meteu a notar defeitos em *Os Lusíadas.*

A este respeito, publicaram as *Memórias da Academia das Ciências,* de que foi primeiramente sócio correspondente e ao depois honorário, o seu trabalho — *Em defesa de Camões, contra Mr. de la Harpe.*

Quanto às afirmações erróneas e depreciativas das actividades dos portugueses na Abissínia e ao longo do curso do Nilo, em demanda das suas origens, compôs Araújo uma *Memória,* que foi lida em sessão pública da Academia das ciências, de 22 de Janeiro de 1806 (136). A passagem de Bruce que provocou também a refutação doutras, como a de que o Padre Pero Pais não fora jamais às origens do Nilo nem declarara ter lá ido, é esta: «Nenhum dos portugueses que foram primeiro à Abissínia, nem Covilhan, nem Rodrigo Lima, nem Cristóvam da Gama, nem mesmo o patriarca Afonso Mendes, viram as origens do Nilo, nem disseram jamais que as tinham visto». A refutação de Araújo foi completa e triunfante, além de constituir mais uma prova da sua vasta erudição e eclectismo. Baseou-se em Danville e noutros autores consagrados, e sobretudo nos testemunhos irrecusáveis e fidedignos dos PP. jesuítas Baltazar Teles e Pero Pais (137). Da obra deste último já havia declarado Mendo Trigoso no Elogio Histórico do Conde da Barca, e confirmou-o, muito mais circunstanciadamente, o Dr. Alberto Feio em 1945 (138), que possuía Araújo um manuscrito que se supõe ser o próprio original. Quando António de Araújo, como dissemos, estanciou por Londres na primeira viagem de Lisboa para a capital holandesa, Sir José Bancks, cativado dos altos espíritos do Enviado português à Haia, lhe ofereceu alguns valiosos manuscritos, entre os quais o da obra do jesuíta

---

(136) Intitula-se Memória em defesa de alguns autores Portugueses que escreveram sobre a Etiópia, e particularmente sobre pertencer a descoberta das origens do Nilo e indivíduos desta Nação, contra Mr. Bruce, autor das viagens em Nubia e Abissínia, feita e recitada por António de Araújo de Azevedo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra na Academia Real das Ciências, na sessão pública de 22 de Janeiro de 1806.

(137) História Geral da Etiópia a Alta, e História da Etiópia respectivamente.

(138) Notícia bio-bibliográfica do 1.º vol. da *História da Etiópia* de Pero Pais (Livraria Civilização, Porto, 1945).

Pero Pais, homem extraordinário, missionário superior e grande apóstolo, na qualificação do Dr. Alberto Feio. São de tal maneira extravagantes as afirmações de Bruce a este respeito, que não podemos deixar de concluir as fizera gratuitamente, sem nunca ter lido a *História da Etiópia*, conduzido por essa conhecida e tão nociva quão pouco honrosa superficialidade com que certos autores estrangeiros historiam acerca de Portugal e dos feitos sobre-humanos e gloriosos da sua gente, nem tão pouco o P.e Baltazar Teles.

Hoje, a obra de Pero Pais, depois da publicação da *História da Etiópia*, acha-se ao alcance de todos os estudiosos, mercê da feliz iniciativa da Livraria Civilização ao publicá-la (139).

Escreveu Cunha Araújo (140) que «o desejo (141) de dar uma notícia mais circunstanciada do que permitia uma leitura em sessão pública, foi causa desta *Memória* não se imprimir e se perder; pouco depois, recrudescendo os afazeres do novo ministro dos estrangeiros e da guerra, ele teve de abandonar por completo os seus trabalhos académicos».

Podemos esclarecer, que, contra o que supunha e afirmou Cunha Araújo, a *Memória*, não sendo publicada, contudo não se perdeu. Nas nossas pesquisas na Biblioteca Pública de Braga, se nos deparou um manuscrito que consideramos uma das cópias que da Memória se haveriam extraído, a solicitação de amigos de Araújo no Minho (142).

No final, António de Araújo apresentou à Academia esta proposta: «Parece-me que seria uma resolução digna desta erudita corporação, o eleger alguns dos seus membros para examinarem todas as obras de que tenho feito menção e, cotejando-as com as viagens modernas, se poderia fazer um extracto das noções mais interessantes, relativas à geografia daquele país (a Etiópia)».

Ignoramos o que a Academia resolveu. Nada se nos deparou na pesquisa a este respeito, mas é de crer que nenhuma deliberação tomasse, talvez porque, pela razão apontada por Cunha Araújo, lhe faltou o incentivo do ministro proponente.

Outra publicação que lhe provocou repulsa foi a do duque de Chatelet (143). Já a propósito deste livro, que considerava um acervo de mentiras,

---

(139) Apesar dessa notável facilidade, somos dos que duvidam que as gentes moças dos tempos de hoje, mesmo os estudantes, se preocupem com *tão rançosas velharias*.

(140) Artur da Cunha Araújo, Perfil, cit., p. 113.

(141) De António de Araújo? Da Academia?

(142) É o Ms. 696[6], do qual extraímos o título da nota 32.

(143) *Voyage du Ci-devant Duc du Chatelet en Portugal*, Revue par J. Fr. Bour-

em carta para Francisco de Brito, escrita de Paris sucessivamente nos dias 10, 12 e 13 de Setembro de 1798, lhe dizia Araújo em cifra: *Vou expedir daqui o Emídio* (um correio) *para partir por Hamburgo; por ele lhe mandarei um jogo da Viagem do duque de Chatelet. Crese que Bourgoing é verdadeiramente o autor, ao que eu me inclino entre outras razoens pela de nam ter ouvido dizer em Lisboa que tal duque ali se achasse em 1777. Nam seria mao que se informase se com efeito ele aí esteve. Nam se saiba que sou eu que lha mandei pois nam deixariam de dizer que eu faço estimasam de tam má obra porque Bourgoing fala em mim* (144). Mais tarde, em carta de 15 de Janeiro de 1799, enviada de Hamburgo, escrevia ao mesmo Brito: *Querendo mandar-lhe agora a Viagem de Chatelet a não acho, e vem em um caixão que remeti por mar nos princípios de Novembro, e que ficou por causa do gelo, que principiou naquele mês, não sei em que parte. A d.ª Viagem é uma colecção de despropositos que nos fazem mal; sei que vieram para esta cid.ª* (Hamburgo) *infinitos exemplares e todos se venderam de maneira que mandei Durand a casa de todos os livreiros e não achou um só para lhe remeter. Em lugar disto lhe mando as Memórias de Mlle. Clairon, que é a cousa mais bonita que há mt.º tempo vi de produções modernas e só quisera arrancar do princípio do 1.º volume a história do Revenant.*

Efectivamente, o livro não podia deixar de nos ser prejudicial. Basta lê-lo e relacioná-lo com a época em que saiu do prelo para se fazer uma ideia dos malefícios que nos terá causado nos diferentes países, por onde se fez a sua larga disseminação.

É suficiente dizer-se que nos apresenta como uma nação atrasadíssima, completamente subordinada à Inglaterra, como se fosse uma sua colónia de exploração. E, sabendo-se que era esta, precisamente, a opinião geral em França a nosso respeito, opinião expendida por mais de uma vez a António de Araújo durante as negociações para a celebração do Tratado de Paz de 10 de Agosto de 1797, como argumento de peso, que ele teve de rebater, ter-se-á a noção do quanto à nação portuguesa tal livro terá sido nocivo.

Por mais duma vez nos tem vindo à mente a suspeita de ter sido propo-

---

going, ministre plenipotenciaire de la Republique Française en Espagne. Paris, An VI de la Republique, Chez F. Buisson foi a edição que consultamos na B. N. L. Na B. P. B. há esta obra.

(144) A cifra de que Araújo se servia na correspondência com Brito e Navarro é muito complicada; formada por letras e sinais os mais variados e de sua imaginativa, cada vogal é representada por três sinais e cada letra restante pelo menos por dois; os erros ortográficos atribuímo-los ao cifrante.

sitadamente escrito para fins políticos especiais e desconhecidos, mas que não será difícil imaginar.

Tem sido objecto de controvérsias a autoria deste livro. Araújo informa, a este respeito, o que então era geralmente admitido, isto é, que o autor era o próprio Bourgoing. Em Portugal não se falara em Chatelet; não havia notíciais dum personagem, diplomata, que, dizia, se hospedou aristocràticamente em Buenos Aires, e por isso ele desejava saber se de facto cá estivera, porque esta informação, que por certo lhe não pôde ser precisamente transmitida, a considerava valiosa para a refutação que pretendia escrever.

A questão permanece ainda hoje obscura, se bem que a carta de Araújo reforce consideràvelmente a atribuição da autoria a Bourgoing, dando-lhe foros de certeza (145).

Indignado, pois, com o mau livro, António de Araújo decidiu-se a refutá-lo, apesar de que, como é de fácil suposição, lhe escasseassem lá fora as fontes documentais, embora servindo-se da sua livraria. Deste trabalho inacabado, escrito em francês e em que confirma a sua erudição, existem fragmentos que tencionamos dar a lume. Cedo Araújo levantou mão dele; ou talvez muito próximo do seu regresso a Lisboa, em 1801, o terá iniciado, porquanto o que dele resta é muito pouco. Começa o texto de Araújo: «*Avant que les Portugais eussent*

(145) Sem grande resultado, procuramos também, para documentar artigos que publicamos no *Comércio do Porto*, esclarecer este confuso assunto, que o próprio editor (senão o próprio autor combinado com este) entenebreceu. A *Biographie Universelle*, Termo Cormatin, assegura ser este personagem «o autor da obra de que um manuscrito se achava na biblioteca do Duque de Chatelet e que Bourgoing publicou» (como seu). E acrescenta: «Foi depois de ter deixado a Inglaterra em 1777 ou 1778 (note-se que a Coroação de D. Maria I se fez em 1777 e Chatelet (?) afirma ter assistido à cerimónia) que Cormatin foi a Portugal. Chatelet regressara de embaixador em Londres depois de 1770 e não pusera os pés em Portugal».

Por sua vez, Manuel Bernardes Branco, transviando-se no labirinto de disparidades que é o assunto Chatelet, e deixando-se influenciar pelo próprio livro, cujo descritivo segue, escreveu que Chatelet se achava em Londres quando concebeu o desejo de visitar Portugal; embarcando em Falmouth a 8 de Maio de 1777 a bordo do Embden, chegou a Lisboa na véspera da aclamação de D. Maria I, depois duma viagem de seis dias.

Como a aclamação da soberana foi em 13 de Maio de 1777, o primeiro facto que salta à vista é a contradição cronológica de Bernardes Branco; segundo este autor, tendo Chatelet embarcado a 8 de Maio e demorando a viagem seis dias, só poderia ter desembarcado em Lisboa no dia seguinte ao da Coroação e não na véspera, como o duque declara. Latino Coelho foi um dos historiadores sérios que adoptaram em grande parte, como boa, a narrativa do suposto Chatelet (História Política e Militar de Portugal, passim) e contradisse-o, modernamente, o Dr. Caetano Beirão em *D. Maria I*, considerando o livro como apócrifo, ao que acrescentaremos — tendencioso.

enterprit leurs magnifiques découvertes, dit notre savant voyageur Mr. le Duc du Chatelet, ils jouissaient paisiblement cheuz eux de la fertilité du sol, qui alors était assez bien cultivé. S'ils n'avaient pas le superflu, au moins trouvaient-ils le necessaire. Les autres nations commerçaient dèjá, qu'àpeine connaissait-on celle-ci, ce n'est par son ignorance, sa mollesse et sa barbarie.

Ce paragraphe est écrit avec autant d'urbanité, que de connaissance de cause. Pour que le lecteur puisse s'en convaincre, nous allons lui presenter quelques reflexions, et quelques faits historiques qui s'offrent à notre mémoire».

Similar condenação lhe mereceu o *Tableau de Lisbonne*, que também se propôs refutar. A sua opinião a deixou expressada em carta a Francisco de Brito, de 29 de Janeiro de 1798: «Remeterei os livros que me pede quando houver ocasião, porém o *Tableau de Lisbonne* é uma colecção de despropósitos e mentiras; eu fazia tenção, quando tivesse tempo, de refutá-lo juntamente com o *Etat du Portugal* e mesmo algumas cousas da *Viagem de Murphy*».

A obra literária do Conde da Barca, se não pode ser considerada, à luz duma crítica serena e rigorosamente imparcial, a obra dum genuíno literato, é, contudo, iluminada por produções como a *Ósmia* e a tradução da *Ode de Dryden*. Não devemos esquecer, nos juízos que dela fizermos, que António de Araújo escrevia nos intervalos da sua agitada vida pública; e que até mesmo durante o exercício das suas difíceis funções ministeriais a sua vontade poderosa e as suas extraordinárias faculdades de trabalho lhe proporcionavam energias para roubar ao repouso do corpo as horas que consagrava ao exercício do espírito, às manifestações da sua vasta inteligência. Sujeita a tantas contingências, se não é, pois, a obra dum escritor consagrado, é, incontestàvelmente, a dum patriota, dum português erudito.

Cultor de Camões, António de Araújo propôs-se publicar uma edição dos *Lusíadas*. Parece que projectava uma edição magnífica, chegando a «fazer o preciso aparato de papel, caracteres e estampas», no que, todavia, por ignorado motivo, não foi por diante. É possível que seja a este propósito que se liga a recomendação que faz a Francisco de Brito em carta de Paris, a 13 de Janeiro de 1798: «Não se esqueça do manuscrito de Camões que veio de Goa».

Empreendeu Araújo uma tradução das *Odes* de Horácio, que não ultimou, certamente em virtude das andanças e preocupações da sua vida pública. Nela trabalhou, mais afincadamente, durante a permanência na Haia. A uma obra desta natureza e responsabilidade, não podia António de Araújo consagrar a atenção que a sua importância requeria. Trabalhando-a nos intervalos das graves ocupações diplomáticas, como durante o lapso de tempo da sua injusta prisão no *Templo*, daí escrevia ele, em 13 de Janeiro de 1798, a Francisco de

Brito: «Saudades aos amigos e divirta-se enquanto eu me apego ao meu Horário».

António de Araújo correspondia-se também com as individualidades portuguesas de maior renome do seu tempo nos domínios das letras e das ciências, conforme atestam numerosas cartas. Destacam-se, entre outros, os nomes de Filinto Elíseo, duque de Lafões, José de Seabra da Silva, José Correia da Serra, Félix de Avelar Brotero, João Pedro Ribeiro, D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, a Condessa de Oyenhausen (Alcipe), Conde (depois duque) de Palmela e tantos outros.

As relações políticas e literárias com Alcipe duraram até à morte de Araújo. Daremos aqui uma ideia do laço espiritual que os uniu, transcrevendo a seguinte passagem da carta que Alcipe em 4 de Janeiro de 1815 lhe escreveu para o Rio de Janeiro: «*Não sei se V. Ex.ª viu as magníficas Odes de Felinto impressas e traduzidas em França; depois destas há uma a respeito de huma fraca poeta que a não merecia, mas é tão linda que eu podendo copear lha mandarei assim como os versos que derão motivo aquele desmarcado elogio, que vale a imortalidade*».

O interesse de António de Araújo pelas artes e pelas letras, pelos escritores e pelos artistas, além da constante simpatia que lhe mereceram os literatos proscritos, como o abade Correia da Serra (148) e Filinto Elíseo, e do amparo que lhes prestou, revela-se também no decreto que sugeriu ao Príncipe Regente, o de 24 de Julho de 1807, pelo qual se destinava, anualmente, uma verba de quatro contos para compra, pela Real Junta do Comércio, de livros, mapas, modelos de maquinas ou seus desenhos e doutros artigos que pudessem servir

---

(148) Foi o abade Correia da Serra quem preveniu Araújo (carta de 20 de Junho de 1798 de Araújo para Brito) de que Luís Pinto havia mandado para Londres um espião de nome Bento Veredas, que *era famoso tratante* (dizia o abade qualificativamente), o qual dali passaria a Paris como emissário, a fim de na capital francesa vigiar Araújo e contra ele escrever.

Da Suécia (Stocolmo), onde então se achava, remetia Correia da Serra informações importantes a António de Araújo e foi ele quem de lá o preveniu, pelo ter ouvido dizer ao genro de Luís Pinto, D. José Maria, que em Lisboa se revelavam os assuntos do Ministério dos Estrangeiros.

Quando, em 1802, António de Araújo foi nomeado embaixador em S. Petersburgo, o abade ficou adito à embaixada em Londres, como conselheiro. Perseguido em Lisboa, o abade emigrara com Filinto Elíseo; e em Londres, certamente por recomendação de Araújo, se relacionou com José Banks, que lhe conseguiu a nomeação de membro da *Real Sociedade Londinense*. Foi ainda Araújo quem, em horas amargas para Correia da Serra, lhe conseguiu em Filadélfia uma situação desafogada, como diplomata, nomeando-o, em 1816, Ministro plenipotenciário de Portugal nos E. U. A.; por isso lhe foi sempre leal e grato.

ao desenvolvimento da indústria nacional (147). Assim também se manifestou o seu espírito crítico como cultor das belas-artes, na colecção de quadros e outros valiosos objectos de arte que reuniu no Brasil, na casa que construiu com dinheiro emprestado, dívida que ainda não havia solvido quando a morte o arrebatou à governação do país (148).

No domínio das ciências, mereceram a sua preferência a Botânica e a Mineralogia; nos caixotes da sua bagagem ia a valiosa colecção mineralógica reunida por Werner (149).

Em 1807 o havia o Príncipe Regente nomeado director da *Escola de Gravura,* onde professava Bartolozzi (150) e trabalhou Le Comte, gravador insigne, que mandou contratar em Londres. Muitos outros artistas de renome foram por sua iniciativa contratados em países estrangeiros, conforme consta da sua correspondência diplomática com os nossos representantes naquelas nações. Um deles foi o artista Resteaux, por cuja vinda apressava D. Domingos de Sousa Coutinho em ofício de 28 de Setembro de 1805.

No mesmo ano de 1807 foi também Araújo nomeado director dos *Estudos do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora;* a qualquer destas duas direcções, porém, não lhe foi possível consagrar actividade, porque já o absorviam completamente os cuidados da preparação militar do país e da sua política externa, que em cada mês deste ano de 1807 iam em crescente ritmo de perigosas ameaças à liberdade política da Nação.

Como botânico, patrocinou Correia da Serra e Brotero, a quem animou a levar a cabo a *Flora Luzitana,* e pôs à sua disposição o desenhador e abridor Gregório Francisco de Queiroz, mandado a Coimbra para desenhar e gravar

---

(147) Elogio histórico citado, vide Memórias da Academia.

(148) Cunha Araújo, Perfil cit., 116. No arquivo há diversas cartas sobre questões de dinheiro; uma, de 24 de Nov.º de 1811, é para Miguel de Arriaga Brum da Silveira, que então era comerciante em Macau, a dizer-lhe que, conforme a sua autorização, sacara sobre José Nunes da Silveira seis contos de reis...». De 27 de Fevereiro de 1812 é outra em que José Nunes da Silveira lhe escreve: «E como veja a V. Ex.ª comprometido nestes saques, passo aceitar os 2.400$ rs. e os 600$ rs. para crédito da firma de V. Ex.ª, deixando de cumprir uma ordem do Ill.mo Sr. Arrg.º...».

Outros documentos indicam que foram os irmãos quem, depois da morte do Conde da Barca, acabaram de lhe solver os compromissos financeiros contraídos.

(149) Id., id., 78.

(150) Cunha Araújo, op. cit., 114, informa que um dos trabalhos encomendados por António de Araújo a Bartolozzi foi a cópia do quadro do pintor português Cláudio Coelho — *A Sagrada Forma* — existente no Escurial e cuja gravura se acha no Museu das Janelas Verdes.

as formas das plantas novas e raras, descobertas e classificadas pelo sábio (151). Em Lisboa, projectou o estabelecimento dum Jardim Botânico junto ao Colégio dos beneditinos da Estrela. No Rio, manteve as demonstrações de interesse pela Fitologia, impulsionando, no Real Jardim Botânico de Alagoa de Freitas, o cultivo de plantas exóticas, entre as quais a do chá e considera-se esta inovação como a origem da disseminação e cultivo mais geral do chá em certas regiões brasileiras. Ele próprio cultivou entre 1200 a 1400 (152) espécies nacionais e estrangeiras, cujo catálogo principiou sob o título de *Hortus Araujensis*.

As ciências naturais e a literatura foram, pois, uma preocupação de Araújo durante os períodos de descanso ou de afastamento da vida pública. Dá bem a noção do seu mérito, como do seu afinco e perseverança no estudo, a magnífica livraria que comprou e tantos cuidados lhe haveria de causar, nas transferências de Haia para Lisboa e pela partida para o Brasil no fatal dia 27 de Novembro de 1807.

Em ofício de 19 de Setembro de 1805, escrevia Araújo para Londres a D. Domingos António de Sousa Coutinho acerca do apresamento do navio que lhe devia trazer a Lisboa a livraria: «Agradeço a V. S.ª o zelo e diligências que tem mostrado para que me seja restituída a minha livraria que vinha a bordo do navio Neputno, que foi apresado por um corsário inglês e conduzido e Yarmouth. Peço a V. S.ª queira da minha parte agradecer igualmente às pessoas públicas que nessa Corte se interessaram a favor desta restituição, recomendando a V. S.ª haja de fazer com que a dita livraria seja conservada e transportada em navio seguro, com toda a cautela e cuidado, pois não sei se viriam os livros bem encaixotados; de maneira que sendo assim necessário, possam sofrer o transporte por terra, ou de Yarmouth até qualquer outro ponto onde se ache navio p.ª Lisboa: isto é na suposição de que o navio Neptuno se não declara livre, e que ele se determina a continuar a sua viagem para este porto».

Apesar de todas as intervenções diplomáticas e dos particulares, que se ofereceram para tratar da restituição, tanto em Lisboa como em Londres, em 28 de Setembro ainda a não tinha recebido: «Repito a V. S.ª (ofício para D. Domingos) os meus agradecimentos pelo trabalho que tem tido para a resti-

(151) Mendo Trigoso e Cunha Araújo, op. cit. Tendo Brotero descoberto uma planta de género novo, a classificou com o nome de *Araújia*, em homenagem a António de Araújo.

(152) Mendo Trigoso, id.

(153) Segundo Mendo Trigoso, id.; Cunha Araújo diz que foram mais de 1.400.

tuição da minha livraria que, mediante os bons ofícios e diligências de V. S.ª, estimarei me chegue antes do inverno, porque me faz muita falta» (154).

Da livraria do Conde da Barca diz Cunha e Araújo, fundando-se em Piombino, era «composta de mais de setenta e quatro mil volumes, a qual, para o inventário dos bens do Conde a que seu testamenteiro estava a proceder, foi avaliada em 16.818$400, no ano de 1819» (155).

O Dr. Alberto Feio (156) informa que «à morte do Conde da Barca, seu irmão e herdeiro viu-se na necessidade de vender a maior parte da livraria (6.705 vol.) arrematada em 1822 para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro». Mais explìcitamente, quanto às vicissitudes por que a valiosa livraria passou no Brasil, depois daquelas que sofreu em Lisboa sob a invasão de Junot e a que nos vamos referir, Cunha Araújo, continuando a transcrever de João Piombino, assevera que no leilão dessa livraria se apresentou frei Joaquim Dâmaso, bibliotecário da Biblioteca Pública, a quem o Príncipe Regente autorizara a lançar nela, sendo o pregão um só lote; e deste modo a livraria do Conde veio a pertencer à Biblioteca Nacional do Rio.

Acerca da livraria de António de Araújo alguns esclarecimentos mais pudemos pesquisar na colecção de manuscritos da Biblioteca Pública de Braga. Existem ali (157) diversas relações de livros, em 4.º, 8.º, 12 e 16, portugueses, espanhois, ingleses, holandeses, italianos, franceses, alemães e in-fólio maior (como o Theatrum Machinarum Univ. de Schenk, 1739, e o Theatrum Machinarum Univ. de van der Horst, o Atlas de Boendermaker, de 1721 e tantos outros) que por ordem de Junot, uma vez ocupada Lisboa quando da 1.ª invasão francesa, foram apartados e portos à sua disposição. Os títulos dessas relações, todos iguais, rezam: — *Relação dos livros da Biblioteca do Snr. António de Araújo de Azevedo que vão da casa do depositário Inácio José dos Reis, por ordem do Dez. Manuel José de Arriaga Brum da Silveira, para serem entregues ao Ill.mo Snr. Geoufle na casa da sua residência e servirem ao uso do Ill.mo e Ex.mo Snr. Duque de Abrantes, General em Chefe do Exército francês em Portugal, em o dia* (deixado em claro) *de Junho de 1808.*

Só de in-fólios contamos 99 espécies, no total de 203 volumes. Entre os de 4.º figura a tragédia *Ósmia,* sem indicação de autor (158). Entre os livros

(154) Com este mesmo ofício remeteu Araújo a D. Domingos «uma lista de instrumentos de cirurgia que V. S.ª deverá aprontar e remeter-me, lançando a importância do seu custo nas despesas dessa Secretaria».

(155) Cunha Araújo, Perfil, 117.

(156) Notícia biob-bibliográfica inserta na História da Etiópia, cit., XXVIII.

(157) Ms.

(158) Somam, s. e. ou o., estas relações 4.559 volumes.

portugueses nelas arrolados, estão mencionadas valiosas edições de crónicas, obras de Camões, Vieira, Maris, Filinto e Afonso Africano; a Dedução cronológica e analítica, obras de Bezout e outros autores selectos. Entre os espanhois, obras de Sandoval, Julian del Castillo, Navarrette, Lope de Vega, Cabrera de Cordova, etc. As obras das outras nacionalidades são de autores consagrados, assim como as edições dos clássicos latinos e gregos.

Não se sabe, ao certo, se Junot chegou a entrar de posse dos numerosos exemplares constantes destas relações. O facto de não ter sido escriturado o dia da entrega, poderá significar que o depositário a foi adiando. Junot não era homem dado ao estudo nem pessoa com capacidade para dar ao país ocupado uma organização social e política que servisse os fins imperiais. Foi, por isso, mal escolhido. Mas, sensual e ambicioso de riquezas, ainda que desonestamente adquiridas, mais o atraíam as festas mundanas, os amorios fáceis com as levianas fidalgas de Lisboa e a rapacidade, do que o preocupavam as canseiras duma boa, sagaz e pertinente regência dos negócios públicos, que são apanágio do homem sages. Durante o tempo em que fora embaixador em Lisboa, Junot havia privado com António de Araújo. Conhecia o valor da livraria do Ministro dos Estrangeiros, o que explica a intenção de a mutilar, apropriando-se das mais valiosas espécies. Por outro lado, ao ser revocado em Outubro de 1805, Junot não ia contente, conforme participação do Conde da Ega para Araújo, nem com o ministro, nem com a Corte.

No plano político, a sua missão pode considerar-se quase falhada; no que dizia respeito aos seus interesses particulares, foram-lhe coartadas algumas ilegítimas pretensões. Assim, em 29 de Outubro de 1805, de combinação com Ouvrard, que ele assegurava achar-se incumbido pelo Governo francês de operações financeiras da mais alta importância, Junot escrevia a Araújo a solicitar-lhe o estabelecimento dum entreposto no Rio de Janeiro em condições vantajosas. Além de divisar no pedido o interesse que do seu deferimento poderia auferir o ex-embaixador, Araújo viu também que o que mais importava ao bem-estar nacional era a anulação duma possibilidade de complicações com a França, através do funcionamento do entreposto, e o afastamento dum facto certo, qual o de aproveitar-se o estabelecimento para a interpenetração francesa no Brasil.

Dizia Junot na formulação do requerido: *...quoique peu encouragé je vais neantmoins vous faire mes demandes et vous y répondrez après y avoir murement reflechi, si je suis refusé je dirai en Bon portugais «patiencia» si j'obtiens je remercierai de bonne grace et vous aurai obligation de ce que vous aurez fait.*

Discretamente, o Ministro afastou o golpe. Por todos os motivos, pois, não

é de admirar que Junot, uma vez senhor de Portugal, cubiçasse aquilo que Araújo mais prezava dentre os seus bens.

As relações de António de Araújo com Junot, mantidas e intensificadas durante a permanência do general como Embaixador do Império em Lisboa e por virtude do exercício dos respectivos cargos, deram origem à calúnia de que o nosso Ministro dos Estrangeiros se vendera a Junot, ou seja, à França. Porém, a descoberta da correspondência do vencido do Vimieiro veio desmentir a falsa e ofensiva imputação.

Doutro dos manuscritos (159) a que acima aludimos constam as *Relações dos caixotes e fardos que foram enviados para o Rio de Janeiro, ao Sr. António de Araújo de Azevedo e do que eles contêm* (160).

São datadas de 12 de Dezembro de 1809 e assinadas por João António de Araújo de Azevedo (161) as dos caixotes números 1 a 27 (inclusive) que levavam «*a livraria que se achava ao presente em meu poder*», o que parece indicar se achava mutilada quando João António dela tomou conta para a remeter ao irmão com móveis e utensílios diversos, que também já não seriam todos os de propriedade do Conde da Barca, nos quais se incluíam as carruagens, com seus pertences, *a rica, a de jornada* e *a pequena*. Nos caixotes 53 e 54 foram os *jaspes que apareceram* (162).

Outro manuscrito (163) intitula-se: *Relação dos livros da Biblioteca de António de Araújo de Azevedo que lhe foram remetidos para o Rio de Janeiro.* Contamos 622 espécies, cujo número de volumes deve orçar por 3.000.

A baronesa de Beaumont

O Conde da Barca morreu solteiro, mas das numerosas cartas que de Paris lhe escreveu para o Rio de Janeiro uma senhora que assina Baronesa de Beaumont, se mostra que se amaram. Talvez a mágoa da desilusão que lhe terá causado o casamento dela com um general de Napoleão haja concorrido para que Araújo, de resto de alma e coração devotado à política, se conservasse celiba-

(159) Ms. 925⁹ da B. P. B.

(160) Foram a bordo dos navios Belizário e Contentia.

(161) Um dos 9 irmãos de António de Araújo, doutor em leis e que foi o seu sucessor. Das 5 irmãs, a mais velha, D. Joana, professou no convento de S. Joana, de Viana do Castelo, e a imediata, D. Antónia, foi ali abadessa.

(162) Foram, ao todo, conforme as relações aludidas, 56 caixotes, 65 fardos e caixões e 5 barris, que, pela descrição, se nos afigura terem transportado todos os móveis de António de Araújo.

(163) Ms. 899⁵, ao qual faltam algumas folhas.

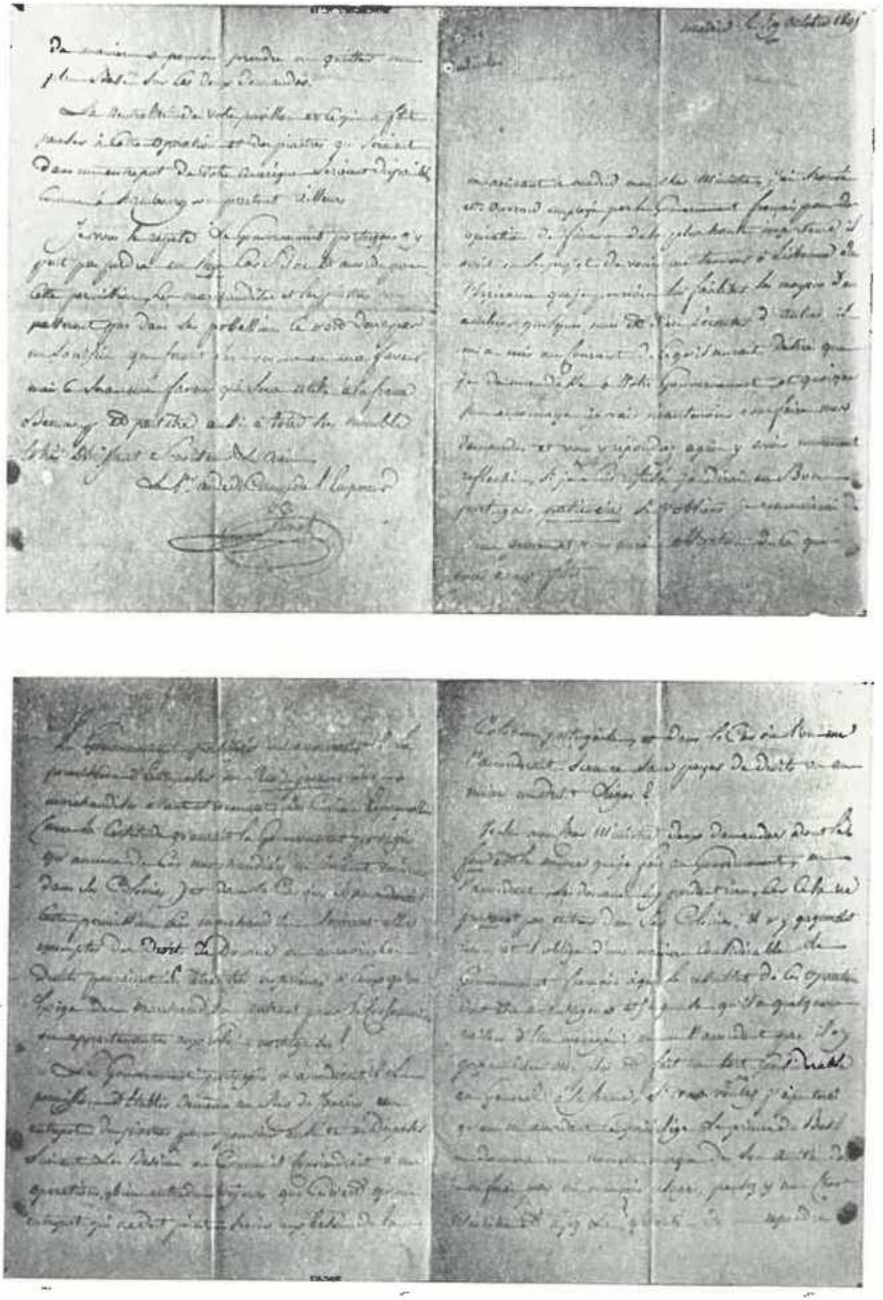


Foto-cópia da carta que em Outubro de 1805 Junot escreveu de Madrid a António de Araújo Azevedo a pedir-lhe a concessão dum entreposto de mercadorias no Rio de Janeiro

tário. De 1 de Maio de 1814 a Julho de 1817, dia em que Araújo abriu a última carta da baronesa, nunca esta deixou de lhe escrever com frequência; são cartas longas, em que ela lamenta ter sido levada pela família a efectuar um casamento de conveniência. Cinco anos depois de casada, morreu-lhe o marido em Metz, deixando-lhe uma filha.

Em todas as cartas da baronesa, às quais de onde a onde Araújo respondia, perpassa o frémito da recordação do amor de outrora: «ande lá, ninguém o ama mais do que eu...». «Peço-lhe que me acredite; o contrário seria não ser meu amigo; o que mais desejo neste mundo é não morrer sem que o torne a ver ainda quando não seja senão uma vez...».

«Eu, V. Ex.ª bem o sabe, tenho sido a vítima a mais infeliz por ter casado com um militar pobre, cuja carreira e sistema de guerra naquele tempo me não dava solidez nem segurança nenhuma para o futuro. Suposto era homem estimadíssimo e honrado(o marido) e que se achava numa posição brilhante, recusei por circunstâncias que V. Ex.ª não ignora e por esperanças que me deu (de que lembrado estará) partidos muito vantajosos de pessoas que só me queriam pela minha pessoa e não pela minha fortuna, entre os quais conhece dois que representam um grande papel no mundo, que estão muito ricos e que fazem suas mulheres muito felizes. Porém eu, que não via no mundo outro homem senão V. Ex.ª e que todos para mim me eram odiosos, e que me não esquecia *do que me tinha dito*, a tudo dei de rosto; só quando soube da sorte funesta que me estava reservada é que, sem ser do coração, me decidi a sacrificar-me, pois que pensei que o meu sacrifício seria, como era de pensar naquele tempo, da maior vantagem para a minha família».

«O céu lhe dê, meu rico Snr. Araújo, quanto o meu coração lhe deseja; *enquanto ele existir será sempre, oh! sim, sempre o mesmo, não me esqueço nunca, nunca, de V. Ex.ª*».

Apesar das nossas aturadas pesquisas e das diligências efectuadas junto de mais de um distinto genealogista, ainda não conseguimos estabelecer a identidade desta senhora.

Doença e morte do Conde da Barca

Nos últimos anos da sua vida se alterou profundamente a saúde de António de Araújo. Apesar disso, trabalhava incessantemente, sempre que a moléstia o não prendia ao leito, fazendo-lhe muitas vezes perigar a existência.

Os repetidos sobressaltos e as graves responsabilidades da vida pública, que não cessaram de lhe provocar cuidados e desgostos, de o mortificar até à angústia, as perseguições dos inimigos e as infelicidades da Pátria, se lhe reflec-

tiram profunda e gravemente no sistema nervoso. Pode-se afirmar que, desde a nomeação para a embaixada na Haia, seguida dos cuidados das negociações diplomáticas e dos perigos da prisão no Templo, até à morte, o Conde da Barca apenas curtos períodos de tranquilidade e sossego fruiu.

Em 1812 já se manifestavam as consequências duma saúde tornada precária — nunca, de resto, Araújo foi de robusta compleição — e cujas quebras tantas vezes sobressaltaram o Soberano e os seus amigos; datam daquele ano, pelo menos, os sintomas do depauperamento nervoso que a todos afligia, como se depreende duma das cartas que lhe escreveu de Londres a Condessa de Oyenhausen (164).

A sensibilidade de Araújo era tal que sofria com as infelicidades das pessoas que estimava e às quais não podia dar o desejado remédio.

Lenta nervosa foi a classificação da doença de que faleceu, no Rio de Janeiro, aos 21 de Junho de 1817 (165).

Dele escreveu o P.e Luís Gonçalves dos Santos: «Uma grande perda sentiu o Brasil no dia 21 de Junho de 1817, pela morte do Excelentíssimo Conde da Barca, António de Araújo de Azevedo. Este ilustre diplomático, varão verdadeiramente sábio e profundamente instruído, falecera na idade de sessenta e cinco anos, um mês e sete dias, de uma *febre nervosa*... Os seus restos mortais foram sepultados na Igreja de S. Francisco de Paula, com todas as honras fúnebres competentes aos seus empregos...» (166).

---

(164) Carta de 3 de Agosto de 1812 da Condessa de Oyenhausen para António de Araújo de Azevedo: «...Sinto na m.ª alma que a saúde de V. Ex.ª tenha estado delicada, e que a comunicação que lhe fiz das m.as penas agravasse a sua moléstia...».

(165) Artur da Cunha Araújo, op. cit., 101, versa o assunto da denominação da doença.

(166) In *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*, Lx.ª 1825, citação de Cunha Araújo, op. cit., 101.

Estudo sobre a Sé de Braga

pela Drª D. HELENA MARIA DE ARAÚJO DE CARVALHO MATOS

(CONCLUSÃO)

CAP. III

As construções anexas à Sé

Acabamos de ver o que de mais notável há na Sé de Braga, mas considerando apenas o templo pròpriamente dito. Bastante mais se tem ainda em que falar pois muito há que dizer sobre o seu claustro e capelas anexas, claustro de Santo Amaro, capela de S. Geraldo, capela de D. Gonçalo Pereira e Sacristia Capitular. Comecemos por esta última — levantada no ângulo formado pelo braço sul do transepto e a parede da nave lateral também do sul, foi mandada construir pelo Arcebispo D. João de Sousa (1696-1703) e dirigiu as obras o notável arquitecto João Antunes. De planta rectangular, é coberta por uma abóbada de granito, de volta perfeita e em caixotões; sustentam-na pilastras caneladas de capitéis coríntios. O entablamento é enriquecido com molduras e denticulados. Tem esta sacristia, no dizer de Reinaldo dos Santos, muitas afinidades com o Menino Deus (em Lisboa). É iluminada por quatro grandes janelas rectangulares abertas na parede sul. Em frente a estas, na parede oposta, outras tantas telas representando cenas da vida de Nossa Senhora; onze telas mais pequenas se espalham ainda pelas paredes. Duas fontes monumentais de 1737 e, ao centro, uma mesa de mármore bem talhada contribuem para dar maior grandeza à decoração que é completada por dois altares relicários que se encontram nos desvãos de dois pórticos decorativos e por armários com belas aplicações metálicas, por cima dos quais se espalham bustos de Santos com relíquias, valiosos jarrões, vários objectos de culto de grande valor, etc.; de notar são também algumas gravuras, espelhos e arcazes de madeiras preciosas, que por lá se encontram.

* * *

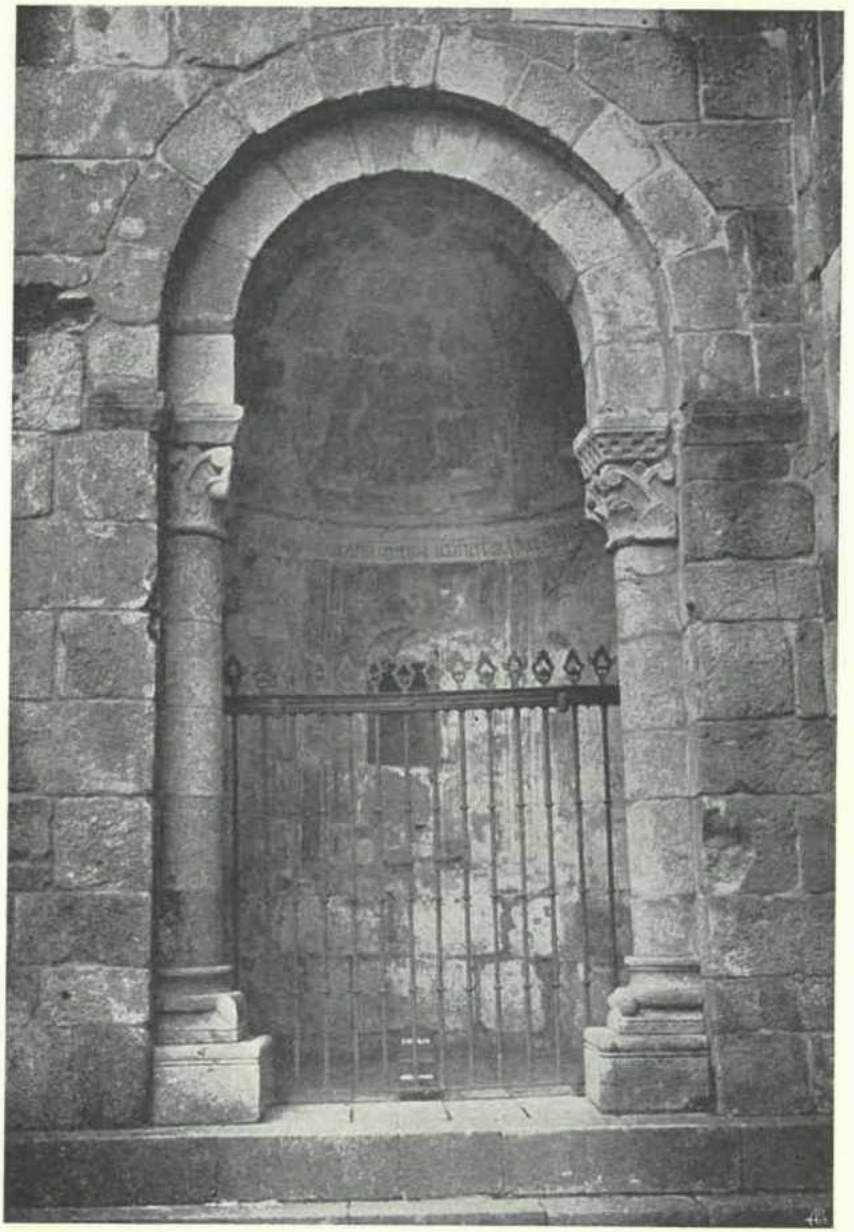
Do lado oposto à sacristia, isto é a norte da Catedral, encontramos,

seguindo de nascente para poente, primeiro o claustro de Santo Amaro e a capela da Senhora da Glória e a seguir o claustro pròpriamente dito.

Vejamos o claustro de Santo Amaro — esta parte, que de claustro apenas tem o nome, era, antes do restauro, um recinto rectangular e coberto, ladeado a nascente pela capela de S. Geraldo; a norte por um muro onde se abre um arco a que se encostava o retábulo da capela das Almas e uma porta para o exterior, e pelas traseiras da igreja da Misericórdia nas quais havia também uma porta. Pegando a poente com o claustro com o qual comunicava por uma porta, tinha pelo sul cinco capelas: a do Espírito Santo, Nossa Senhora da Boa Memória, Santo Amaro, Santo António e S. Pedro Mártire.

Depois do restauro ficou transformado num recinto descoberto delimitado a nascente pela capela de S. Geraldo e uma absidíola da primeira edificação românica da Sé, que até aí estava encoberta. Do lado sul temos o extremo do transepto e a capela do Arcebispo D. Lourenço Vicente que, embora construída aqui, está voltada para o claustro. A norte as traseiras da Misericórdia, onde se mantém a mesma porta para aquela igreja e o mesmo muro que separa da rua, onde se abre a porta gótica, obra de D. Diogo de Sousa feita por artistas biscainhos; mantém-se também o arco feito neste muro, a meia espessura, mas no qual, em vez do altar das Almas, se encontra agora a edícula e a imagem de S. Nicolau aqui colocada a quando do restauro e que anteriormente se encontrava na fachada da capela de S. Geraldo.

Observemos em pormenor cada um destas coisas; comecemos pela aludida absidíola românica — junto ao extremo norte do transepto, do lado exterior, está na continuação das outras absidíolas que, dentro da Sé, abrem para o mesmo transepto. Sem dúvida alguma românica, faz parte dos vestígios que chegaram até nós da primitiva construção românica que nunca chegou a ser concluída segundo o primeiro traçado. De acordo com a nova planta que reduzia o edifício a três naves, teve que ser abandonada. Por motivo das sucessivas reformas por que passou a Catedral e que pràticamente a emparedaram, permaneceu desconhecida por muito tempo. Felizmente o último restauro veio de novo pô-la à vista de todos não se tendo no entanto tomado, como veremos, todas as necessárias medidas para a defesa e conservação de tão preciosa relíquia dos primórdios da restauração da diocese de Braga. É de planta semi-circular com uma pequena porção recta. Cobre-a uma abóbada em quarto de esfera que se apoia sobre uma imposta; a absidíola abre-se num arco duplo, peraltado e em aresta viva, o qual assenta sobre duas colunas de fustes cilíndricos e lisos e capitéis de ornamentação vegetal. Cobre a abóbada uma pintura que representa a Senhora do Loreto e nas paredes divisam-se também restos de outras pinturas. Num pilar, na frente, que foi destruído durante o



Absidíola da primitiva construção românica

restauro existia um cântico gregoriano que era um hino em honra de S. João Baptista. Tanto este como as mencionadas pinturas datam do séc. XV como se verifica por uma legenda gótica também pintada de que ainda há vestígios e que diz terem sido ambas as coisas mandadas fazer por D. Jorge da Costa. Esta legenda está já quase ilegível dado que nada se tem feito para procurar conservá-la e esta absidíola está completamente exposta ao tempo visto que sendo pequena e fechando-a apenas umas grades, o sol e a chuva entram livremente por ela dentro acabando por ir destruindo tudo. O mesmo se dá com a pintura da Senhora do Loreto que está já muito estragada.

Passemos à capela de S. Geraldo — sendo a sua primeira edificação, como capela funerária, do tempo do Arcebispo para o qual foi feita e que lhe deu o nome, supõe no entanto o cónego Ribeiro que ela terá já então sido construída sobre uma outra absidíola da primitiva construção, também abandonada como aquela de que estivemos falando e que lhe fica paredes meias. Reconstruída, ao que parece, no tempo de D. Estêvão Soares da Silva, devem ser dessa época os mais antigos restos que dela se conservam e entre eles a edícula e imagem de S. Nicolau a que já nos referimos e que mudou de lugar com o último restauro. Na primeira metade do séc. XIV volta esta capela a ser restaurada segundo consta duma lápide existente na parede das traseiras, do lado exterior, e que se refere a umas obras começadas a 7 de Março de 1325 e dirigidas por João Esteves.

No tempo de D. Rodrigo de Moura Teles de novo sofre a capela tais alterações que quase se pode falar em reconstrução. O seu aspecto actual é o seguinte exteriormente temos a considerar, na frontaria, a porta que se abre num arco em ogiva e por cima desta uma janela ogival com vitrais verdes; outras janelas góticas existem na parede de nascente mas pelo interior estão tapadas pelo retábulo que encobre totalmente a parede desse lado; do lado sul abrem-se três grandes janelas rectangulares com vitrais coloridos. Interiormente verificamos que a capela é coberta por uma abóbada de canhão que presentemente se apresenta caiada; o altar e retábulo todo em talha doirada e ao centro do qual se encontra o túmulo de S. Geraldo, são do tempo de D. Rodrigo de Moura Teles, o mesmo se dando com os azulejos historiados azuis e brancos que representam cenas alusivas à vida daquele santo e que forram as paredes da capela até à altura das janelas, e com oito quadros a óleo também alusivos ao mesmo, que se encontram distribuídos pelas paredes; estes últimos estão já bastante apagados. Os desvãos das janelas da parede sul estão cobertos de pinturas decorativas. Ao centro da capela, repousa, em campa rasa, D. Rodrigo de Moura Teles.

É agora altura de estudar o lado norte do claustro de Santo Amaro que aliás pouco tem que dizer. Na parte em que é delimitado pelo muro que o

separa da rua, temos, como já dissemos, um arco em ogiva, aberto a meia espessura da parede e no centro do qual se encontra agora a imagem de S. Nicolau retirada da fachada da capela de S. Geraldo. A edícula abre-se num arco trilobado; este é um elemento de origem oriental que aparece por vezes no românico peninsular. É notório o sabor românico dos pequenos capitéis e das bases das colunas da mesma edícula. Um anjo partindo do centro do arco está coroando o santo com a mitra. Escusado será dizer que antes de ser colocado aqui o S. Nicolau, foi retirado o altar das Almas para outro local. Seguidamente encontramos no mesmo muro a porta que dá para a rua, que é gótica e data do tempo de D. Diogo de Sousa cujas armas nos aparecem junto a ela, na parede, do lado exterior; o muro é rematado por ameias. Quanto à porta que dá para a igreja da Misericórdia não tem qualquer interesse artístico.

Do lado sul, quanto à parte exterior do transepto já a ela nos referimos quando o descrevemos e lá se vêem, como então dissemos, vestígios das colunas da construção primitiva. Temos também, encostada à parede da nave lateral, a capela gótica do Arcebispo D. Lourenço à qual nos referiremos ao estudar o claustro pois é por aí a sua entrada. Todos os altares que havia deste lado, foram retirados a quando do restauro e mudados para outro sítio.

*
* *

Retrocedamos de novo até à capela de S. Geraldo e vamos encontrar a norte desta e paredes meias com ela, uma outra construção do séc. XIV — a capela de Nossa Senhora da Glória que o Arcebispo D. Gonçalo Pereira mandou levantar para sua jazida e que deve ter sido começada a construir por 1332. Rodeada pela via pública por todos os lados excepto a sul por onde se encosta à capela de S. Geraldo, é gótica e de fábrica extremamente simples o que, como veremos, não quer dizer que seja falha de beleza. É felizmente uma das partes da Catedral que menos alterações tem sofrido. Na fachada principal, voltada a poente, abre-se a porta ogival em arquivoltas côncavas e de arestas chanfradas, que assentam sobre uma imposta que parte daqui e vai até aos extremos laterais. Por cima da porta uma janela de arquivolta suspensa. Quatro modelhões indicam aqui a existência da antiga alpendrada. A frontaria é rematada, à maneira de frontão, pela cruz vazada dos Pereiras, que se levanta sobre o dorso dum monstro semelhante a uma gárgula. Pelo lado norte encosta-se a esta capela uma espécie de torre ameada, quase em forma de cubo e que lhe serve de sacristia; na parte da parede que fica livre pode ver-se uma série de modelhões sobre os quais assenta uma cornija. A leste, portanto no muro que

forma o fundo da capela, abrem-se três janelas ogivais maineladas e rematadas por arquitos trilobados; é mais alta a do meio e todas elas têm vitrais verdes; no cimo das empenas de novo nos aparece aqui a cruz dos Pereiras.

Foi interiormente que esta parte da Catedral mais beneficiou com o último restauro pois ao ser, nessa altura, retirada a caliça que desde o séc. XVIII lhe cobria as paredes, verificou-se que por baixo se escondiam curiosíssimas pinturas murais. Estando estas ainda em bastante bom estado de conservação, foram postas completamente a descoberto tomando a capela um aspecto até então desconhecido. Com efeito, não é possível hoje entrar ali sem que imediatamente nos lembremos da arte árabe que parece ter tido grande influência na decoração interior desta edificação cristã. Realmente as pinturas que cobrem completamente todas as paredes reduzem-se pràticamente ao efeito tirado de composições geométricas e ao alizar preto e branco, semelhando os mosaicos geralmente empregues nos pavimentos. Além de toda esta decoração abstracta e geométrica, aparece-nos a meio da parede do lado direito o brasão de D. Gonçalo Pereira e à esquerda o de D. Afonso IV. Este último destaca-se dum fundo coberto de figuras alegóricas e que aparecem sem quaisquer roupagens; uma delas dispara uma flecha contra outra, enquanto que mais algumas aparecem já derrotadas e caídas; uma cena de guerreiros combatendo, enquadra as armas de D. Gonçalo. Num ou noutro ponto aparecem restos de pinturas que ali foram enxertadas posteriormente e entre as quais é de notar a que representa S. Miguel pesando as almas na balança divina enquanto que Lúcifer assiste a esta operação. Notáveis, sobretudo pelo seu naturalismo, são ainda dois frisos de aves que nos aparecem, dispostos horizontalmente, um de cada lado da porta principal (1). O tecto, em madeira pintada, é de maravilhoso efeito embora não seja já o primitivo pois foi reformado pelo menos no século XVIII. A capela comunica com a sacristia por uma pequena porta que se abre num arco trilobado. Uma outra porta na parede oposta dá passagem para a capela de S. Geraldo, mas esta, longe de obedecer à sua traça primitiva, foi completamente alterada por causa das reformas porque passou no séc. XVIII essa outra edificação. Os três retábulos renascença que lá havia antes do restauro, desapareceram; hoje há simplesmente um altar constituído por uma simples mesa rectangular, de granito, e sobre ele a imagem de Nossa Senhora da Glória rodeada de anjos que tocam vários instrumentos musicais, excepto dois deles os quais seguram, um uma açucena e outro uma coroa. Esta imagem de Nossa Senhora não é a primitiva, essa seria até certamente de pedra.

Uma das coisas que mais contribuem para tornar digna de ser visitada

(1) Manuel Monteiro — «O Túmulo de D. Gonçalo Pereira».

esta capela, é o túmulo do seu fundador que nela se encontra colocado ao centro. Foi este túmulo encomendado pelo próprio D. Gonçalo Pereira aos artistas Mestre Pero, de Coimbra, e Telo Garcia, de Lisboa, com os quais firmou contrato nesta última cidade, em 11 de Junho de 1334 (Arq. idst. de Braga; Gaveta das Capelas, Sucessões e Vínculos, doc. n.º 11). O túmulo, feito em pedra de Ançã, é uma das nossas mais notáveis obras de escultura daquela época; compõe-se duma arca funerária assente sobre três pares de leões e com a estátua jacente do tumulado. O prelado, que deita a cabeça numa almofada que dois anjos seguram e tem as mãos cruzadas sobre o peito, apresenta-se vestido de pontifical; orna-lhe o peito a insígnia arquiepiscopal, a mitra é cravejada de pedras e finamente lavrado o báculo; nas mãos, que calçam luvas, refulgem os anéis; as pregas das vestes dispõem-se duma forma um tanto rígida e aqui podemos até encontrar o que constitui talvez o único defeito da estátua — é que os tecidos aparecem formando pregas horizontais mesmo na parte inferior, quando dada a sua inconsistência deviam cair naturalmente e não ficarem, como se apresentam paralelas ao corpo. No entanto isto é inteiramente compensado pelo primoroso esculpido da face de pálpebras cerradas, apófises zigomáticas bem pronunciadas, queixo fino e recuado, nariz forte, demonstrando certamente todo este conjunto que o artista teve a intenção de retratar o tumulado. Este não nos aparece aqui com o aspecto dum velho de setenta anos que era mais ou menos a idade que teria o Arcebispo quando foi feito o túmulo. Quanto à decoração pròpriamente da arca tumular, podemos ver na face direita da mesma, um grupo de doze diáconos que o escultor dispôs dentro de encasamentos formados por arcos trilobados, com gabletes e divididos por botaréus; vestem todos eles da mesma maneira — uma espécie de sotaina e manto e, na cabeça, um barrete; os seus rostos também mais ou menos uniformes, são impessoais; de tudo isto resulta um conjunto um tanto monótono, de modelação fria e seca. O mesmo não se dirá já dos doze apóstolos que, em encasamentos iguais aos destes, ocupam a face oposta do sarcófago — apresentam-se com cabeça descoberta, excepto S. Tiago Maior que usa um chapéu de grandes abas, fartas cabeleiras que lhes caem sobre os ombros e compridas barbas. Para se distinguirem uns dos outros, cada um deles segura na mão o respectivo instrumento de suplício ou qualquer outro objecto com que geralmente eram representados nessa época, como acontece, por exemplo, com S. Pedro que empunha uma chave; aqueles que não se distinguiam por nenhum elemento simbólico foram representados com um livro aberto para o qual apontam: trata-se possìvelmente do Livro Sagrado. Ao contrário do que se dá com os clérigos da outra face, os Apóstolos parecem animados por um sopro de vida; o diálogo que travam dois a dois é acompanhado por uma mímica que expressa os senti-

mentos que os animam; o artista conseguiu com o seu cinzel fazer revelar ao observador a vida interior que se estava desenvolvendo nos doze servos do Senhor aqui representados. A cabeceira da arca é ocupada pela cruz em que Cristo expira, ladeado por Sua Mãe e S. João Baptista; dá-se aqui um caso raríssimo na iconografia cristã que é o seguinte: ao contrário do costume, aparece-nos Cristo tendo à esquerda a Virgem Maria e à direita S. João. O leão e o touro, símbolos dos Evangelistas S. Marcos e S. Lucas, completam a decoração deste lado do túmulo. No topo oposto é a imagem da Virgem com o Menino o principal elemento decorativo; o Menino estende o bracito para a coroa da Mãe, num gesto que o Dr. Alberto Feio interpretou como sendo a coroação da Senhora mas o Dr. Manuel Monteiro que diz não ser assim que na época se representava este tema, inclina-se antes a pensar que o escultor quis aqui mostrar o Infante que irreverentemente brinca com a coroa da Mãe num gesto que foi pela primeira vez imaginado por Giovanni Pisano ao esculpir, para a Catedral de Prato, a Madona della Cintola e que depois disso foi várias vezes reproduzido. Dois anjos sustentando círios ladeiam a Virgem. Os símbolos dos Evangelistas S. Mateus e S. João, ou seja, o homem e a águia, constituem, como na outra testeira, os restantes motivos decorativos (2).

Podendo-se em relação à escultura tumular do séc. XIV, considerar no nosso país três centros fundamentais de expansão artística: Lisboa, Évora e Coimbra, o túmulo de Braga pertence sem dúvida alguma à escola de Coimbra. São notáveis as semelhanças que existem entre ele e o túmulo da Rainha Santa, no mosteiro de Santa Clara em Coimbra; o Dr. Alberto Feio fez até já um estudo comparativo das duas peças cujas características gerais são as mesmas; em ambas nos aparece, numa das testeiras, a cena da crucificação de Cristo ladeado pela Virgem e S. João. Na testeira oposta, enquanto em Braga nos aparece a Senhora com o Menino, em Coimbra pode ver-se Santa Clara e duas rainhas, mas os símbolos dos Evangelistas são idênticos em ambos os túmulos. Há portanto na decoração da arca semelhanças flagrantes. Em relação à estátua jacente é que a de D. Gonçalo Pereira revela um maior aperfeiçoamento nas proporções, na harmonia de modelação e no cuidado com que foram tratados os pormenores; o realismo desta figura distingue-a da de Coimbra mais rude e austera.

Em relação ao túmulo de Braga põe-se ainda um outro problema: embora se conheçam os seus autores, sendo eles dois, como descobrir qual a parte que pertence a cada um deles? O Dr. Alberto Feio verificando que as maiores semelhanças que se encontram entre este e o do mosteiro de Santa Clara, são sobre-

(2) Manuel Monteiro — Obra citada.

tudo na decoração da arca e vivendo Mestre Pero em Coimbra, atribui-lhe esta parte do trabalho e portanto de Telo Garcia seria a estátua de D. Gonçalo, uma vez que estas duas partes do túmulo são bem distintas. Pelo contrário, Reinaldo dos Santos atribui a Mestre Pero a estátua jacente pois sendo esta a parte essencial do túmulo, certamente pertencia fazê-la ao artista de mais categoria e este parece ser Mestre Pero visto que é ele quem aparece citado em primeiro lugar no contrato de 11 de Junho de 1334.

* * *

Dito, segundo nos parece, o que de essencial se pode dizer sobre a capela de Nossa Senhora da Glória, passemos agora ao claustro da Catedral e seus anexos — situa-se ele a norte da nave lateral do Evangelho e a poente do claustro de Santo Amaro. É uma reconstrução de fins do séc. XVIII e princípios de XIX, sem interesse artístico e que veio substituir o anterior claustro que era gótico. Dispõe-se em forma de quadrado e é constituído por doze arcos de meio ponto sustentados por pilares. Cobre-o uma abóbada de tijolo, a imitar granito, sobre a qual se levanta um terraço cujo resguardo é uma balaustrada de mau gosto, feita em cimento armado. A abóbada e o terraço são mais recentes que o resto do claustro pois a princípio apenas havia uma cobertura de madeira e telha vã; foi no tempo do Deão e Fabriqueiro D. Manuel Alves Novais, que este mandou fazer o remate que agora se observa.

O claustro é rodeado por uma série de capelas e altares que vamos analisar:

Do lado norte temos a pequeníssima capela de Santa Catarina e a capela de Nossa Senhora da Piedade. Esta, também conhecida por capela de Jesus da Misericórdia, foi construída por D. Diogo de Sousa que a destinou para sua jazida e nela instalou também o mesmo prelado a irmandade da Misericórdia — é formada por um corpo de igreja com a respectiva capela-mor e quatro altares laterais, dois de cada lado do dito corpo de igreja. A capela-mor é coberta por uma cúpula com lanternim assente sobre pendentes e em alfarge; os artesoados limitam espaços que certamente continham pinturas que desapareceram mantendo-se apenas alguns vestígios nos pendentes. O belo retábulo de talha doirada, ao gosto da Renascença, deve pertencer a uma época mais tardia o mesmo se dando, na opinião do cónego Aguiar Barreiros, com os lindos azulejos de florões, azuis e amarelos, que forram as paredes desta capela-mor; o altar é dedicado à Senhora da Piedade. Num arco-sólio de meio ponto, aberto na parede do lado da Epístola, encontra-se o túmulo de D. Diogo de Sousa que

primitivamente ocupava o centro da capela, sendo para aqui mudado apenas em princípios do séc. XIX e que o próprio prelado mandou executar em 1530. A arca tumular é da maior simplicidade mas valoriza-a a estátua jacente que sobre ela repousa. Talhada em granito, atribui-a Reinaldo dos Santos a Chanterene não só pelo estilo como pela composição geral da estátua muito semelhante à de D. Jorge de Melo, em Portalegre, do mesmo autor. É notável a correcção das linhas e sobretudo o modelado da cabeça e das mãos; D. Diogo veste pontifical e tem as mãos postas numa atitude de prece. Em idêntico arco-sólio, aberto do lado do Evangelo, está um túmulo de mármore, muito mais moderno, no qual dorme o sono eterno o Arcebispo D. Frei Caetano Brandão. Na parede do mesmo lado, ao cimo, abrem-se duas janelas rectangulares. Tudo o que vimos dizendo se refere apenas à capela-mor; vejamos agora o resto da capela de D. Diogo de Sousa — o tecto é em madeira e as paredes caiadas de branco nelas se abrindo, junto do tecto, seis pequenas janelas rectangulares de cada lado; por cima do arco triunfal, um óculo deixa também entrar a luz para a capela. Várias telas a óleo estão dispostas pelas paredes. Os quatro altares laterais são: do lado do Evangelho o de Santo Amaro e da Senhora da Boa Memória; os seus aparatosos retábulos são no estilo barroco e estão aqui apenas desde o restauro do claustro de Santo Amaro no qual se encontravam anteriormente. Junto da parede do lado da Epístola temos o altar de Santo António, vindo também do claustro de Santo Amaro, e o de Nossa Senhora do Rosário dos Santos Pretos que foi retirado da antiga capela dos Santos Pretos de que já falaremos. A seguir ao altar da Senhora da Boa Memória aparece-nos uma porta de frontão triangular no centro do qual estão as armas dos Sousas e que dá entrada para a citada capela dos Santos Pretos que presentemente é dedicada ao Espírito Santo e cujo retábulo barroco veio também do claustro de Santo Amaro. A capela da Senhora da Piedade tem ainda um coro, ao fundo, mas que presentemente se encontra em mau estado de conservação. A porta da capela que comunica com o claustro já não é a primitiva pois essa é a que, depois de sofrer algumas adaptações, foi servir na capela dos Santos Pretos. Ainda do lado norte do claustro, encosta-se à capela de D. Diogo, pelo exterior, um altar com a imagem de Cristo Crucificado que se venera sob a invocação de Senhor da Paciência.

A poente, além de algumas portas que dão para arrecadações e para a Sacristia das Missas e Legados, e dum altar dedicado à Senhora do Leite e a Santa Ana, temos uma outra porta de acesso a uma escada nobre, de dois lanços, que dá passagem para o coro da Catedral, as torres sineiras e para a casa do Cabido. Esta última é uma construção de meados do séc. XVIII cuja fachada

principal se volta para a rua do Cabido e na qual estão expostas quase todas as peças do tesouro da Sé de Braga.

O lado sul é delimitado pelo muro da nave do Evangelho, da Catedral, com a respectiva porta lateral. A este muro se encostam três altares: um dedicado a Santo André e Santa Catarina, outro sob a invocação de S. Lourenço e S. Vicente e finalmente o das Almas cujo retábulo veio também do claustro de Santo Amaro.

Não podemos agora deixar de chamar a atenção para uma antiquíssima peça que aqui se encontra exposta neste lado do claustro — trata-se duma arca tumular de mármore branco e forma rectangular, cavada em semi-círculo nas extremidades e exteriormente com uma decoração em pequeno relevo. Numa das testeiras aparece-nos o Chrismon ladeado pelas letras alfa e omega e cercado duma coroa de louros junto da qual se vêm também várias rosas pequeninas; aos cantos, folhas de acanto completam a decoração deste lado. Na testeira oposta, as mesmas rosas, as mesmas folhas de acanto, mas, em vez do monograma de Cristo, é uma ânfora, significando certamente o vaso sagrado, o que nos aparece como motivo central. Quanto à ornamentação da face dianteira, pena é que tenha sido picada e portanto muito danificada; felizmente a dureza do mármore não deixou que desaparecesse completamente e assim se pode notar ainda, ao centro o cálice donde sai a vinha em ramos que partem, simètricamente, em todos os sentidos; algumas aves vão debicando os cachos de uvas e de novo aqui aparecem espalhadas rozinhas idênticas às das duas testeiras. A parte posterior é fruste donde se pode concluir que o sarcófago se destinava a estar encostado à parede. A tampa do túmulo desapareceu. Esta peça, cujo principal interesse vem do facto de ser um exemplar bastante raro entre nós, é atribuída pelo cónego Aguiar Barreiros à arte romano-cristã do séc. IV enquanto que o Dr. Alberto Feio a considera como pertencendo ao estilo bizantino do séc. VII e fabricada possìvelmente em Ravena. Como teria este sarcófago vindo parar à Sé de Braga? A aceitar a tese de Aguiar Barreiros teria sido importado de Roma ou modelado mesmo na região bracarense onde não seria também desconhecida a arte romana. O Dr. Alberto Feio admite que veio de Ravena, sendo até uma prova da antiguidade das relações comerciais entre o Adriático e o extremo ocidental da nossa Península; destinar-se-ia a qualquer mosteiro ou basílica da época e lá o teriam mais tarde ido buscar para sepultar qualquer pessoa ilustre o que explicaria o facto de ter sido picada a face dianteira. Isto, segundo diz Alberto Feio, talvez tenha sido hábito entre nós visto que conforme diz o biógrafo de S. Geraldo, foi este Arcebispo sepultado, em 1108, num sarcófago de data muito anterior e que para tal se foi buscar ao mosteiro de Tibães — o mesmo pode ter acontecido com o túmulo

que hoje observamos no claustro da Sé de Braga, no entanto é claro que tudo isto não passa de conjecturas pois não há elementos suficientes para se poder fazer afirmações.

Finalmente no limite nascente do claustro temos uma capela e três portas. A capela, que é dedicada a Santa Luzia, já em 1460 e 1565 teve a instituição de dois morgadios (3). Seguem-se as três portas — a primeira dá para o claustro de Santo Amaro. A segunda pertencia à antiga capela da Senhora da Graça; esta capela, que foi jazigo da casa dos Barros, de S. Jerónimo de Real, e que possuía um belo retábulo do séc. XVII, foi demolida a quando do último restauro com o objectivo de ser feita uma passagem para o primitivo claustro que pensaram reconstruir e de que existiam alguns vestígios na área do claustro de Santo Amaro. Hoje da pequena capela resta apenas parte da parede norte à qual se encosta um túmulo de pedra; na continuação dessa mesma parede podem ainda ver-se alguns arcos então construídos num estilo semelhante àquele que teria o velho claustro e que se mantiveram em pé apesar de ter sido abandonada a ideia da sua reconstrução. Quanto à terceira porta dá ela para um pequeno pátio de acesso à capela de Nossa Senhora do Livramento a qual merece sem dúvida alguma ser examinada:

Mandada levantar pelo Arcebispo D. Lourenço Vicente, é uma construção ogival de fins do séc. XIV, simples e elegante, que pela parede sul se encosta à nave do Evangelho, da Catedral, no local em que anteriormente se encontrava, em arco-sólio aberto na parede da mesma nave, o túmulo do Conde D. Henrique e de D. Teresa. É de planta rectangular acrescida em cada um dos extremos por uma pequena porção de delimitação poligonal. Cobre-a uma curiosa abóbada de granito que arcos cruzeiros e torais dividem em tramos constituindo cada um deles um compartimento bastante fundo pela maneira como se dispõem esses mesmos arcos os quais assentam sobre doze capitéis que um friso circuitante liga nos ábacos; por sua vez os capitéis aguentavam-se sobre magros fustes lisos e adossados às paredes — digo aguentavam-se e não aguentam-se porque quase todos esses fustes desapareceram com as reformas feitas pela irmandade de S. Crispim quando em 1777 lá instalou a sua sede — restam apenas alguns no extremo do lado nascente; os capitéis foram também danificados nesta altura; em troca do que destruiu a irmandade deixou, na pobre capela martirizada, cornijamento e mísulas de madeira pintada e dourada; caiou a abóbada; cobriu as paredes de escaiolas, etc. Voltando à abóbada, a qualquer observador dá na vista uma sua característica curiosíssima: há no seu eixo uma inflexão que se pronuncia sobretudo no extremo poente.

(3) Cónego Aguiar Barreiros — «A Catedral de Santa Maria de Braga».

Certamente não se pode isto justificar pelo facto da construção ter obedecido a mais que um plano o que não seria lógico numa tão pequena edificação e que portanto podia ser concluída relativamente depressa além de que se nota perfeitamente que tudo obedece ao mesmo estilo. Não deve também, ter sido incompetência do arquitecto, incompetência essa que mais nenhum pormenor da capela revela, antes pelo contrário. Aguiar Barreiros supõe tratar-se duma alusão ao instrumento de suplício dos mártires S. Lourenço e S. Vicente, que foi a grelha, visto ter sido a capela, a quando da sua instituição, dedicada a Nossa Senhora e a estes dois santos mártires. O eixo torcido simbolizaria o corpo e a cabeça do mártir enquanto que as nervuras da abóbada constituiriam a grelha. Não passa duma hipótese esta opinião e é como tal que a apresentamos.

Primitivamente penetrava a luz nesta capela através de três janelas de molduras biseladas e côncavas e volta perfeita, que se abriam na parede norte, muito próximo da abóbada; fechavam-nas vitrais dos quais o do meio representava a Virgem e o Menino e os outros, um S. Lourenço, outro S. Vicente. Por causa das obras feitas em 1774 no claustro de Santo Amaro que foram inutilizar a luz que entrava por estas janelas, foram feitas três aberturas na abóbada ao mesmo tempo que se abriu outra janela a poente e se taparam as primitivas (4). Depois do restauro podem ver-se de novo três janelas do lado norte, uma em cada tramo; colocam-se bastante em cima mas não são todas do mesmo tamanho de tal modo que a que fica mais perto do altar vem até mais abaixo, a do meio já desce menos e a terceira é a mais pequena em altura. Todas elas no mesmo estilo, são ao gosto gótico e maineladas, rematando-as arquinhos trilobados, mas enquanto que a mais próxima da porta é dividida em três por dois mainéis, as outras duas apenas um mainel as divide ao meio. Quanto às portas, havia duas ogivais, a principal e uma outra de comunicação com a igreja, mas quando o túmulo de D. Lourenço Vicente, que se encontrava ao centro da capela, foi em 1663 destruído a pedido da irmandade de S. Tomaz cuja sede era então nesta capela, foi o cadáver transferido para outro túmulo no desvão dum arco feito no lugar dessa porta que portanto desapareceu (5). Esse primitivo túmulo de D. Lourenço foi, segundo diz D. Rodrigo da Cunha na «História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga», encomendado pelo próprio Arcebispo a um escultor escolhido entre os bons artistas da época. O mesmo escritor informa ainda que uma vez terminado o trabalho, pediu o artista a D. Lourenço a sua opinião sobre a obra; este, tomando uma espada, deu com ela uma cutilada no rosto da estátua jacente no mesmo ponto em que ele pró-

(4) Cónego Aguiar Barreiros — «A Catedral de Santa Maria de Braga».
(5) Cónego Aguiar Barreiros — Obra citada.

prio tinha uma cicatriz provocada pelo ferimento que havia recebido quando, ao lado de D. João I, se batera em Aljubarrota — só depois disto o Arcebispo guerreiro achou que a estátua reunia realmente todas as suas características pessoais. Escusado será dizer que não podemos ter a certeza de constituir um facto histórico este episódio, visto que na obra de D. Rodrigo da Cunha nunca se sabe exactamente onde a verdade histórica dá lugar à lenda e à fantasia. Presentemente, além da porta principal, pode ver-se uma outra lateral que se abre a norte, por baixo da janela do centro, dando saída para o claustro de Santo Amaro.

Sobre o altar primitivo havia três mísulas sustentando, a do centro a imagem de Nossa Senhora com o Menino e as dos lados, os mártires S. Lourenço e S. Vicente — tudo isto desapareceu também com as obras feitas pela irmandade de S. Crispim que elevaram o altar sobre vários degraus e lhe colocaram em cima um retábulo sem estilo definido, tudo disposto de tal maneira que ocultava completamente toda aquela testeira até à abóbada (6). Felizmente com o restauro tudo isto voltou a desaparecer — hoje o altar, constituído apenas por uma mesa lisa e rectangular, em granito, está afastado da parede enquanto que a esta se encosta um pedestal de secção quadrangular sobre o qual se expõe à veneração dos fiéis a imagem da Virgem.

O cadáver de D. Lourenço Vicente, incorrupto, encontra-se presentemente encerrado numa urna de vidro colocada no velho arco-sólio de curva quebrada que se abre, junto do altar, na face direita do polígono daquele extremo e no qual estava primitivamente o túmulo que, até ao tempo de D. Diogo de Sousa, encerrou os restos mortais dos condes D. Henrique e D. Teresa; por cima da urna podem ver-se as armas de D. Lourenço. Ao centro da parede do lado da Epístola, abrem-se dois arcos geminados, de meio ponto, sob os quais se abrigam os túmulos dos pais de D. Afonso Henriques, desde que foram transferidos da capela-mor, onde os colocara D. Diogo de Sousa, para aqui em 1877, por D. João Crisóstomo. Como já dissemos no primeiro capítulo, D. Diogo de Sousa fez retirar da capela de D. Lourenço os restos dos Condes de Portugal, encomendando para eles novos túmulos que colocou na capela-mor da Catedral; são esses túmulos do séc. XVI que se podem hoje apreciar na capela da Senhora do Livramento. Como dissemos ainda no primeiro capítulo, foram os dois esposos sepultados no mesmo túmulo, isto é, no do Conde D. Henrique, certamente por não ter sido possível distinguir as ossadas que pertenciam a um e a outro; a este facto faz referência Frei António Brandão na «Monarquia Lusitana» embora não haja sobre isso nenhuma indicação no epi-

(6) Cónego Aguiar Barreiros — Obra citada.

táfio do dito túmulo, que publicamos também no capítulo anterior. No mesmo epitáfio diz que ali foi colocado o Conde D. Henrique no ano de 1513 — como ambos os túmulos mandados fazer por D. Diogo são em estilo Renascença, e admitindo-se que pertencem realmente à data indicada, constituiriam então uma prova segura de que antes de se manifestar em Coimbra o novo gosto artístico, já em Braga surgiam as primeiras obras do Renascimento no nosso país. Não é no entanto desta opinião Reinaldo dos Santos que chama a atenção para o facto de estarem as inscrições escritas em caracteres redondos enquanto que em Coimbra e em Leça do Balio ainda em 1515 se usavam caracteres góticos nas inscrições tumulares — daqui a conclusão de que os epitáfios de Braga são posteriores a esta data e foram até talvez compostos apenas quando, em 1598, as ossadas de D. Teresa foram retiradas para o outro túmulo. A data de 1513 não será portanto aquela a que pertencem as estátuas jacentes dos Condes que antes apresentam características que levam a filiá-las na arte de Coimbra de cerca de 1520, isto é, durante o período de actividade, naquela cidade, de Nicolau de Chanterene. Ainda como diz Reinaldo dos Santos, a estátua do Conde, esculpida em pedra de Ançã, tem, pelo estilo dos cabelos e da barba, algumas afinidades com as figuras ornamentais dos túmulos da igreja de Santa Cruz de Coimbra, sobretudo com as do de D. Afonso Henriques. Na estátua de D. Teresa, também em pedra de Ançã, apenas a cabeça delicadamente modelada e parte do corpo, são da primitiva pois tem sido já bastante danificada; no entanto essa parte primitiva que revela absolutamente a arte da Renascença, pode também attribuir-se à escola de Coimbra (7).

Quanto à parte exterior da capela de D. Lourenço é de notar uma cachorrada ogival rematando as paredes do lado norte e nascente e os contrafortes que reforçam as mesmas paredes.

(7) Reinaldo dos Santos — «Escultura em Portugal», vol. III.

CAP. IV

O Museu da Sé Primaz

Não quisemos encerrar este trabalho sem fazer algumas referências ao Tesouro da Catedral de Braga, de tal modo ele se nos afigura digno de atenção não só pelo seu valor mas até porque pertencendo, como pertence, à Sé a grande maioria das peças que o constituem, não ficaria completa uma descrição que desta fizessemos sem que nele falássemos. Não se trata evidentemente de fazer um estudo pormenorizado de cada um dos objectos, nem mesmo de os catalogar; um catálogo já o fez Aguiar Barreiros, repeti-lo seria inútil e para o superar não nos sentíamos capazes; quanto ao estudo pormenorizado de cada uma das peças enquadrando-as na sua época e no seu estilo, descobrindo quando possível os seus autores e as pessoas que delas se usaram, estudar a sua origem e a maneira como vieram parar a Braga e estudando até as tradições e lendas que a muitas delas se ligam, seria certamente um trabalho interessantíssimo mas que daria assunto para vários volumes. Não é portanto nada disso o que vamos fazer mas antes nos limitaremos a procurar dar uma ideia geral do que é o Museu da Sé e do que nele há mais digno de nota:

Foi seu fundador o Arcebispo D. Manuel Vieira de Matos que pensou organizar junto à Sé um museu de Arte Sacra, que ficaria a cargo do Cabido, e no qual seriam expostas todas as peças do Tesouro. Este projecto foi aprovado e em 25 de Março de 1930 era publicado no Diário do Governo o decreto n.º 18.127 que criava oficialmente esse museu o qual ficou instalado na Casa do Cabido. É preciso notar-se que nem todas as peças, que hoje lá se encontram, são propriedade da Sé, algumas pertencem a particulares que simplesmente as entregaram à guarda do Tesouro.

É rico de tecidos preciosos o museu da Sé: pontificais de origem francesa, italiana e portuguesa, dos séculos XVII e XVIII, bordados a oiro e prata; paramentos chineses bordados a oiro e matiz, do século XVI; casulas de várias espécies e grande valor, entre elas uma manuelina que pertencia a um pontifical oferecido por D. Manuel I a D. Diogo de Sousa — é de brocado de oiro, prata e linho e era adornada com pérolas, pedras preciosas e contas de coral mas apenas estas últimas chegaram até nós, as outras desapareceram a quando das invasões francesas. Há também casulas de origem espanhola, indiana e holandesa, em cetim, espolim e veludo, do séc. XVIII; uma outra, chinesa, de veludo

bordado a oiro. Véus de cálice e de custódia e véus de ombros bordados a oiro e prata. Frontais de altar em que é de destacar um do séc. XVII que tem um quadrinho pintado por Filipo Di Benetto Salandri e um outro, do séc. XVI, bordado a oiro em alto relevo — nele estão representados os doze Apóstolos bordados a matiz e ouro; também aqui faltam as pedras preciosas e os corais que o ornamentavam. Há ainda frontais em veludo lavrado de Veneza e outros bordados a prata e oiro.

Numerosas capas de asperges se podem ver ali: bordadas a oiro e prata, de brocado indiano, de damasco, de espolim vermelho de imitação persa, de lampas com fios de oiro e prata, de veludo lavrado de Veneza, de espolim persa autêntico, etc. Pluviais temo-los bordados a oiro; um deles, do séc. XVII e em tissu indiano, é, com a respectiva casula, a única coisa que resta da grande encomenda feita pela Sé de Braga à célebre fábrica de manufactura de tecidos da antiga feitoria de Mangalor. Quanto aos gremiais, é de destacar um indiano, bordado a oiro, do séc. XVII e um outro da mesma época, de brocado de Smirna. Panos de púlpito e de estante, bordados a oiro; uma farda chinesa do pagem de S. Jorge (serve nas procissões), do séc. XVI; mantos de veludo; dalmáticas; estolas e estolões; alvas de finíssimo linho; uma colcha indiana bordada a oiro e matiz; um pálio de espolim branco às listas de prata e matiz; um traço de renda de Bruxelas, do séc. XVIII; um véu de nobreza, branco, com renda de ouro e prata e um véu do Santo Lenho em damasco vermelho com renda de oiro, completam o conjunto dos tecidos mais belos e valiosos do Tesouro da Sé de Braga. A seu lado poderemos admirar, com não menor interesse, cáligas, luvas, sandálias, chapéus prelatícios, bolsas de corporais, almofadas e capas de missal, várias mitras e ainda um sumário da Bula da Santa Cruzada impresso em cetim branco e orlado de rendas de oiro.

Entre os objectos de culto muitos se encontram em prata, oiro e cobre doirado — são numerosos os cálices em qualquer destes preciosos materiais e entre eles é de notar um de prata doirada, manuelino, oferta de D. Diogo de Sousa: mede 0,^{m}33 de altura e é adornado com figuras de anjos, estatuetas e baixos relevos representando os Apóstolos, ornatos esmaltados, etc.; marcam-no as armas de D. Diogo e a data de 1509 que aparecem na base. Não menos notável é uma rara peça arcaica em prata doirada conhecida por cálice de S. Geraldo pois a tradição no-lo dá como tendo sido usado por este prelado; segundo opinião do Dr. Alberto Feio é muito possível que assim tenha sido realmente visto que o cálice tem no pé a seguinte inscrição: «Menendus Gundisalvi et Tuda domna sum» — trata-se dos sogros do rei Afonso V de Leão aos quais portanto pertenceu este objecto que assim se pode datar de fins do séc. X; sabe-se que a condessa Toda vendeu os seus bens a Eitas Gondezindes e uma filha deste,

por sua vez, doou os seus haveres a S. Geraldo; só nessa altura seria adaptado aos usos litúrgicos aquilo que até aí fora apenas um ciphus argenteo para o qual se arranjou depois uma patena de estilo muito mais recente. Baseando-se na sua decoração de inspiração árabe, Gómez Moreno considerou-o obra dos mozárabes de Coimbra (1). Além destes muitos outros cálices em prata e cobre doirado nos aparecem, no estilo gótico e renascença, mas são sobretudo numerosos aqueles que se podem datar do séc. XVIII. Várias custódias nos aparecem também em prata branca, prata doirada e cobre. Não faltam as patenas e galhetas e entre estas últimas destaca-se uma de cobre doirado, em estilo oriental, exemplar raríssimo entre nós, que pertence ao séc. XVI, e uma outra do séc. XVIII, em prata doirada, belíssimo exemplar rocaille com as armas de D. Gaspar de Bragança. Ao lado dos objectos que vimos citando, aparece-nos ainda toda uma série de turíbulos de cobre doirado e prata; caldeirinhas de água-benta e hissopo; bacias com o respectivo gomil e píxides de prata, entre estas uma estilo império, oferecida por Pio X quando em 1906 a Sé foi elevada a Basílica; uma predela de prata gravada; uma bandeja dos santos óleos, de prata doirada, etc.

Há neste museu alguns objectos que se destacam pela sua antiguidade ou pelas tradições que a eles se ligam e neste número se podem incluir, além do cálice de S. Geraldo que já referimos, um raríssimo cofre de marfim de artista hispano-árabe, de 971; o báculo chamado de Santo Ovídio cuja crossa, em cobre doirado, é formada por uma cobra com duas cabeças, uma em cada extremo do corpo, estando a da cauda disposta de tal maneira que parece devorar a haste do báculo; uma cruz processional latino-bizantina de chapa de cobre doirado assente sobre madeira, dos séculos X-XI; e finalmente uma outra cruz processional do séc. XV que, segundo a tradição, serviu na primeira missa celebrada em terras do Brasil — é de ferro forjado e falta-lhe já a imagem de Cristo Crucificado que no entanto lá deixou marcas ainda visíveis (2).

Estátuas e estatuetas, aparecem-nos de todos os géneros e séculos: de pedra, madeira e alabastro, manuelinas, góticas, renascença coimbrã, românicas, com influências de escolas francesas e italianas do séc. XVII, etc.; podemos ainda ver figurinhas de barro, estatuetas de marfim e terra-cota e até algumas em prata — entre estas notamos uma de Nossa Senhora da Nazaré que a tradição diz que encimava o elmo que o Arcebispo D. Lourenço Vicente usou na batalha de Aljubarrota; não passa isto certamente de lenda pois que a imagem tem 27 cm de altura e pesa cerca de um quilograma, além de que,

(1) Alberto Feio — «A Arte na Alta Idade Média no Distrito de Braga», (Bracara Augusta, vol. V).

(2) Aguiar Barreiros — «Catálogo e Guia do Tesoiro da Sé Primaz de Braga».

como faz notar Alberto Feio, no tempo de D. João I não eram usados enfeites nos elmos; de resto tanto Manuel Monteiro como Joaquim de Vasconcelos são de opinião de que a imagem é muito simplesmente do séc. XVII, de acordo com a inscrição que aparece na peanha sobre a qual assenta e que diz: «DOM IGNACIO DEÃ PRIMAS E M.EL PA DE MELLO MANDARÃO FAZER ESTA SNAR. SENDO JUIZES NO ANNO DE 1653» (3).

Não faltam também neste museu as faianças chinesas, japonesas, de Sevres e ainda nacionais, assim como gravuras e telas a óleo, algumas de Abel Mendes e Stroberle — deste último têm especial interesse as que representam Santa Bárbara, S. Sebastião e S. João Baptista. Não deixam de estar igualmente representados os azulejos decorativos — há-os historiados, sendo alguns de Oliveira Bernardes; azulejos policromados do século XVIII; espano-árabes e relevados dos séculos XV e XVI; etc. De igual modo não faltam também alguns notáveis pergaminhos com iluminuras, um exemplar da penúltima edição do Breviário Bracarense de 1724 e um outro da penúltima edição do Missal Bracarense de 1558.

Além de toda a espécie de objectos a que nos vimos referindo, muitos outros existem ainda — móveis estilo holandês, D. João V, Luís XV e Luís XVI; capitéis de mármore romanos e visigóticos dos séculos III e VII e outros românicos modelados em gesso; espelhos Luís XVI; vitrais de várias épocas sendo um deles, do séc. XIV, o único que resta dos primitivos da Capela de Nossa Senhora da Glória; utensílios para fabrico de velas; braseiras e lampadários; tocheiros e castiçais; estantes e oratórios; crucifixos e cruzes de várias espécies e materiais — marfim, prata, cobre, oiro e até em cristal de rocha, umas processionais, outras peitorais, etc.; colecções de moedas, selos e medalhas; espevitadeiras; relicários de todos os feitios, muitos deles de prata; missais; báculos; serpentinas de prata cinzelada; salvas de prata e de cobre de diversos estilos; ampulhetas; jóias, sobretudo anéis prelatícios; campainhas de prata; chaves de ordenações e de sacrário, em prata também; resplendores e coroas do mesmo metal; contadores arcazes, relógios, etc., etc.

---

(3) Alberto Feio — «A Catedral de Braga e a Capela dos Coimbras».

APÊNDICE

Lista de alguns personagens relacionados com a Sé de Braga

Arcebispo D. Pedro — eleito para o bispado de Braga em 1070, certamente por D. Garcia, filho de Fernando Magno, nunca conseguiu da protecção real grandes favores para a sua Sé, acabando até por ser deposto. Há escritores que se inclinam a supor que isto foi sobretudo motivado por querelas políticas entre o Arcebispo e Afonso IV mas na realidade deve antes ter havido uma causa religiosa — não conseguindo obter o título de Arcebispo, D. Pedro recorreu para isso ao anti-Papa Clemente III; num país em que todos eram fiéis ao verdadeiro Papa, isto não podia certamente trazer-lhe bons resultados.

Durante o seu governo D. Pedro muito trabalhou para conseguir novos bens para a Igreja de Braga e para recuperar outros que lhe tinham sido tirados.

Em 1089 foi sagrada a Catedral que portanto já estava, ao menos em parte, construída.

Em alguns documentos do Liber Fidei, D. Pedro é chamado «Grande Bispo».

Como já dissemos, acabou por ser deposto e foi obrigado a recolher a um mosteiro. Não se sabe ao certo em que data isto se passou; num documento do Liber Fidei ainda nos aparece em Braga em 1094, mas como esse documento suscita dúvidas, apenas podemos garantir que esteve à frente da diocese até 1091. Ignora-se a data da sua morte.

Conde D. Henrique — tendo após o desastre da batalha de Zalaca, mandado Afonso VI pedir o auxílio francês contra os mouros, entre os jovens que nessa altura vieram de França para a Península, conta-se o jovem Henrique, filho dos duques de Burgonha, que cá casou com a filha do monarca espanhol, D. Teresa, e veio a ser conde de Portugal. Durante todo o governo de D. Henrique se nota a clara intenção de enfraquecer os laços de vassalagem que o ligavam a Castela. Com o mesmo fim procurou o conde de Portugal conseguir os antigos direitos e dignidades da diocese de Braga à frente da qual está agora um monge francês — Geraldo de Moissac; ao fim de várias diligências junto do Papa Pascoal II este reconhece Braga como Metrópole da Galiza

ficando-lhe sufragâneos os bispados de Astorga, Lugo, Tui, Mondonhedo, Orense e Porto, Coimbra, Viseu e Lamego. Apesar dos seus intentos de independência, D. Henrique enquanto vivo Afonso VI mantém-se na posição de respeitoso vassalo; depois da morte do monarca, muda inteiramente a sua atitude — um mês depois já ele se intitula conde e senhor de todo o Portugal e dois anos mais tarde concede a Coimbra novo foral sem no documento fazer alusão ao que lhe concedera Afonso VI. Apesar de várias vezes ter que fazer frente às incursões sarracenas não deixa D. Henrique de, ao mesmo tempo, ir aproveitando as diversas guerras civis que então se desencadeiam entre os espanhois, de maneira a, aliando-se ora a uns ora a outros, ir conseguindo vantagens de todos os partidos. Quando morreu se não deixou já Portugal independente deixou-o pelo menos maior que o recebeu e caminhando a passos largos para a independência. A sua morte, sobre cuja data não há uma certeza, parece ter ocorrido em 1112.

Arcebispo S. Geraldo — nasceu em França, na região de Quercy e era descendente duma ilustre família. Professou na conhecidíssima abadia de Moissac. Foi visitador dos mosteiros da obediência de Moissac e Chantre da Sé de Toledo. Eleito para a Sé de Braga, foi sagrado em Sahagun pelo Arcebispo de Toledo D. Bernardo que ao mesmo tempo desempenhava as funções de Legado Apostólico. Em Abril de 1096 já está em Braga o novo prelado. Governou a diocese com a máxima competência. Fez todos os esforços para engrandecer a Igreja de Braga e acaba por conseguir do Papa Pascoal II que de novo seja reconhecida à sua cidade a dignidade de Metrópole da Galiza. A sua acção em prol do engrandecimento de Braga teve sempre todo o apoio do Conde D. Henrique que nisso via um processo de fomentar a nossa independência.

Morreu este Arcebispo no concelho de Vila Pouca de Aguiar, quando por lá andava em visita pastoral em Dezembro de 1108. Foi trazido para Braga e sepultado na capela que ele edificara em honra de S. Nicolau, junto da Sé. São do seu tempo os restos da edificação românica da Sé de Braga. Cedo foi organizado o seu processo de canonização e em fins do séc. XII já ele nos aparece como padroeiro da diocese que tão eficazmente governara.

Arcebispo D. Paio Mendes — era filho de D. Mendo Gonçalves da Maia e de D. Legunda Soares Teínha e irmão de Soeiro e Gonçalo Mendes da Maia. Em 1118 era sagrado Arcebispo de Braga em Segóvia por D. Bernardo Arcebispo de Toledo e Legado Apostólico.

No seu tempo a Igreja de Braga teve uma contenda com a de Compostela

pois o Arcebispo desta diocese, Diogo Gelmires, queria conseguir para Santiago a dignidade de Metropolita, coisa que na realidade pertencia a Braga; não obteve tal coisa mas conseguiu ser nomeado Legado Apostólico na diocese de Braga.

D. Paio conseguiu de D. Urraca a confirmação do senhorio e couto de Braga.

Quando em 1121 Diogo Gelmires reúne em Compostela um concílio para o qual são convocados todos os Bispos da sua legacia, D. Paio não compareceu e o compostelano fez saber isso na Cúria Pontifícia, onde aliás o Arcebispo de Braga não deixou também de apresentar as suas razões acabando por ser dispensado da obediência ao Legado até que ambos comparecessem na Cúria para resolver definitivamente a questão.

Partidário acérrimo de D. Afonso Henriques, D. Paio chegou a ser preso por D. Teresa mas logo o Papa ordenou ao Arcebispo de Compostela que conseguisse que aquela o soltasse sem o que seria excomungada; esta ordem foi logo cumprida. Pelos muitos serviços que prestou a D. Afonso, muitas recompensas para a sua Igreja recebeu em troca e entre elas é de notar o grande auxílio dado pelo Infante às obras da Catedral das quais não se esqueceu mesmo depois de rei e até no seu testamento.

D. Paio sagrou a igreja de S. Vítor, em Braga, a de Coucieiro no concelho de Vila Verde e fez nova dedicação do altar-mor da Sé. Esteve presente na realização do tratado de Tui entre Afonso Henriques e Afonso VII. Nos últimos tempos de vida saiu de Braga, talvez para Espanha; não se sabe onde morreu, apenas se supõe que tal facto tenha ocorrido em 1138.

D. Afonso Henriques — filho dos Condes de Portugal D. Henrique e D. Teresa, começa a impor a sua personalidade num período em que D. Teresa, muito influenciada pelo Conde de Trava, parece com o seu governo estar contribuindo para aniquilar as nossas possibilidades de independência. É para o moço Infante que se vão voltar os fidalgos portucalenses, sonhando com o dia em que lhe colocariam sobre a cabeça a coroa real; nunca D. Afonso os desiludiu, bem pelo contrário sempre correspondeu a tudo quanto dele esperavam se é que não excedeu até toda a expectativa. Desde o dia em que, tendo apenas 14 anos, ele próprio se armou cavaleiro em Zamora, não deixou nunca de estar à altura dum verdadeiro rei.

Quando em 1127 Afonso VII o cerca em Guimarães, longe de se sentir vencido, logo a seguir resolve Afonso Henrique faltar à promessa de vassalagem que àquele fizera. Muitos nobres o seguem e entre eles o Arcebispo de Braga, D. Paio, Soeiro Mendes, Garcia Soares, Gonçalo Mendes da Maia, etc.

O primeiro inimigo a combater agora é o conde de Trava e portanto também D. Teresa que com ele está ligada. Em 24 de Junho de 1128, logo após a vitória de S. Mamede, é D. Afonso aclamado rei de Portugal, pelos seus soldados e no próprio campo de batalha; tem ele para governar um povo que quer ser livre mas cercado a um lado pelo mar e dos outros por inimigos: espanhois e sarracenos. Não desanima D. Afonso, antes se revela um extraordinário chefe militar e político que ora invadindo a Galiza, ora assinando tratados de paz com os espanhois e procurando aprovcitar-se o melhor possível das dissidências que entre estes se verificam por vezes, ora acudindo ao sul onde se faz sentir a acção muçulmana, consegue manobrar de tal maneira que ao mesmo tempo que leva os seus homens de vitória em vitória — é vê-lo em Cerneja, Ourique, Valdevez, Santarém, Lisboa, etc. — leva também Portugal à independência definitiva.

Tal como seu pai, não se esqueceu Afonso Henriques da poderosíssima arma de que podia lançar mão para alcançar os seus fins — a Igreja. Unindo-se ao Arcebispo bracarense D. Paio Mendes e a D. João Peculiar, cónego de Coimbra e mais tarde Bispo do Porto e ainda Arcebispo de Braga, não foram poucas as tentativas que fez para engrandecer cada vez mais a Igreja bracarense e obter ao mesmo tempo da Santa Sé o máximo de apoio possível para a nossa independência e sua legitimidade como rei. Aproveita mesmo a vinda a Portugal do Legado Pontifício Guido de Vico para jurar vassalagem a Inocêncio II; depois promete à Santa Sé um censo anual de quatro onças de oiro. Nem sempre foi tudo isto trabalho fácil pois que os Pontífices temiam que dando o seu auxílio à formação do novo reino contribuíssem também para a fraccionação do poder dos cristãos da Península que bem precisavam de se unirem todos contra os sarracenos. No entanto D. Afonso deixou assegurada a unidade e independência portuguesa e finalmente em 1179 o Papa Alexandre III, pela Bula Manifestis probatum, reconhece-lhe o título de rei. Morreu em 1185.

Arcebispo D. Estêvão Soares da Silva — descendente de duas ilustres famílias, a dos Silvas e a dos Sousas, era filho de Soeiro Pires Escacha e de D. Urraca Mendes. Foi cónego regular de Santa Cruz de Coimbra e mestre escola da Igreja de Braga. Quando morreu D. Pedro Mendes foi eleito Arcebispo de Braga (1212-1228); recebeu o pálio em Roma, dado por Inocêncio III. Como prelado teve uma vida bastante agitada mantendo questões com várias individualidades. Fez concórdias com os Mosteiros da Costa e de Guimarães; com o Prior e Cabido de Guimarães; com o Prior do Hospital. Ele e o Cabido de Braga fizeram um pacto de irmandade com o Prior e os Cónegos de Santa



Reprodução de um retrato a óleo de D. Diogo de Sousa, existente no Museu da Sé

Cruz de Coimbra. Manteve ainda um conflito com o Abade do Mosteiro de S. Martinho da Castanheira.

Em 1214, sagrou a igreja de S. Vicente de Sousa, no concelho de Felgueiras. Em 1215 está no concílio de Latrão onde sustentou a questão da Primazia entre Braga e Toledo acabando Braga por deixar de ser uma província eclesiástica da Espanha. Sendo Papa Honório III, foi, a quando da campanha contra os mouros de 1225, Legado Apostólico Adjunto. Nas discórdias entre Afonso II e o clero, não hesitou em colocar-se à frente do partido da Igreja.

Mandou construir na Sé uma capela onde todos os dias se dissesse missa pelos reis e rainhas, que naquela Catedral se fizessem sepultar, e pelos seus descendentes. Além disso fez reparações na sacristia, capela de S. Geraldo e claustro.

Morreu em Trancoso, em 1228; trasladado para Braga, foi sepultado à porta da sacristia, na sepultura que ali tinha mandado fazer junto do altar de Santa Madalena, conforme determinava no seu testamento. Depois das sucessivas transformações porque passou a Sé, já não é possível identificar este local.

Arcebispo D. João Martins Soalhães — descendente em linha recta dos Portocarreiros, era filho dum presbítero de nome Gonçalo Gonçalves. Foi Cónego e Vigário Geral de Coimbra, tendo sido ele quem, em 1283, deu a licença para fundação do Mosteiro de Santa Clara desta cidade, do qual em 1286 benzeu a primeira pedra. Foi também Cónego e Bispo de Lisboa sendo daqui transferido para Braga pelo Papa Clemente V e ficando à frente desta arquidiocese desde 1313 até 1325, data em que morreu. Nos últimos tempos já tinha um coadjutor — D. Gonçalo Pereira. Fez ainda parte da corte de D. Dinis e foi seu embaixador. Em Braga, mandou construir, no local em que hoje está a sacristia da Sé, uma capela gótica dedicada a S. Martinho, para sua sepultura. Na mesma altura teve que mudar um pouco mais para baixo do local em que primitivamente se encontrava, a porta lateral do sul. Ao centro da capela levantou o sarcófago em que foi sepultado mas que foi daí removido quando D. Diogo de Sousa resolveu lá instalar a sacristia. Presentemente os seus restos mortais estão na actual sacristia, em campa rasa que D. João de Sousa mandou fazer para si mas que nunca chegou a ocupar visto que foi sepultado em Lisboa.

Arcebispo D. Gonçalo Pereira — foi Arcebispo de Braga de 1326 a 1348. Era filho do Conde D. Gonçalo Pereira e de sua mulher D. Urraca Vasques Pimentel. Foi educado no paço de D. Dinis donde seguiu para a universidade de Salamanca. Aí teve um filho de D. Teresa Pires Vilarinho: D. Álvaro Gon-

çalves Pereira, o qual veio a ser pai de D. Nuno Álvares Pereira. Depois de ingressar na vida religiosa, D. Gonçalo foi clérigo doméstico de D. Martinho de Oliveira, quando este governava a diocese de Braga. Foi também deão da Sé do Porto, embaixador de D. Dinis na Cúria Pontifícia; em 1322 é nomeado Bispo de Lisboa e em 1323 coadjutor do Arcebispo de Braga D. João Martins Soalhães. Foi testamenteiro de D. Dinis e em 1326 João XXII nomeia-o Arcebispo de Braga. O seu arcebispado foi bastante agitado pois teve de sustentar vários pleitos: com Afonso IV por causa da jurisdição de Braga; com o Prior e Cabido de Guimarães por causa da visitação da Colegiada; com Martim Anes de Sousa e sua mãe D. Branca Lourenço por causa do Couto de Ervededo. Reuniu cinco sínodos diocesanos. Interveio na reconciliação entre D. Dinis e seu filho D. Afonso e quando este subiu ao trono, entre ele e Afonso XI de Castela. Durante a guerra com Castela, quando o Porto foi atacado por D. Fernando de Castro e D. João de Castro, D. Gonçalo colaborou na defesa dessa cidade. Fez parte da comitiva que acompanhou Afonso IV para a batalha do Salado.

Junto à Sé de Braga mandou construir, para sua jazida, uma capela dedicada a Nossa Senhora; para ela pediu a protecção de Afonso IV, além de a ter dotado com numerosas rendas. Morreu em 1348 e, de acordo com as suas ordens, foi sepultado na sua capela, no túmulo que ele próprio encomendara a Mestre Peró e Telo Garcia e que é uma das mais preciosas jóias que se encerram na Catedral bracarense.

Gonçalo Gonçalves — pintor português, de Lisboa, cujo nome aparece referido em documentos com datas entre 1325 e 1348. Trabalhou na Sé de Braga contratado pelo Arcebispo D. Gonçalo Pereira. O conhecimento da sua actividade artística seria interessante pois deve ter constituído uma das primeiras fases da pintura portuguesa.

Mestre Pero — escultor do séc. XIV, de origem possìvelmente castelhana ou aragonesa, mas morador em Coimbra. Ele e Telo Garcia são os autores do túmulo do Arcebispo D. Gonçalo Pereira. Reinaldo dos Santos atribui a Mestre Pero a estátua jacente do prelado e a Telo Garcia a decoração da arca tumular; essa estátua é das nossas mais notáveis esculturas da época. As suas afinidades com a estatuária de Coimbra da mesma altura, levam fàcilmente a acreditar que seria um mestre coimbrão o seu autor. Esta obra tem servido de base de identificação para outras esculturas do mesmo artista. Reinaldo dos Santos atribui-lhe três exemplares hoje existentes no museu Machado de Castro, de Coimbra: a Virgem da Expectação, que era da Sé Velha; a Virgem de pé com

o Menino, de Podentes e o busto da Virgem com o Menino, originário de Montemor-o-Velho; e ainda uma Senhora do Ó proveniente de Tarouca, uma outra do Museu Regional de Lamego e um Anjo de S. João de Tarouca. Ao contrário, Vergílio Correia que considera como obra de Mestre Pero a imaginária do túmulo e não a estátua jacente, atribui-lhe, em Oliveira do Hospital, o retábulo da capela dos Ferreiros e duas estátuas jacentes pertencentes à mesma capela; na Sé de Coimbra, o túmulo de D. Vataça; a imagem de S. Miguel, na Foz do Arouce; o S. Tiago, de Tentugal; etc. Todas estas obras devem pertencer a Telo Garcia no caso de estar certa a tese de Reinaldo dos Santos. Aarão de Lacerda e Vergílio Correia são de opinião de que seja Mestre Pero o autor das Virgens da Expectação. Alberto Feio atribui-lhe e a Telo Garcia, o túmulo da Rainha Santa, em Coimbra, pelas afinidades que tem com o de D. Gonçalo.

Telo Garcia — é um escultor do séc. XIV que vivia em Lisboa embora fosse certamente de nacionalidade espanhola. Foi, como já dissemos, um dos autores do túmulo de D. Gonçalo Pereira, existente na capela de Nossa Senhora da Glória, na Sé de Braga. Este prelado encomendou àqueles dois artistas o seu túmulo e sobre isso assinou com eles um contrato, em Lisboa, em 1334.

Arcebispo D. Lourenço Vicente — este Arcebispo, que foi um dos grandes homens da nossa História na Idade Média, nasceu na Lourinhã. Foi Cónego de Lisboa e bacharel em leis. Em Dezembro de 1373, uma bula de Gregório XI fazia-o Arcebispo de Braga. Uma vez aqui conseguiu que D. Fernando restituísse o senhorio de Braga à Igreja. Manteve questões com o Cabido que chegou mesmo a desejar a sua suspensão mas sem nada conseguir pois Urbano VI decidiu-se a favor do prelado. Durante o cisma do Ocidente manteve-se sempre fiel a este Papa. D. Lourenço auxiliou D. João I na tomada de Guimarães, depois da aclamação deste rei. Tomou também parte activa na batalha de Aljubarrota a todos fazendo lembrar as indulgências prometidas pelo Papa a quem combatesse contra os castelhanos que estavam ao lado do anti-Papa Clemente VII. Tendo saído da batalha ferido mas com vida, foi à Nazaré agradecer à Virgem a vitória.

Quando D. Filipa de Lencastre se encontrava com seu pai no convento de Celanova, junto de Orense, D. Lourenço fez parte da embaixada que a foi buscar para Portugal e assistiu depois ao casamento real. No seu tempo, e tendo D. João I pedido isso ao Papa, fez-se a separação dos bispados espanhois da Metrópole de Braga e dos portugueses da Metrópole de Compostela. Braga ficou com Porto, Coimbra e Viseu e perdeu os bispados que lhe eram sujeitos em Leão e na Galiza.

D. Lourenço introduziu em Braga a festa do Corpus Christi.

Junto às paredes da Sé mandou construir, para sua jazida, uma capela gótica dedicada a Nossa Senhora, S. Lourenço e S. Vicente e dotou-a com várias rendas. No centro mandou colocar um túmulo que se lhe destinava e lá foi sepultado quando morreu em 1397. Quando no séc. XVII foi aberto o sarcófago o cadáver estava incorrupto; foi então encerrado noutro túmulo metido num arco-sólio na parede da capela.

Arcebispo D. Jorge da Costa — nasceu na vila de Alpedrinha e era filho de Martim Vaz e D. Catarina Gonçalves da Costa; era irmão do Cardeal D. Jorge da Costa. Foi Bispo de Silves embora nunca chegasse a tomar posse de tal bispado. Em 1 de Fevereiro de 1486, Inocêncio VIII proveu-o na Igreja de Braga, ao que parece, graças à influência de que seu irmão dispunha na Cúria. Procuradores nomeados por ele tomam posse do arcebispado em Março de 1487 e em Dezembro de 1488 já o Arcebispo está em Braga pois manda convocar o clero da diocese para o dia 6 desse mês, para reunir em sínodo.

D. Jorge da Costa mandou fazer uma impressão do Missal, Breviário e Manual dos Sacramentos ou Ritual, bracarenses.

Em 22 de Novembro de 1490 abençoou, em Estremoz, o casamento do príncipe D. Afonso e quando este morreu foi encarregado de acompanhar a viúva à fronteira portuguesa, em Olivença.

Em 23 de Junho de 1496 reduziu a quatro as Colegiadas menores do arcebispado: Ponte de Lima, Correlhã, S. Tiago de Antas e S. Gens de Monte Longo e indica os nomes dos beneficiados existentes nelas. Fez isto para reprimir os abusos dos criminosos que para ficarem impunes se acolhiam às Igrejas fazendo-se seus beneficiados.

Quanto às obras que fez na Sé D. Jorge da Costa, D. Rodrigo da Cunha indica a galilé da fachada, que acabou de ser decorada no tempo de D. Diogo de Sousa. Na abóbada está o seu brazão. D. Rodrigo ainda aponta, sob reserva, como obras suas, a ermida de S. Bartolomeu, no Monte de Santa Margarida, e que foi demolida passados dois séculos; a igreja paroquial de S. Vítor, substituída no séc. XVII pela actual; e a ermida de Santa Cruz do Monte, que o Deão da Sé, D. João da Guarda, reedificou e ampliou à sua custa.

Em Dezembro de 1499 ainda o Arcebispo estava em Braga como se vê por documentos da época, mas deve ter partido para Roma em princípios de 1500 pois daí em diante todos os emprazamentos são feitos pelo Provisor e Vigário Geral. Faleceu em Roma em 1501 onde se supõe que tenha ido para conseguir o chapéu cardinalício. Foi sepultado na capela de Santa Catarina que seu irmão edificara para sua jazida, na igreja de Santa Maria do Pópulo.

Arcebispo D. Diogo de Sousa — era filho de João de Vasconcelos, senhor de Figueiró e Pedrogão, e de D. Branca da Silva. Estudou em Évora, Paris e Salamanca. De volta a Évora, D. João II nomeou-o Deão da Capela Real. Foi Bispo do Porto e, tendo ido a Roma como embaixador de D. Manuel ao Papa Alexandre VI, foi-lhe nessa altura entregue o arcebispado de Braga. Fez a sua entrada solene nesta cidade em Novembro de 1505 e em Dezembro já reuniu em sínodo o seu clero. Fez publicar novas Constituições para o clero e povo do arcebispado e novos Estatutos para o Cabido. Mandou fazer novas edições do Breviário e do Missal bracarense. Fez com a Colegiada de Guimarães uma concórdia sobre a visitação da Igreja daquela cidade. Em 1508 encarregou-se da edificação do Hospital de S. Marcos que o Cónego Diogo Gonçalves iniciara; forneceu-lhe meios para a sua manutenção e criou-lhe um Estatuto pelo qual se devia reger. Refundiu todos os hospitais de Braga no de S. Marcos.

É obra sua a actual capela-mor da Sé que encomendou a artistas biscainhos; mandou também fazer os túmulos em que estão hoje os restos mortais dos Condes D. Henrique e D. Teresa. Fez obras na fachada principal.

Em 1513 levantou no claustro da Sé uma capela para sua jazida e nela se alojou a Confraria da Misericórdia. Interessou-se pela biblioteca da Catedral mandando fazer a casa para livraria, como consta no memorial das suas obras.

Criou alfândegas em Braga, ou seja hospícios para receber os comerciantes que vinham de fora. Preocupou-se com a instrução do clero e do povo; abriu escolas públicas.

Fez grandes obras no convento de S. Frutuoso que transformou num mosteiro da Ordem de S. Francisco e entregou-o aos religiosos da Congregação de Nossa Senhora da Piedade, em 1522. Em Braga abriu ruas; construiu um novo edifício para os Paços do Concelho; fez largas obras no Paço Arquiepiscopal; canalizou água para a cidade e criou fontes públicas; quase levantou uma nova cidade à volta dos muros da antiga. Reconstruiu a capela de Nossa Senhora-a-Branca e a de Santa Marta do Monte; levantou a ermida de Santa Ana.

Em 1512 conseguiu para a sua arquidiocese as terras da comarca de Valença, em troca das vilas de Olivença, Campo Maior e Ouguela, que entregou ao Bispo de Ceuta. Na sua qualidade de Metropolita, prestaram-lhe juramento de fidelidade e obediência os Bispos das dioceses sufragâneas de Ceuta, Coimbra e Viseu. Manteve com D. João III uma contenda por causa da jurisdição de Braga e seus Coutos.

Morreu em 1532 e foi sepultado na sua capela.

Nicolau de Chanterene — escultor do séc. XVI; é de origem francesa mas trabalhou em Portugal durante um largo período. Foi um dos introdutores do Renascimento em Portugal. Em 1517 já trabalhava em Lisboa, no mosteiro dos Jerónimos e são notáveis as estátuas de sua autoria que existem na porta principal daquele mosteiro. Em 1519 trabalhava ele no andar superior do claustro do Silêncio, em Alcobaça. Mais ou menos de 1520 a 1530 encontramo-lo em Coimbra onde fez, no mosteiro de Santa Cruz, os túmulos de D. Afonso Henriques e D. Sancho I; a estátua jacente deste último é considerada por Reinaldo dos Santos como a mais notável estátua do nosso Renascimento. Trabalhou também nas imagens do portal da igreja do mesmo mosteiro e cujo púlpito, normalmente atribuído a João de Ruão, é também atribuído a Chanterene por Reinaldo dos Santos, assim como a Porta Especiosa da Sé Velha na mesma cidade. O mesmo crítico é ainda de opinião de que serão também de Chanterene e da época em que trabalhava em Coimbra, a estátua jacente do Arcebispo D. Diogo de Sousa, na Sé de Braga, muito semelhante à de D. Jorge de Melo, em Portalegre, do mesmo autor, a do Conde D. Henrique e talvez a imagem da Virgem do Leite, aparentada com as Virgens do museu Machado de Castro, de Coimbra, também na mesma Catedral. Ainda em Coimbra, trabalhou no mosteiro de Celas num arco duma capela funerária que lhe mandou fazer a abadessa D. Leonor de Vasconcelos, mas que depois serviu para porta do coro — passa-se isto em 1526. Depois trabalha em Sintra onde, em 1532, termina o retábulo do altar-mor da capela do Palácio da Pena, que lhe fora encomendado por D. João III. Entre 1533 e 1540 está em Évora; aí executa a arca tumular de D. Álvaro da Costa, o túmulo de D. Francisco de Melo, o cenotáfio de D. Afonso de Portugal, etc. Paul Vitry, entre outras obras, atribui a Chanterene a Virgem da Anunciação do museu Machado de Castro, a estátua orante de D. Duarte de Lemos e o túmulo de D. Luís da Silveira, em Gois. É obra sua o túmulo de D. Jorge de Melo, em Portalegre, na igreja de S. Bernardo. Trabalhou também na igreja de S. Marcos junto de Tentugal. É-lhe ainda atribuído o túmulo de D. João da Silva, no Panteão dos Silvas; a Piedade da igreja da Senhora dos Antos, em Montemor-o-Velho; a Piedade, de Óbidos; um portal renascentista em Alpedrinha; a pia de baptismo da igreja de Santa Maria, perto de Sabuga; o fogão de mármore do Paço de Sintra; etc.

Em 1538 Chanterene foi denunciado à Inquisição por possuir uma bíblia e uma madrágora; parece, no entanto, que ele não chegou a sofrer nada de grave embora não se saiba mais nada dele para além de 1551.

Arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus — nasceu em Lisboa em 1537 e era filho de D. Fernando de Castro, Governador da Casa Cível de Lisboa, e de

D. Maria Ayala, uma filha dos Condes de Monsanto. Ainda bastante novo foi estudar para Coimbra mas não concluiu os estudos porque foi para o convento. Entrou primeiro para o convento de Santo António, de Coimbra, mas por motivos de saúde foi obrigado a mudar para uma Ordem menos rigorosa passando então para os Eremitas de Santo Agostinho em cujo colégio de Coimbra recebeu o hábito quando contava 17 anos de idade. Daqui passou para Lisboa para o convento da Graça onde professou após um ano de noviciado — em 1555. Em Lisboa tirou o curso de Artes e depois voltou para o Colégio de Coimbra a estudar Teologia. Foi Prior do Convento de Vila Viçosa, Reitor do Colégio de Coimbra e Provincial da Ordem a que pertencia. Foi como defenidor a Roma assistir ao Capítulo Geral da sua Ordem e lá lhe confiaram a missão de reformar as Constituições da dita Ordem. Gregório XIII mandou-o à Alemanha como Vigário Geral para proceder à reforma dos conventos daquela Província. Voltando a Portugal foi reeleito Provincial. A seguir foi encarregado de compor as discórdias entre os religiosos eremitas de Castela. De novo no nosso país foi, por indicação régia, nomeado Vigário Geral perpétuo desta Província e manteve esse cargo até que, em 1588, Xisto V lhe entregou o arcebispado de Braga em cuja cidade fez a sua entrada solene em Março de 1589. Aqui, mandou escrever a História Eclesiástica do Arcebispado e foi também por sua ordem que Gaspar Lourenço coligiu os *Rerum Memorabilium Ecclesiae Bracarensis*. Em 1590 instituiu o Ofício do Registo Geral eclesiástico. Em 1594 reuniu um sínodo para tratar de reformar as Constituições diocesanas em harmonia com os decretos do Concílio de Trento. Noutro sínodo, em 1606, se estabeleceram leis para a reforma dos costumes públicos. Nesta altura fez a trasladação das relíquias de S. Martinho de Dume e de S. Tiago Interciso para as capelas do transepto da Sé indo as primeiras, num túmulo de pedra doirada, para a capela de Santa Marta, actual capela da Senhora da Rosa e as segundas para a do Espírito Santo, actualmente sob a invocação do Coração de Jesus. Em 1600, como os Estatutos do Cabido fossem anteriorés ao Concílio de Trento, fê-los rever aprovando uns novos que ainda hoje se mantêm.

Por não encontrar vestígios de qualquer outra anterior, fez em Julho de 1592 uma nova dedicação da Catedral.

Transferiu para o Salvador, em Braga, as Freiras de Victorino das Donas, de Ponte de Lima. Fundou em Braga o primeiro convento da sua Ordem, o de Nossa Senhora do Pópulo, cuja primeira pedra foi lançada em 1596.

Foi obra sua a alfândega junto ao castelo. Dotou a cidade de várias fontes públicas. Edificou a ala esquerda dos Paços Arcebispais. Em Novembro de 1609 fechava os olhos para sempre, este prelado a quem Braga bastante ficou devendo.

Arcebispo D. João de Sousa — era filho do Senhor de Gouveia de Riba Tâmega, Tomé de Sousa, e de D. Francisca Coutinho e Menezes, dos Condes de Redondo. Nasceu em Lisboa e doutorou-se na Faculdade de Cânones de Coimbra; foi Porcionista e Colegial do Colégio de S. Pedro desta cidade. Em 1668 é Arcediago de Santa Cristina de Longos, na Sé de Braga. Foi presidente da Relação Eclesiástica de Évora e deputado da Inquisição na mesma cidade; daqui passou para a Inquisição de Lisboa. Tendo recusado o Priorado-mor de Palmela e a Mitra de Miranda, embarcou para Nice em 1682 com a armada que foi ali buscar o duque de Saboia de quem devia vir a ser Sumilher da Cortina; afinal o duque não veio. Em 1683 é nomeado Bispo do Porto e em 1696 Inocêncio II confirma-o Arcebispo de Braga. Entra aqui solenemente em Junho de 1697. Mandou imprimir as Constituições que o sínodo diocesano de 1637 tinha aprovado; mandou também fazer a impressão do Breviário bracarense.

É obra sua a actual sacristia da Sé.

Em 1701, indo em visita a Viana do Castelo, mandou abrir o túmulo de D. Bartolomeu dos Mártires; do exame que fez a esse túmulo mandou ele um relatório à Santa Sé, juntamente com a indicação das virtudes e milagres daquele prelado, para tratar da sua beatificação.

Em 1703 tomou posse da diocese de Lisboa e lá morreu em 1710 sendo sepultado na Catedral.

João Antunes — depois de ter exercido durante dezasseis anos o lugar de aprendiz de arquitecto, foi em 1699 nomeado arquitecto real por D. Pedro II, após o falecimento de Francisco da Silva Tinoco, com um ordenado de 50 mil reis anuais. O diploma desta nomeação está registado na Chancelaria de D. Pedro II, liv. 25, fol. 229. Os documentos da época chamam-lhe insigne arquitecto. Depois de ter traçado muitos edifícios em Lisboa, foi encarregado de fazer a planta do Real Convento do Louriçal cuja primeira pedra foi lançada a 9 de Março de 1690, contribuindo D. Pedro II com seis mil cruzados para as despesas da construção. Foi também arquitecto das ordens militares tendo neste cargo sucedido a Mateus do Couto. Em 1697 dirigia as obras de Santa Engrácia cuja planta é possível que seja sua visto se ter iniciado a construção em 1682. A sua fama chegou ao norte do país e em Braga devemos-lhe a actual sacristia da Sé mandada construir pelo Arcebispo D. João de Sousa. Por alturas de 1734 faleceu, tendo-lhe sucedido no cargo de arquitecto real, Custódio Vieira.

Oliveira Bernardes — pintor azulegista dos séculos XVII-XVIII. Natural do Alentejo, em 7 de Agosto de 1684 entrou para a Irmandade de S. Lucas onde serviu como mordomo em 1686 e 1687.. Por mandado de Aires de Sousa, fez em 1689 o retrato da religiosa capuchinha Madre Maria de Santo Aleixo, logo depois da morte desta. D. José Barbosa chama-lhe insigne pintor mas o que mais o notabilizou foram os seus azulejos; nesta matéria as suas principais obras conhecidas são: os azulejos azuis e brancos da igreja da Senhora dos Remédios, em Peniche: estão assinados; os da capela de S. Pedro de Rates, da Catedral bracarense, também assinados; os da igreja do Convento de S. Domingos, em Benfica; os de Nossa Senhora da Cabeça, assinados e datados de 1736 e os da igreja dos Loios, de Évora, datados de 1711 e com a assinatura — Antonius ab Oliva. Segundo Xavier da Costa, são também seus os azulejos do coro baixo do Convento da Esperança, de Ponta Delgada, que estão assinados com a sua firma. A data dos azulejos de Nossa Senhora da Cabeça parece demonstrar que ainda era vivo em 1736.

Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles — filho do Conde de Vale dos Reis. Nuno Mendonça, e de D. Luisa de Castro, nasceu em Vale dos Reis, Alcácer do Sal, em 1644. Em 1658 entrava como Porcionista no Colégio de S. Paulo, em Coimbra e em 1667 doutorava-se em Cânones na Universidade. Foi tesoureiro-mor da Sé de Évora e Deputado da Mesa da Consciência e Ordens. Em 1678 o príncipe regente nomeia-o seu Sumilher da Cortina e em 1690 é nomeado Reitor da Universidade de Coimbra por D. Pedro II. Em 1694 Inocêncio XII confirma-o para a diocese da Guarda e em 1697 assiste, em Lisboa, às cortes reunidas em 15 de Novembro. Finalmente em 1703 é apresentado na Igreja de Braga e aqui entra solenemente no ano seguinte. Durante 1705 e 1706 andou em visita pastoral. Resolvendo fazer uma reforma eclesiástica, reuniu, com esse fim, um sínodo em 1713. Fez várias obras no Paço Arquiepiscopal e na Sé; aqui reedificou grande parte da fachada, construiu o zimbório do cruzeiro e o que está junto do coro alto, mandou fazer altares nas naves laterais, edificou a casa do Cabido e reconstruiu a capela de S. Geraldo. Reedificou o Santuário do Bom Jesus do Monte e a capela de S. Sebastião das Carvalheiras. Instituiu em convento regular o Recolhimento de Santa Isabel e pôs-lhe clausura perpétua; é agora o Convento da Madre de Deus. Deu uma organização monacal ao Recolhimento de Nossa Senhora dos Anjos que passa a ser o Convento de Nossa Senhora da Conceição das Capuchas Descalças. Converteu em regular o Convento das Beatas Capuchas que passa a Ordem da Imaculada Conceição. Fundou o Recolhimento de Santa Maria Madalena e de S. Gonçalo. Em 1724 mandou fazer nova edição do Breviário bracarense que havia

sido reformado por D. Rodrigo da Cunha. Fez construir a nova igreja do Convento de S. Frutuoso que aliás já não chegou a ver concluída.

Morreu em 1728 e foi, como queria, sepultado em campa rasa, na capela de S. Geraldo.

Nicolau Nasoni — arquitecto italiano, natural de Grã-Ducado da Toscano, segundo declara no seu testamento. Fixou residência no Porto em meados do séc. XVIII. Aí se casou com D. Antónia Mascarenhas Malafaia da qual teve sua filha Margarida. Exerceu a sua actividade sobretudo no Porto onde são obras suas os Clérigos, a que mais o notabilizou, a igreja da Misericórdia, a galeria exterior da Sé, etc. É também ele quem dirige a reforma barroca das Catedrais de Lamego e Braga. Morreu em Agosto de 1773, na freguesia de Santo Ildefonso; foi sepultado na igreja dos Clérigos.

Frei Simão Fontana da Galiza — é o autor dos actuais órgãos da Sé de Braga, que datam de 1737 e 1738.

Arcebispo D. Gaspar de Bragança — filho natural de D. João V e de D. Madalena Máxima de Miranda Henriques, da casa dos Miranda Henriques, de Lisboa, nasceu em 1716. Era um dos meninos de Palhavã que se chamavam assim por terem sido criados no palácio de Palhavã. Em 1742 D. João V reconheceu-os como seus filhos; depois o próprio rei D. José confirmou este reconhecimento em 1752 e em 1755 mandou-os ir para Lisboa onde os distinguiu como a irmãos. Haviam sido educados em Santa Cruz de Coimbra ao cuidado de D. Fr. Gaspar da Encarnação. D. José I apresentou-o Arcebispo de Braga após a morte de D. José de Bragança; Bento XIV confirmou-o em 1757 e em Julho de 1758 foi sagrado na capela do palácio de Palhavã. No mesmo dia, como seu procurador, tomava posse da diocese D. Aleixo de Miranda Henriques. D. Gaspar só entrou solenemente em Braga em Outubro de 1759.

Para obedecer ao Marquês de Pombal teve de proibir os padres jesuítas de confessarem dentro da área do seu arcebispado e nada tentou opôr, dentro da sua arquidiocese, ao Édito que fazia a proscrição dos jesuítas. Teve que prescindir do auxílio do seu coadjutor D. José de Oliveira Calado por este ter caído em suspeita de ser favorável à Companhia de Jesus. Apesar de tudo isto acabou por ser acusado, pelo marquês, de conspirador — foi intimado a abster-se de qualquer comunicação com os irmãos D. Antònio e D. Jorge então presos no Buçaco. Chegou mesmo, como diz Monsenhor Ferreira, a ser insinuado para recolher ao convento dos Cruzios da Serra do Pilar. Ainda por

ordem do Governo, D. Gaspar proibiu os padres Congregados do Oratório de Braga, de pregar ou confessar.

No seu tempo e graças aos seus esforços feitos nesse sentido, foi fundado o Colégio das Ursulinas de Braga. Em 1761 começou a construir a capela da Lapa. Protegeu ainda as obras do Recolhimento de Santa Teresa, que clausurou em 1778 passando a ser Convento de Santa Teresa.

Fez várias obras na Sé, quase todas prejudiciais para esta Catedral, sobretudo a destruição do retábulo da capela-mor. No seu tempo foi demolida a velha igreja de S. Pedro de Maximinos, certamente o mais antigo templo de Braga pois escapou à invasão dos árabes.

Em 1770, D. Gaspar mandou fazer em Lisboa uma edição do catecismo de Montpellier para uso do arcebispado de Braga. Resolveu também fazer a reforma do Missal e do Breviário bracarense e fez ainda a reforma do Cantochão bracarense. Durante o seu governo na diocese de Braga, fez uma visita pastoral a Guimarães.

Em 1789 morreu sendo sepultado na capela-mor da Sé. Deixou os seus pontificais, a cruz peitoral e o anel a Santa Maria da Sé; para as obras da Catedral que parecessem mais necessárias deixou oito contos.

Reza a tradição que era muito esmoler.

João Glamna Stroberle — pintor que nasceu em Portugal em 1708 mas de pai estrangeiro. Era filho único dum dos alemães que acompanhavam a rainha D. Mariana de Áustria e que casou cá em Portugal. Cedo mostrou tendências para a pintura e isso valeu-lhe que a corte o enviasse para Roma onde ficou talvez uns vinte anos. Lá copiou muitas obras antigas e de Rafael; foi seu mestre Marcos Benefial. Estudou na Academia de S. Lucas onde se distinguiu chegando mesmo a tirar um primeiro prémio num concurso. Regressando a Lisboa, trabalhou nas decorações do Teatro Real. Depois foi viver para o Porto onde o protegia o Bispo D. Frei José Maria da Fonseca e Évora. Quando este morreu em 1751, parece ter ele embarcado para Londres, mas em 1755 já estava em Lisboa onde assistiu ao terramoto que veio a ser o tema dum dos seus melhores quadros, chamado: «Uma cena do terramoto de 1755». Voltou para o Porto onde se manteve até à sua morte ocorrida em 1792.

Muito culto, era um grande desenhador e notabilizou-se sobretudo no retrato. Em várias igrejas do Porto há obras suas, tais como, na de S. Nicolau, S. João Novo e Nossa Senhora da Vitória; há também alguns quadros seus no museu do Porto. São de sua autoria as telas que se destinaram aos altares das naves laterais da Sé de Braga e que hoje se encontram em exposição no antecoro da mesma Sé e na Capela de Nossa Senhora da Piedade, no claustro, visto

os altares terem desaparecido a quando do último restauro; as melhores são as de Santa Bárbara, S. João Baptista e S. Sebastião.

Arcebispo D. João Crisóstomo — D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1876-1883) nasceu em Cantanhede em 1810; era filho de D. Francisca Inácia de Jesus Gomes Murta e de João Dias Pessoa. Em 1826 entra no noviciado no convento de Nossa Senhora da Conceição, dos frades capuchos da Província de Santo António de Portugal, na sua terra natal. Lá professou em 1827. Esteve depois no convento de Santo António da Certã e no de Santo António da Lameda. Em 1830 vai completar os estudos de Teologia em Coimbra no colégio de Santo António da Pedreira.

Quando em 1834 foram extintas as ordens religiosas, teve de deixar de ser frade. Tinha muita fama como orador e foi lente na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra. Em 1860 é confirmado Bispo de Cabo Verde e, em 1862, Arcebispo de Goa. Uma vez na Índia reorganizou os estudos no Seminário de Rachol fundando ao mesmo tempo uma biblioteca no dito seminário. Fez ainda uma visita pastoral a quase todo aquele padroado português. Em 1869 teve de voltar à Europa por motivos de saúde e em 1871 era nomeado Par do Reino. Em 1874 Pio IX nomeia-o coadjutor e sucessor do Arcebispo de Braga D. José de Azevedo e Moura. Chegou a Braga em 1875. Em 1876 já toma posse da arquidiocese onde faz a sua entrada solene em 1877. Reformou o ensino no seminário de S. Pedro e dotou a arquidiocese com um novo seminário — o dos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo, para o qual conseguiu que o Governo lhe concedesse o edifício do colégio das ursulinas. Aumentou o número de disciplinas ensinadas e conseguiu novos livros para a biblioteca.

No seu tempo, em 1878, decorreu em Braga o 2.º congresso dos escritores e oradores católicos de Portugal.

Andou este prelado em visitas pastorais por Guimarães, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Caminha, Porto d'Ave, Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Barcelos. A quando do lançamento da primeira pedra do monumento a erigir à memória de Pio IX no monte da Penha, fez segunda visita a Guimarães.

D. João Crisóstomo continuou na Sé de Braga as desastrosas obras de D. Gaspar de Bragança e isso fez-se sentir sobretudo na capela-mor para cujo altar mandou fazer um baldaquino de madeira que saiu com as medidas erradas pelo que tiveram de cortar um bocado ao altar para conseguirem colocá-lo. Mudou para a capela de Nossa Senhora do Livramento os restos mortais do Conde D. Henrique e de D. Teresa, nos túmulos que para eles mandara fazer D Diogo de Sousa, os quais estavam na capela-mor.

Apesar dos esforços que o Arcebispo fez em sentido contrário, a arqui-

diocese de Braga foi reduzida a 987 paróquias. Em 1882 D. João pede a sua resignação que foi aceite mas teve ainda que se conservar à frente da arquidiocese até 1883. Retira-se então para a sua quinta de S. João Baptista de Cabanas, próximo de Braga, onde faleceu em Dezembro de 1888. Deixou à Sé de Braga o cálice de ouro com patena e colher do mesmo metal. O seu corpo foi transportado para Cantanhede a cuja câmara municipal deixou os seus livros; os manuscritos legou-os à Universidade de Coimbra. Instituiu sua herdeira universal a Misericórdia de Cantanhede com a obrigação de fundar um hospital para pobres, etc.

Documentos

Doc. n.º 1

De como após as invasões árabes sujeitou D. Ordonho a Igreja de Braga à de S. Tiago por estar a primeira destruída e como passados sobre isto muitos anos, governando a Galiza o filho de Fernando Magno, Garcia, foram ter com ele alguns prelados e cavaleiros para restaurar a Igreja de Braga, logo se começando a reedificar a Catedral mas sendo o Bispo afinal nomeado apenas no tempo de D. Sancho, irmão de Garcia, sem que a ele ou à sua Igreja desse o rei quaisquer bens ou ajudas e acabando o Bispo por ser expulso da diocese.

«Postquam Hispania paganorum gladio caesa est propter peccata inhabitantium, & in solitudinem versa, Christicolae Deo miserante recolectis viribus coeperunt paulatim undique dilatari longo temporum decurso, & omnia loca quae obtinere potuerunt suis voluntatibus subdiderunt, S. Ecclesias, quae quondam Domino consecratae fuerant, laicales possessiones fecerunt. Alii autem è contrario in villulis, & quibusdam laicalibus locis, novas Ecclesias, & monasteriola constituentes, tradiderunt illis Ecclesias olim praeclaras, & celeberrima monasteria servituti manciparunt. Ex quibus Rex quidam Ordonius nomine, Bracharam quae Metropolis & mater esse totius Hispaniae debet, loco Sancti Jacobi tradidit servituram, usque ad murum ipsa penitus destructa manente, & in lapidum congerie versa. Multis igitur annis hoc modo transactis, nostris nuper temporibus moriens Christianissimus Rex Domnus Ferdinandus divisit regnum suum tribus filii suis, Sancio videlicet, Aldefonso, atque Garciae. Ex quibus Garcia accepit Occidentalem regni partem, in qua est ipsa Brachara. Ad quem accedentes Vestrius Episcopus Lucensis, & Crescónius Iriensis cum aliis religiosis hominibus, & terrae mitilibus rogaverunt eum, ut Ecclesiam Bracharensem juberet restaurari, & Episcopum in ea ordinari. Quibus benigne favens misit & vocavit omnes maiores & mobihores, qui habitant ad locum Sancti Jacobi, & illis benevolentibus dedit eis monasterium quoddam Regium nomine Cordarium, & accepit ab eis omnia quae ipsi habebant apud Bracharam, quae sibi insuper à dicto Rege Ordonio fuerant tradita. Restituit que ea supra nominatus Garcia Rex Ecclesiae Bracharensi, & Vicariis ejus, qui obtinuerunt eam, & omnes redditus eorum, & coeperunt ipsi jam nominati Pontifices aedificare Bracharensem Ecclesiam in memoriam Beatae Dei Genitricis Mariae. Accedente itaque dilatatione, nondumque ordinato Epis-

copo, interea erexit se Rex Sancius adversus fratrem suum Garciam, & accepit Regnum ejus. His namque perturbationibus agitatis, habitatores Sancti Jacobi praesumptuorè absque jussu Regis acceperunt ea, quae jam Regi Garciae dederant ad utilitatem Bracharensis Ecclesiae profutura, retinentes pariter, & Monasterium praenominatum Cordarium, quod proinde acceperunt. Rex deinde Sancius fecit ordinari Petrum Bracharensem Episcopum, sed nihil ei contulit neque de suis, neque ea quae frater suus Garcia dederat. Idem Sancius moriens pro temporis paucitate nihil dignum reliquit memoria. Postea vero Rex Adefonsus obtinuit omne Regnum patris, & exercuit bella plurima, adversus Sarracenos, & saepè congregavit Synodos, jussitque coram Ecclesiae sanctae legatis legi, & firmari sanctorum decreta Canonum. Sed praedictus Petrus Bracharensis Episcopus non fuit talis meriti, ut charus amicis fieri posset Regis, & ab eo, vel à compraesulibus atque Cardinalibus in Synodo ad profectum Ecclesiae suae aliquid profuturum meretur impetrare. Qui ante vitae suae finem invitus à Pontificatu defectus est, & in Monasterio usque ad mortem fuit. Bracharensis autem Ecclesia ob regnitiem inutilis pastoris pauperrima remansit, & propter discordiam, quae inter Principes terrae orta est interrupta, & injuriata funditus constitit. Hujus si quidem rei testes fuerunt. Facta fuit haec concambiatio in Era MCIX.»

(leitura de Frei António Brandão)

Arquivo Distrital de Braga; Liber Fidei, doc. n.º 20.

Publicado por Frei António Brandão na «Monarquia Lusitana», 3.ª parte, Liv. VIII, cap. V e por D. Rodrigo da Cunha, em português, na «História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga», I. Referido por Alberto Feio em «A Catedral de Braga e a Capela dos Coimbras»; por Monsenhor José Augusto Ferreira em «Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga», vol. I; pelo Dr. Avelino de Jesus da Costa em «A Restauração da Diocese de Braga em 1070».

Doc. n.º 2
1089, Agosto, 28, Braga

Doação da sua herdade em Guntemir, junto de Braga, com todas as suas pertenças, e de um casal em Froilão, feita por Pelagio Petris e sua mulher Maria Pelagio, à Igreja de Braga, na era de 1127, ano de 1089.

«Ego famulus dei Pelagius Petris simul cum uxore meia Marie Pelagis. ut parem mereamur adipsci in celestibus regnis cum angelis sanctis scelestis sempiternis. offerimus huic sancto et venerabili altari quod est digne dono constructum in sede bracarense et metropolis hobhonorem et reverentiam dei genitricis marie gloriose semper virginis. hereditatem quam habemus in yilla

que vocatur Guntemiri cuncta quam ibidem habemus cum omnibus suis prestationibus et locis novissimus et antiquis secus litus maris. et in villa froilam uno kasal pro remedio genitricis mee domne dorotee cum omnibus prestantiis suis. in montes fontes terras ruptas barbaras quomodo illas obtinuerunt patres nostris et testamus illas villas per manus Bernardus archiepiscopus toletane sedis in illa dedicatione bracarensis ecclesiae et alii episcoporum Gundissalbus dumiense sedis. Auderigus tudense sedis. Petrus auriense sedis. Regnante Adefonsus rex in Spania et habitante in toleto. et in Roma urbanus pape. Ita ut de hodie et tempore sit de nostro iure abrasa et ad illa sede et ille episcopos et canonicos sit domnatas. et nos ante diem requiem sempiternam et nunquam finiendam. et si venerit tam nos filii usque in sempiternum extra que pariemus ipsas villas in quadruplo et ille rex suo indicato sicut liber kanon et liber iudicum indicaverint. facta series testamenti in die dedicationis ecclesiae et Sancti Agustini Episcopi — V° kalendas Septembris era MCXXVII. Ego Pelagius Petris et maria plaiz in hac testamenti manus nostras roboravimus. Ordonio testis. Mitu testis. Honorico testis. Amito testis. Petro testis.

Petrus bracarensis episcopus confirmo. Plagius presbiter notuit.»

(leitura de Helena Maria de Araújo de Carvalho Matos)

Arquivo Distrital de Braga; doc. n.° 138 da Gaveta das Propriedades e Rendas do Cabido e Liber Fidei n.° 605.

Referido por Monsenhor José Augusto Ferreira em «Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga», vol. I.

Doc. n.° 3

Declaração de que estando Braga arruinada, o Bispo D. Pedro tomara o governo dela, e adquirira muitas propriedades e que por seu falecimento fora eleito pelo clero e povo, como Bispo de Braga, S. Geraldo Monge e com consentimento do Arcebispo de Toledo e de el-rei D. Afonso e do Conde D. Henrique e que o mesmo Geraldo fora a Roma; e o Papa lhe restituiu a dignidade de Arcebispo.

«Haec sunt quae acquisivit Petrus Bracharensis Episcopus.

Hoc igitur testamentum est haereditatum, quas bonae memoriae Petrus Bracharensis Episcopus probitate sua acquisivit. Cum enim Sedes Bracharae ruinae, & desolationi subjaceret, & pastorem qui eam procuraret non haberet, ipse venerabilis Petrus pastoralem officium in ea suscepit, & de haereditatibus multis, quas Brachara Metropolis antiquitus habuerat istas in scriptis supra commemoratas pro posse suo recuperavit, qui nimirum dum vixit ad honorem Ecclesiae mea recuperandum vehementer desudavit.....»

(leitura de Frei António Brandão)

Arquivo Distrital de Braga; Liber Fidei, doc. n.º 145.

Publicado, em parte, por Frei António Brandão na «Monarquia Lusitana», 3.ª parte, Livro VIII, cap. V e por D. Rodrigo da Cunha na «História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga», I. Referido por Monsenhor José Augusto Ferreira em «Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga», vol. I; pelo Dr. Avelino de Jesus da Costa em «A Restauração de Braga em 1070».

Doc. n.º 4
1110, Outubro, 29

Doação que fez D. Teresa do Couto de Braga à Igreja da mesma cidade em satisfação do atentado que contra ela cometeram os seus maiorinos quando entraram com mão armada na Sé e no claustro lá cometendo desacatos.

«Sub imperio omnipotentis dei. ego ancillarum dei humillima famula. T. toletani imperatoris filia. uobis gloriosissime genetrici dei marie perpetuum in christo munus. et antiquarum et presentium pagina testatur braccarensem ecclesiam comprouincialium sedium matrem esse ac ideo plus honorare debere. Sed iniquus hostis sancte matri ecclesie inuidens egit quatenus mei maiurini sanctuarium dei non uerentes armata manu ecclesiam et claustrum ingredientes bona eiusdem ecclesie braccarensis fere perdiderunt. Quod postea catolici uiri mihi quam iniquum quamque detestabile scelus perpetratum esset ostendentes hoc utile consilium anime mee inueni. ut de prediis et uillulis quibus circum circa fruebar. eidem ecclesie conferrem. Recolens illud omnia peccata tua elemosina redime. et illud euangelii eadem mensura qua mensi fueritis remetietur uobis. Igitur ego prefata tarazia offero et dono piissime genitrici dei marie cuius basilica fundata esse noscitur in ciuitate metropoli braccara que ciuitas manet inter catuum et alister cautos in giro cum uillis et hominibus mihi debita seruitia persoluentibus quem admodum bisauius meus domnus adefonsus rex eidem ecclesie olim contulisse creditur. ut nulla hominum persona ultra hos terminos uiolenter ingredi audeat idest per terminos de petra ficta deinde ad montem maiorem et inde per cacumina montium usque ad sanctum uerisimum et inde ad montem caluelum et inde qualiter diuidit inter dumium et palmeriam. et inde ad sanctum petrum de merlim. et inde per illud iter qui decurrit ad forozos et inde per riuulum tortum et inde ad penam figueirolam et inde quomodo diuidit inter samueli et columpnas et inde per terminos inter gundisaluum et riuulum tortum et inde per arrugium inter ferrarios et gundimare et inuenies ibi petram fictam et inde ad pennam mauriscam et inde per directum ad unum monticulum super sanctum saluatorem de lodomar

et inde ad aluium inter asperones et arcos et inde ad montem sancte marte et finit ubi primitus inchoanimus. Hoc totum infra contenetur ita hibere offero ut quidquid regali fisco hactenus persoluerunt ab hac presenti die et deinceps uobis domno. M. braccarensium archiepiscopo uestrique successoribus.....»

(leitura do Dr. Alberto Feio)

Arquivo Distrital de Braga; doc. n.º 4 da Colecção Cronológica.

Publicado pelo Dr. Aberto Feio no «Boletim da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga», vol. II, e por D. Rodrigo da Cunha na «História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga», em português. Referido pelo Dr. Alberto Feio em «A Catedral de Braga e a Capela dos Coimbras»; por Monsenhor José Augusto Ferreira, em «Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga», vol. I; por Maria Margarida Martins, em «Elementos para a Cronologia da Arquitectura Românica em Portugal».

Doc. n.º 5
1135, Fevereiro, 11, Braga

Venda dum terreno em Braga que, em 11 de Fevereiro de 1135, fez o Arcebispo D. Paio a Nuno Paes, em troca duma pequena quantia, atendendo aos serviços que este prestara nas obras da Sé.

«In christi nomine. Ego pelagius menendi dei gratia bracarensis archiepiscopus cum meorum clericorum consilio facio kartam uendicionis et firmitatis tibi nuno pelaici de uno terreno quod habemus in ciuitate bracara, et habet iacentia inter illum de pelagio sesnandiz et illum de aluito carpenteiro et columba. et inde quomodo leuat se de illo de petro fole et diuidit per illas tuas casas et inde uadit usque in illam carreiram. do tibi illum quomodo est conclusum et determinatus. pro V bracalibus quod mihi bene seruisti in illa opera de sancta maria de bracara. Itaque habeas tu illum firmiter et omnis posteritas tua usque in perpetuum. Tamem si aliquis homo tibi supradictum terrenum calumpniauerit componat tibi illum in duplo uel in triplo et insuper sit maledictus et excomunicatus. Facta kartam III° idus februarij . Era M^{a} C^{a} LXX^{a} III^{a} — Ego pelagius menendiz supra nominatus archiepiscopus bracarensis prior conf. petrus odoriz archidiaconus conf. petrus sacrista conf. Mito cantor conf. Vermudus acolitus notuit. romanus romaniz presbiter qui denunciaui conf.»

(leitura do Dr. Alberto Feio)

Arquivo Distrital de Braga; Liber Fidei, doc. n.º 725.

Publicado pelo Dr. Alberto Feio em «Um Arquitecto da Românica Sé de Braga» (artigo publicado na revista «Minia» em 1946).

Doc. n.º 6
1214, Braga

Instrumento por onde consta que D. Afonso II deu ao Cabido de Braga 1.000 morabitinos com diversos encargos pios e de como o Arcebispo D. Estêvão Soares gastou esse dinheiro na reforma do claustro, da casa do tesouro e da capela de S. Geraldo e na construção da capela em que todos os dias se dizia missa pela alma dos reis que se fizessem sepultar na Sé de Braga e pelos seus descendentes, dando em troca as propriedades que possuía em Dadim e Lamaçães.

«In nomine patris et filii et spiritus sancti amen. Notum sit universis presentibus et futuris quod domnus Alfonsus secundus rex Portugalensis. dedit canonicis bracarensibus pro remedio anime sue et pecatorum suorum remitione. Mille morabetinos de quibus ei assigauerunt unum cappellanum. qui singulis diebus missan celebret. et oret pro eo. et pro uxore sua regina Urraca. et pro filiis suis tanquam pro vivis quandum fuerint in hac vita. Eis vero defunctis ab hoc seculo. debet missam celebrare et orare similiter pro eis et pro omnibus parentibus suis tanquam pro defunctis. Debent supradicti canonici facere anniversarium de IIII.or morabitinis quatuor in anno in quator temporibus pro iam dicto rege. et supradictis universis personis. Verum quia claustrum canonicorum bracarensium. et domus thesauri ecclesiae. et capella sancti nicholai. et beati Geraldi. plurimum refectione indigebant. que ab archiepiscopo. pro parte sua. et canonici similiter pro sua tenebantur reficere. nec reperiebatur hereditas que possuit emi commede de illis mille morabitinis. iccirco pensata comim utilitate et urgente casu refectionis per taxato ego domnus Stephanus archiepiscopus dedi pro illis mille morabitinis. supradictis totum quod habebam in Lamazaes et in Dadin. per omnes terminos suos et cum pertinenciis suis universis exceptis partibus de feresarum quas archiepiscopum spectare dinoscuntur. Hoc ad dito quod si archiepiscopo aliquid de cetero fuerit lucatus in iam dictis terminis de lamazales. et de Dadin ab hac tradictione sit ex emptuni. Et licitum sit ei adquirire de inceps et lucrari. Supradictos vero. morabitinos converti ego archiepiscopo in pernominatam refectionem claustri. Thesauri. et capelle beatorum nicholai et Geraldi. et in constructione capelle in qua cotidie missa celebrata. pro animabus regum et reginarum. et eorum qui ab eis descenderint. et in ecclesia bracarensi elegerunt vel elegerint sepulturam. Caninici quoque constituerunt capellanum qui debat orare pro domno

rege et pro personis per taxatis supradicto meo. Et tenentur canonici facere anniversarium pro eis sicut superius est perlibatum. Statutum autem fuit unanimiter ab archiepiscopo domno Stephano. et a capitulo universo. ut nulli archiepiscopo liceat imposterum venire contra hoc factum tam utiliter et pro videor communi deliberacione firmatum propter iminente refectionem. que non poterat alio meo ita conmumode in choari. et perfectione debita consumari. Qui cumque vero contra hoc factum nostrum venire temptaverit. per solvat canonicis bracarensis mille morabitinos. et quantum quesierit. tantum in duplo. vel in triplo componat eisdem. cum melioracione hereditatis eiusdem. recompesacione facta ab archiepiscopo nicherominus in suo robore perdurante. Hoc autem tractatum fuit et statum a iam dicto archiepiscopo domno Stephano. et canonicis universis in capitulo Bracarense. Regnante Rege Alfonso secundo in portucale. Sub era MCCLII.»

(leitura de Helena Maria de Araújo de Carvalho Matos)

(Arquivo Distrital de Braga; Liber Fidei, doc. n.º 878.

Referido pelo Dr. Alberto Feio, em «A Catedral de Braga e a Capela dos Coimbras»; por Monsenhor José Augusto Ferreira, em «Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga», vol. I.

Doc. n.º 7
1334, Junho, 11, Lisboa

Contrato que o Arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira fez com os escultores Mestre Pero e Telo Garcia que lhe fizeram o seu túmulo.

«Sabham todos Como eu Meestre Pero morador em Coinbra e eu Tello Garcya morador en Lixboa meestres dass hymageeys. Anbos en ssenbra e cada huu de nos pello todo e per qual antes de nos quiser auer assa obra ffeyta per tal a auer e non sse sscussar huu pollo outro. Obligamos todos nossos bees assy mouis come Raiz guanhados e por guanhar a ffazer e aCabar. A dom Gonçalo Arçebispo de bragaã. huu moymento con ssa cobertura e ass outras pedras que o dito ssenhor Arçebispo ou sseu çerto recado mandar ffazer. couem A ssaber. assy de ffeguras come de sygnaaes. come de todalas outras coussas que o dito ssenhor mandar ffazer ou ppoer. assy no dito moymento. come na dita cobertura como enas ditas pedras. A qual obra deuemos começar e affazer. dess Julho meyado Primeiro que uem en deante, e non herger dela maãho Ata que a dita obra non sseja ffeyta e acabada. per aquela guyssa que o dito ssenhor mandar ffazer. Pela qual obra que nos ssobre ditos deuemos a ffazer. deuemos dauer dozentes liuras dass quaes dozentas liuras conheçemos e conffessamos, que rreçebemos en ssignal e en paga quareenta liuras e a dita obra ffeita e acabada per

aquela guisa que o dito ssenhor mandar nos ssobre ditos sseeremos pagados da dita mayorya. E cada hua de nos partes louuamos e outorgamos ass ditas cousas e cada hua delas assy como no dito stromento son contehudas. E cada hua de nos partes que esto non quizer manteer e aguardar peite Aa parte que ass manteuer e aguardar dozentas liuras em nome de pena e ualer e teer o dito stromento e estar en sa ffirmidõe. cona dita pena. En testemonho deste mandamos antre nos fazer este stromento. per mãho de Ioham sobrinho. Tabeliom de lixboa, ffeito en lixboa nas pousadas do dito senhor Arçebispo. onze dias de Junho. Era de mil e trezentos e sateenta e dous Annos. ts. Affonso pirez pedreiro meestre das obras. francisquo gonçalues. clerigo Ioham teelho. vaasques anes. Gonçale steuez. E eu Ioham sobrinho tabliom de Lixboa a estas coussas e a cada hua delas presente ffoy e per mandado e outorgamento. dos sobre ditos este stromento screui e meu signal pugi que tal (lugar do sinal) he, en testemonho de uerdade.»

(leitura do Dr. Alberto Feio)

Arquivo Distrital de Braga; doc. n.º 11 da Gaveta das Capelas Sucessões e Vínculos.

Publicado pelo Dr. Manuel Monteiro em «O Túmulo de D. Gonçalo Pereira». Referido pelo Dr. Alberto Feio em «Dois Sepulcros Medievais e seus Artistas».

Doc. n.º 8
1432, Agosto, 27, Lisboa

Declaração de que Vasco Gonçalves, na qualidade de procurador do pintor Gonçalo Gonçalves, recebeu de Pedro Anes, recebedor das rendas que o Arcebispo de Braga tinha em Lisboa, 4.300 reais brancos que o dito Arcebispo mandou entregar àquele pintor para pagar parte do que lhe devia por pintar o coro da Sé de Braga.

«Sabham quantos este stromento de conhicimento virem que em prezença de mym Gomez Martinz tabaliam del Rei na çidade de Lixboa e testemunhas adiante escriptas pareçeo Vasco Gonçalvez çapateiro morador na çidade de Bragaa na Rua de Meixaminos e como procurador que sse dizia de Gonçalo Gonçalvez pintor morador na dicta çidade de Lixboa conhoçeo e conffessou que reçebeo de Pedre Annes reçebedor das rendas que o arçebispo da çidade de Bragaa ha na dicta çidade de Lixboa quatro mil e trezentos reaes brancos que o dicto senhor arçebispo ao dicto pintor manda dar em parte de pago do que ha daver por pintar o coro da egreja de Bragaa os quaes lhe manda dar em parte de pago do que ha daver por o que o dicto ha per seu alvara que ao dicto

reçebedor entregou. Das quaes cousas o dicto reçebedor a esto presente pedio este stromento ffecto no paaço dos tabaliaes de Lixboa viinte e sete dias de Agosto Era do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil e IIII° e trinta e dous anos. Testemunhas — Joham da Barca tabaliam e Fernam Afonso capellam do cabido de Lixboa que conheçeram o dicto Vasco Gonçalves e Steyam Martinz e Francisco Perez tabaliaos e outros. E eu Gomez Martinz sobredicto tabaliam que este stromento screpvi e aqui meu sinal fiz que tall (sinal público) Gomecius

Pg. X soldos»

(leitura do Dr. Avelino de Jesus da Costa)

Arquivo Distrital de Braga; Colecção Cronológica, caixa n.° 24.

Doc. n.° 9

Memorial das Obras que o Arcebispo D. Diogo de Sousa mandou fazer em Braga, de autoria do secretário do mesmo Arcebispo, cónego Tristão Luís, falecido por 1565.

«Título das obras que se fizeram na Sé à sua custa, e por seu mandado.

Tanto que chegou mandou precintar a Capella-mór, e abrir n'ella fresta larga, porque até então não havia ahi senão uma pequena antiga, e assim correger os degraus da dita Capella.

Mandou fazer um púlpito de pedra, porque não havia ahi senão um de pau muito desbaratado, o qual púlpito de pedra se mandou depois mudar à nave do Alpendre de S. Geraldo, e depois assentou na Sé outro de pedra d'Ançã com suas armas.

Mandou fazer o arco de novo à porta principal, porque o velho era baixo, e tinha uma columna no meio, e assim mandou fazer umas portas no dito portal, que agora estão n'elle.

Mandou lagear o páteo debaixo da abobada da porta principal de cantaria em lisonja, e fazer umas grades de pedraria ao redor de todo o páteo, que agora estão n'elle com seus assentos de dentro.

Mandou fazer no frontespício da dita abobada, logo junto ao peitoril da abobada de cima, sete imagens grandes de pedra d'Ançã: uma de S. Miguel, duas de S. Pedro e S. Paulo, quatro dos quatro Arcebispos Santos d'esta Igreja de Braga, S. Pedro de Rates, S. Martinho, S. Frutuoso, S. Geraldo.

Mandou lagear de cantaria em lisonja todo o corpo da Sé com poyães de redor das paredes de pedraria, e assim as quatro Capellas à mão direita e esquerda da Capella-mór.

Mandou a este tempo precintar a dita Sé da banda de dentro.

Mandou fazer duas frestas grandes novamente no Cruzeiro, e a outra pela nave maior, e uma grande em baixo contra a rua; todas com suas vidraças.

Mandou levantar quatro arcos do Cruzeiro da altura dos da nave maior, os quaes até seu tempo eram da altura dos das naves das ilhargas, e ficavam tão baixos, que se não via o Cruzeiro, entrando por elle, senão até meia altura.

Mandou derribar a Capella-mór antiga, e fazer esta nova na forma em que agora está, com seu lageamento e degraus de pedraria, e vidraças das frestas; e foi a primeira Capella de abobada de combados e de aljaróz de pedraria, que se fez em Portugal até este tempo.

Mandou fazer o retábulo do altar e sepulturas da dita Capella-mór de pedra d'Ançã, e dourar da maneira que tudo agora está, das quaes sepulturas foi uma feita para o Conde D. Henrique, o qual n'ella mandou trasladar d'onde jazia mais baixamente, de consentimento del Rey D. Manuel, e a outra fez para quem Deus ordenasse.

Mandou fazer na dita Capella as grades de ferro, que agora tem douradas de fóra e de dentro na fórma em que estão; e assim as grades das duas sepulturas do Conde D. Henrique e da outra sua; e foram as primeiras grades que até ao dito tempo se fizeram em Portugal, assim em Igreja, como em Mosteiro, d'esta obra romana.

Mandou fazer outro pulpito de pedra d'Ançã, todo lavrado de maçoneria com portal rico e porta, fechado com suas armas douradas.

Mandou fazer na dita Sé trez retabulos de pau pintados e dourados, isto é, dois nas Capellas do Santíssimo Sacramento e S. Pedro, e um no altar de S. Sebastião, e assim fazer os altares de azulejos.

Mandou fazer na dita Sé quatro pias d'agua benta, duas na porta principal, uma à porta do Sol, outra à porta que vae para S. Geraldo. Soalhar, precintar e pintar de novo o Côro da dita Sé de obra romana. Pintar o assento dos orgãos, que já achou feito, e fazer outros orgãos novos com caixa rica.

Mandou fazer de novo a escada do Côro, e parte do peitoril, que não chegava abaixo.

Mandou fazer os armarios da prata e ornamentos na Sacristia, que agora ahi estão, e assim archibancos de pau com seus respaldos, e assim mandou fazer uma escada de pedra de sobe da dita Sacristia para cima com abobada debaixo d'ella, onde está o Lavatorio; e fazer um altar na dita Sacristia com um retabulo bom, e fazer na dita Sacristia duas janellas grandes, que dantes eram pequenas, com seus ferros e vidraças, e fazer outro portal maior, a qual Sacristia mandou tambem ladrilhar.

Mandou fazer peitoril e ameias às torres da Sé com seu entablamento, porque dantes eram telhados como qualquer outra casa, e as mandou precintar

todas e a dianteira da Sé, e a mesma Sé da parte de fóra toda. E um portal de pedra com suas portas quando entram da torre dos sinos para o ante-côro, e fazer a escada de pau que vae para cima. Entulhar, ladrilhar e olivelar a torre do relógio e fazer-lhe janella, que dantes não tinha senão uma fresta, e fazer-lhe um portal novo com suas portas, que vae do ante-côro para ella. Ladrilhar o ante-côro de pedra, e fazer poyães de pedra, que ainda agora alli estão. Fazer um repartimento e escada na dita torre, para irem ao relógio, com suas portas. Mandou abrir na dita torre uma porta defronte da outra, que vae para o ante-côro, e adiante fez uma casa de novo para n'ella se fazer Cabido, olivelada e ladrilhada com seus assentos e janellas e grades de ferro, e adiante do dito Cabido uma casa para as contas e cousas do Cabido, ladrilhada e olivelada com sua chaminé. No Côro uma estante de bordos para os livros, e uma caixa grande debaixo para n'ella se guardarem. Umas privadas de novo, aonde agora estão, com corredor muito grande, que vae do eirado do Côro até ellas sobre muitas columnas. Um sino grande e outro de terça e a campa com que se destange, que quebraram. Na Capela de S. Geraldo um retábulo, que agora está n'ella, e o altar de azulejos, e os degraus do altar de pedra; ladrilhar toda a dita Capella, e fazer um altar pequeno com suas grades fechadas de redor, debaixo da sepultura de S. Geraldo, para se não encostarem a ella como sohia; e assim ordenou que em todos os dias e festas dos quatro Arcebispos Santos de Braga se celebrasse Missa solemne e prégação, e procissão na dita Capella, e assim ordenou uma Missa na dita Capella cada semana as quintas-feiras, e que estivessem presentes todos os raçoeiros d'ella, ao que accrescentou dinheiro cada mez: tudo isto ordenou à sua custa para sempre. Certos arcos no Alpendre de S. Geraldo, que estavam derribados, e mandou emmadeirar e olivelar e caiar todo o dito alpendre, e poer n'elle o púlpito de pedra que dantes fizera na Sé. Fazer de novo dois quartos da Crasta, que estavam derribados, de olivel, e um d'elles de pedra, e arcos, e mandou pintar todos os quartos da dita Crasta de novo, e tapar os arcos que ahi havia contra o Cemiterio; e assim mandou lagear de pedra toda a dita Crasta de dentro, e o páteo de ladrilhos com azulejos na forma em que agora estão.

Mandou fazer a Igreja (que antes servia) de Misericórdia, com sua Capella, Sacristia e Côro na forma em que agora está, a qual Igreja e Capella são lageadas de cantaria, com sepulturas no meio deputadas sómente para as pessoas capitulares, todo o olivel pintado, e assim o da Capella, Côro, e estantes d'elle. Fazer no altar-mór da dita Capella um retabulo que n'ella está, e o dito altar com outros de fóra de azulejos; além da dita Crasta uma Livraria de novo pintada e ladrilhada com suas janellas e vidraças, e bancos e assentos para os livros.

Mandou fazer diante da dita livraria um páteo olivelado e ladrilhado de pedra, de que vae uma escada de pedra para o Côro da dita Capella, e depois mandou pintar o olivel d'este páteo e fazer debaixo d'elle cadeira e assentos para a audiência do Vigário, e além d'elle outro alpendre sobre columnas olivelado, pintado e ladrilhado de cantaria para ficar o Auditorio maior.

Mandou ladrilhar a Capella de D. Lourenço de novo, e ainda fazer um Côro de novo á dita Capella.

Mandou calçar um páteo que está entre a Capella de D. Gonçalo Pereira e o Alpendre de S. Geraldo, e fazer uns degraus de pedra para a rua, e um portal de novo com suas portas que tem agora, quando entra d'este páteo para o Alpendre de S. Geraldo, com o seu entablamento e ameias de toda a parede, e um campanario na Capella de S. Geraldo da banda d'este páteo e portal acima dito.

Mandou pôr nas costas da Capella-mór da Sé uma imagem de Nossa Senhora de pedra d'Ançã com sua represa e capitel de maçoneria, (a qual depois mandou dourar como agora está). Umas portas grandes no portal que vae da Praça (do pão) para o Claustro (aonde antes se fazia a audiencia do Vigario).

Em Julho de 1527 olivelar de novo e pintar a metade da Capella de S. Geraldo com todos os tirantes d'ella, porque tudo era podre, por motivo do cano que vae entre a dita Capella e a de D. Gonçalo Pereira, que com a agua derrubava tudo; mandou fazer uma armação falsa para ir a agua à rua sem entrar no cano; (ainda que D. Frei Agostinho a mandou fazer, e pintar, e pôr no estado d'agora).

No sobredito ano de 1527 mandou fazer um assento e peanha de pedra nova á sepultura do Principe D. Affonso com as reixas de novo de ferro muito boas, e no alto d'ellas uma obra romana dourada, e em cima da sepultura um sobre-céo de obra romana com seus pilares, tudo muito bem dourado; e no mesmo anno uma sepultura de pedra muito bem lavrada para se trasladarem n'ella os ossos de Santo Ovidio, Bispo, encostada ao panno do Cruzeiro da parte do Sul, e mettida na parede com um vulto d'elle tambem de pedra vestido em Pontifical, e umas reixas pequenas de ferro de obra romana que o cercam, e este corpo e ossos jaziam no mesmo Cruzeiro no chão, e faz Deus por elle muitos milagres. No anno de 1528, pelo perigo que se corria de ladrões e de fogo, fez uma casa encostada à Sacristia da Sé, assim como agora está, na qual poz mezas de pedraria muito alva para estar a prata, e tres corpos para alguns ornamentos ricos debaixo d'estas mezas; e ha na dita Sacristia uma janella ferrada contra a rua, e tem a serventia pelo sobrado da Sacristia velha, e abriu porta para esta nova, onde poz portas ferradas para mais segurança; a dita

casa é de cantaria bem lavrada, e de duas abobadas de pedra: uma por sobrado, e outra por telhado.

Título da prata que D. Diogo de Sousa deu a esta Sé de Braga nos dias, mezes e annos adiante escriptos.

.....

Título dos ornamentos que deu à Sé desde o tempo que chegou a ella, até agora, como abaixo vão declarados.

No anno de 1530 faz na sua Capella, ou abriu contra a banda da Crasta duas janellas grandes com suas grades. Dentro, na dita sua Capella da Misericordia, fez uma sepultura chã para seu enterramento, cercada de reixas de ferro douradas a lugares. N'este mesmo anno fez uma casa muito grande e boa sobre o Auditorio do Vigario, que havia annos que elle tinha feito, a qual deu e deputou para a Misericórdia; é olivelada com chaminé e janellas d'assentos e armarios. Entre a porta d'esta casa e o Côro da dita Capella fez um campanario muito alto e bem feito, para se tanger às Horas que rezam os Capellães da dita sua Capella, e assim para se tanger às cousas que forem necessarias para a Confraria da dita Misericordia.

No anno de 1528 fez outros orgãos na Sé, fóra os que já tinha feito, os quais são os melhores que se viram n'este Reino até àquelle tempo, assim de lavrados e dourados como de muitas differenças, em que ha flautas por si apartadas, e as melhores vozes, que se viram de toda a canhotaria.

Titulo dos ornamentos que elle deu à dita sua Capella de Jesus da Misericordia a 30 dias de Dezembro de 1531.

.....

Titulo dos livros que o dito Arcebispo mandou fazer e deu à Sé.

.....

Titulo dos sinos que mandou fazer e deu à Sé.

Mandou fazer o sino de Deus que é o maior da Sé, o qual era quebrado, e do qual sino se fez já menção atraz — Mandou fazer dois sinos mais pequenos, que tambem eram quebrados, um chama-se de S. Geraldo e outro de Santa Catharina; e, porquanto na Sé nunca houve mais de quatro sinos, fez dois de novo para que fossem seis, fóra a garrida e campãa com que destangem; são em grandeza maiores que os feitos em Julho de 1525, um d'elles se chama Sant'

Spiritus, e outro Salvador. Mandou fazer a garrida, que também era quebrada, e a campa com que se destange, que também era quebrada

.....»

Arquivo Distrital de Braga; Livro 304 do Registo Geral, fls. 316-334.

Publicado por Monsenhor José Augusto Ferreira em «Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga», vol. II

Bibliografia

1632 — FREI ANTÓNIO BRANDÃO — «Monarquia Lusitana», III parte; Lisboa, 1632.

1634 — D. RODRIGO DA CUNHA — «História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga»; Braga, 1634.

1873 — PINHO LEAL e AZEVEDO BARBOSA — «Portugal Antigo e Moderno», vol. I; Lisboa, 1873.

1875 — ALEXANDRE HERCULANO — «História de Portugal», vol. I; Lisboa, 1875.

1876 — CARDEAL SARAIVA — «Obras Completas», vol. VI; Lisboa, 1876.

1883 — VICENTE DE ALMEIDA — «Sumário da Vida de D. Diogo de Sousa»; Porto, 1883.

1890 — BERNARDINO DE SENA FREITAS — «Memórias de Braga», vols. I, II, III, IV e V; Braga, 1890.

1899 — SOUSA VITERBO — «Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses», vol. I; Lisboa, 1899.

1904 — AUGUSTO FUSCHINI — «Arquitectura Religiosa na Idade Média»; Lisboa, 1904.

1904 — SOUSA VITERBO — «Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses», vol II; Lisboa, 1904.

1908 — MANUEL MONTEIRO — «S. Pedro de Rates»; Porto, 1908.

1910 — FORTUNATO DE ALMEIDA — «História da Igreja em Portugal»; Coimbra, 1910.

1917 — AGUIAR BARREIROS — «Elementos de Arqueologia e Belas Artes»; Braga, 1917.

1918 — JOAQUIAM DE VASCONCELOS — «A Arte Românica em Portugal»; Porto, 1918.

1922 — AGUIAR BARREIROS — «A Catedral de Santa Maria de Braga»; Porto, 1922.

1922 — CIRILO VOLKMAR MACHADO — «Colecção de Memórias»; Coimbra, 1922.

1923 — ALBERTO FEIO — «A Catedral de Braga e a Capela dos Coimbras»; Braga, 1923.

1925 — ALBERTO FEIO — «Dois Sepulcros Medievais e seus Artistas»; Coimbra, 1925.

1926 — AGUIAR BARREIROS — «Igrejas e Capelas Românicas da Ribeira — Lima»; Porto, 1926.

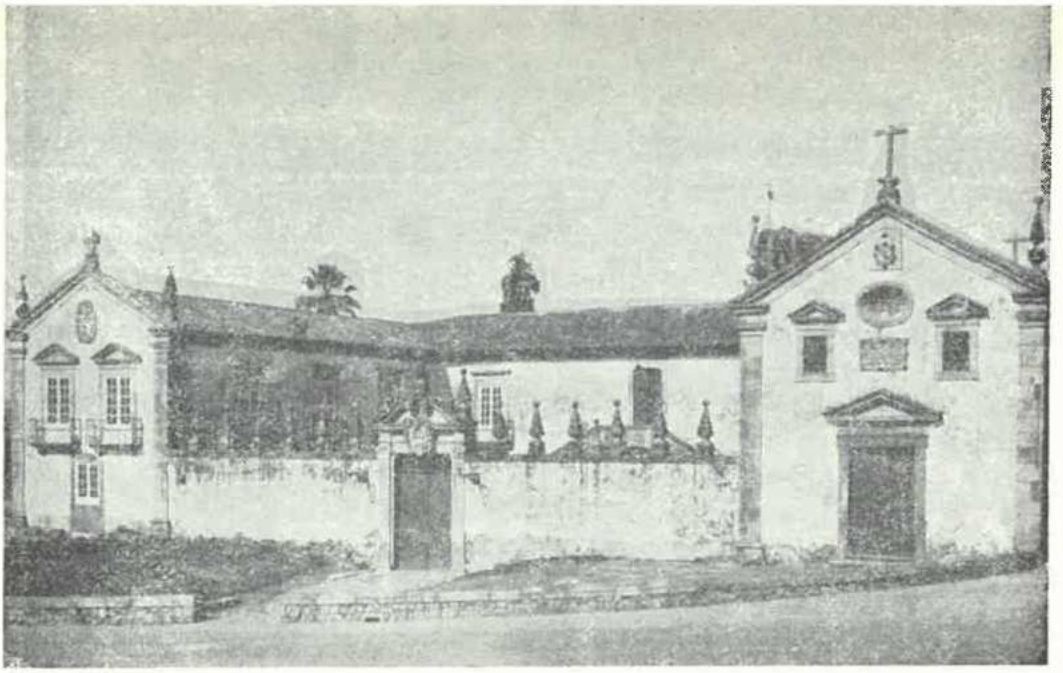
1927 — AGUIAR BARREIROS — «Braga Monumental», Porto, 1927.

1928 — JOSÉ AUGUSTO FERREIRA — «Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga», vol. I; Vila Nova de Famalião, 1928.

1929 — REINALDO DOS SANTOS — «A Arquitectura em Portugal», Exposição Portuguesa em Sevilha; Lisboa, 1929.

1931 — AGUIAR BARREIROS — «Nossa Senhora nas Suas Imagens e no Seu Culto»; Braga, 1931.
1931 — JOSÉ AUGUSTO FERREIRA — «Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga», vol. II; Vila Nova de Famalicão, 1931.
1931 — CARLOS PASSOS — «Nicolau Nasoni e Luís Chiari», Brotéria, vol. XIII; Lisboa, 1931.
1932 — JOSÉ AUGUSTO FERREIRA — «Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga», vol. III; Vila Nova de Famalicão, 1932.
1935 — CARL ERDMANN — «O Papado e Portugal no Primeiro Século da História Portuguesa»; Coimbra, 1935.
1935 — JOSÉ AUGUSTO FERREIRA — «Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga», vol. IV; Vila Nova de Famalicão, 1935.
1938 — MANUEL MONTEIRO — «A Escultura Românica em Portugal»; Porto, 1938.
1940 — REIS SANTOS e CARLOS QUEIRÓS — «Paisagens e Monumentos de Portugal»; Lisboa, 1940.
1941 — PEDRO VITORINO — «Tímpanos Românicos Ornamentados»; Porto, 1941.
1942 — AARÃO LACERDA — «História da Arte em Portugal (Barcelos)», vol. I; Porto, 1942.
1943 — LUÍS REIS SANTOS — «Estudos de Pintura Antiga»; Lisboa, 1943.
1944 — MANUEL MONTEIRO — «O Túmulo de D. Gonçalo Pereira»; Braga, 1944.
1945 — JOÃO BARREIRA — «Arte Portuguesa» (Edições Excelsior), vol. I; Lisboa, 1945.
1945 — GAMA BARROS — «História da Administração Pública de Portugal», vol. I; Lisboa, 1945.
1945 — ELIE LAMBERT — «L'Art en Espagne et au Portugal»; França, 1945.
1945 — MANUEL MONTEIRO — «O Românico Português», Porto, 1945.
1946 — ALBERTO FEIO — «Um Arquitecto da Românica Sé de Braga»; Braga, 1946.
1948 — REINALDO DOS SANTOS — «Escultura em Portugal», vol. I; Lisboa, 1948.
1948 — «História da Arte em Portugal (Barcelos)», vol. II; Porto, 1948.
1949 — JOÃO AMEAL — «História de Portugal»; Porto, 1949.
1949 — REINALDO DOS SANTOS — «Conferências d'Arte»; Lisboa, 1949.
1950 — MANUEL MONTEIRO — «La Chanson de Roland no Românico Português» (Bracara Augusta, vol. II); Braga, 1950.
1950 — REINALDO DOS SANTOS — «Escultura em Portugal», vol. II; Lisboa, 1950.
1951 — AGUIAR BARREIROS — «Um Sarcófago Romano-Cristão do séc. IV», (Bracara Augusta, vol. II); Braga, 1951.
1951 — ALBERTO FEIO — «Um Sarcófago Bizantino da Sé de Braga» (Bracara Augusta, vol. III); Braga, 1951.
1951 — MANUEL MONTEIRO — «Uma Obra de Arte da Renascença» (Bracara Augusta, vol. III); Braga, 1951.
1952 — ANTÓNIO DE AZEVEDO — «O Dr. Manuel Monteiro e a Chanson de Roland no Românico Português» (Bracara Augusta, vol. IV); Braga, 1952.
1952 — AGUIAR BARREIROS — «Ainda o Sarcófago Romano-Cristão da Sé de Braga» (Bracara Augusta, vol. IV); Braga, 1952.
1953 — ALBERTO FEIO — «Mais duas palavras sobre o Sarcófago Bizantino de Braga», (Bracara Augusta, vol. IV); Braga, 1953.

1953 — REINALDO DOS SANTOS — «História da Arte em Portugal (Barcelos)», vol. III; Porto, 1953.
1953 — REINALDO DOS SANTOS — «L'Art Portugais. Architecture, Sculpture et Peinture»; Paris, 1953.
1954 — AGUIAR BARREIROS — «Catálogo e Guia do Tesoiro da Sé Primaz de Braga»; Porto, 1954.
1954 — CORREIA DE CAMPOS — «A Virgem na Arte Nacional», (Actas do 2.º Congresso Mariano Nacional); Braga, 1954.
1954 — ALBERTO FEIO — «O Têrmo de Braga», (Boletim da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga, vol. II); Braga, 1954.
1954 — FERNANDO PAMPLONA — «Dicionário dos Pintores e Escultores Portugueses ou que trabalharam em Portugal», vol. I; Lisboa, 1954.
1955 — DAMIÃO PERES — «Como Nasceu Portugal»; Porto, 1955.
1955 — SEBASTIÃO MARTINS DOS REIS — «As Catedrais Portuguesas e a Dedicação a Santa Maria»; Braga, 1955.
1955 — REINALDO DOS SANTOS — «Românico em Portugal»; Lisboa, 1955.
1956 — AVELINO DE JESUS DA COSTA — «A Restauração da Diocese de Braga em 1070»; Lisboa, 1956.
1956 — FERNANDO PAMPLONA — «Dicionário dos Pintores e Escultores Portugueses ou que trabalharam em Portugal», vol. II; Lisboa, 1956.
1957 — MARGARIDA MARTINS — «Elementos para a Cronologia da Arquitectura Românica em Portugal»; Coimbra, 1957.
1957 — FERNANDO PAMPLONA — «Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses ou que trabalharam em Portugal», vol. III; Lisboa, 1957.
s. d. — «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira»; Lisboa-Rio de Janeiro, s. d.



Casa de Val de Flores, em Infias (Braga)

Da verdadeira origem de algumas famílias ilustres de Braga e seu termo

Pelo Dr. DOMINGOS DE ARAÚJO AFFONSO

VI

BORGES PACHECOS PEREIRAS

A varonia desta família é SOARES, por descender de Álvaro Afonso Soares, chanceler da correição do Minho e senhor da quinta de Mascate no antigo concelho de Regalados (*filho, segundo alguns linhagistas, de Afonso Soares, senhor da referida quinta, e de sua mulher D. Inês d'Eça*).

Casou Álvaro Afonso Soares com Isabel Rebelo (*filha de João Álvares Rebelo, senhor da quinta de Golães, e de sua mulher e prima Inês Fernandes de Macedo*) e dela teve primogénito a Francisco Rebelo Soares, que, por sua vez, casou com Ana Gomes d'Abreu, natural de Regalados, cuja filiação se

ignora. Deste casamento nasceu, entre outros filhos, António Rebelo d'Abreu, com quem se começa este título.

1 ANTÓNIO REBELO DE ABREU, criado d'el-rei, escrivão das Cizas em Ponte de Lima, onde viveu, casou com D. ANA BORGES PACHECO, viúva de António de Sá Malheiro (1) e filha de Garcia Borges Pacheco e de sua mulher D. Maria Borges de Mesquita (2).

Filhos

2 MATEUS BORGES PACHECO, baptizado em Santa Maria dos Anjos de Ponte de Lima a 27.9.1601. Esteve na restauração da Baía, no Brasil, e morreu num naufrágio, quando regressava ao reino, solteiro e s. g.
2 BENTO BORGES PACHECO, baptizado na mesma freguesia a 15.7.1603; m.m.
2 JÁCOME BORGES PACHECO, que segue.
2 D. ISABEL BORGES, baptizada na mesma freguesia a 18.11.1606.
2 D. LEONOR BORGES, baptizada na mesma freguesia a 18.11.1608.
2 O rev.º NICOLAU PACHECO, abade de Brandara, baptizado na mesma freguesia a 12.12.1610.

2 JÁCOME BORGES PACHECO, cidadão de Braga, ouvidor nesta cidade e aqui, também, juiz ordinário em 1654. Era com-padroeiro da abadia de Calheiros, mas fez doação, a seu parente Damião Pereira, senhor da casa de Bertiandos, da vez que lhe cabia.
Baptizado na freguesia de Santa Maria dos Anjos de Ponte de Lima a 7.6.1605 e † em Braga, na sua casa da rua de S. João, a 4.6.1659.
Casou em Braga, na freguesia de S. João do Souto, a 27.12.1648, com D. FRANCISCA MACHADO DO LAGO, natural desta mesma freguesia, a qual † na dita casa da rua de S. João a 25.11.1659, filha de Diogo Machado Cotrim, tesoureiro da mitra primacial (28.7.1621), escrivão da Câmara Secular de Braga, escudeiro do senhor arcebispo D. Afonso Furtado de Mendonça, etc., natural da vila de Pombal, e de sua mulher Helena do Lago (Vd. MACHADOS COTRINS).

---

(1) Deste primeiro casamento descendem os MALHEIROS, da Correlhã.

(2) D Ana Borges Pacheco era irmã do padre Francisco Pacheco, provincial da Companhia de Jesus no Japão, onde foi martirizado em 1626, e do capitão de Cochim Gaspar Pacheco, que com seus irmãos, António e Baltazar (servindo todos na Índia) justificou a sua nobreza em Ponte de Lima, a 11-1-1607.

Filhos

3 D. MARIA, baptizada na freguesia de S. João do Souto de Braga, a 26.11.1649.

3 FRANCISCO BORGES PACHECO, baptizado na mesma freguesia a 22.11.1650.

3 JOÃO BORGES PACHECO PEREIRA, que segue.

3 D. ANTÓNIA PACHECO, freira no convento dos Remédios, baptizada na mesma freguesia a 13.10.1653.

3 Frei JOSÉ DA PIEDADE, baptizado na mesma freguesia a 24.12.1654.

3 D. MARIA PACHECO, freira no convento dos Remédios, baptizada na mesma freguesia a 26.6.1656.

3 O dr. DIOGO BORGES PACHECO PEREIRA, bacharel formado em cânones, desembargador da Relação eclesiástica de Braga (durante 36 anos) e seu chanceler-mor (durante 30 anos), tendo sòmente ordens menores; foi cónego da Sé de Braga, mas renunciou o canonicato em seu cunhado o rev.º Domingos de Araújo Pontes. Deixou vários escritos. Baptizado na freguesia de S. João do Souto, da cidade de Braga, a 24.2.1658 e † na mesma freguesia a 16.12.1735.
Casou na freguesia da Lage, concelho de Vila Verde, a 5.5.1692, com D. MARIANA DE ARAÚJO PONTES, baptizada na freguesia de S. João do Souto a 12.1.1659, filha de Matias de Araújo Pontes (3), cidadão de Braga, e de sua mulher Maria de Araújo, moradores na rua do Anjo, da referida freguesia.

Filhos

4 O rev.º DIOGO BORGES PACHECO, abade reservatário da fre-freguesia de S. Julião da Lage e cónego da Sé de Braga (4), baptizado na freguesia da Lage a 10.5.1693.

4 FILIPE BORGES ou DA MESQUITA, baptizado na Lage a 9.5.1694; s. m. n.

4 O rev.º FRANCISCO BORGES PEREIRA, licenciado em cânones, cónego da Sé de Braga (5), baptizado na freguesia de S. João do Souto a 14.3.1697.

---

(3) Matias de Araújo Pontes, filho do rev.º Domingos de Pontes, do termo de Guimarães, e de Isabel de Araújo, solteira, da rua dos Pelames, freguesia da Cividade, casou em S. João do Souto, a 30-4-1656, com Maria de Araújo, filha do cirurgião João Rodrigues Pássaro, e de sua mulher Ana André, da rua de S. Marcos (São João do Souto).

(4) Inquirições «de genere» dos cónegos, 1733, Tomo VIII — Arquivo Distrital de Braga.

(5) Idem, 1719, Tomo VII — Arquivo Distrital de Braga.

4 D. CATARINA PEREIRA BORGES PACHECO, baptizada em S. João do Souto a 13.6.1698.

4. D. FRANCISCA PEREIRA BORGES PACHECO, baptizada na mesma freguesia a 3.3.1700.

4 D. ANTÓNIA PEREIRA BORGES PACHECO, baptizada na mesma freguesia a 23.7.1702.

4 D. MARIA TERESA PEREIRA BORGES PACHECO, baptizada na mesma freguesia a 4.6.1704.

Casou, na capela da casa de seus pais, à rua de S. João, freguesia de S. João do Souto, a 7.5.1735, com D. RODRIGO ANTÓNIO TRANCOSO DE LIRA MANUEL DE MENEZES, 20.º senhor da casa de Lira na Galiza, e senhor da casa do Passadiço na cidade de Braga (6), filho de Dom António Jacinto Trancoso de Lira, senhor da referida casa de Lira, e de sua mulher D. Leonor Maria Micaela Manuel de Menezes Furtado de Mendonça. — c. g.

3 D. LUISA TERESA BORGES PACHECO, baptizada na freguesia de S. João do Souto a 1.6.1659.

3 JOÃO BORGES PEREIRA PACHECO, cidadão de Braga, vereador em 1701 e em 1708, cavaleiro professo na ordem de Cristo, etc.

O linhagista Felgueiras Gayo diz ter visto uma justificação de nobreza, na qual vários fidalgos atestavam serem seus parentes pelos Borges e pelos Pachecos; e em que se dizia que, pelos serviços de seu pai Jácome Borges e de seu tio Mateus Borges Pacheco, se lhe dera o foro de fidalgo da Casa Real, o que Felgueiras Gayo põe em dúvida, visto tal foro não ser mencionado nos alvarás dos foros concedidos a seus descendentes.

Baptizado em Braga, na freguesia de S. João do Souto, a 12.1.1652, faleceu na casa de Nossa Senhora do Pilar de Val-de-Flores, no lugar de Infias, freguesia de S. Vítor, de Braga, a 20.6.1716.

Casou na freguesia de S. João do Souto, a 10.5.1678, com D. MARIANA DA SILVA, senhora da referida casa de Val-de-Flores, filha de Frutuoso da Silva, dono da mesma casa e tendeiro à porta do Souto, e de sua mulher Maria da Costa, neta paterna de António Fernandes da Silva e de sua mulher Helena da Silva, e neta materna de Domingos João Peixoto e de sua mulher Marta da Costa.

---

(6) Esta casa tinha sido comprada pelos Liras aos Figueiras.

Filhos

4 D. JACINTA BORGES, que faleceu solteira.
4 JÁCOME BORGES PEREIRA PACHECO, que segue.

4 JÁCOME BORGES PEREIRA PACHECO, senhor da casa de Val-de-Flores, vereador em Braga em 1743, 1745, 1748, 1751 e 1754, cavaleiro professo da ordem de Cristo, etc.
Baptizado em Braga, na freguesia de S. João do Souto, a 1.9.1680, faleceu na casa de Val-de-Flores a 12.12.1762.
Casou na freguesia de Nossa Senhora da Oliveira, da vila de Guimarães (contra vontade dos parentes da noiva) a 31.3.1718, com D. ROSA MARIA VIEIRA DA MAIA PIMENTEL, baptizada em St.ª Eulália de Nespereira (Guimarães) a 3.9.1703, † na casa de Val-de-Flores a 12.4.1772, filha e herdeira de Paulo Vieira da Maia, administrador do vínculo de S. Pedro com capela no claustro da igreja de S. Francisco em Guimarães, etc. e de sua mulher D. Maria Natália Pimentel de Araújo da Rocha, senhora da quinta de Santo Adrião, em Braga, etc. (Vid. PIMENTEIS, § 7.º).

Filhos

5 D. MARIA LUISA * na casa de Val-de-Flores a 25.9.1719 e † solteira.
5 D. MARGARIDA JOSEFA, freira no convento da Penha de França, em Braga, * na casa de Val-de-Flores a 14.1.1721.
5 D. BERNARDA ANTÓNIA, * na casa de Val-de-Flores a 20.5.1722 e † solteira.
5 PEDRO CAETANO BORGES PEREIRA PACHECO VIEIRA DA MAIA PIMENTEL, que segue.
5 O rev.º LOURENÇO CAETANO BORGES PACHECO PEREIRA VIEIRA DA MAIA PIMENTEL, fidalgo-capelão da Casa Real, tesoureiro-mor da Sé da Guarda, etc., * na casa de Val-de-Flores a 10.8.1725 e † a 22.8.1809, instituindo universal herdeiro seu sobrinho José Borges.

5 PEDRO CAETANO BORGES PEREIRA PACHECO VIEIRA DA MAIA PIMENTEL, senhor da Casa de Val-de-Flores em Braga, administrador do vínculo de S. Pedro em Guimarães, etc., fidalgo cavaleiro da Casa Real (alvará de 21.11.1777), etc.
* na casa de Val-de-Flores a 30.4.1724 e † a 30.5.1800.
Casou em Ponte de Lima, em Novembro de 1760, com D. SEBASTIANA

MARIA ANGÉLICA PEREIRA MALHEIRO, que † na casa de Val-de-Flores a 26.3.1768, filha de António Pereira Malheiro, fidalgo cavaleiro da Casa Real, senhor da casa de Cartemil, etc., e de sua mulher D. Ana Antónia Ferraz Pereira de Sotomayor.

Filhos

6 JOSÉ BORGES PEREIRA PACHECO VIEIRA DA MAIA PIMENTEL, que segue.

6. D. MARIA ROSA MALHEIRO PEREIRA DE SOTOMAYOR, * na casa de Val-de-Flores a 18.9.1762 e † solteira.

6 JÁCOME BORGES PEREIRA PACHECO, «sujeito de tantas partes que não tendo mais que um ano de serviço na Infantaria do Porto, foi promovido sem consulta ao posto de ajudante de ordens do Rio de Janeiro para onde seguiu». * na casa de Val-de-Flores a 16.9.1763 e † solteiro.

6 D. ANA JOSÉ MARIA MALHEIRO PEREIRA DE SOTOMAYOR, * na casa de Arrochela, na freguesia de Santa Eulália de Nespereira (Guimarães) a 14.10.1764 e † em Braga, na casa do Avelar, a 2.5.1840. Casou contra vontade de seus pais, a 12.10.1790, com FRANCISCO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS, senhor do prazo do Avelar (Vid. JÁCOMES). — c. g.

6 D. FRANCISCA MALHEIRO PEREIRA DE SOTOMAYOR, * na citada casa de Arrochela a 30.9.1765 e † solteira.

6 D. MARIA MADALENA MALHEIRO PEREIRA DE SOTOMAIOR, * na casa de Val-de-Flores a 22.7.1767 e lá † solteira a 13.1.1802.

6 JOSÉ BORGES PEREIRA PACHECO VIEIRA DA MAIA PIMENTEL, senhor da casa de Val-de-Flores em Braga, administrador dos vínculos de S. Pedro em Guimarães, do Paço de Nevogilde em Vila Verde (7), de S. Vicente em Braga, de Cabreiras em Coimbra, etc., fidalgo cavaleiro da Casa Real (alvará de 10.2.1778), vereador em Braga em 1796; assentou praça nos dragões de Chaves, etc.

* na casa de Val-de-Flores a 19.9.1761 e lá † a 6.8.1831.

Casou na capela de S. Luís, da casa das Hortas, em Braga, a 23.8.1801, com D. ANA CARLINA DE VILHENA GUSMÃO E FARIA, * na casa das Hortas a 31.12.1785, filha de António de Faria Machado da Cunha

(7) Instituido pelo rev.º cónego Manuel Gonçalves Antão a 17-1-1660, como escrevemos no nosso título de LOPES § 5.º

e Gusmão da Rocha Tinoco, fidalgo cavaleiro da Casa Real (alvará de 24.4.1766), senhor da casa das Hortas em Braga, etc., e de sua mulher D. Maria Tomásia Pereira de Miranda de Abreu e Lima, administradora do vínculo do Parto Suposto, em Guimarães, etc.

Filhos

7 D. MARIA CLEMENTINA, * na casa de Val-de-Flores a 23.11.1802 e † solteira.

7 D. ANA, freira no convento das Ursulinas de Viana da Foz do Lima, * na casa de Val-de-Flores a 20.2.1804.

7 JOÃO BORGES PACHECO PEREIRA VIEIRA DA MAIA PIMENTEL, que segue.

7 D. MARIA JÚLIA, freira no convento das Ursulinas de Viana da Foz do Lima, * na casa de Val-de-Flores a 13.1.1809.

7 JOSÉ BORGES PACHECO PEREIRA, bacharel formado em leis, governador civil de Beja, do conselho de S. M. F., etc., * na casa de Val-de-Flores a 10.6.1810 e † solteiro na mesma casa.

7 JÁCOME BORGES PACHECO PEREIRA, bacharel formado em leis, governador civil de Viana do Castelo, etc., * na casa de Val-de-Flores a 20.5.1812.

Casou em Viana do Castelo com D. ANTÓNIA AMÁLIA BARBOSA DA COSTA BARROS, senhora da quinta de Fornelos (Ponte de Lima), filha de Manuel Félix Mancio da Costa Barros, senhor da casa da rua de S. Pedro, em Viana, da quinta de Fornelos, etc., e de sua mulher D. Tomásia Clara Bernarda Barbosa de Magalhães, senhora da quinta de Darque, além da ponte, em Viana. — s. g.

D. Antónia Amália passou a segundas núpcias com Joaquim Cândido Pita Bezerra, também s. g.

7 JOÃO BORGES PACHECO PEREIRA VIEIRA DA MAIA PIMENTEL, sucessor, fidalgo cavaleiro da Casa Real (alvará de 15.12.1819), etc., * na casa de Val-de-Flores a 14.4.1807 e lá † a 1.5.1873.

Casou I., precedendo escritura de 21.4.1822, com D. MARIA JOSÉ DE BRITO BRANDÃO CARNEIRO GAJO, * 19.3.1798 e † na casa de Val-de-Flores a 30.6.1825, filha e herdeira de Diogo Brandão de Mendonça Sotomayor e Brito, senhor da Casa da Torre de Germunde e vínculos anexos, e de sua mulher D. Maria Inácia Ferreira Velho da Costa Moreira.

Casou II, em Braga, a 14.4.1848, com D. MARIA CÂNDIDA FALCÃO

COTA DE BOURBON E MENEZES, * na casa do Campo de S. Tiago, em Braga, a 4.9.1814 e † na casa de Val-de-Flores, a 3.3.1899, filha de Manuel Falcão Cota de Menezes, e de sua terceira mulher D. Maria José Pereira da Silva e Bourbon de Almeida Portugal (Vid. COTAS FALCÕES).

Filho do 1.° casamento

8 JÁCOME BORGES PACHECO PEREIRA BRANDÃO, sucessor das casas de seus pais, fidalgo cavaleiro da Casa Real, etc.
* a 28.5.1825 e † em 1877.
Casou, a 5.3.1854, com D. MARIA CÂNDIDA DA COSTA PEREIRA PEIXOTO, * a 17.8.1838, filha herdeira de Bernardo da Costa Ribeiro da Fonseca, senhor da Casa da Portela em Amarante, e de sua mulher D. Ana José Pereira Peixoto de Menezes. — s. g.
D. Maria Cândida passou a segundas núpcias com o Dr. Miguel Pinto Martins, que † em 1901 s. g.

Filhos do 2.° casamento

8 D. ANA CÂNDIDA BORGES FALCÃO, senhora da casa de Val-de-Flores, que doou a seu sobrinho Nuno Borges (adiante). * na casa de Val-de-Flores a 16.9.1849 e † na mesma casa a 24/11.1941.

8 JOSÉ BORGES PACHECO PEREIRA DE FARIA, que segue.

8 DUARTE BORGES PACHECO PEREIRA DE BOURBON E MENEZES, * na casa de Val-de-Flores a 9.8.1852 e † a 17.2.1925.
Casou, em 1919, com D. CÂNDIDA RAQUEL XAVIER DE BARROS BOTELHO CASTELO BRANCO, viúva do dr. Francisco José de Medeiros, par do reino, do conselho de S. M. F., etc., c. g. e filha de Álvaro Xavier de Barros Botelho de Morais Sarmento, 11.° e último administrador do vínculo do Espírito Santo de Favaios, etc., e de sua mulher D. Ana José de Figueiredo de Abreu Castelo Branco. — s. g.

8 JOÃO BORGES PACHECO PEREIRA DE BOURBON E MENEZES, senhor da Torre de Germunde (que vendeu), * na casa de Val-de-Flores a 15.12.1857 e † no Porto a 14.9.1917.
Casou, no Porto, a 28.1.1898, com D. AMBROSINA OLÍMPIA LEITE BRAGA, * a 29.10.1864 e † a 13.3.1915, filha de José Rodrigues Braga e de sua mulher D. Rita Olinda Leite.

Filhas

9 D. MARIA CÂNDIDA LEITE BRAGA PACHECO PEREIRA DE BOURBON E MENEZES, * no Porto a 27.10.1898.
Casou, a 9.9.1922, com JOSÉ MARCELINO DE ALMEIDA PINTO E PENHA, engenheiro civil (U. P.), * a 22.2.1898, filho de José Marcelino de Almeida Penha e de sua mulher D. Hermínia Augusta de Carvalho e Pinto. — c. g.

9 D. ANA CARLINDA LEITE BRAGA BORGES PACHECO PEREIRA DE BOURBON E MENEZES, * no Porto a 24.1.1902.
Casou a 19.4.1928 com JÚLIO JOSÉ DE BRITO, engenheiro civil (U. P.), * no Porto a 30.3.1896, filho de José de Brito, pintor de arte, professor da Escola de Belas Artes do Porto, e de sua mulher D. Isabel de Brito. — c. g.

8 JOSÉ BORGES PACHECO PEREIRA DE FARIA, último senhor da casa das Hortas em Braga (que lhe deixou sua tia D. Maria Emília de Faria Machado Pinto Roby), bacharel formado em direito, deputado da nação, presidente da Câmara Municipal de Braga, comissário das polícias de Braga e Porto, chefe da repartição das Contribuições directas do ministério da Fazenda, comendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, etc.
* na casa de Val-de-Flores a 29.4.1850 e † a 12.9.1931.
Casou em Braga, a 14.1.1875, com sua prima D. MARIA INÁCIA DA CONCEIÇÃO DE FARIA MACHADO PINTO ROBY DE MIRANDA PEREIRA DA ROCHA TINOCO, senhora da grande casa de seu pai, que compreendia entre outros bens a casa da Bagoeira em Barcelos e o vínculo de São Miguel (Parto Suposto) em Guimarães, * em Braga a 2.4.1855 e † em Braga a 27.4.1939, filha de Sebastião de Faria Machado Pinto Roby de Miranda Pereira, senhor da grande casa de seus maiores, fidalgo cavaleiro da Casa Real (alvará de 29.3.1824), etc., e de sua mulher D. Ana Augusta de Sousa Gomes.

Filhos

9 JOÃO DE FARIA MACHADO PINTO ROBY DE MIRANDA PEREIRA, 2.º tenente da armada real, chefe do Estado Maior interino da Divisão Naval do Índico, cavaleiro e oficial da ordem da Torre e Espada, cruz de 1.ª classe da ordem do Mérito Naval de Espanha, medalha de prata da Rainha D. Amélia, comemorativa das expedições aos

Namarraes e a Gaza e das operações do Barué e medalha de prata da classe de comportamento exemplar.
* em Braga a 30.12.1875 e † solteiro, a 26.9.1904, no combate de Umpungo, na margem do Cunene, contra os Cuamatas.

9 JOSÉ DE FARIA, * em Braga a 7.3.1880 e † solteiro em África a 12.11.1922.

9 NUNO BORGES PACHECO PEREIRA DE FARIA ROBY, senhor da casa de Val-de-Flores em Braga (por doação, sob reserva de usufruto, de sua tia D. Ana Cândida Borges Falcão).
* em Braga a 27.4.1882 e † em Braga a 15.12.1947.
Casou, a 21.1.1924, com D. ANA EMÍLIA VALADARES LEITE PEREIRA DE ABREU E SOUSA, senhora da casa do Telhado, no Arco de Baúlhe, * a e † a 9.10.1947, filha segunda do dr. Custódio Leite Pereira de Abreu e Sousa, senhor da casa do Arrabalde em Cabeceiras de Basto, bacharel formado em direito, etc., e de sua mulher D. Henriqueta Emília de Andrade Pacheco de Valadares e Aguiar (filha dos 1.os barões de Ribeira da Pena). — s. g.

9 SEBASTIÃO LUÍS DE FARIA MACHADO PINTO ROBY DE MIRANDA PEREIRA, capitão de infantaria, * em Braga a 30.10.1883 e † gloriosamente na campanha de Angola a 10.7.1915.

9 ÁLVARO DE FARIA MACHADO PINTO ROBY, que segue.

9 LUÍS DE FARIA, m. m.

9 D. MARIA EMÍLIA DE FARIA MACHADO PINTO ROBY, * em Braga a 29.10.1890 † em Braga a 9.6.1960.
Casou em Braga, a 25.4.1912, com JOSÉ JUSTINO DE AMORIM, engenheiro agrónomo, chefe do Posto Agrário do Minho Central (Lamaçães), etc., * em Braga a 7.3.1879, filho de António Cândido Soares de Azevedo da Silva Amorim e de sua mulher D. Maria da Glória Fernandes Dias — c. g.

9 ÁLVARO DE FARIA DE MIRANDA PINTO ROBY, tenente aviador, etc.. * em Braga a 12.9.1885 e † a 21.2.1922.
Casou com D. MARIA DO CÉU GUERRA DE SANTA CLARA, * a 20.12.1889, filha de Frederico Augusto de Santa Clara, capitão picador reformado, e de sua mulher D. Guilhermina Guerra dos Santos.

Filhos

10 FREDERICO ÁLVARO DE FARIA ROBY, que segue.
10 D. MARIA GUILHERMINA DE FARIA MACHADO PINTO ROBY, * em Aveiro a 5.5. 1921.
Casou em Aveiro, a 16.2.1945, com VASCO GERMANO DA FONSECA DIAS. — c. g.

10 FREDERICO ÁLVARO DE FARIA ROBY, senhor da casa de Val-de-Flores (em usufruto), funcionário corporativo, etc..
* em Aveiro a 21.1.1919.
Casou em Braga, a 17.2.1940, com D. MARIA HENRIQUETA TEIXEIRA DE SOUSA DA SILVA ALCOFORADO, 2.ª viscondessa do Pêso da Régua (alvará do Conselho da Nobreza de 6.1.1947), * em Braga a 25.8.1918, filha única de Gaspar Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado, 3.º conde de Vila Pouca, antigo oficial do exército, etc., e de sua mulher D. Maria Henriqueta Valadares de Abreu e Sousa (irmã da mulher de Nuno Borges — acima).

Filhos

11 NUNO AUGUSTO ALCOFORADO DE FARIA ROBY, que segue.
11 GASPAR ÁLVARO ALCOFORADO DE FARIA ROBY, * em Esposende a 30.8.1943.
11 D. ANA MARIA ALCOFORADO DE FARIA ROBY, * em Braga a 17.11.1945.

11 NUNO AUGUSTO ALCOFORADO DE FARIA ROBY, * no Porto a 28.5.1941.

Nun'Álvares e a insurreição política de 1383

pelo Dr. SÉRGIO DA SILVA PINTO

NESTE pequeno trabalho, (1) tentaremos, em fugidio escorço, mas alicerçado em textos positivos, patentear como a Nuno Álvares, além dos triunfos do cabo de guerra invicto, cabem os louros, menos lembrados e reconhecidos, do cabecilha da insurreição política em prol do Mestre de Aviz.

Desejamos provar que nesta, como nas demais conjunturas históricas,

---

(1) Foi escrito para ser lido na sessão académica que abriu em Braga o 2.º ciclo das Celebrações Condestabrianas de 1960. Agora se publica um tanto ampliado, aqui e além, e com notas remissivas ou complementares. Na altura referida (5-XI-1960), o A. antepôs-lhe o breve introito que segue:

Neste ano duas vezes áureo, em que a Nação portuguesa, ou antes, todo o mundo lusíada solenisa o V Centenário da morte de D. Henrique, o Infante Navegador, e o VI Centenário do nascimento do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, não quis a cidade de Braga, por tantos títulos alma mater *de Portugal, dispensar-se de celebrar, com grande devoção, essas efemérides de significado e simbolismo tão profundos. De facto, as duas grandes figuras abrem à grei portuguesa as portas de bronze do ciclo moderno, nacional e ecuménico, da sua história.*

Com ser cidade interior, Braga, quanto ao Infante, claro é, não se acha ligada directamente à sua biografia. Atentos, porém, os substractos históricos, ainda a esta urbe um pouco deve a aurora da idade moderna o fulgor henriquino. Cabe não olvidar que esse génio da acção transoceânica, filho de um nosso rei e sobrinho de um rei inglês, é uma das supremas consequências da aliança luso-britânica e esta quem a negociou, e em termos tão definitivos que ainda vigoram, foi um compatrício de Braga, o discreto e venerável varão Vasco Domingues. Cabe também não esquecer que o consórcio de que resultou o Infante, com suas características luso-anglo-normandas, só foi possível porque, ousadamente, o prelado guerreiro de Braga, D. Lourenço Vicente, aquele que trouxe D. Filipa de Lencastre da Galiza para Portugal, se antecipou à sentença pontifícia, e dispensou o Mestre da sua condição de freire militar professo e dos votos de castidade.

Não se diga que estas ligações com o quinto filho de D. João I são assaz em-

o materialismo dialéctico não se encontra na razão, ao procurar a justificação dos sucessos, simplesmente pelas infrastruturas económicas e psico-sociais, a moldar o elemento colectivo, sem ter em conta as iniciativas das fortes personalidades. Em todas as crises e viragens, como quer RANCK, existem sempre as grandes biografias.

Ver-se-á, se não nos equivocamos muito, que esse levante, em torno do Mestre, não é obra intencional das classes populares, opostas às privilegiadas. Não deriva de um nacionalismo instintivo das primeiras contra o egoísmo e os interesses criados das segundas. Expressa, sim, uma reacção inequívoca aos riscos a que se expusera Portugal, devido à crise do estado: uma regência, a de D. Leonor Teles, em condições precárias para evitar o jugo de Castela. Mas essa reacção, englobando gente de todas as classes, há-de ser orientada, dirigida por capitães, propulsionada por um caudilho, por um grande vulto. Essa personalidade integra-se num quadro histórico, que se descerra à morte de el-rei D. Fernando (Outubro de 1383). Tal quadro e tal integração é o alvo que, no presente estudo, temos em mira.

* * *

As forças políticas do reino, já uma vez o assinalámos, (2) dividiam-se, não em duas ou três, mas em quatro correntes relativamente à sucessão do monarca. Sintetizemos os factos.

O primeiro partido é o da fidalguia, comandado pela rainha viúva D. Leonor Teles. Outro chefe dos aristocratas, mas logo abatido nos

---

brionárias, ontogenéticas. A história constitui sempre uma resultante. Como ciência sui generis, que não dilucida factos gerais, nem formula leis de repetição, confinando-se à fenomenologia do que só acontece uma vez, — a história, mais do que qualquer outra disciplina do espírito, valoriza, pondera, realça os elementos particulares e distantes no trama explicativo dos acontecimentos.

Especialmente com D. Nuno, segundo já uma vez anotámos, as relações de Braga são directas e positivas. Recorde-se que o ínclito cavaleiro, filho bastardo do Prior do Hospital, D. frei Álvaro Gonçalves Pereira, ascende, como primeiro neto, ao grande arcebispo D. Gonçalo Pereira; que foi Nun'Álvares quem, pessoalmente, reconquistou, com a ajuda dos Bracarenses, o castelo da teocrática cidade, aos que o tinham pelo rei estrangeiro, enquanto o arcebispo batalhante D. Lourenço Vicente auxiliava D. João I na tomada de Guimarães; e que, já depois da batalha de Aljubarrota, D. Nuno assiste aqui às primeiras Cortes que o Mestre, aclamado rei, reuniu.

Então D. Nuno fulgurava no friso dos heróis vivos. Era o primeiro astro da independência: o vencedor de Aljubarrota, essa «meia pequena hora» que firmou a autonomia de Portugal.

(2) SÉRGIO DA SILVA PINTO, *O Carácter Complexo da Eleição de 1385*, Porto, 1958.

começos do interregno, foi o conde de Ourém, João Fernandes Andeiro, esse extraordinário nobre corunhês que, na Corte Lusitana, se impôs como «tout le coeur et le conseil du roi», na frase do cronista coevo FROISSART (3). A seu respeito, o autor não identificado da *Crónica do Condestrabe* (que não é, de certeza, FERNÃO LOPES) diz que a Regente «tinha em ele grande esperança» (4). Nunca, porém, acerca de D. Leonor Teles, atestou qualquer facto que a abocanhasse no pundonor feminino. Ao seu tempo, ela era a «Flor de altura», segundo o delicado epíteto dos poetas coetâneos, (5) e seria a «comborça», a «má mulher» apenas nos ambientes políticos hostis. Já ANTÓNIO SARDINHA observou não ser fácil avaliar D. Leonor Teles por FERNÃO LOPES que interpreta a opinião do partido vencedor, a facção que lhe era adversa (6).

A Regente tinha por si, incontestàvelmente, as camadas aristocráticas, salvo pequenas excepções. Os fidalgos portugueses, constituindo uma nobreza agrícola, territorial, conservadora por excelência, não distinguiam entre fidelidade dinástica e autonomia pátria. Consideravam como única herdeira do trono a filha de D. Fernando e de D. Leonor Teles, a infanta D. Beatriz. Haviam jurado, sobre a hóstia consagrada, o tratado do seu casamento com D. João de Trastâmara, rei de Castela, instrumento diplomático em que se pactuava a referida sucessão.

Defendiam, pelas cláusulas do acordo ante-nupcial, a regência da Rainha viúva, enquanto um filho de D. Beatriz não pudesse empunhar o cetro dos reis nacionais.

Ao invés de uma opinião teimosa, a escritura matrimonial e sucessória de 2 de Abril de 1383, firmada em Salvaterra de Magos, — documento publicado por SOUSA, na *História Genealógica da Casa Real,* — não entregava o país à sujeição de Castela. Consagrava as regras tradicionais da sucessão hereditária, isto é, a transferência do poder real por legítima e direita descendência, enquanto esta existisse, e só depois pela melhor linha colateral, preferindo a varonia e a primogenitura. Exarava, ainda, o princípio da independência do reino e também da função governativa.

D. Fernando, nesta escritura, chega ao extremo de deserdar, de facto,

---

(3) FROISSART, *Chroniques,* liv. 3.º, cap. 28.

(4) *Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira,* cap. XVI.

(5) *Sumario de los reys de España,* por el dispensero de la reyna D. Leonor de Castilla, — apud. XIMENEZ DE SANDOVAL, *Batalha de Aljubarrota,* p. 31.

(6) ANTÓNIO SARDINHA, *Da Hera nas Colunas,* Coimbra, 1929, p. 290. ALFREDO PIMENTA também dá Fernão Lopes como suspeito no que toca ao Andeiro e a D. Leonor (cf. *Idade Média* (Problemas e Soluções), Lisboa, 1946, p. 307).

a própria D. Beatriz: ela seria apenas rainha nominal até haver um descendente de quatorze anos, que então tomaria o título de rei e exerceria o poder. Entretanto, governaria a Nação, como se disse, uma regência portuguesa. Além disso, o neto de D. Fernando ùnicamente seria herdeiro de Portugal, porque a coroa de Castela pertencia, de direito, aos filhos do primeiro matrimónio do Trastâmara.

A Rainha regente e os seus partidários não morriam de amores por Castela. Mal sucumbiu D. Fernando, ela, como constasse que o genro «queria quebrar (o pactuado) e juntava gente para entrar no reino», acorda com o seu conselho, — informa FERNÃO LOPES (7) — «que o reino se defendesse». Pouco antes, o Mestre de Aviz, numa atitude confusa, havia sido o primeiro homem do reino, segundo indica AYALA, (8) a escrever ao rei castelhano «que acuciase su camino en ir á tomar el Regno de Portugal, que pertenescia a el por derecho, por la Reyna Doña Beatriz, su mujer».

Distribuem-se os comandos militares; e o filho natural de D. Pedro I e de Teresa Lourenço, nomeado fronteiro, parte para o Alentejo, a despeito de já se haver coligado com os adversários da Rainha e comprometido a matar o Andeiro naquele dia (9).

Chegara, contudo, a hora intransferível da revolução.

Indo a caminho de Riba Guadiana, o Mestre — com temor de se descobrir a conjura — retrocede e entra com sua gente de armas nos paços da Rainha. Dá uma estocada no Conde que só o atordoa. Os outros o mataram quando já fugia (10).

D. Leonor Teles, com o fim de juntar forças e defender a legalidade, retira-se com a corte para Alenquer e depois para Santarém (11).

Pede auxílio ao genro; prepara gente para o combate. Mas D. João de Castela, chegado a Santarém, em vez de apoiar a causa da Rainha, põe-lhe duzentas lanças de escolta, e obriga-a a renunciar a seu favor todo o regimento do reino (12).

A viúva de D. Fernando, «mulher de grão coração», na definição caracterológica de FERNÃO LOPES, vendo-se neste transe — de facto presa — reage com extrema ousadia: manda cartas aos alcaides que tinham castelos

(7) FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*, I, cap. VII.
(8) LOPEZ DE AYALA, *Cronica del Rey Dom Juan el primero*, ano 5.º, cap. 7.º.
(9) *Chron. do Condestabre...*, cap. cit..
(10) FERNÃO LOPES, *ibid.*, caps. VIII e IX.
(11) FERNÃO LOPES, *ibid.*, caps. XVI, XXX.
(12) FERNÃO LOPES, *ibid.*, cap. LXV.

por ela, ordenando-lhes, no dizer do Cronista, «que ainda que (el-rei) lá fosse e ela em sua companhia com ele, que lhos não dessem por muitas razões que ela dissesse, nem lhe per outrem mandasse dizer» (13). O relato lopesiano, insuspeito pelo iniludível pendor contrário à Rainha, ainda acrescenta ter ela dito aos fidalgos seus apaniguados: «juro-vos em verdade que se me quisesseis crer de conselho que vós farieis bem de vos ir todos pera o Mestre, pois é vosso natural... E faço-vos certos que se me eu daqui podesse partir... que nunca aqui mais estivesse tão sòmente um dia (14).

A verdade é que D. Leonor Teles se meteu, por fim, nas tramas de uma conspiração para assassinarem o rei de Castela. Daí resultou ser a viúva de D. Fernando enviada para o mosteiro-prisão de Tordesilhas e internada dentro daquelas paredes (15).

*

A segunda facção, que não tem sido diferenciada pelos historiadores e anda ao contrário, sem razão, confundida com o partido da Rainha, é a dos senhores e cavaleiros traidores ao reino, por se colocarem incondicionalmente ao serviço do rei de Castela, indiferentes à sujeição política.

O Trastâmara, incitado por alguns do seu conselho, havia deliberado britar o acordo ante-nupcial. Não queria ser sòmente «rei honorífico», «rei de comédia», na expressão de CRISTOBAL LOSANO (16).

Entendia que os tratos foram feitos contra a sua honra e contra o direito: «non valian, nin debiam ser guardados; e que era mejor, antes que los de Portugal se apercebieren, entrar en el Regno poderosamente, é tomar su derecho...» (17).

Um dos chefes portugueses, que se prestou a apoiá-lo neste desígnio de conquista, foi o bispo da Guarda, D. Afonso Correia; promete-lhe a entrega da cidade, ao que dizem FERNÃO LOPES e AYALA (18).

---

(13) FERNÃO LOPES, *op. cit.*, I, cap. LXXVII. LOPEZ DE AYALA, *op. cit.*, ano 6.º, cap. 6, conta, reproduzido por FERNÃO LOPES, *op. cit.*, I, cap LXXXIV, que os conselheiros de D. João de Castela o advertiram de «que era bien que prendiese à la Reyna... que si la Reyna estoviese en el Regno de Portugal, de cada dia enviaria sus cartas é sus recabdos à muchos del Regno para que non viniesen à la obediencia del Rey».

(14) FERNÃO LOPES, *ibid.*, cap. LXXVI.

(15) FERNÃO LOPES, *ibid.*, cap. LXXXIV.

(16) CRISTOBAL LOSANO, *Los Reys Nuevos de Toledo,* cit. por FR. MANUEL DOS SANTOS, *Monarquia Lusitana,* VIII, e ANTÓNIO SARDINHA, *Ao Princípio era o Verbo.*

(17) LOPEZ DE AYALA, *Cron. cit.*, ano 6.º, cap. 7.º.

(18) FERNÃO LOPES, *ibid.*, cap. LVII; LOPEZ DE AYALA, *ibid.*, ano 6.º, cap. 7.º.

Este bispo foi cismático, adepto de Clemente VII de Avinhão. Como chanceler da rainha D. Beatriz, andava no seu séquito.

Nem no campo religioso, nem no terreno político, há identificação possível entre a posição dos aristocratas partidários de D. Leonor Teles e a coorte eclesiástica e fidalga dos portugueses do Trastâmara.

É falso que D. Fernando tivesse morrido clementista, — hereje no conceito de Roma. FERNÃO LOPES equivocou-se ao escrever, na *Crónica de D. Fernando*, que este rei reconhecera o anti-Papa avinhonês contra as conclusões da assembleia de prelados e letrados de Santarém.

Que assim não aconteceu prova-o, com grande cópia de documentos irrecusáveis, JÚLIO CÉSAR BAPTISTA no estudo *Portugal e o Cisma do Ocidente* (19). Muito expressiva, ao que pensamos, é a bula *Eximio devocionis* de Clemente VII, datada de Março de 1384; absolve o rei de Castela de haver sufragado a alma do sogro D. Fernando: este rei, portanto, morrera, no sentir avinhonês, fora da obediência do verdadeiro Papa.

A corroborar isto, há o relato do secretário do cardeal Pedro de Luna a explicar que o mesmo veio a Portugal como núncio de Clemente VII, mas não obteve o reconhecimento oficial da legitimidade desse Pontífice, devido à morte prematura do soberano.

Temos, assim, que a Regente e os fidalgos defensores da regência mantinham a obediência a Roma; enquanto o Trastâmara e os seus sequazes, deliberadamente, reconheciam o anti-Papa.

No campo político, se a lealdeza feudal é timbre da mor parte da aristocracia portuguesa (partido da Rainha), a pugnar francamente pela isenção do reino, não resta dúvida que os parciais do rei de Castela se incorporaram no seu bando bélico, movidos só pelo baixo interesse.

Eis a segunda posição, cega ao patriotismo: engloba, por um lado, aqueles cavaleiros que se assoldadam, desde o começo, ao rei de Castela e, por outro, aqueles que, convertidos ao Mestre e a D. Nuno (e tantos foram), os traíram e se passaram para o inimigo.

Forma o único partido que se revela anti-nacional ou, se se prefere, alheios à ideia de Pátria. É o da gente que se liga à pessoa do Trastâmara só porque dele recebe proveito ou fortuna.

*

A terceira força política (aquela em que o futuro Condestável, como campeão irredutível da independência, desempenhará papel principalíssimo),

(19) JÚLIO CÉSAR BAPTISTA, *Portugal e o Cisma do Ocidente*, in «Lusitânia Sacra», I, Lisboa, 1956.

aglutina uma parcela dos fidalgos hostil à oligarquia dos apaniguados da Rainha regente, e as classes burguesa e operária, contrárias à preponderância da aristocracia rural.

Sobressai, neste agrupamento, a gente endinheirada do comércio marítimo de Lisboa e Porto, como anota ANTÓNIO SÉRGIO. Aditos à alta burguesia estavam os legistas.

O conluio de fidalgos, altos burgueses e arraia miuda infere-se claramente das fontes.

Um passo de FROISSART é assaz nítido em revelar a aliança havida, desde o começo, entre os aristocratas adversários da Rainha e os burgueses adeptos do filho bastardo de D. Pedro I. Com o Mestre «demeurèrent... de commencemente quatre cités et bonnes villes, c'est à entendre: Lussebone, Evre, Connimbres et le Port de Portingal, et aussi plusieurs hauts barons et chevaliers de Portingal...» (20).

Só não existia unânimidade em querer este príncipe para a vacatura do trono. Na liga aristocrato-burguesa surge e sobressai um sub-ramo ou quarto partido. Constituem-no numerosos fidalgos, sobretudo da Beira, afeiçoados aos infantes D. João e D. Dinis, havidos por filhos legítimos de D. Pedro I e de Inês de Castro.

Segundo este grupo — legitimista-nacionalista, como o define o Prof. MARCELO CAETANO (21) — o reino pertencia, sem dúvida, não a D. Beatriz, bastarda e mais que bastarda, adulterina e herética, mas aos Infantes exilados em Castela, designadamente a D. João, o mais velho, preso pelo Trastâmara em Toledo. Em seu nome deveria fazer-se a guerra e seguir-se o Mestre de Aviz como Defensor e Regedor do reino. Deste modo observar-se-iam, com lealdeza, as leis da sucessão, e a independência não correria perigo.

Martim Vasques da Cunha, um dos chefes da ala direita da corrente nacionalista, nas Côrtes de Coimbra, chega a lançar um repto à candidatura do Mestre: «eu o ajudarei a defender o reino até morrer; mas que eu consinta que o rei seja... isto é coisa que nunca hei-de de dizer» (22).

Só a dialéctica do grão Doutor João das Regras, aliás com argumentos

---

(20) FROISSART, Chroniques, liv. III, cap. XXVIII.

(21) MARCELO CAETANO, *As Cortes de 1385,* Coimbra, 1951.

(22) FERNÃO LOPES, *ibid.,* cap. CLXXXVIII. O próprio Mestre, ao princípio, segundo testifica AYALA, ostentava, nos pendões da sua hoste, a efígie do Infante seu homónimo.

vulneráveis, ([25]) aquietou os ânimos, fazendo calar o *leader* do grupo, «este roncador de Martim Vasques», cujo estorvo Nuno Álvares, ali mesmo, quisera liquidar à espadeirada, o que a prudência do Mestre não consentiu ([24]).

* * *

Voltando às vésperas da insurreição política, contemplemos, friamente, os factos a partir daí, para captar, com objectividade, a génese deste movimento que se sobrepôs às normas constitucionais do tempo, só para que o reino fosse isento, e sem perigo de cair em mãos do estrangeiro.

Quando se finou el-rei, em cidades e vilas, a regência mandou alçar voz por D. Beatriz, rainha de Portugal.

Houve logo expressões de protesto, a inculcar o germen vivo da reacção ([25]). Porém, é contra a verdade histórica afirmar-se que a revolta partiu do povo miúdo. Se ele se amotinou, entusiasmado pela ideia de ter um rei natural, e vai ao ponto de cometer afrontosos crimes, como a chacina de um bispo e de uma abadessa, ultrajando-a até à desnudez, ([26]) não lhe pertenceu a iniciativa. FERNÃO LOPES, particularmente afecto à arraia miúda, aos ventres ao sol, não lha atribui. Os conjurados é que apelam para a gente miúda.

Actos de irrecusável sentido político é aos fidalgos, moços ou velhos, que, sem sombra de equívoco, os vemos praticar. Em Lisboa, a glosar os pregoeiros que no rossio da Sé aclamam D. Beatriz, o conde D. Álvaro Peres de Castro, fingindo tossir, com outros nobres, murmura: *arraial, arraial, cujo for o reino levá-lo-á!* Em Elvas, também o escudeiro Gil Fernandes, reunindo os mais do lugar, grita: *arraial, arraial por Portugal!* Pensavam no infante D. João que andava em Castela. «Esta intenção, diz FERNÃO LOPES, tinham muitos que o queriam haver por seu rei porque o reino... sempre fosse reino sobre si» ([27]).

Estava então D. Nuno Entre-Douro e Minho, em sua casa. A Regente chama a Lisboa a fidalguia toda para o ofício fúnebre dos trinta dias, o

---

([23]) SÉRGIO SILVA PINTO, *O casamento válido de D. Inês de Castro*, Porto, 1961.

([24]) FERNÃO LOPES, *ibid.*, cap. CLXXXVIII. No dizer do Cronista, Nuno Alvares era nas Cortes o *principal* do bando do Mestre.

([25]) FERNÃO LOPES, *Chronica del rei D. Fernando*, cap CLXXV.

([26]) FERNÃO LOPES, *Cron. de D. João I*, caps. XII e XLV.

([27]) FERNÃO LOPES, *Chron. de el-rei D. Fernado*, caps. CLXXV e CLXXVII.

trintairo da morte de D. Fernando. Todos comparecem. D. Nuno Álvares é o único que surge com escolta bem armada (trinta escudeiros e muita peonagem) ([28]). É, sem dúvida, o próximo cabecilha a denunciar-se. Poucos dias passados, na mente de D. Nuno aflora a ideia luminosa, a directriz definitiva, para fazer sair Portugal da encruzilhada em que se debate.

Ouçamos o autor anónimo da *Crónica do Condestabre*, na verdade o único que pôde presenciar os acontecimentos ou deles de perto se informou: «Per espírito de Deus (a Nuno Álvares) lhe veio ao pensamento que (... a defensão do reino ...) não pertencia a outrém ... senão o Mestre de Aviz, que era filho de el-rei D. Pedro e que ele conhecia por mui nobre cavaleiro». E acudiu-lhe também que o «começo de tal obra (deveria) ser o conde João Fernandes Andeiro morto» ([29]).

Olha pelo paço e vê Rui Pereira, seu tio, que era muito chegado ao Mestre. Conta-lhe o seu pensar; este corre a D. João que logo chama D. Nuno.

E o Cronista acrescenta: «encomenda-lhe (o Mestre) que ... de sua parte se trabalhasse de haver as mais gentes que pudesse para, em outro dia, ser morto o Conde ...».

Quer dizer: numa hora de autêntico dramatismo, o Galaaz lusitano, flor da cavalaria, embebido no espírito da Távola Redonda, da absoluta fidelidade aos cânones da mundividência medieval, mas abrasado ainda mais no amor heróico do chão pátrio que o criou, inspirando-se nos substractos ônticos e axiológicos da nacionalidade, converte-se num chefe revolucionário a rasgar a Portugal a via da modernidade.

Observe-se que o Mestre de Aviz era o único príncipe de sangue real que se encontrava no reino, embora fosse até aí pessoa sem importância na corte: «tant que le roi Fernand vesqui, il ne fit compte de ce batard et n'eut jamais cuidé ... que les communautés de son royaume ... l'eussent pris à roi», como se lê em FROISSART ([30]).

D. Nuno, escolhendo-o para defensor natural do reino, porque «filho de el-rei D. Pedro» e porque «nenhum outro o devia e podia fazer», apontava a solução da crise. Além disso sintetizava, com grande anterioridade, a doutrina dos legistas de Coimbra, no auto da aclamação exarada:

([28]) *Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvares Pereira*, cap. XV.
([29]) *Chron. do Condestrabre...*, cap. XVI.
([30]) FROISSART, *loc. cit.*.

«D. João Mestre de Aviz... filho do dito rei D. Pedro é tão *nobre*, bom e muito a isto compridoiro, suficiente, digno, auto e convinhável» (31).

Nuno Álvares dera, afinal, o grande passo. Será o adail, o animador indomável da revolução, no meio de mil dificuldades.

O Mestre, como se viu, aceitara os planos de D. Nuno. Concertou-se este, com sua gente, para aquele feito: o assassínio político do Andeiro. Mas recebeu contra ordem. D. João dava o dito por não dito: «que por então cessasse do que lhe dissera», que não havia azo (32).

Começa o rosário das indecisões do futuro monarca, «ignorando ainda, como já alguém disse, a admirável personalidade que dormia dentro dele» (33). Longe está, por enquanto, o exemplar soberano, o rei da Boa Memória em que, graças ao trono, se há-de transformar.

D. Nuno increpa-o para que não pare. Não o demove. Sai, por isso, da capital à busca de adesões (34).

Entretanto, Álvaro Pais, «homem honrado de boa fazenda», delegado da burguesia e da vereação olissiponense, conspirante também, repisa as propostas de Nuno Álvares; oferece ao hesitante Mestre o concurso do povo de Lisboa (35).

D. João sempre se resolve ao golpe de estado; e todavia não mata o Andeiro; apenas o fere. Rui Pereira é quem o abate com estocada decisiva. Já se escreveu que «o Mestre pode ser condenado» mas só «por homicídio frustrado» (36).

Procura logo desistir do movimento. Intenta aderir ao partido da Rainha viúva. Vai ajoelhar-se a seus pés pedindo-lhe perdão: «e se me esta cousa perdoardes ainda me Deus chegara a tempo que vo-lo servirei...», lê-se em FERNÃO LOPES (37). O que evitou esta aliança foi D. Leonor Teles, escarninha, o não atender e despedir.

---

(31) *O auto da eleição* ou *instrumento da aclamação* de D João I foi redigido em português e traduzido em latim. Os dois documentos guardam-se no Arquivo da Torre do Tombo. O texto latino foi publicado por FR. MANUEL DOS SANTOS, *Monarquia Lusitana*, VIII, e D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, *História Genealógica da Casa Real*, Provas, I, trasladado não do original mas de cópias. O texto português foi reproduzido também de uma cópia, por SOUSA, e, só nos nossos dias, do original e na íntegra, por MARCELO CAETANO, *ob. cit.*, pág. 66 e sgs.. AIRES DE SÁ transcreveu parte do original português em *Fr. Gonçalo Velho*, I, pág. 150.

(32) *Chron. do Condestabre*, cap. cit..

(33) ANTÓNIO SARDINHA, *Ao princípio era o Verbo*, 2.ª ed., Lisboa, 1940, p. 7.

(34) *Chron. do Condestabre*, cap. cit..

(35) FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João*, I, cap. VI.

(36) ALFREDO PIMENTA, *op. cit.*, p. 288.

(37) FERNÃO LOPES, *ibid.*, cap. XIII.

Determina então, uma e duas vezes, exilar-se. Ir para Inglaterra. Foi indispensável a Álvaro Pais dissuadi-lo, com a ajuda habilidosa de um oráculo, de antemão preparado ([38]).

O Mestre não se expatria, mas quer congraçar-se com a Rainha: ambos seriam regentes do reino. Surge a mirabulante solução: casar-se com D. Leonor Teles. O consórcio não se realiza porque a Regente, com inobscurecível dignidade, repele a proposta ([39]).

Aclamado Defensor e Regedor de Portugal, ainda cabe a D. Nuno, já nomeado conselheiro do Mestre, e arrastando outros do seu Conselho, extirpar-lhe a ideia de se partir rumo dos Ingleses e só depois, com eles, regressar para a conquista do reino; promete-lhe e consegue a rendição imediata do castelo de Lisboa, que continuava, até aí, por D. Leonor ([40]).

Agora D. João, absolutamente rebelde à Rainha e decidido, apresenta-se, como representante do Infante seu homónimo. Comunica-lhe para Toledo que era em seu nome que exercia a regência ([41]).

Lisboa é cercada. Os sitiados, suportando martírios sem conta, enchem-se de glória.

Começa, de verdade, aqui, a fase da vida do Mestre como adversário inflexível de Castela e como partidário só de Portugal. A história, neste ponto, não se refere a Nun'Álvares. Apenas diz (e muito é) que ele se manteve ao pé do seu Mestre, até às vésperas do cerco, até haver de partir para a defesa do Entre-Tejo e Guadiana, abrindo nos Atoleiros a série gloriosa das suas façanhas guerreiras.

Apraz-nos concluir que a revolução nacionalista do Mexias de Lisboa não foi só empreza da burguesia (tese de ANTÓNIO SÉRGIO), nem só da plebe (tese de JOEL SERRÃO), mas sim de uma liga aristocrato-burguesa, fomentada, estimulada por um esforçado fidalgo moço ([42]).

([38]) FERNÃO LOPES, *ibid.*, cap. XVII: «e mandou fazer prestes todo o que compria para sua hida...»; cap. XVIII: «determinou nam ficar no rregno e sse hir pera Ingraterra. Primeiramente el sse temia muito da Rainha...»; caps XXI-XXIV.

([39]) FERNÃO LOPES, *ibid.*, cap. XXIII.

([40]) *Chron. do Condestabre...*, cap. XX.

([41]) FERNÃO LOPES, *ibid.*, cap. XXVIII.

([42]) Na sessão académica das Celebrações Condestabrianas de 1960, em Braga, onde foi lido o presente estudo, rematámo-lo com esta efeméride bracarense:

«Neste instante, a imaginação reconstitutiva do passado, prolongando-se até ao ambiente das Cortes de Braga de 1387, vê D. Nuno tomar aqui uma decisão funda-

A história positiva e não romântica; a história verídica, imparcial, e não *ad usum delphini,* evidencia-nos que os autores da revolução e os dirigentes dela não se achavam entre as gentes miudas. A turba ignara, com seus excessos, quase ia empulgando e desvirtuando a insurreição política, como observa o Prof. TORQUATO SOARES (43). O que fez o triunfo foi o valor indomável dos cabecilhas. E o primeiro deles: «Nun'Álvares Pereira, glória e louvor de toda a sua linhagem, cuja claridade de bem servir, nunca foi eclípsi, nem perdeu seu lume!». O panegírico é de FERNÃO LOPES (44).

---

mental para a sua esplendente vida: a de ser monge-soldado, absorto nos serviços entrelaçados do Céu e da Pátria.

É em Braga que ele recusa as solicitações de el-rei e de D. Filipa de Lencastre para novamente se matrimoniar.

«Espediu-se de el-rei; e per sua licença se partiu dizendo aos que com ele iam per o caminho: «que enquanto estevera em Braga que sempre em cima dele andara uma nuvem negra, e que depois que daí partira lhe parecia que ele vinha já desabafado sem ela».

Neste conto da *Crónica do Condestabre,* encobre-se, de certeza, um sentido alegórico. Essa cerração de nuvens, a nosso ver, era a atracção da vida normal, da mundaneidade, que ele vence, em definitivo, para maior glória da Igreja de Deus e da sua terra. A vitória de Braga foi a sua maior vitória. A de um místico incontemplativo, a de um místico apaixonado da acção.

Desde a galhardia moça, activa e directiva, com que se bate pela causa do Mestre, na insurreição política de 1383, até à genialidade épica com que derrota os Castelhanos e o Cisma avinhonês, numa teoria faiscante de pelejas, até este acto de Braga de profunda eloquência moral, D. Nuno manifesta-se rútila personagem, identificando a causa de Deus e a causa do reino.

Se o Infante de Sagres foi o Descobridor de Portugal nas suas essências cósmicas, planetárias, o Santo-Condestável, em toda a sua vida cintilante, foi o Descobridor de Portugal nas suas essências gregárias, telúricas. Essências em que a Cristandade e o nacionalismo se consubstanciam.

(43) TORQUATO DE SOUSA SOARES, in *Introdução a Fernão Lopes, Crónica de D. Pedro I,* Clássicos Portugueses, Lisboa, 1943, ps. 17-19.

(44) FERNÃO LOPES, *ebid,* CLIX. Sobre a biotipologia do Santo Condestável, ver o mais recente estudo: *A personalidade de Nuno Álvares Pereira perante a História,* por LUÍS DE PINA (Lisboa, 1961).

VOCABULÁRIO MINHOTO

(Subsídios para o Léxico Português)

Por MANUEL DE BOAVENTURA

(Continuação da página 223 do Vol. VI-VII)

Dada — Enguiço, enfeitiçamento por mau olhado (Darque, Areosa).

Dadas — Úlcera nos peitos das mulheres: «Há gente invejosa que deita dadas nos peitos das mães... sendo necessário curá-las com a herva-da-cruz». (C. Landolt, «Folclore Varzino», 86).

Dado — Franco, dadivoso: «F. é muito dado».

Dalha — Dala, pia de pedra.

Dalmoso — Com aspecto de dalmática? O «Voc. da Acad.», seg. dalmato, adj. e subst. «...gerações de lavradores que têm consagrado o seu sangue, o seu suor àqueles campos dalmosos». (Sousa Costa, «Janeiro» de 20-10-52).

Danar — Zangar: «fico danado comigo» «Danei quando soube da pirraça!» «Não me danes!».

Dançarilheiro — O mesmo que dançarinheiro.

Dançarilho — Dançarino, dançarilheiro.

Dançarinhar — Saltitar, andar para trás e para diante, gingar.

Dançarinheiro — Que gosta de dançar. Pessoa de andar defeituoso.

Danço — Dança. Também conhecido na Beira: «Tão sabida em capela a magnificar ao Senhor, como em arraial a fazer virar um danço». (A. Faunos, 67).

Dandeiro — Elegante, bem posto, dandi.

Dar c'os bodes na areia — Da frase de Pinho Leal (C. ao P.e Capela) «D. do Minho» de 13-8-50. Dar c'os burrinhos na água, dar em pantana.

Dar ao fitão — À vista, ao fitar: «Dar pelos bois, ao fitão, vinte moedas...» «Dar porcos ao fitão», na Beira, é confiá-los a um guardão, a tanto por cabeça.

Dar-no-goto — Acertar.

Darqueiro — Habitante de Darque. Ouvido a um carreteiro: «Deram os darqueiros sobre nós e correram-nos até ao alto da Ola...»

Darquenho — Natural de Darque, darquense.

Dávida — Metátese de dádiva.

Deabélha — Certa planta a que também chamam dente-de-leão e que tem aplicações medicinais. Os dic. reg. diabelha mas creio não ser a mesma planta.

Debamboar — Bamboar, virar o sino: «Não gosto nada, mesmo nada de ouvir o sino a debamboar». «O Legionário», n.º 1, 14-7-916.

Debesil, devesil — Um debesil — um tudo nada coisa nenhuma: «não me deixou em testamento nem um devesil! — só me deu um debesil de pingue p'ra umas migas».

Debicar — Debicar com alguém; desafiar, falar, meter a ridículo: «se debica comigo, parto-lhe a cara!». Extrair as arestas ou excrecências na face do tecido, ao apurá-lo (termo de tecelagem).

Debiqueiro — O mesmo que biqueiro, que come pouco, que só debica a comida (na ilha da Madeira) — V. «Rev. Lusit.», XVII, 154.

Decadência — Declive, inclinação, queda: «é necessário deixar o rego da mina com decadência para a água sair bem». — V. **Queda.**

Decepar — Bater: «decepei-o c'uma coça».

Decoado — Falho de cor; pálido, com fraco aspecto: «o doente vai melhor, mas muito decoado ainda».

Dèco — Decalitro: «uma lata de deco».

Decote — É a operação a que os fran-

ceses chamam «recepage» e que consiste em cortar uma planta recém-plantada ou nascida em viveiro, dois centímetros ou três acima do solo, deixando-lhe só um olho (ou o máximo dois) para dar rebentos mais vigorosos. (V. «Lavrador», 153, de Maio de 1916, artigo do reg. florestal Tude de Sousa).

Decrúa — V. **decruar.** Em Trás-os-Montes chamam decrúa ao que aqui chamam arrenda.

Decruar — A primeira sacha que se dá aos milhos.

Decú — Calão. Ir ao decú, ficar sem vintém.

Dedeira — O mesmo que erva-dedeira ou erva dedal — digitalis purpúrea — Linn.

Defumadoiro — Defumador. Queimam-se numa caçoila velha, ou mesmo num testo grande de barro alecriam, arruda, uma pitada de sal e, havendo-o, outra de incenso. Isto tem a virtude precisa para afugentar o diabo ou coisa-ruim que ande numa casa ou a empecer os animais.

Dego — Top. de Monção: «Quinta de Dego».

Degoladoira — (degola?). — À degoladoira da levada — pedras que sustêm as águas (ouv. em Palmeira).

Degoloiro — O mesmo que degoladoiro.

Dejua — Dejejum, ou primeira refeição.

Deladeira — Ladeira, subida: «os caçadores vão já lá diante na deladeira». Declive, descaimento.

Delambida — Enfezada com aspecto doentio.

Delatar — Demorar; falar doutrem; murmurar. Dilatar tem o mesmo significado: «Não te delates!» — não te demores.

Delido — Que tem diarreia ou soltura: «cuidado com esse boi, que anda delido». A erva molhada põe o gado delido.

Delitar — Delitercência. Diz-se da pedra calcárea empregada como matéria-prima para o cimento, que se esfrangalha em presença dos agentes atmosféricos.

Delitar — Provocar soltura: «certas ervas não se devem dar às cevas para as não delitar».

Delobina—Ludovina (metátese vulgar).

Delombar — Diz-se do trigo, centeio, aveia, etc. quando cai no campo por efeito das chuvas ou ventanias. (Rec. por C. Eiras, em Adaúfe).

Demaisia — Demasia, excesso; o que é demais.

Demenear — Administrar. V. **Ademeniar.**

Demesnistério — Pequena toalhinha a que o padre limpa os dedos no altar ao «lavabo». Manustérgio ou manistérgio.

Demenstração — Menstruação.

Demoicho — Diabo, demónio. Vários nomes populares do diabo: dialho, dianho, denalho, denacho, denoicho, barbazum, brazamum, fulano, oitro..., afora outros mais vulgares e já reg. nos dic.

Demudado — Falar demudado — com voz de falsete para não ser conhecido. Os rapazes, de noite quando vão para os serões, esfolhadas ou espadeladas, falam demudado para serem ouvidos a distância sem serem conhecidos. É vulgaríssimo em Vila-Chã. Atarucho, trujo, ataréu.

Denacho — V. **Demoicho.**

Denalho — V. **Demoicho.**

Dende-me — Dai-me: «Dende-me um cigarro». (Palme — Barcelos).

Denoicho — V. **Demoicho.**

Dentaria — O conjunto dos dentes: «alvitre as vinetas (olhos) e a dentaria». (Ouv. em Feira de Barcelos a um regatão de gado).

Dente-de-cão — Murrão de centeio. O dente-de-cão reduzido a pó e misturado com vinho deve dar-se a beber às parturientes para acalmar as dores e explirem o feto com maior facilidade.

Dente-de-leão — V. **Deabelha.** O «Atlas de Botânica» de A. Xavier P. Coutinho na estampa XIII, chama dente-de-leão a uma composta de flores ligualadas que nada se assemelha à planta a que em Fonteboa chamam deabelha e em Palmeira, dente-de-leão.

De-ò-dó — Cantar o de-ò-dó, é chorar.

Dergalhau — Areia grossa para a confecção da argamassa de cal e saibro. Vergalhau.

Derrabado — Com pouco rabo ou sem rabo. Boi derrabado é aquele que tem a cauda curta, por efeito de ser roída pelo próprio animal.

Derramado — Atacado de raiva: «Fuja, que vem aí cão derramado».

Derradeiro — Diz-se que o carro carregado está derradeiro, «quando está mais pesado para trás». Dianteiro, quando mais pesado à frente.

Derrer — Decair de forças progressivamente: «F. foi derrendo, derrendo até que encamou».

Derripe — Ripo para extrair a baga ao linho.

Derripar — Ripar o linho.

Derrisca — Antigo costume adoptado

nos casamentos, que consistia na separação dos convidados: uns iam para casa da noiva (os convidados da noiva); outros para a casa do noivo (os convidados do noivo). No fim dos banquetes reuniam-se outra vez.

Desacachar — Descobrir-se, desagalhar-se. V. **Acachar.**

Desacamaradar — Desaparelhar. V. **Desencamaradar.**

Desafagar — Não afagar. Tratar com modos que contrariam os afagos.

Desafogalhar — De desafogo: desoprimir, aliviar: «andou todo o dia a desafogalhar a vinha» — a tirar a folhagem que escondia o cacho.

Desagoirar — Subtrair a mau agoiro.

Desagresto — Desiquilibrado, maluco.

Desaguçar — Não aguçar.

Desaguizar-se — Indispor-se, zangar-se: «desaguizaram-se nas partilhas».

Desajeito — Sem jeito, desjeito.

Desajudar — Parece ser o antónimo de ajudar, mas entre o povo do litoral minhoto, tem exactamente o sig. contrário: desajudar é ajudar a descer um peso ou volume à cabeça de alguém: «desajuda-me ao cesto».

Desalvorar — Alvorar, fugir: «quando tal ouviu o rapaz pegou nos socos à mão e desalvorou...»

Desamão — Fora de mão, longe, que não fica a jeito: «posso ir por lá, apesar de me ficar desamão».

Desampoladoira, desimpoladoira — É o mesmo que ampoladoira ou impoladoira. É evidentemente palavra mal formada.

Desapoiar — Erguer-se do chão, levantar-se do banco ou cadeira.

Desapor — Desjungir o gado do carro ou arado: «desapuseram o gado para jantar». V. **Apôr.**

Desarolo — Mentirola, disparate.

Desarvorar — Fugir, pisgar-se.

Desassentar-se—Levantar-se do assento, deixar de estar sentado: — «ó soldadinho? não me conheces? — Ora! desassenta-te».

Desassessego — Desassossego.

Desatapulhar — Tirar o tapulho, destapulhar; desobstruir, destapar.

Desaturdir — Dissipar o aturdimento.

Desbandulhar — De bandulho. Desembuchar.

Desbatocar — Desabatocar.

Desbocado — Obsceno, asneirento.

Desbordoar — Bater com bordão.

Desbouçado — Polido.

Desbreguilhar — De braguilha: «desapertar a breguilha da calça».

Descacholado — Sem cabeça, sem cachola, de pouco juízo. Descosido: «traz o casaco descacholado».

Descairar — Desanuviar.

Descalçote — Vadio, farrapão; que anda descalço.

Descampar — Cavar o margido, após a ceifa das searas.

Descanço — Trancelim, corrente do relógio.

Descarnador — Certo ferro usado na indústria de cortumes.

Desarrascar — Desencarrascar. Raspar ou tirar a casca do pinheiro para a resinagem se operar.

Desatenergar — Desternegar, desintenegrir, desafligir-se, aliviar-se: «Mal o filho chegou da África, desatenergou-se-lhe o coração».

Descaso — Falta de reparo, desprezo, indiferença: «Nada mais prejudicial do que o descaso do público. (Ramalho Ortigão, «Culto da Arte em Portugal», 163).

Descativar — Deixar de ser cativo: Render, substituir no serviço de vela. V. **Vela.**

Descedoiro — Local da encosta do monte por onde é fácil a descida.

Descogitar — Cogitar, pensar, meditar: «tanto descogitou, que acertou».

Descolar — V. **Colo.**

Descomer — Defecar.

Descuido — Gatunos de descuido, são os que roubam objectos que, por descuido, seus donos deixam mal parados. (Ouv. no Porto).

Desculpelho — Desculpa.

Descurioso — Que não é curioso.

Desdeixado — Andar desdeixado é esquecido, indiferente: «F. desdeixou o namoro». «Está desdeixado da política».

Desdejum — Desjejum. Deve ser gralha tip. V. «Diário do Minho» de 24 de Junho de 1950 tirado dum artigo na secção de Domingos Rêgo.

Desdormir — Estar acordado; acordar: «Quem desdorme cão dormido arrisca-se a ser mordido». (Sentença ouv. a um velho aldeão).

Desembeber — Enxugar o que estava embebido; desempapar. Desimbuir.

Desembestage — «R... escreveu uma desembestage, num jornal de Braga, tão pobre de gramática como enfezado de ideias».

Desembocado — V. **Desbocado.**

Desemborralhar — Tirar a borralha no

lavadouro às meadas, depois de saídas do forno. V. **Desseibar.**

Desemburrar — Tornar-se esperto.

Desempapar — Adelgaçar? Desfazer folipos ou papos, em roupa. Enxugar algum corpo do liq. em que estava ensopado.

Desempeçar — Desdobrar, tirar da peça, ou novelo: «...e era preciso desempeçar esse novelo... Os passarinhos, um pega numa ponta, outro noutra até que desempeçaram o novelo. (Bernardino Barbosa, «Contos Populares de Évora»).

Desempinar — Desviar do pino, abater, inclinar.

Desencamaradar—Desaparelhar. V. **Encamaradar.**

Desencarrar — Afastar o carrinho da entrosa. V. **Encarrar.**

Desencarrascar — O mesmo que desarrascar.

Desencatrinar — Fazer perder o sono a outrem: «Eh! rapaz! a pé que são horas! Ou é mister ir lá desencatrinar-te c'uma bragasta?» (Ined. de M. B.). V. **Encatrinar.**

Desencolar — V. **descolar** e **colo.**

Desencolatrar — Desmanchar.

Desenconichar — Desconichar, desenconelhar.

Desencontinhar — Desenconilhar.

Desencontro — Voz alta nos cantos populares; cantar por cima: «...mas entre todas conhecia-se bem a voz de desencontro da Videirinha...»

Desenfuar — Desenfiar, desfazer a laçada da corda, no enfuadoiro do carro. V. **enfuar** e **refuar.**

Desengramilar—Tirar o gramilo. V. **desgramilar, engramilar** e **gramilo.**

Desengrunhar—Desalapardar-se, levantar-se, erguer-se: «Desengrunha-te daí?

Desenjarcado — Mal vestido.

Desenlear — Perder o sono: «eu cá, mal acordo, fico logo desenleado». V. **enleado.**

Desenquizar — Induzir ao mal, desafiar, desenquietar.

Desensocar — Tirar os socos, pôr-se descalço.

Desentapuir — Desentupir, desobstruir.

Desentenegrir — V. **desentenergar.**

Desfalazeiro — Mal ajambrado; disfarçado.

Desferrar — O lavrador diz que o arado desferra, quando foge da leiva para a superfície. V. **Ferrar.**

Desfexo ou **Desfecho** — Botar o desfexo — os últimos dentes: «O gado bota o desfecho aos dois anos».

Desfornar — Desenfornar: «Vamos! é preciso desfornar o pão».

Desfundir — Desgregar o que estava fundido.

Desgabelar ou **Desgavelar** — Escangalhar os gabelos: «aquelas ladras desgabelaram a fagulha na bouça!».

Desgafar — Redugir a estado não gafo.

Desganoado — Estragado, esfarrapado: «apareceu com as roupas desganoadas». Sem ganos ou galhos, podado: «um carvalho desganoado».

Desganoar — Cortar os ganos ou galhos às árvores, podar; estragar. V. **gano.**

Desgarantir — Deixar sem garantia.

Desimpolar-se — Diz-se do carro quando salta fora das impoladoiras do eixo: «o chedeiro desimpolou-se porque os bois fugiram com o carro».

Desintaxadeira — Espécie de pequeno pé-de-cabra, com o feitio aproximado duma verruma cuja extremidade termina em unha de martelo. Serve para desentaxar tamancos e arrancar taxolas.

Desinxargar — Deixar de ver: «tomara eu desinxargá-lo para longe dos olhos»; quer dizer nunca mais o ver. Cf. com enxergar, entrever, divisar.

Desmaranhado — Que não tem jeito para o trabalho.

Desmargiar, desmargir — Cavar o margido. No Minho sobretudo nesta região (Esposende, Barcelos, Viana, etc.) é costume semear milho, no devido tempo, por entre o centeio, nos regos abertos pelo assocadoiro. Em Junho ceifa-se o cereal e fica o milho em linhas: é o milho restivo. Desmarginar ou desmargir, é, pois, cavar as margens onde cresceu o cereal, para favorecer o desenvolvimento do restivo. V. **margido.**

Desmear — «Desmear madeira»: traçá-la por uma dada medida; serrá-la ao meio; cavá-la em grosso a machado ou enxó.

Desmedrar — Deixar de medrar; emagrecer.

Desnecessitado — Que não tem necessidade.

Desogar — Dar de comer alguma coisa a alguém que se suspeite desejar um dado alimento: «quando a gente come, devem-se desogar as crianças». Desogar o gado: dar-lhe de comer.

Despapado — Decotado, despeitorado. Diz-se do gado que trás a cabeça emproada.

Desparelhar — Desemparelhar: «os bois estão desparelhados».

Despenhão — De —, de salto, de catadupa; despenheiro: «a corrente caindo de alto e vindo em despenhões de catarata». (Ant. de Fig.).

Despenheiro — V. **despenhão.**

Desperação — Desesperação.

Despesar — Fazer ou entrar em despesas.

Despesca — É a acção de despejar para dentro do barco o peixe contido na rede.

Despilfarro — Disparate: «Ora o despilfarro!».

Despipar — Despigar, tirar a espiga ou respiga do encaixe, quando em rabo-de-raposa.

Desriso — Jeito do rosto que esquiva o riso: «num dissimulado e dissolvido desriso». (Ant. de Fig., «D. Pedro», 76).

Desseivar, deceibar—Soltar; lavar meadas.

Dessepulto — Desenterrado.

Dessobraçar — Largar coisa que estava sobraçada.

Dessuar — Enxugar o suor.

Destapulhar — Destapar, desabatocar, desbatocar.

Destenegrir, Destenerguir ou **Desternegar** — O contrário de atenegrir, afligir, consternar: alegrar, desenterpecer, aliviar: «ao receber a boa notícia destenegriu-se-lhe o coração...»

Desterraplenar ou **desterraplanar**—Não aplanar a terra; desguarnecer de terrapleno.

Desterroar — Livrar a terra de terrões; isto é: esmigalhá-los com a grade.

Destom — Fora de tom, disparatado.

Destonar — Descascar, tirar a tona.

Destrambelar-se — Desconcertar-se: «o moinho destrambelou-se»; aleijar-se: caiu ao fundo da barreira e destrambelou-se. Também significa cair.

Destramenhado — Que não tem jeito para nada.

Destrocar — Trocar.

Desvaler — Tirar o valimento: «aquela acção fez-lhe mal, fê-lo desvaler meio, por meio...».

Desvanecer—Desanimar, afrouxar: «não desvaneças» — não desanimes, não percas a esperança.

Desvão — Peça de carpintaria semelhante ao gilherme e que serve para profundar ou abrir meias-canas.

Desver — Não ver, ou não querer ver: «Isto é assim, que se faz! Vês ou desvês?»

Desvidraçado — Talho de vidraças.

Desinteuzado — Sem dinheiro, sem vintém.

Determinos — Intenções, propósitos: «Quero ver os determinos do rapaz!»

Devaneção — Devaneio, meditação.

Devêdro — Tempo antigo: antigamente.

Dezembreiro — Mau tempo; tempo próprio de Dezembro.

Dezidela — Dizedela, dito: «esta criança tem dezidelas que parecem duma pessoa de juízo». (Vila-Chã).

Devesa — Parede, muro de vedação.

Diaço — Diabo (Póvoa).

Diar — Dealbar, clarear da manhã: «Já diava quando os carreteiros passaram». V. **adiar.**

Diabalho — Diabelho, pequeno diabo.

Dias — Apelido, que parece ser originário do patronímico Diogo que abreviadamente se escrevia Digs, Dis, Dias.

Diarcalho ou **Diarco** — Diabo.

Dibal — Adival, corda do carro.

Dielá — Porção de terreno, que se pode lavrar num só dia.

Diferir — Transferir. Também conhecido nas Beiras: E desesperado primeiro resignado depois fechou o breviário, diferindo as rezas para o outro dia». (A. Faunos, 266).

Digo — O mesmo que cambão e oudigo.

Dirandela — Arandela, irandela, dobadoura: «Andou numa dirandela».

Dirandina — Andar em dirandina, andar em volta; movimento circular. Dirundina (Palmeira). O mesmo que dirandela.

Dirêço — A direito, em frente: cortar a dirêço. (Curvos).

Direituras — Direitos, obrigações: «Casal do Niqui (hoje casal de Nil) pagará dois maravedis de direituras... de eiradiga. (Inq. D. Af. III, 307). Ainda usado no Minho.

Disfarçado — Simplório, distraído, desmazelado.

Disma — Dízima. «Em Vila Chã há terras de dismas» — isto é, terras que pagavam tributo à igreja.

Disparada — «Cavalgando em disparada», isto é: a toda a brida.

Divertir — Dividir, ou tornar as águas, desviá-las para não destruir as searas.

Dizedela — Dezidela, dito.

Dízima-a-Deus — Livre, alodial: «comprou o campo dízima-a-Deus», isto é, sem encargos.

Dó — Luto; «andar de dó».

Dòbada — Reunião de mulheres para dobar o fiado nos serões nocturnos.

Doçarriqueiro — Que gosta de doce:

Doce-tijolo — Goiabada.

Doeira — Borracheira, bebedeira. Má disposição; pesar: «E a doeira, então, ao recolher a manada pelas Trindades...» (Costa Macedo, «A Zagala» — «Águia», n.° 39, pág. 111).

Dom-gargantão — Gabarola, fareleiro, pessoa que se gaba de coisas que não faz e alardeia prosápias: «Não façam caso: são farófias de D. gargantão».

Dom-galandrão — D. beberrão; o que bebe e come muito.

Dondinho — (Dim. de dondo). Respeito, bem acabado; redondinho; macio (Palmeira).

Dondo — Macio, aveludado.

Donosidade — Donaire, qualidade do que é donoso.

Dor-de-cabresto—Bebedeira (Palmeira).

Dorido — Pessoa a quem morreu alguém: «fui a casa dos doridos oferecer os meus préstimos».

Dorme-dorme — Dorminhoco, indolente.

Dormida — Pousada, albergaria onde pernoitam os carreteiros.

Dormido — Que dorme ou já dormiu. «Quem acorda cão dormido, arrisca-se a ser mordido».

Dorminhão — Que dorme muito; que dormita constantemente.

Dorminhar — Dormitar, adunar com sono.

Dormo — Arco para jungir o boi ao jugo (Gerez).

Dorneia — Moega do moinho.

Dorneira — Moega do milho.

Dôro — Dóri. Barco de pesca do bacalhau na Terra Nova.

Dume — Voc. topónimo. Freguesia dos subúrbios de Braga. Deve derivar do celta **dum?**, a brenha o bosque, a floresta.

Duraz — Variedade de maçã.

Arquivo Municipal de Braga

História — Fundos — Inventário, Catálogo de inventário e Índices dos pergaminhos, actos e traslados mais antigos — Projecto de Regulamento

Pelo DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO

I

História breve do Arquivo Municipal de Braga

A Câmara Municipal de Braga, como todas as Câmaras do País, tem o seu Arquivo. Não é ele, porventura, de excepcional valor, na documentação histórica que conserva. A injúria do tempo e a negligência dos homens motivou, decerto, o extravio e o desbarato de muitos elementos.

Mas outras razões existem a explicar o limitado espólio.

A urbe augusta constituira-se, desde a fundação do reino, em verdadeiro senhorio eclesiástico, domínio feudal que pertencia aos Arcebispos. O castelo só a estes rendia preito e menagem. A administração veio, assim, a distribuir-se por três entidades: o prelado, «Senhor de Braga», que exercia o verdadeiro poder; o Cabido, importante corporação cheia de privilégios e, no período «sede vacante», detentora das prerrogativas da Mitra; e a Câmara Municipal, que defendia e sustentava os seus próprios direitos, embora subordinada à autoridade suprema da coroa, como todas aliás, e à jurisdição temporal da Mitra. Daí, a documentação concelhia repartir-se, fatalmente, por três Arquivos: o Arcebispal, o do Cabido e o do Município.

Ainda que não seja fabuloso, pela quantidade das espécies, o Arquivo da Câmara de Braga forma um repositório não despiciente de fundos documentais, para ordenar a história da Cidade e até assaz conveniente à história geral da nação.

É curioso que Alexandre Herculano, quando escrevia a sua *História de Portugal*, veio à cidade dos Arcebispo, atraido pela provável opulência heurística dos seus Arquivos, entre os quais o da Câmara; e, aqui, informaram-no «que, de antigo, nada havia no seu cartório». Bernardino José de Sena Freitas (nas suas *Memórias de Braga*, II, p. 311 e segs.) conta que também ele bateu ao ferrolho do Senado Municipal para lhe franquearem, à investigação, os *livros antigos e os pergaminhos* camarários; a resposta foi idêntica à recebido pelo historiador: nada se guardava de vetusto nos armários do Arquivo. Perante a insistência, abriram-se as portas, esquadrinharam-se os volumes e os papeis. «Qual foi, porém, a nossa surpresa, — diz o autor citado — quando encontramos rolos de pergaminhos, atados com cordeis cobertos de pó, por detraz de maços de contas da Câmara! O próprio escrivão da Câmara, Manuel Joaquim Manso, que não há poucos anos ali era empregado, confessou-nos ingènuamente que de todo ignorava existirem ali aqueles pergaminhos antiquíssimos! Demos deste achado conhecimento à Câmara, — que recebeu a notícia com a indiferença mais glacial».

Felizmente que nem sempre assim tem sucedido. E, pelos séculos fora, na teoria ininterrupta das vereações, numa espécie de lei rítmica, aparecem édis e presidentes interessados em refazer e reorganizar as colecções documentais pela incúria dos outros desfeitas e dissipadas.

O Arquivo Municipal de Braga teve a mesma génese expontânea, natural, que os cartórios de corpos e instituições análogas. Não houve regulamentos, nem estatutos. A comesinha e pura necessidade de conservar e acautelar os documentos e livros de interesse para a terra e para o bem comum inculcava que eles se reunissem e emmaçassem, com ordem, em lugares próprios e seguros. Certamente que foram arcas esses primeiros resguardos.

Que o pensar oficial era deste teor, ainda no séc. XV, se vê de um capítulo das Côrtes de Lisboa de 1498: «... mandamos que da publicação destes Capítulos a quatro meses os oficiais que agora forem das Cidades e Vilas de nossos reinos mandem fazer nas Câmaras das ditas Cidades e Vilas... uma arca... que seja grande e boa em que os privilégios, e tombo, forais, escrituras e cousas que pertencerem à dita Cidade ou Vila estejam bem guardados... e as chaves da arca terá uma o escrivão da Câmara e a outra um dos que forem vereadores esse ano; e mandamos aos escrivães da Câmara que cousa alguma das sobreditas que à dita Câmara pertencer nunca as tire fora dela antes as tenha sempre na

dita arca e sendo caso que alguma seja necessária para se ver ou trasladar somente a tirará na casa da tal Câmara e acabado o para que for necessário se torne à arca em que há-de estar, o qual mandamos... o cumpram... sob pena...».

Nessa altura era arcebispo de Braga D. Jorge da Costa, o irmão do famoso Cardeal do mesmo nome. Dois anos antes com energia pusera fora dos seus domínios os corregedores del-rei, que tentavam menosprezar a sua jurisdição temporal. Mas não é improvável que a Câmara, no seu cartório, seguisse o costume do reino e as normas arquivísticas de feição tão prática e ordenadas em Côrtes.

1.ª tentativa de reorganização do Arquivo — A primeira iniciativa séria conhecida para reconstituir o Arquivo e ordená-lo segundo regras, data do séc. XVIII, no pontificado do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles. Presidia então à Câmara o Juiz de Fora, Dr. João Domingues Guerra. Em 10 de Abril de 1723, apelou para o Senhor de Braga, rogando-lhe que determinasse: «... meios, para a conservação dos livros, que se acham em ser, para que se não desencaminhem, como os que já faltam, *que são muitos*, e com grande detrimento do bem comum; pois nem Tombo há dos bens do concelho, *nem livro que contenha* a suma das provisões, e coisas antigas, e dignas de memória ...».

D. Rodrigo de Moura Teles atendeu à exposição do Dr. João Domingues Guerra e, em 16 de Novembro do mesmo ano, mediante decreto, expedia as seguintes advertências e instruções: «E não podemos deixar de lamentar o desgoverno, que consideramos haver no cartório da Câmara...; pois devendo conservar-se ileso, e com boa direcção e alfabetos, para com facilidade se saber as honras e preeminências, que tinha um Senado de uma cidade tão nobre, antiga, augusta e populosa, vemos a digressão, que se tem feito nos livros do governo dela. E já que Deus permitiu nos chegasse esta notícia, em tempo que podemos dar remédio para a conservação do que se acha, e do futuro, mandamos que o Dr. Juiz de Fora, com os vereadores e procurador façam *inventário* de todos os Livros que existem e papeis, e recolham todo dentro dos almários, que na mesma câmara há para guarda deles; pondo-lhes as chaves que a lei do reino determina, e pondo-se nas mãos das pessoas a que ela encomenda se entreguem, no L. I, tit. 66, § 23: o que se observará em tudo, debaixo das penas que ela impõe.

E para que outro sim esta diligência,... e este nosso decreto se não desencaminhe, o Senado da Câmara logo mande encadernar tudo

em um Livro, que se meterá no mesmo cartório e dele, tirando-se um *traslado*, para terem na mesa com as vereações, para o lerem e verem, quando for necessário; e se não irem confundindo as notícias de tudo...; e esperamos do zelo dos regedores se não hajam com descuido na execução do referido, que lhe havemos por mui recomendado» (Ver o *Livro* citado, que tem por título *Index* fls 95 v, 96, 96 v).

É benemérito fazer bons decretos; mas é-o ainda mais inspirá-los e executá-los. Foi o mérito do zeloso presidente Dr. João Domingues Guerra. Lá inventariou e coleccionou todos os livros e documentos antigos e modernos que encontrou e de tudo fez um catálogo, que ainda contém regras arquivoeconómicas para se actualizar, o qual se intitula: INDEX DE ALGUNS LIVROS DE REGISTRO E MEMÓRIAS DE RECEITA E DESPESA.

Mas passou aquela vereação e aquele presidente e entrou-se em nova e prolongada fase de indiferença e desprezo pelo Arquivo. Voltou-se à desordem e descaminho de documentos.

2.ª tentativa de reorganização do Arquivo — Esta segunda intervenção no Arquivo não se deve a uma iniciativa pessoal de interesse, mas sim ao cumprimento de uma determinação legal para todo o país. Por Carta de Lei de 23 de Julho de 1766, os concelhos do reino são obrigados a fazer os tombos dos bens. O de Braga só se organizou depois de 1774. No que respeita ao Arquivo, faz-se uma catalogação nova dos livros e papeis. Conquanto esta iniciativa fosse forçada, a vereação que a levou a cabo procurou realizar obra útil e, daí, o Arquivo Camarário ter sido objecto de cuidados e arrumos simultâneos e concomitantes à catalogação.

3.ª tentativa de reorganização do Arquivo — Conta-se, já quase em meados do séc. XIX, no ano de 1841, uma terceira iniciativa para ordenar o Cartório Municipal. Foi efectuado novo inventário do Arquivo, assim designado: INVENTÁRIO DE TUDO O QUE CONTEM O ARCHIVO DESTE MUNICÍPIO FEITO NO ANNO DE 1841.

Por ele se vê o arrumo dado aos documentos. O Arquivo Municipal limita-se a um só armário! Nele se acamam e recamam os livros e papeis inventariados. Podemos hoje verificar, pelo novo Catálogo, as faltas existentes nos livros que fazem colecção.

Sem embargo de não obedecer a regras arquivísticas, este Inventário ou Catálogo dá-nos a actualização do Arquivo, para aquele tempo; e, para as consultas de então, se não era cómodo, era útil.

Segundo notícia fixada, o tal armário em que se confinava o cartório camarário estava ao fundo da Sala das Sessões.

4.ª tentativa de reconstituição do Arquivo — É natural que o Arquivo começasse a trasbordar pelas sucessivas encorporações, amontoadas ano após ano. Por outro lado, a Câmara, em 1886, resolve embelezar a Sala das Sessões com pinturas decorativas, e retira de lá o armário-cartório.

Não se está ainda num novo período de reorganização, mas sim num máximo de desprezo e abandono, que se prolonga até ao séc. XX.

Por que sítios terá andado o Arquivo não sabemos. Mas, em 1904, se não erram informes desse tempo, ou à volta dessa data, ele é colocado numa dependência contígua à actual Contabilidade, aquela em que hoje funciona a Tesouraria.

Nessa altura, era uma sala esconsa, sem luz, nem arejamento, com o piso inferior de um degrau ao actual. As janelas ainda não existiam. As paredes foram recobertas, então, pelas estantes. Aí se arrumaram as espécies, quer as já históricas, quer as de uso corrente.

Não houve, ao que parece, qualquer inventário ou catalogação topográfica, embora rudimentar. A consulta, por isso, tornar-se-ia penosa; exigia ainda a utilização duma escada móvel de muitos degraus, devido à grande altura da sala, hoje dividida por um segundo pavimento.

Consideramos esta arrumação uma 4.ª tentativa de reorganização do Arquivo, mas pràticamente frustrada. Não demorou que as encorporações, à falta de lugar nas prateleiras, se dispusessem pelo chão; e, o que é pior, a sala do Arquivo transformou-se, pouco a pouco, em armazém de trastes-velhos (todas as inutilidades iam para lá). Nesse estado foi o Arquivo encontrado pelo primeiro arquivista nomeado em 1925, o sr. José Constantino Ribeiro Coelho.

5.ª tentativa de reorganização do Arquivo — Só quando a Câmara criou o lugar de Arquivista da Secretaria (1925) se pensou em dar ao Cartório instalações de certa dignidade. Constituiria o novo recinto o indispensável ambiente ou enquadramento para as providências arquivoeconómicas.

Esse propósito que nos é testificado pelo referido primeiro Arquivista da Secretaria não foi, porém, avante. E o arquivista, sr. José Constantino Ribeiro Coelho, em vez de lhe ser permitido ocupar-se

numa reorganização a sério do Arquivo, foi absorvido de mil maneiras pelos que-fazeres da Secretaria.

Decorreram alguns anos. Chegou-se à presidência do sr. coronel Albino José Rodrigues (1930). Rasgaram-se as janelas na ala norte do edifício camarário; mas o Arquivo saiu da sala em que se achava.

Passa agora o Arquivo para a ala sul; instala-se nas dependências que hoje pertencem à Engenharia (então, aí se situavam a Administração do Concelho e a Direcção Escolar).

As novas acomodações eram bastante amplas e ajustáveis aos fins alvejados. Mas o respeito pelo Arquivo era mínimo. Pouco a pouco, com a expansão dos serviços administrativos, cercearam-lhe o espaço.

«Entre 1933 e 1951 — é o arquivista Ribeiro Coelho quem nos elucida — todo o material existente no Arquivo foi por seis vezes amontoado e outras tantas vezes posto em relativa ordem. E algumas vezes amontoado em péssimas circunstâncias...».

Quer dizer, a 5.ª tentativa de reorganização, na ala sul, falhara.

6.ª e última tentativa de reorganização do Arquivo — Em Junho de 1949 tomou posse do cargo de vereador do Pelouro da Cultura, na edilidade presidida por António Maria Santos da Cunha, o autor deste escorço. Na primeira sessão ordinária a que assistiu, enumerou algumas aspirações que desejaria ver realizadas, entre as quais: *a valorização do Arquivo*, com novas instalações, regulamento e a indispensável catalogação, e *o reaparecimento do Boletim do Arquivo*, em moldes mais ambiciosos e integrado no plano da reorganização dos serviços cartorários.

A nova série do *Boletim*, dirigida pelo novo vereador e pelo antigo primeiro arquivista Ribeiro Coelho, começou logo em Agosto de 1949. O 1.º número desta série (N.º 12), a denunciar renovada feição, insere, além duma secção de Documentos do Arquivo, estudos positivos de história ligados especialmente a Braga ou à região de que é cabeça. Com o 2.º número da mesma série, publicado ainda em 1949, conclui-se o 1.º vol. deste órgão camarário que começara a ser estampado em 1935, catorze anos atrás. Neste ano de 1962 sai o 13.º vol., ou seja: cada ano teve o seu vol., às vezes dois reunidos num tomo, mas sempre numa média superior a 200 págs. de documentação, estudos e efemérides. Note-se que o Boletim, já em Abril de 1950, se transformara na *Bracara Augusta*, Revista de Regionalismo e História da Câmara Municipal de Braga: era a continuação do *Boletim*, com novas perspectivas, sem

deixar de ser o órgão do Arquivo para fazer conhecer o seu recheio e patentear a necessidade de se promover à sua reorganização.

Simultâneamente, se vincou a intenção de dar instalações definitivas ao Arquivo. O vereador do Pelouro da Cultura havia sugerido que o Cartório histórico camarário fosse colocado na Torre de Menagem da cidade, fixando-se aí uma espécie de gabinete para a história de Braga, com o que se tornaria funcionalmente útil aquela nobre relíquia da urbe medieval. A ideia, todavia, não pode vingar, em absoluto, porque se entendeu que o Arquivo, pelo menos na sua parte principal, não deveria distanciar-se da Câmara. Assim é que, mercê do grande inteteresse que lhe dedicou o presidente de então, se prepararam novas acomodações, ainda na ala sul e no rés do chão, com comunicação independente para o átrio do edifício, à esquerda da escadaria principal. A Torre de Menagem dionisiana não seria, no entanto esquecida; constituiria um anexo do Arquivo.

O recinto central do Arquivo adrede preparado consiste, substancialmente, numa dependência de área quadrada, capacidade quase em cubo (6 m de lado e 7 de altura), revestida de boas estantes de madeira, tendo a uns 5 m. do pavimento um varandim circundante a que dá acesso uma escada em caracol. Desse varandim passa-se para uma outra sala mais pequena, também quadrada, mas de muito menor pé direito, forrada igualmente de estantes. As duas salas do Arquivo estão iluminadas e ventiladas por 3 janelas (duas sobrepostas na sala grande e uma na sala adjacente). Nestes lugares se guarda e se vai ordenando hoje o Arquivo. Conquanto tais instalações já não envergonhem a Câmara nem a Cidade, não são desafogadas e não possuem todos os requesitos funcionais (estantes metálicas, por ex.), em parte porque se amoldam às condições estilísticas e à exiguidade geral do edifício, em parte devido à modéstia do plano que as projectou.

Estas acomodações ficaram pràticamente concluidas e foram ocupadas em 1955 sem inauguração solene; passaram a desempenhar as funções de Arquivo em 1956, no ano dos centenários suévico-bracarenses. Por essa altura, aposentava-se o primeiro conservador do Arquivo e era substituido pelo actual que se tem dedicado ao novo arrumo ordenado e sistemático de todo o recheio.

Decerto que a reorganização que ora se processa é feita noutras condições de exequibilidade que não existiam nas anteriores tentativas. Com as actuais intalações; com pessoal técnico mais livre para as actividades específicas e afins; com a vigência dum Regulamento que o

vereador do Pelouro da Cultura inspirou e foi elaborado com o seu concurso e sob a sua orientação ainda pelo primeiro arquivista; e também graças às diligências do novo conservador, esta será, de facto, ao que supomos, a última e a mais eficiente tentativa para se reorganizar cabalmente o Arquivo Municipal de Braga. Pelo menos já temos o Arquivo arrumado em sítio próprio, perfeitamente condigno; já temos o seu Regulamento; e já temos ou em estudo ou em vias de organização catálogos e ficheiros.

Ao findar este escorço da história do Arquivo Municipal de Braga, permita o leitor que registemos dois nomes que deram a esta tentativa o mais valioso contributo: António Maria Santos da Cunha e José Constantino Ribeiro Coelho.

II

Fundos

Apreciável é certamente o recheio documental do Arquivo Municipal de Braga. Mais avultado seria se o descuido ou desgoverno dos homens, como já o advertimos no escorço da sua história, não determinassem, pelos séculos adiante, a digressão e a perda, porventura irreparável, de muitos e vetustos monumentos.

Relacionaremos apenas alguns dos principais fundos de valor histórico, utilizando, a miude, na sumariação, descrições dispersas do antigo conservador sr. José Constantino Ribeiro Coelho,

LIVROS DE PRAZOS

Os *Livros de Prazos* da Câmara de Braga principiam em 1444 e constituem uma série ininterrupta, continuada, há um século, na *Nota* organizada em sua forma actual.

Quanto interessa este fundo do Arquivo infere-se pelas amiudadas consultas de particulares que recorrem a esta documentação, muitas vezes assaz arcaica, para dilucidarem dúvidas e discussões de propriedade privada. Embora esta materialidade de fins seja a causa primeira de se conservarem estes Livros com o maior cuidado, eles, num ponto de vista heurístico, contêm elementos de estudo de grande valia para a investigação da história da cidade e concelho de Braga. Ribeiro Coelho

nota que, em cada contrato, se citam os nomes dos proprietários confinantes, as localizações e toponímias; por aqui se pode avaliar a soma de pormenores que os *Livros de Prazos* proporcionam. Como curiosidade histórica, o mesmo antigo arquivista observa que «nos primeiros emprazamentos feitos, aparecem alguns de propriedades, cerca da «Judaria», a indivíduos de nação judaica (Abraão Fanacho, por ex., assinou o contrato com caracteres hebraicos)».

O TOMBO

Os *Tombos* foram mandados fazer pela carta de lei de 23 de Julho de 1766, mas em Braga só depois de 1774 se começou a sua organização.

Conquanto os aforamentos sejam a mais volumosa matéria do *Tombo dos Bens do Concelho,* ele contém preciosas indicações sobre muitas outras propriedades, edifícios públicos, etc..

ACTAS DA CÂMARA

E outra notável colecção de livros, embora com muitas lacunas. Designou-se, primitivamente, com o nome de *Livros dos Acordãos.* Os existentes remontam ao ano de 1510. As falhas tinham sido já verificadas ao serem inventariados em 1841.

É indiscutível o interesse heurístico destes Livros pela abundância de elementos de toda a ordem que nele se consignam; constituem manancial histórico trasbordante.

LIVROS DE REGISTO

A colecção destes livros abrange um período superior a dois séculos (1641-1875). Perderam-se os seis primeiros volumes, que fariam ainda abarcar mais um século esta valiosa colectânea. Dá-nos ela a conhecer não só acontecimentos da vida local, mas também muitos sucessos das relações entre o governo de Braga e a coroa.

Conhecemos, por um Livro de Memórias de 1841, que a colecção principiava em 1550. Graças a este mesmo Livro, intitulado *Index de alguns Livros de Registro e Memórias de receita e despesa,* temos os índices desse material extraviado (ver a sua reprodução em *Bracara Augusta,* I, p. 15 e segs.).

EPISTOLARIO

É assaz rica esta colectânea. Compreende uma série de livros, organizada sem outro método além do da justaposição. Os organizadores limitaram-se a reunir, em cadernos, os documentos avulsos. Sem embargo da falta de nexo de qualquer espécie com que foram coleccionados, é bem estimável a formação destes livros por haver permitido que se conservassem documentos que, doutro modo, quase de certeza, se teriam perdido.

São eles: «Livro de várias cartas de Reis, Arcebispos e outras pessoas e Provisões», «Cartas dos Senhores Reis», «Cartas dos Senhores Arcebispos e Cabbidos», «Cartas de Pessoas Particulares», «Cartas dos Generais e Pessoas Militares de Guerra», «Várias Memórias e Cartas particulares».

Nas «Cartas dos Senhores Reis», a ordem cronológica está quase certa — vão de 1545 a 1739.

Nas «Cartas dos Senhores Arcebispos e Cabbidos», além de cartas pròpriamente ditas, há documentos de variada natureza, muitos do tempo da Restauração — vão de 1534 a 1737.

Nas «Cartas dos Generais e Pessoas Militares de Guerra», os documentos são dos sécs. XVII e XVIII.

LIVRO DAS VEREAÇÕES

Compreende posturas na sua primeira codificação, tarifas e estivas de vária ordem, copiadas das actas de 1550 e posteriores.

Esta codificação está escrita em dois códices, dos quais um é cópia do outro (1623-1629).

Verdadeiro código municipal, esteve em vigor desde o séc. XVI até ao séc. XIX. Encerram três séculos de municipalismo estes venerandos livros.

PERGAMINHOS, ACTOS E TRASLADOS MAIS ANTIGOS

É esta, sem dúvida, uma colecção importante. Constituem-na:

A) 18 fragmentos de códices medievais (de Missal, de Ofício Divino, de Antifonário e Responsorial, de Sagrada Escritura), em letra francesa, de transição ou gótica (sécs. XI a XIV);

B) 35 actos e traslados dos sécs. XIV a XVII.

Os fragmentos dos códices medievais foram inventariados pelo

Prof. Doutor Avelino Jesus da Costa, inventário esse publicado, por seu obséquio, na *Bracara Augusta* de 1950 (vol. II, n.º 1).

Os documentos da alínea B) foram últimamente recatalogados pelo actual Vereador do Pelouro da Cultura, constituindo o seu inventário, o seu catálogo de inventário e os seus índices a III parte deste trabalho.

CODICES E OUTROS LIVROS ENCADERNADOS SEM SEGUIMENTO

Abrange as seguintes espécies, na enumeração de Ribeiro Coelho.

1.º — *Livro dos Anais deste Município* (1852). Depois de 31 de Dezembro de 1859 nada mais se escreveu em tão interessante memória.

2.º — *Actas da Junta Provisional* (1808). Informam-nos da insurreição patriótica em tempo das invasões. Começa pela cópia do «Termo D'Aclamação do Governo de Sua Alteza Real o Príncipe Regente...». Seguem-se as actas de várias sessões.

3.º — *Autos de aclamação de reis* — D. Carlos I e D. Manuel II (1889-1908).

4.º — *Regimento desta cidade de Braga e da de Lisboa, para o affillador se governar em seu officio, em todo o toquante aos sagredos delles, e sellários* (1735).

5.º — *Relação das demandas da Câmara Secular* (1789).

6.º — *Livro para os Capítulos das audiências de Revista da Câmara desta Cidade* (1806-1819).

7.º — *Correições da Câmara* (1763-1793).

8.º — *Livro das Correições* (1791-1802).

9.º — *Capítulos de Correição* (1796-1805).

10.º — *Correições* (1802-1831).

11.º — *Termos de Juntas, nomeação de Superintendentes Escrivães e Fiscais e Tesoureiros das Décimas* (1762-1780).

12.º — *Termos das facturas de pão* (1807-1822).

13.º — *Matrícula dos Soldados da Bomba* (1800-1852).

14.º — *Lembrança do que se dispende* (1784-1822).

15.º — *Inventário do Archivo* (1884).

16.º — *Inventário dos Bens Móveis do Concelho* (1784).

17.º — *Index do Cartório do Senado* (1737).

18.º — *Juízes e Escrivães dos Ofícios* (1726-1787).

19.º — *Livro das obras do Real da água, Cisa e coatro e m.º por cento.*

20.º — *Livro de sentenças do Senado da Câmara* (1737 — data da reunião dos documentos).

21.º — *Registo de papeis* (1741-1749).
22.º — *Index de alguns livros de registro e Memória de Receita e Despesa* (1723).
23.º — *Registo de alvarás e ordens régias* (1802).
24.º — *Registo de leis, portarias e ordens dos tribunais* (1819-1831).
25.º — *Quadrilheiros* (1802).
26.º — *Código de posturas* (1859).

III

Inventário, Catálogo de inventário e Índices dos pergaminhos, actos e traslados mais antigos

INVENTÁRIO

Capítulo I — *Governo*

1 — Alvarás de Privilégios (1633) — 1 vol. doc. n.º 31.
2 — Cartas a instituir impostos (1387) — 1 fl., doc. n.º 2.
3 — Cartas de Privilégios (1402-1450) — 7 fls., docs. n.os 4, 6, 7, 17, 19, 22 e 23.
4 — Traslados de Privilégios (1583-1633) — 2 vol., docs. n.os 29 e 32.

Capítulo II — *Administração*

5 — Cartas (1409) — 1 fl., doc. n.º 10.
6 — Cartas respostas a Capítulos de Cortes (1441-1459), 6 fls., docs. n.os 12, 21, 24, 25, 26 e 27.
7 — Doações (1297) — 1 fl., doc. n.º 1.
8 — Escrituras (1405-1527) — 3 fls., docs. n.os 8, 9 e 28.
9 — Traslados de doações (1675) — 1 vol., doc. n.º 33.

Capítulo III — *Justiça*

10 — Cartas de sentenças (1399-1443) — 3 fls., docs. n.os 3, 5 e 20.
11 — Cartas testemunhais (1410) — 1 fl., doc. n.º 11.

12 — Cartas testemunháveis (1423) — 1 fl., doc. n.º 14.
13 — Escrituras (vidè Cap. II, 8).
14 — Sentenças (1396-1439) — 4 fls., docs. n.os 13, 14, 15 e 16.
15 — Traslados de processos (1604-1613) — 1 vol., doc. n.º 30.

Capítulo IV — *Religião*

16 — Bulas (1679) — 2 fls., docs. 34 e 35.

CATÁLOGO DE INVENTÁRIO

CAPÍTULO I

Governo

1 — **Alvarás de Privilégios** (de D. Filipe III) — 1633.
Doc. n.º 31. *Alvará* em que são comunicados aos cidadãos de Braga os privilégios, graças e liberdades que têm os cidadãos de Coimbra. *Alvará* sobre taberneiros e vendeiros, que são proibidos de exercer o seu mester enquanto durar uma suspeição. *Alvará* a renovar aos cidadãos de Braga o privilégio de Infanções. *Alvará* a confirmar o privilégio aos cidadãos de Braga de não pagarem Portagem, Passagem, nem Costumagem.

Lisboa, 6/7 Junho — 1633.

Obs. — 1 vol com fls. de pergaminho, 25 × 33 cms.. Dele pendem 2 selos de chumbo.

2 — **Cartas a instituir impostos** — 1387.
Doc. n.º 2. *Carta* de D. João (I) feita perante a raínha D. Filipa de Lencastre e os do seu Conselho, em que, referindo-se aos capítulos de Cortes, institui o pagamento de cizas para despesas de guerra.

El-Rei o mandou por Diogo Lopes Pacheco, par do seu Conselho.

Coimbra, 8-Maio-1387 e. C.

Obs. — 1 perg. 36×28 cms. Teve selo pendente.

3 — **Cartas de Privilégios** (1402-1450).

Doc. n.º 4. *Carta* de D. João (I) a conceder aos moradores e povoadores da cidade de Braga o privilégio das portagens que gozam os da vila de Guimarães.

El-Rei o mandou por Gomes Martins, Doutor em leis, juiz dos seus feitos.

Montemor-o-Novo, 24-Abril-1402 e. C.

Obs. — 1 perg. 29×19 cms.. Teve selo pendentes.

Doc. n.º 6. *Carta* de D. João (I) isentando os habitantes de Braga do pagamento dos direitos de Portagem, Passagem e Costumagem.

Lisboa, 5-Janeiro-1404 e. C.

Obs. — 1 Perg. 37×26 cms.. Teve selo pendente.

Doc. n.º 7. *Carta* de D. João (I) a conceder aos moradores de Braga a isenção de não pagarem Portagem, Passagem, nem Costumagem, tal como gozam os da vila de Guimarães.

El-Rei o mandou por Álvaro Gonçalves, seu chanceler-mor.

Lisboa, 19-Abril-1404 e. C.

Obs. — 1 perg. 36,5×22 cms.. Teve selo pendente.

Doc. n.º 17. *Carta* de confirmação, de D. Pedro Regente, das liberdades e privilégios da cidade, com as respostas aos capítulos apresentados pelos procuradores da mesma, nas Cortes de 1439.

Lisboa,10-Janeiro-1440.

Obs.—Tem assinatura *Ifante dõ p.º* 1 perg. 62×62 cms., muito deteriorado pela dobra central. Nunca teve selo.

Doc. n.º 19. *Carta* de D. Pedro Regente de renovação e confirmação dos privilégios que os moradores de Braga têm de não pagarem Portagem, Passagem e Costumagem.

Porto, 29-Agosto-1442.

Obs.—Tem assinatura *Ifante dõ p.º* 1 perg. 43×43 cms.. Teve selo pendente.

Doc. n.º 22. *Carta* de D. Afonso (V) de confirmação de todas as graças, foros e privilégio e liberdades ao concelho e homens bons da cidade de Braga.

Lisboa, 16-Janeiro-1449.

Obs. — 1 perg. 25,5×23,5 cms.. Teve selo pendente.

Doc. n.º 23. *Carta* de D. Afonso (V) de privilégio a 4 homens que sirvam de Alcaidaria concedida a D. Afonso Pimenta, Alcaide Mor do Castelo de Braga.

Gonçalo de Moura a fez.

Óbidos, 18-Agosto-1449.

Obs.—Tem assinatura de El-Rei. 1 perg. de 30×30 cms.. Teve selo pendente.
Expedida de Sintra a 21-Setembro-1450.

4 — **Traslados de Privilégios** — 1583/1633.

Doc. n.º 29. *Privilégios* da cidade de Braga em traslado mandado fazer pelo Senado da Câmara.

Braga, 13-Agosto-1583.

Obs.—1 vol. em papel vergé, enc. a pergaminho—21×28,5 cms.. Tem 21 fl. numeradas e rubricadas, sinais delidos pela humidade. Faltam 2 fls.. A última tem a assinatura dos vereadores e restos do selo da Câmara, sobre lacre vermelho.

Doc. n.º 32. *Privilégios* de que gozam os cidadãos e moradores da cidade de Braga e confirmação deles no ano de 1633, em traslado dos registos da Torre do Tombo, pelo seu guarda-mor Manuel Jácome Bravo.

Lisboa, 1633.

Obs.—1 vol. em papel vergé, enc. em perg.—20×28 cms. —43 fls. não rubricadas e mais 1, inicial com termo da Câmara de Braga, de 13 de Dezembro. A folha 43 reproduz a confirmação dos privilé- por D. João (IV), a 18 de Março de 1641.

CAPÍTULO II

Administração

5 — **Cortes** — 1409.

Doc. n.º 10. *Carta* de D. João (I) a pedido dos procuradores da cidade, na qual fixa salário aos procuradores às Cortes, e declara que as isenções de tributos não abrangem os lançados para despesas de guerra e defesa.

El-Rei o mandou por Fernão Gonçalves, seu chanceler-mor.

Braga, 8 ou 13-Setembro-1409 e. C.

Obs. — 1 perg. 38×24 cm.. Teve selo pendente.

6 — Cartas respostas a capítulos de Cortes — 1441/1459.

Doc. n.º 12. *Carta resposta* de D. João (I) a Capítulos de Cortes um deles sobre os dias de relego e outro sobre o fornecimento de roupas a oficiais públicos de conta da Câmara de Braga.
Lisboa, 18-Agosto-1411 e C.

Obs. — 1 perg. 42×25 cms.. Danificado na dobra central. Teve selo pendente.

Doc. n.º 21. *Carta resposta* de D. Pedro Regente a Capítulos apresentados em Cortes pelos procuradores da cidade de Braga, satisfazendo-lhes dúvidas e atendendo a queixas.
Santarém, 10-Março-1446.

Obs. — Tem assinatura do *Ifante dõ p.º*. 1 perg. 49×51 cms.. Nunca teve selo.

Doc. n.º 24. *Carta resposta* de D. Afonso (V) a Capítulos de Cortes apresentados pela Câmara de Braga sobre matéria económica.
Lisboa, 29-Março-1450.

Obs. — 1 perg. 20×25 cms.. Escrito em 3 páginas seguidas. Teve um selo que prendia as 4 páginas ao canto inferior esquerdo.

Doc. n.º 25. *Carta resposta* de D. Afonso (V) a uns Capítulos de Cortes apresentados pela Câmara de Braga e providência quanto à construção de uma torre, confirmação de privilégios, etc..
Lisboa, 16-Junho-1456.

Obs. — Tem assinatura de El-Rei. 1 perg. 33×44 cms. Não era selado.

Doc. n.º 26. *Carta resposta* de D. Afonso (V) a Capítulos de Cortes, apresentados pela Câmara de Braga relativos a cavalos e a armas.
El-Rei o mandou por Pero Lobato.
Lisboa, 20-Junho-1456.

Obs. — 1 perg. 31,5×24 cms.. Muito danificado. Teve selo pendente.

Doc. n.º 27. *Carta resposta* de D. Afonso (V) a Capítulos de Cortes, apresentados pela Câmara de Braga sobre diversos assuntos, principalmente acerca de obras da cidade.

El-Rei o mandou por Fernando da Silveira, seu Caudel-mor. Lisboa, 24-Junho-1459.

Obs. — 3 fls. de perg. em caderno. 18×21 cms.. Teve selo pendente.

7 — **Doações** — 1297.

Doc. n.º 1. *Doação* que faz ao Cabido de Braga, Beeyto Peres, alfaiame de Braga, e sua mulher Ana Martins, de 18 palmos de terra na «Crasta Nova» para colocar ali dois moimentos de pedra. Tabelião Martim Rodrici.

Braga, 7-Março-1297 e. C.

Obs. — 1 perg. 21,5×31 cms.

8 — **Escrituras** — 1405-1527.

Doc. n.º 8. *Escrituras* pela qual o Cabido largou ao Concelho duas casas que possuía nos Chãos, arrabalde da cidade, com um censo que a Câmara lhe devia pagar. Arcebispo D. Martinho.

Braga, 1-Maio-1405 e. C.

Obs. — Traz a assinatura de Martin bracharen archiep.º. 1 perg. de 26×24 cms.. Teve selo pendente.

Doc. n.º 9. *Carta* de vendição que fazem ao concelho Vasco Gonçalves, Tabelião em Barcelos, e sua mulher Constança Anes, de umas casas terreiras, na rua dos Chãos.

Braga, 8-Maio-1405 e. C.

Obs. — 1 perg. 32×22 cms.

Doc. n.º 28. *Escritura de emprazamento* que fizeram Frei Sebastião, Frei Francisco e Frei Gregório, monges do mosteiro de Padroso, da ordem de S. Bento, a Fernão Soares, do casal de Vilar de Andorinho.

Pedroso, 19-Setembro-1527.

Obs. — 1 perg. 51,5×40 cms.. Muito danificado.

9 — **Traslados de doações** — 1675.

Doc. n.º 33. *Doação* de D. Tareja do Couto de Braga no ano de 1110 e. C.. *Doação* de D. Henrique e D. Tareja do Couto de Braga no ano de 1112 e. C.. *Doação* de D. Afonso Henriques ao Arcebispo D. Paio do Couto da Lapela, do Castelo de Penafiel, do Couto de

Arentim e da jurisdição da Cidade, confirmando-lhe todas as herdades e coutos que tinha adquirido a Igreja de Braga e todos os padroados reais do Arcebispado, feita no ano de Cristo de 1128 É Traslado extraído do Arquivo da Sé Primacial pelos notários António Velho da Silva e Inácio Correia Barreto.

Braga, 10/12-Dezembro-1675.

Obs. — 1 vol. em papel vergê enc. em perg. 21×31 cms.. Tem escritas 15 páginas não rubricadas.

CAPÍTULO III

Justiça

10 — **Cartas de sentença** (1399 e. C.-1443 e. C.).

Doc. n.º 3. *Carta de sentença* de D. João (I) contra o contador e o almoxarife de El-Rei, por estes porem relego de 1 mês, para os moradores da cidade não venderem vinho, reduzindo esse relego a 15 dias.

El-Rei o mandou por Gomes Martins, doutor em leis do seu desembargo.

Evora, 4 de Fevereiro de 1399 e. C.

Obs. — 1 perg. 32,5×22 cms.. Teve selo pendente.

Doc. n.º 5. *Carta de sentença* de D. João (I) contra o Alcaide do Castelo de Braga.

Santarém, 3-Fevereiro-1403 e. C..

Obs. — 1 perg. 55,5×28 cms.. Muito deteriorado e quase ilegível.

Doc. n.º 20. *Carta de sentença* de D. Afonso (V) na demanda dos moradores da cidade de Braga, contra Martim Viegas da Cunha, senhor de Lanhoso, que pretendia obrigá-los ao pagamento da portagem e passagem: manda respeitar e guardar os privilégios da cidade.

El-Rei o mandou por Pedro Lobato, bacharel em lex, do seu concelho e juiz dos seus feitos.

Torres Vedras, 12-Agosto-1443.

Obs. — 1 perg. 50×42 cms.. Teve selo pendente.

11 — **Cartas testemunhais** — 1410.

Doc. n.º 11. *Carta testemunhal* de D. João (I) a determinar o tempo que os corregedores se podem demorar nos vários lugares. El-Rei o mandou por Gomes Martins, seu juiz dos feitos.

Lisboa, 3-Setembro-1410 e. C..

Obs. — 1 perg. 33×23 cms.. Muito danificado. Teve selo.

12 — **Cartas testemunháveis** — 1423.

Doc. n.º 14. *Carta testemunhável* a reproduzir a sentença dada pelo rei D. João (I) a favor dos lavradores que demandaram o Arcebispo D. Fernando. João Fogaça, Alcaide de Braga, com cargo de Corregedor de Entre-Douro-e-Minho.

Lisboa, 7-Junho-1423.

Obs. — Assinatura: Johannes. 1 perg. 67×47 cms. Não teve selo.

13 — **Escrituras** — vide Capítulo II, 8.

14 — **Sentenças** — 1422-1439.

Doc. n.º 13. *Sentença* de D. João (I) na demanda entre os lavradores do Couto de Braga e o Arcebispo D. Fernando por este não cumprir as cláusulas do contrato de escambo, e pretender prestações de palha, lenha e outras. Decidida a favor dos autores. El-Rei o mandou por João Mendes, Corregedor de sua corte.

Setúbal, 11-Março-1422 e. C.

Obs. — 1 perg. 58×60 cms.. Tem pendente restos de um selo de cera ovalado.

Doc. n.º 15. *Sentença* de D. Duarte na demanda entre os lavradores e o Arcebispo por motivo dumas contas e lançamentos de fintas a favor dos primeiros.

El-Rei o mandou por Diogo Gil Ferreira e Pedro Anes, seus ouvidores.

Santarém, 1-Julho-1434.

Obs. — 1 perg. 62,5×39 cms.. Tem pendente restos de selo de cera.

Doc. n.º 16. *Sentença* de D. Afonso (V) a favor dos lavradores da cidade de Braga na demanda que intentaram contra o Arcebispo D. Fernando que pretendia obrigá-los a diversos trabalho gratuitos.
El-Rei o mandou por Diogo Gil Ferreira do seu desembargo e juiz dos seus feitos.
Lisboa, 7-Setembro-1439.

Obs. — 1 perg. 63×74 cms.. Tem pendente restos de selo de cera.

Doc. n.º 18. *Sentença* do corregedor de Entre-Douro-e-Minho, Pedro Afonso da Costa, escolar em decretais, na demanda entre o Cabido e o Conselho sobre repartição de carnes e pescados pelos almotacés, em pública forma expedida pelo Tabelião Álvaro Gil.
Braga, 20-Agosto-1442 e. C.

Obs. — 1 perg. 34×61 cms.

15 — **Traslados de processos** — 1604-1613.
Doc. n.º 30. *Processos e sentenças* dos fregueses de S. João do Souto contra a fábrica da Sé, pelo notário apostólico Salvador Rocha, em pública forma, por Diogo Machado Cotrim, Tabelião.
Braga, 1604/1613.

Obs. — 1 livro de 54 fls., 20×29,5 cms., enc. em perg..

CAPÍTULO IV

Religião

16 — **Bulas** — 1676.
Doc. n.º 34. *Bula* do Papa Inocêncio XI aos vassalos da Igreja de Braga comunicando-lhes a nomeação do Arcebispo D. Luis de Sousa.
Roma, 8-Fevereiro-1676.

Obs. — 1 perg. 47×33 cms.. Bula de chumbo pendente.

Doc. n.º 35. *Bula* do Papa Inocêncio XI ao povo da cidade de Braga comunicando-lhes a nomeação do Arcebispo D. Luis de Sousa.
Roma, 8-Fevereiro-1676.

Obs. — 1 perg. 47×33 cms.. Bula de chumbo pendente.

ÍNDICE DE DATAS

1297,	7 — Março	— Braga	Cap.	II,	7,	doc.	n.º	1
1387,	8 — Maio	— Coimbra	»	I,	2,	»	»	2
1399,	4 — Fevereiro	— Êvora	»	III,	10,	»	»	3
1402,	24 — Abril	— Montemor-o-Novo	»	I,	3,	»	»	4
1403,	3 — Fevereiro	— Santarém	»	III,	10,	»	»	5
1404,	5 — Janeiro	— Lisboa	»	I,	3,	»	»	6
1404,	19 — Abril	— Lisboa	»	I,	3,	»	»	7
1405,	1 — Maio	— Braga	»	II,	8,	»	»	8
1405,	8 — Maio	— Braga	»	II,	8,	»	»	9
1409,	8 (13) — Setembro	— Braga	»	II,	5,	»	»	10
1410,	3 — Setembro	— Lisboa	»	III,	11,	»	»	11
1411,	18 — Agosto	— Lisboa	»	II,	6,	»	»	12
1422,	11 — Março	— Setúbal	»	III,	14,	»	»	13
1423,	7 — Junho	— Lisboa	»	III,	12,	»	»	14
1434	1 — Julho	— Santarém	»	III,	14,	»	»	15
1439	7 — Setembro	— Lisboa	»	III,	14,	»	»	16
1440	10 — Janeiro	— Lisboa	»	I,	3,	»	»	17
1442	20 — Agosto	— Braga	»	III,	14,	»	»	18
1442	29 — Agosto	— Porto	»	I,	3,	»	»	19
1443	12 — Agosto	— Torres Vedras	»	III,	10,	»	»	20
1446	10 — Março	— Santarém	»	II,	6,	»	»	21
1449	16 — Janeiro	— Lisboa	»	I,	3,	»	»	22
1449	18 — Agosto	— Óbidos e	»	I,	3,	»	»	23
1450	21 — Setembro	— Sintra						
1450	29 — Março	— Lisboa	»	II,	6,	»	»	24
1456	16 — Junho	— Lisboa	»	II,	6,	»	»	25
1456	20 — Junho	— Lisboa	»	II,	6,	»	»	26
1459	24 — Junho	— Lisboa	»	II,	6,	»	»	27
1527	19 — Setembro	— Pedroso (julgado de Gaia)	»	II,	8,	»	»	28
1583	13 — Agosto	— Braga	»	I,	4,	»	»	29
1604/1613		— Braga	»	III,	15,	»	»	30
1633	6/7 — Junho	— Lisboa	»	I,	1,	»	»	31
1633/1641	18 — Março	— Lisboa	»	I,	4,	»	»	32
1675	10/12 — Dezembro	— Braga	»	II,	9,	»	»	33
1676	8 — Fevereiro	— Roma	»	IV,	16,	»	»	34
1676	8 — Fevereiro	— Roma	»	IV,	16,	»	»	35

ÍNDICE DE NOMES DE PESSOAS

Afonso V (D.) — Cap. I, 3, doc. 22; idem doc. 23; Cap. II, 6, doc. 24; idem doc. 25; idem doc. 26; idem doc. 27; Cap. III, 10, doc. 20; Cap. III, 14, doc. 16.

Afonso Henriques (D.) — Cap. II, 9, doc. 33.

Anes (Constança) — Cap. II, 8, doc. 9.

Anes (Pedro) — Cap. III, 14, doc. 15.

Barreto (Inácio Correia) — Cap. II, 9, doc. 33.

Bravo (Manuel Jácome) — Cap. I, 4, doc. 32.

Costa (Pedro Afonso) — Cap. III, 14, doc. 18.

Cotrim (Diogo Machado) — Cap. III, 15, doc. 30.

Cunha (Martim Viegas da) — Cap. III, 10, doc. 20.

Duarte (D.) — Cap. III, 14, doc. 15.

Fernando (Arcebispo D.) — Cap. III, 12, doc. 14; Cap. III, 14, doc. 13; idem, doc. 16.

Ferreira (Diogo Gil) — Cap. III, 14, doc. 15; idem doc. 16.

Filipa de Lencastre (D.) — Cap. I, 2, doc. 2.

Filipe III (D.) — Cap. I, 1, doc. 31.

Fogaça (João) — Cap. III, 12, doc. 14.

Francisco (Frei) — Cap. II, 8, doc. 28.

Gil (Álvaro) — Cap. III, 14, doc. 18.

Gonçalves (Álvaro) — Cap. I, 3, doc. 7.

Gonçalves (Fernão) — Cap. II, 5, doc. 10.

Gonçalves (Vasco) — Cap. II, 8, doc. 9.

Gregório (Frei) — Cap. II, 8, doc. 28.

Henrique (D.) — Cap. II, 9, doc. 33.

Inocêncio XI (Papa) — Cap. IV, 6, doc. 34; idem doc. 35.

João I (D.) — Cap. I, 2, doc. 2; Cap. I, 3, doc. 4; idem doc. 6; idem doc. 7; Cap. II, 5, doc. 10; Cap. II, 6, doc. 12; Cap. III, 10, doc. 33; idem doc. 5; Cap. III, 11, doc. 11; Cap. III, 12, doc. 14; cap. III, 14, doc. 13.

João IV (D.) — Cap. I, 4, doc. 32.

Lencastre (D. Filipa) — V. Filipa (D.) de Lencastre.

Lobato (Pedro) — Cap. II, 6, doc. 26; Cap. III, 10, doc. 20.

Martinho (Arcebispo D.) — Cap. II, 8, doc. 8.

Martins (Ana) — Cap. II, 7, doc. 1.

Martins (Gomes) — Cap. I, 3, doc. 4; Cap. III, 10, doc. 3; Cap. III, 11, doc. 13.

Mendes (João) — Cap. III, 14, doc. 13.

Pacheco (Diogo Lopes) — Cap. I, 2, doc. 2.

Paio (Arcebispo D.) — Cap. II, 9, doc. 33.

Pedro (Regente D.) — Cap. I, 3, doc. 17; idem doc. 19; Cap. II, 6, doc. 21.

Peres (Beeyto) — Cap. II, 7, doc. 1.

Pimenta (D. Afonso) — Cap. I, 3, doc. 23.

Sebastião (Frei) — Cap. II, 8, doc. 28.

Silva (António Velho da) — Cap. II, 9, doc. 33.

Silveira (Fernando da) — Cap. II, 6, doc. 27.
Soares (Fernão) — Cap. II, 8, doc. 28.
Sousa (Arcebispo D. Luis de) — Cap. II, 16, doc. 34; idem 35.
Tareja (Dona) — Cap. II, 9, doc. 33.

ÍNDICE DE NOMES DE LUGARES

Arentim (Couto de) — Cap. II, 9, doc. 33.
Barcelos — Cap. II, 8, doc. 9.
Braga — Cap. I, 1, doc. 31; Cap. I, 3, doc. 4; idem, doc. 6; idem, doc. 7; idem doc. 19; idem doc. 23; Cap. I, 4, doc. 29; idem doc. 32; Cap. II, 5, doc. 10; Cap. II, 6, doc. 12; idem doc 21; idem doc. 24; idem doc. 25; idem doc. 26; idem doc. 27; Cap. II, 7, doc. 1; Cap. II, 8, doc. 8; idem doc. 9; Cap. II, 9, doc. 32; Cap. III, 10, doc. 5; idem doc. 20; Cap. III, 14, doc. 13; idem doc. 16, idem doc. 18; Cap. III, 15, doc. 30; Cap. IV, 16, doc. 34; Idem doc. 35.
Chãos (Rua ou lugar dos) — Cap. II, 8, doc. 8; idem doc. 9.
Coimbra — Cap. I, 1, doc. 31; Cap. I, 2, doc. 2; Cap. I, 3, doc. 23.
Crasta Nova (Lugar de) — Cap. II, 7, doc. 1.
Entre-Douro e Minho — Cap. III, 12, doc. 14; Cap. III, 14, doc. 3.
Évora — Cap. III, 10, doc. 3.
Guimarães (Vila de) — Cap. I, 3, doc. 4; idem doc. 7.
Lanhoso — Cap. III, 10, doc. 20.
Lapela (Couto da) — Cap. II, 9, doc. 33.
Lisboa — Cap. I, 1, doc. 30; Cap. I, 3, doc. 6; idem doc. 7; idem doc. 22; Cap. I, 4, doc. 29; Cap. II, 6, doc. 12; idem doc. 24; idem doc. 25; idem doc. 26; idem doc. 27; Cap. III, 11, doc. 11; Cap. III, 12, doc. 14; Cap. III, 14, doc. 16.
Montemor-o-Novo — Cap. I, 3, doc. 4.
Óbidos — Cap. I, 3, doc. 23.
Pedroso, julgado de Gaia — Cap. II, 8, doc. 28.
Penafiel (Castelo de) — Cap. II, 9, doc. 33.
Porto — Cap. I, 3, doc. 19.
Roma — Cap. IV, 16, doc. 34; idem doc. 35.
Santarém — Cap. II, 6, doc. 22; Cap. III, 10, doc. 5; Cap. III, 14, doc. 15.
S. João do Souto — Cap. III, 15, doc. 30.
Setúbal — Cap. III, 14, doc. 13.
Torres Vedras — Cap. III, 10, doc. 20.
Vilar de Andorinhas — Cap. II, 8, doc. 28.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

ARCEBISPO . . . . . Vidé Bulas
BULAS
A anunciar a nomeação dum Arcebispo . . . . . Cap. IV, 16, doc. 34
Idem . . . . . Cap. IV, 16, doc. 35
CASAS . . . . . Vidè Escrituras
CASTELO DE PENAFIEL . . . . . Vidè Escrituras
CAVALOS E ARMAS . . . . . Vidè Cortes
CIZAS . . . . . Vidè Impostos
CORREGEDOR
Carta a determinar o tempo de demora nos vários lugares . Cap. III, 11, doc. 11.
CORTES
Carta resposta sobre cizas para despesas de guerra . . . Vidè Impostos
Carta resposta sobre privilégios. . . . . Vidè Privilégios
Carta sobre salários de procuradores . . . . . Vidè Procuradores
Carta resposta sobre relego . . . . . Vidè Relego e Fornecimento
Carta resposta sobre dúvidas e queixas . . . . . **Cap. II, 6, doc 21**
Carta sobre matéria económica . . . . . Cap. II, 6, doc. 24
Carta resposta sobre a construção duma torre e confirmação de privilégios . . . . . Vidè Obras e Privilégios
Carta sobre cavalos e armas. . . . . Cap. II, 6, doc. 26
Carta resposta sobre diversos assuntos (Obras da cidade, etc.) Vidè Obras
COUTOS . . . . . Vidè Doações
DOAÇÕES
De 18 palmos de terra . . . . . Cap. II, 7, doc. I
Do Couto de Braga . . . . . Cap. II, 9, doc. 33
Do Couto da Lapela, do Castelo de Penafiel e do Couto de Arentim . . . . . Cap. II, 9, doc. 33
DESPESAS DE GUERRA . . . . . Vidè impostos
ESCRITURAS
De cedência de casas. . . . . Cap. II, 8, doc. 8.
De vendição de casas . . . . . Cap. II, 8, doc. 9.
De emprazamentos . . . . . Cap. II, 8, doc. 28.
FORNECIMENTOS
Carta resposta sobre roupas a oficiais públicos . . . . Cap. II, 6, doc. 12
IMPOSTOS
Carta resposta a Cortes a instituir cizas para despesas de guerra . . . . . Cap. I, 2, doc. 2
Carta a declarar que a isenção não abrange os de guerra . Cap. II, 5, doc. 10
INFANÇÕES . . . . . Vidè Privilégios
NOMEAÇÃO DE ARCEBISPO . . . . . Vidè Bulas

OBRAS
Carta resposta sobre a construção duma torre . . . . Cap. II, 6, doc. 23
Diversas . . . . . Cap. II, 6, doc. 27
PRIVILÊGIOS
Alvará de comunicação dos privilégios dos cidadão de Coimbra aos de Braga . . . . . Cap. I, 1, doc. 31
Alvará de proibição de exercer mester durante suspeição . Cap. I, 1, doc. 31
Alvará de renovação do privilégio de infanções . . . . Cap. I, 1, doc. 31
Alvará de confirmação de privilégios . . . . . Gap. I, 1, doc. 31
Carta a conceder os mesmos que gozam os de Guimarães aos de Braga . . . . . Cap. I, 3, doc. 4, 6 e 7.
Carta de isenção . . . . . Cap. I, 3, doc. 7
Carta de confirmação . . . . . Cap. I, 3, doc. 17
Carta de renovação e confirmação . . . . . Cap. I, 3, doc. 19
Carta de confirmação de graças, foros e privilégios . . . Cap. I, 3, doc. 22
Carta de privilégios a 4 homens que servirem a Alcaidaria . Cap. I, 3, doc. 23
Traslado de privilégios . . . . . Cap. I, 4, doc. 29
Traslado de privilégios e sua confirmação. . . . . Cap. I, 4, doc. 32
Carta de confirmação. . . . . Cap. II, 6, doc. 25
PROCURADORES DA CIDADE
Carta do rei sobre o estabelecimento de salários . . . . Cap. II, 5, doc. 10
RELEGO
Carta resposta sobre os dias de relego. . . . . Cap. II, 6, doc. 12
SALÁRIOS
Carta a preceituar forma de os estabelecer aos procuradores. Vidè Procuradores
SENTENÇAS
Sobre o relego . . . . . Cap. III, 10, doc. 3
Contra o Alcaide do Castelo . . . . . Cap. III, 10, doc. 5
Contra o Senhor de Lanhoso . . . . . Cap. III, 10, doc. 20
Carta testemunhável reproduzindo sentença . . . . . Cap. III, 12, doc. 14
Duma demanda entre o Cabido e o Concelho . . . . . Cap. III, 14, doc. 18
Da demanda entre os lavradores e o Arcebispo . . . . Cap. III, 14, docs. 13, 15, 16
Da demanda entre os fregueses de S. João do Souto e a Fábrica da Sé . . . . . Cap. III, 15, doc. 30

IV

Projecto de Regulamento para a Reorganização do Arquivo Municipal de Braga

(Aprovado em sessão camarária de 11-X-1962)

Art. 1.º — Os serviços do Arquivo da Câmara Municipal de Braga são reorganizados de modo que fiquem separados o Arquivo corrente e o Arquivo definitivo ou Histórico.

§ 1.º É considerado *Arquivo corrente ou actual* não só o conjunto de fundos que na Secretaria ou em outros departamentos municipais têm movimento constante, mas também aqueles que, embora hajam transitado para as instalações próprias do Arquivo, não tenham sido ainda desagregados da vida da Secretaria.

§ 2.º — É considerado *Arquivo definitivo ou Histórico* o conjunto de fundos existentes nas instalações do Arquivo e que se entenda dever considerar para a posteridade.

Art. 2.º — Os fundos do Arquivo Definitivo ou Histórico serão constituídos pelas seguintes colecções:

a) *Actas* da Câmara, e de Corpos Administrativos, ou de Comissões a ela adstritos (Senados, Conselhos, Comissões Municipais, etc.).

b) *Actas* de Corporações extintas, que tenham sido, ou venham a ser recolhidas no Arquivo Municipal (1).

c) Livros de *Tombo* e processos a eles relativos.

d) Livros de *Prazos* e outros deles derivados, ou que se lhes relacionem, com relações de foreiros, registos de consentimentos e de alvarás de remissão.

e) Livros de *Posturas* e *Regulamentos*.

f) *Epistolário* (cartas de Reis, cartas de Arcebispos e Cabidos, cartas de Autoridades e Particulares e semelhantes já coleccionadas em Códices).

g) *Correspondência* moderna, incluindo, separadamente, a recebida e a cópia da expedida.

h) *Livros de Registo* (no qual estão transcritos os documentos que passavam pela Secretaria da Câmara, ou lhe eram remetidos ou apressntados para esse efeito).

---

(1) Por exemplo as da Câmara do Couto de Pedralva.

i) Livros de Termos: de posses, de contratos com o pessoal, e outros de semelhante natureza que, segundo as normas vigentes, eram, sejam ou venham a ser usados na escrivania da Câmara.

j) Livros da Nota, documentos arquivados com as escrituras, e outros livros ou papeis a ela referentes (²).

k) Registos de *Testamentos,* e *Autos* de sua aprovação, (vindos da extinta Administração do Concelho).

l) Livros de Receita e Despesa, de *Orçamentos* e *Contas Correntes.*

m) Livros vários, ocasionalmente usados, e que não tiveram continuação. (Anais, Proclamações Régias, Junta Provisória do Reino, etc.).

n) Secção de *Pergaminhos.*

Art. 3.º — Todos os anos, no segundo trimestre, transitarão dos Serviços de Secretaria, e outras repartições da Câmara, para a do Arquivo, os livros e papeis do Ano anterior ao precedente, que devam ser para ele transferidos.

§ 1.º — A Repartição de Engenharia, pela natureza especial dos serviços que por ela correm, tem arquivo próprio, e por isso se exceptua do que dispõe este artigo.

§ 2.º — A transferência será feita mediante guia em duplicado; um exemplar, depois de feitas as necessárias conferências, é restituído, rubricado, à repartição de origem; o outro exemplar destina-se ao Arquivo e documenta o seu inventário.

§ 3.º — Sem embargo do que dispõe o corpo do artigo, qualquer repartição poderá conservar livros do ano referido e sobretudo processos que sejam ainda de frequente consulta, ou não devam por qualquer motivo considerar-se findos.

§ 4.º — Verificado, porém, em qualquer altura, que já não interessa mais à Repartição de origem, conservar livros e papeis retidos nos termos do § precedente, elaborará nova guia no segundo semestre, para se transferirem para o Arquivo. Em caso algum, todavia cada Repartição fará mais do que duas transferências em cada ano: uma normal e outra extraordinária.

Art. 4.º — Recebidos, pelo Arquivo, os livros e processos das repartições indicadas, proceder-se-á imediatamente à sua verificação, classificação, se não estiver feita, e distribuição pelos fundos, secções

---

(²) Entende-se, inicialmente, dos anteriores a 23/4/903, em que começa a actual numeração.

ou colecções em que devam ser incluídos, extraindo as necessárias fichas ou verbetes.

Art. 5.º — Ao mesmo tempo proceder-se-á à rigorosa limpeza das espécies a arquivar, com todo o cuidado de desinfecção necessário à boa conservação, evitando que possam contaminar os já depositados.

Art. 6.º — A entrada das espécies será logo mencionada no Inventário Geral, pela ordem cronológica dos recebimentos. Os verbetes então extraídos darão lugar aos catálogos que a Direcção do Arquivo venha a reputar convenientes.

Art. 7.º — Arrumadas convenientemente as espécies recebidas, o Conservador do Arquivo, com a anuência do Vereador do Pelouro, determinará se devem ficar à disposição do público que deseje consultar o Arquivo, ou se devem considerar-se «Reservados».

§ 1.º Os catálogos organizados para consulta do público, conterão os elementos «Reservados». Estes também constarão de catálogo especial, e o seu exame ou consulta só será facultado depois de despacho superior.

Art. 8.º — Depois de arquivados convenientemente, não será permitida, normalmente, a saída quer de livros, quer de processos ou papeis, que deverão ser consultados, mesmo pelos funcionários municipais que o necessitem, nas próprias instalações do Arquivo. Se for imprescindível fazer exame noutra repartição, por motivo de conferência, inspecção ou semelhante, a saída do Arquivo realizar-se-á mediante requisição, assinada pelo chefe do serviço interessado,

§ 1.º Ao regressarem as espécies requisitadas, serão conferidas e revistas para garantia da integridade do Arquivo.

Art. 9.º — Para a execução do disposto no artigo antecedente, serão estabelecidos modelos uniformes de guias, requisições, notas de remessa, e semelhantes.

Art. 10.º — O conservador do Arquivo cuidará, logo que o tenha suficientemente arrumado, em transcrever ou fazer transcrever os documentos, sobretudo correspondência trocada, cuja escrita não ofereça garantias suficientes de perenidade.

§ 1.º — A transcrição será feita em papel de boa qualidade, com tinta tão indelével quanto possível, e em boa e clara caligrafia, ou então em fotocópia. Será feita em papel avulso, prèviamente marginado mecanicamente, e reunida em volumes anuais, ou de determinado período, sòlidamente encadernados.

§ 2.º Na transcrição omitir-se-ão as peças que não possam ofere-

cer interesse histórico. Delas far-se-à simplesmente, um índice ou relação.

§ 3.º — No final de cada volume será certificada a sua fidelidade com os documentos transcritos, em termo assinado pelo Conservador e por outro funcionário que com ele haja feito a conferência.

Art. 11.º — Os volumes de que trata o artigo precedente serão reunidos aos fundos do Registo, ou Epistolário, segundo a sua natureza. Formarão assim a continuação dos Códices e Livros de Registo, que constituem o primitivo Fundo do Arquivo.

Art. 12.º — Depois de estar concluída a arrumação e ordenação dispostas neste Regulamento o Arquivo promoverá a reprodução sistematizada e integral das espécies arquivadas, em volumes editados pela sua revista *Bracara Augusta* e como separata da mesma publicação. Esta disposição respeita, como é evidente, as espécies de interesse histórico, sobretudo as mais antigas. Dessa edição constarão as cotas e todas as mais indicações arquivísticas que se reputem convenientes.

Art. 13.º — A publicação de vários «Corpos» recomendada no artigo precedente não obsta, todavia a qualquer publicação parcial ou de documentos soltos que a Direcção da Revista *Bracara Augusta*, segundo a oportunidade, for determinando.

Art. 14.º — Dada a impossibilidade de todo o serviço do Arquivo ser feito exclusivamente pelo Conservador, que acumula as funções de Bibliotecário, tomar-se-ão providências para a criação dum lugar de catalogador e de um outro de copista.

§ único. Até à satisfação do prescrito no presente Art.º esses cargos serão desempenhados por dois funcionários eventuais de reconhecida idoneidade, que ficarão sob a responsabilidade do Conservador do Arquivo.



Livros de Registo

16.º Livro

(Continuação da pág. 232 do vol. IX-X)

Licença de espingarda ou carabina, a favor de António José Machado, de freguesia de S. Martinho de Couto de Moure — fl. 265.

Carta de examinação e marca (a) de Teotónio da Silva, ourives de ouro — fl. 265, v.

Carta de examinação e marca (b) de Custódio de Afonseca, da R. Nova — fl. 266.

Marca do ensaiador do ofício de ourives do ouro, João Nunes da Cruz (c) — fl. 266 v.

Carta de examinação de ourives do ouro e marca (d) de João Marcos Pereira, de Trás-a-Sé — fl. 267.

(a) A marca é um S aberto, para sair em relevo, e gravado inversamente por erro de punção. Excepcionalmente está bem aposta e com tinta própria no registo.

(b) Parece ser um A. Mal aposto, como os outros.

(c) A marca consistia na letra I com um círculo sobreposto, abertos e recortados.

(d) Era a letra P, simples.

Idêntica (a) de Sebastião Ferreira de Sousa — fl. 267, v.

Idêntica (b) de Manuel Álvares de Araújo — fl. 268.

Idêntica (c) de João Correia [da rua nova de Sousa] — fl. 268, v.

Privilégio da Misericórdia a favor de Francisco Correia Mendes — fl. 269.

Privilégio da SS. Trindade a favor de José Nunes, serralheiro, [dos Chãos de Cima] — fl. 269, v.

Privilégio de S. António de Lisboa, a favor de Domingos Ribeiro, de Trandeiras — fl. 270.

Carta de examinação de ourives de ouro e cravador de pedras finas (d), a favor de António José Vieira, do Campo das Hortas. — fl. 270, v.

Justificação e certidão de Francisco Pereira do Outeiro, da freguesia de S. Pedro de Escudeiros, de como seu avô Bento Ribeiro, serviu de juiz ordinário no concelho do Couto de Ronfe — fl. 271.

Carta de examinação de ourives de ouro, a favor de José António Pereira, da porta de S. Francisco (e) — fl. 271, v.

Privilegio do Santíssimo Sacramento da Santa Sé, a favor de Agostinho Marques, ourives. — fl. 272.

Idêntico de Bento da Silva, ourives, da rua do Souto — fl. 272, v.

Licença de espingarda ou carabina a favor de Francisco Rebelo Guimarães, [morador na rua do Souto] — fl. 273.

Carta de examinação de António José Ferreira (f), ourives do ouro, da rua dos Gatos — fl. 273, v.

Idêntica (g) de José Alves, da rua de S. Lázaro — fl. 274.

Idêntico de José Marques da Silva, ourives do ouro (b) da rua dos Gatos — fl. 276, v.

Instrumento de justificação de Manuel de Oliveira, da rua das Palhotas, de como serviu de almotacé na vila de Soajo — fl. 277.

Provisão de S. Maj. de carabina ou espingarda com bala a favor de Manuel Pereira, padre da freguesia de Gualtar — fl. 277, v.

(a) Consistia a marca na letra S.
(b) Era a letra A.
(c) A letra C, aberta.
(d) Tinha por marca um V aberto e recortado.
(e) A marca que usava era um simples X.
(f) A marca era a letra F.
(g) Consistia a marca numa letra B, simples.
(h) Tinha por marca a letra S.

Privilégio de S. António de Lisboa, a favor de Inocêncio de Sá, ensamblador, da Rua da Cruz de Pedra — fl. 278.

Carta de examinação de João Ferreira, alfaiate [natural de N. S. de Afonsim, Vila Pouca de Aguiar, morador nesta cidade] — fl. 278, v.

Privilégio das Táboas Vermelhas a favor de David de Sequeira, da vila de Prado — fl. 279.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de Francisco Antunes Pereira, da rua nova — fl. 279, v.

Privilégio da Bula da Santa Cruzada, a favor de Gaspar Dias, sapateiro, da rua da Cónega — fl. 280.

Privilégio da SS. Trindade e favor de Luiz António, filho de Francisco Dias, da freguesia de S. Leocádia de Briteiros (a) — fl. 280, v.

Idêntico de António Rodrigues, da freguesia de S. Pedro de Escudeiros — fl. 281.

Privilégio das Táboas Vermelhas, a favor de Pedro d'Affonseca de Castro Osório Melo [do casal de Barral, freguesia de S. Victor] — fl. 281, v.

Carta de examinação de ourives do ouro, e cravador de pedras finas e sua marca (b), a favor de José Carvalho, morador nos Chãos — fl. 282, v.

Ano de 1754

Carta de examinação do ofício de sapateiro a favor de Manuel Teixeira, da freguesia de S. Paio de Brunhais, concelho da Póvoa de Lanhoso — fl. 283.

Carta de examinação de ourives de prata a favor de José Gonçalves (c), defronte do Paço Arcebispal — fl. 283, v.

Alvará de S. Maj. de Licença de carabina ou espingarda com bala e pederneira, a favor de António da Cunha, da freguesia de S. Adrião de Padim da Graça — fl. 284.

Carta de examinação de ourives de ouro a favor de Domingos Rodrigues [de Abreu] da rua das Águas — fl. 284, v.

Privilégio de S. António de Lisboa a favor de Manuel Francisco, do Paul da Senhora-a-Branca — fl. 285.

Privilégio da Santíssima Trindade, a favor de Mateus Correia, da freguesia de S. Victor — fl. 285, v.

(a) Presentemente é do concelho de Guimarães.

(b) A marca era a letra C aberta num quadrado.

(c) A marca consistia nas iniciais IG, abertas num rectângulo.

Numeramento de cabo de esquadra, a favor de Domingos Ribeiro, da Rua do Forno. — fl. 286.

Privilégio da S. C. da Misericórdia a favor de Manuel da Costa, da calçada de N. Senhora-a-Branca — fl. 286.

Privilégio dos Meninos órfãos, da cidade de Lisboa, a favor de José de Magalhães, sombreireiro, da Ponte de Guimarães — fl. 286, v.

Privilégio da Santa Casa da Misericórdia desta cidade a favor de Francisco Luís Gomes, da freguesia de S. João de Nogueira — fl. 287.

Privilégio de S. António de Lisboa a favor de Diogo António, da Congosta dos Prados — fl. 287, v.

Idêntico de José Francisco, da freguesia de S. Maria de Ferreiros — fl. 288.

Carta de examinação de ourives do ouro, a favor de João de Sousa Monteiro, da R. Nova de Sousa — fl. 288, v.

Privilégio da Santa Casa da Misericórdia, a favor de Manuel Pereira, da Ponte de Guimarães — fl. 289.

Marca do ensaiador e contraste (a) João da Silva — fl. 289.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de Domingos da Costa, da freguesia de S. Pedro de Escudeiros — fl. 290.

Privilégio das Tábuas Vermelhas, a favor de Marcos Caetano Bacelar, da freguesia de S. Miguel de Fontoura, comarca de Valença — fl. 290, v.

Carta de examinação do ofício de ourives de ouro, a favor de Manuel António Pereira da Rocha — fl. 291.

Ano de 1755

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de Francisco de Paiva Brandão, da R. de S. Marcos [para a igreja de Adaúfe] — fl. 291 v.

Privilégio da Bula a favor de João Bernardo dos Santos, da R. Nova — fl. 292.

Idêntico de Domingos de Freitas Rego, da R. do Souto — fl. 292, v.

Privilégio da SS. Trindade, a favor de Domingos Lopes, do lugar do Souto, em Adaúfe — fl. 293.

Privilégio das Tábuas Vermelhas, a favor de Bento da Costa, de

(a) A marca era um simples I recortado, e coroado por um círculo.

S. Pedro de Escudeiros, por um casal que passue na dita freguesia — fl. 293, v.

Privilégio da SS. Trindade, a favor de Manuel Francisco, dos Chãos de Baixo — fl. 294.

Privilégio das Tábuas Vermelhas, a favor de José Vaz Pereira [pelo casal ou quinta das Caldas e Hospital, de Sequeira] — fl. 294, v.

Carta de examinação de ourives do ouro (a), a favor de Lucas da Costa e Faria. — fl. 299, v. (b).

Privilégio da SS. Trindade, a favor de João de Matos Vieira, da freguesia de S. Martinho de Ferreiros do concelho da Póvoa — fl. 300.

Privilégio das Tábuas Vermelhas a favor de Manuel Sebastião de Faria Machado, da freguesia de S. Miguel de Vilela. — fl. 300, v.

Idêntico de José da Silva, da freguesia de S. Pedro de Escudeiros — fl. 301.

Documentos de Féliz Francisco, da rua Direita da Cruz de Pedra, [relativo ao serviço militar prestado] — fl. 301, v.

Provisão de S. Alteza (o Sr. Arcebispo, D. José), do cargo de Sargento da ordenança, da Companhia do Capitão Miguel José de Carvalho, a favor de Cristóvão da Silva, da porta do Souto — fl. 302.

Carta de examinação de sombreireiro a favor de José Peixoto, da vila de Guimarães, e de presente morador na rua nova da Seara — fl. 303, v.

Idêntica de António da Costa, da mesma rua — fl. 304.

Privilégio da S. C. da Misericórdia a favor de Francisco Vieira, do Campo de Santana — fl. 304, v.

Idêntico de Custódio Lopes & Carvalho — fl. 305.

Idêntico de Francisco Correia, do Campo de Santana — fl. 305, v.

Idêntico de Manuel Vieira, sombreireiro, do Campo de N. S. a Branca — fl. 306.

Idêntico de João Pires, mercador do Campo de Santana — fl. 306, v.

Privilégio do Santíssimo Sacramento a favor de António d'Afonseca, ourives da rua dos Gatos — fl. 307.

Idêntico de António José da Silva, cabeleireiro, da rua de S. Marcos — fl. 307, v.

Privilégio da Bula a favor de Domingos Gonçalves, da Quintã, freguesia de S. Miguel de Frossos — fl. 308.

(a) A marca era a letra X aberta num rectângulo.

(b) A numeração do livro salta, sem qualquer explicação de fl. 294 a 299. O facto é anterior à utilização do livro, como já se tem notado em casos idênticos.

Privilégio de mamposteiro dos cativos, a favor de Manuel Gonçalves Pimenta — fl. 308, v.

Privilégio da Bula, a favor de Francisco Vieira Mota — fl. 309.

Privilégio do SS. Sacramento, a favor de Domingos da Silva, dos Chãos de Cima — fl. 309, v.

Privilégio da Comenda de S. Maria de Adaúfe, a favor de João Lopes Maia — fl. 310.

Confirmação de um privilégio da SS. Trindade e redenção dos cativos, a favor de Bernardo Lourenço da freguesia de S. Maria de Ferreiros — fl. 310, v.

Ano de 1756

Carta de examinação de ourives do ouro, a favor de Leonardo José Rodrigues Torres — fl. 311.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de Luís António da Costa, da rua das Águas — fl. 311, v.

Privilégio das Tábuas Vermelhas a favor de Jerónimo Ribeiro Machado, da freguesia de S. Pedro de Escudeiros [pelo Casal do Ribeiro, da freguesia de S. João da Ponte] — fl. 312.

Carta de examinação de Torquato de Lima, sombreireiro, da Rua de S. Lázaro — fl. 312, v.

Carta de examinação de Torquato da Silva, alfaiate, da Rua da Régua — fl. 313.

Privilégio do SS. Sacramento da S. Sé, a favor de Amaro Francisco, dos Biscainhos — fl. 313, v.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de Francisco Gonçalves, ferreiro, dos Chãos de Cima — fl. 314.

Privilégio do SS. Sacramento da S. Sé, a favor de João de Araújo, da Rua do Poço — fl. 314, v.

Carta de examinação de Lourenço Martins, alfaiate, da freguesia de Fonte Arcada — fl. 315.

Privilégio da Santa Casa da Misericórdia, a favor de Manuel da Silva, da Ponte de Guimarães — fl. 315, v.

Privilégio do SS. Sacramento, a favor de Manuel António da Cunha — fl. 316.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de Manuel da Costa, da freguesia de S. Pedro de Merelim — fl. 316, v.

Idêntico de Fernando d'Azevedo, da freguesia de Crespos — fl. 317.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de António da Cunha, dos arrabaldes da Cruz de Pedra — fl. 317, v.

Idêntico de Francisco Fernandes, da freguesia de S. José de S. Lázaro — fl. 318.

Carta de examinação do ofício de ourives, a favor de Domingos da Silva Vieira (a), da Rua Nova — fl. 318, v.

Idêntica de António dos Santos (b), dos Biscainhos — fl. 319.

Privilégio da Bula, de João Álvares, da freguesia de Palmeira — fl. 319, v.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de Manuel Francisco, da freguesia de Tenões — fl. 320.

Carta de examinação de Rosária da Rocha, tecedeira, da freguesia de S. Martinho de Sande — fll 321.

Carta de examinação do ofício de ourives do ouro (c), a favor de Domingos Francisco, da rua dos Cónegos — fl. 321, v.

Privilégio das Tábuas Vermelhas, a favor do sargento-mor Miguel Borges Aguiar, da freguesia de S. Eulália de Pensalves, concelho de Vila Pouca de Aguiar — fl. 322.

Privilégio do SS. Sacramento da S. Sé, a favor de Francisco da Costa, da freguesia de Nogueira — fl. 322, v.

Idêntico de Domingos Álvares, da freguesia de Nogueira — fl. 323.

Privilégio das Tábuas Vermelhas, a favor de António Pereira Pinto de Eça [por um casal na freguesia de S. Martinho de Fareja] — fl. 323, v.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de Custódio Fernandes, do Campo de Santana — fl. 324.

Privilégio da SS. Trindade, a favor de João António Gomes — fl. 324, v.

Carta de examinação de Torquato de Lima, sombreireiro, da rua d'Água — fl. 325.

Carta de procurador do contrato geral dos Tabacos, a favor de Miguel Vieira [morador defronte dos Paços Arcebispais] — fl. 325, v.

Petição e despacho do Rev. Cabido, sede vacante, a favor de António

---

(a) Consistia a marca na letra V, aberta num quadrado.

(b) A marca era a letra A, simples.

(c) A marca era um F aberto num quadrado.

Monteiro Salgado, sobre o alargamento que pretende fazer no seu quintal da Ponte de Guimarães — fl. 326.

Numeramento do cargo de alferes da ordenança a favor de António José Ferreira — fl. 327, v.

Privilégio do SS. Sacramento, da freguesia de S. José de S. Lázaro, a favor de José Ribeiro, da Ponte de Guimarães — fl. 328.

Idêntico de Francisco da Costa Lima, sombreireiro — fl. 328, v.

Ano de 1757

Carta de examinação a favor de João Vieira, sombreireiro da rua da Seara — fl. 329.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de André da Cunha, da rua dos Chãos de Cima — fl. 329, v.

Carta de examinação a favor de Francisco Ferreira, oficial de Moleiro, da freguesia de S. Pedro de Lomar — fl. 330.

Privilégio da S. C. da Misericórdia desta cidade, a favor de Domingos da Costa, serralheiro, morador na Rua Nova da Seara — fl. 330.

Privilégio do SS. Sacramento da S. Sé Primacial a favor de Francisco Antunes Braga, do lugar de Lageosa, da freguesia de Sobreposta — fl. 331.

Numeramento de cabo de esquadra a favor de António de Abreu Silgueiro, morador na R. de S. Marcos — fl. 331, v.

Privilégio da S. C. da Misericórdia a favor de Francisco da Silva Lopes, alfaiate, da rua do Carvalhal — fl. 332.

Idêntico de Sebastião Dias, mestre ferreiro, morador nos Chãos de Cima — fl. 332, v.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de Francisco José, serralheiro dos Chãos de Cima — fl. 333.

Privilégio do SS. Sacramento da S. Sé Primaz, a favor de António Francisco, sapateiro, da rua de Maximinos — fl. 333, v.

Privilégio das Tábuas Vermelhas, da Colegiada de N. S. da Oliveira, da vila de Guimarães, a favor de Francisco Fernandes de Sousa, da freguesia de S. Maria de Palmeira — fl. 334.

Privilégio da S. C. da Misericórdia, a favor de Jerónimo Francisco Guimarães, da rua de S. Marcos — fl. 334, v.

Livro das Vereações

(Continuação da pág. 236 dos vol. IX-X)

tl.º 223

Que os çapateiros tenhão os regimentos de seus officios a porta em lugar que todos o vejão — //.

Itte' Na dita Camara acordarão que todos os çapateiros desta Cidade e arabaldes e termo dentro em quinze dias cada hu' delles tenha o regimento e taxa de seu officio a sua porta que o veião todos pera saberem o que cada hu' ha de dar pellas obras que mandarem fazer sob pena daquelle que o não tiver e tirar dentro do dito tempo pagar mil rs pera o Concelho e mandarão que se apregoasse —: //: — (a)

tl.º 224

Pezo de Cera lavrada.

Itte' Acordarão na dita Camara, que porquanto não avia acordo em que se mandasse que se desse pezo a çera lavrada. nesta Cidade e o muito que levavão os que a dita çera lavrada lavravão acordarão que daqui em diante que toda a çera que nesta Cidade se lavrasse seia de pezo s. huã vella de vintem pezará duas onças e meia e duas de dez rs. pezavão o mesmo pezo. E a este respeito se vendera toda a mais çera, que se lavrar e vender lavrada terão pavios honestos conforme a çera e que nhuã pessoa daqui por diante não lavre cera pera vender sem primro vir a esta Camara a pedir licença sob pena do que o contrario fizer pagar dez. cruzados da Cadea sendo home' e sendo molher pagar mil rs da Cadea e mandarão que logo se apregoasse e logo lhe sera dado iuramento que bem e verdadeiramte uze do dito officio desenganadamte e a mesma pena tera o q' for achado. que vender a dita çera de menos pezo — //.

(a) Nota de Ms. II, mais recente: «Não se custuma ter o regimento do q' hõ de levar pelas obras.

tl.º 225

Que a Ortalice se venda em molhada e não solta.

Itte' Na dita Camara acordarão que nhuã pessoa que Ortaliçe vender a não venda solta e a vendera a molhadas. couves, cebolas, alhos, coentros, cheiros, e toda a mais ortalice e rabaõs sobre o qual amolhamento proverão os Almotaçes sob pena do que o contrario fizer pagar duzentos rs a metade pera o Concelho. e outra a metade pera quem o accuzar e mandarão que se apregoasse logo pellos lugares custumados — //.

tl.º 226

Taxa e regimento per q' os Boticarios hão de vender suas mezinhas: —

Itte' Toda a onça de xaroppe simplex seis rs.

Itte' A Onça de xaroppe composto valera doze rs, como são xaroppe fumi terra cõposto, xaroppe menche composto. xaroppe de Isopo. xaroppe absin xarope de epitome xaroppe de esterelados. destes que se agora seguem valera a onça a oito rs, xaroppe de bizansiis composto. —

Agoas.

§ Agoa de rozas a quatro rs. a Onça. —
§ Agoa de flor a tres rs. a onça. —
§ Agoa de salva a tres rs a onça. —
§ Agoa de Ortelaã a tres rs a onça. —
§ Agoa de rosmaninho a tres rs a onça. E todas as mais agoas a dous rs. a Onça — //.

Confeicoens.

§ Laxativo a corenta rs. a onça 40
§ Diaphinicão a cincoenta rs a onça 50
§ Diacathalicão a sesenta rs a onça 60
§ Diaprunis simplex a trinta rs a onça 30

§ Lectuario indo a cincoenta rs a onça 50
§ Confect. hamçe a noventa rs a onça 90
§ Benedicta a vinte rs. a onça 20
§ Hera pera Cristeis a quatorze rs. a onça 14
§ A drama (a) que he oitava de ruibarbo a cento e corenta rs . . . . . c^to ỹ^ta rs
§ A oitava do Agarico preparado a cem rs . . . . . c.^to
§ A oitava do Agarico por preparar a cento e oitenta rs c^to lxxx rs
§ A onça da Canafistola a trinta rs . . . . . xxx.

Conservas.

§ A onça do açucar rosado dez rs x
§ A onça de conserva de borragens quatorze rs . . . xiiij
§ A onça de conserva de flor de violas a quatorze rs . xiiij
§ A onça de mel rozado em folha a oito rs . . . . . viij.

Pirolas.

§ Toda a oitava de Pirolas feitas cõ seu dragi cincoenta rs . . . . . l.

Cordeal em talhadas.

Oleos.

§ Oleo de Almecega a vinte rs. a onça xx
§ Oleo de Alcaparras a dez rs. a onça . . . . . x.
§ Oleo de Amendoas amargozas. a vinte rs. a onça . . xx
§ Oleo de Amendoas doces a trinta rs. a onça . . . xxx
§ Oleo de escorpios a trinta rs. a onça xxx
§ Oleo de lubarga a vinte rs. a onça xx
Todos os mais oleos a cinco rs. a onça.

Vnguentos

§ Vnguento branco cozido a quinze rs. a onça . . . xb
§ Vnguento basilico a quinze rs. a onça . . . . . xb

(a) Drachma.

§ Vnguento litargírio a doze rs a onça . . . . . xij
§ Vnguento Amarelo a quinze rs. a onça . . . . . xb
§ Vnguento Aposto a quinze rs. digo, a vinte rs a onça xx
§ Vnguento de tutia a vinte rs. a onça . . . . . xx.
§ Vnguento verde a dez rs. a onça . . . . . x.
§ Vnguento Egripi a trinta rs a onça . . . . . xxx.
§ Vnguento peitoral a vinte rs. a onça . . . . . xx..
§ Vnguento pupilião a vinte rs. a onça . . . . . xx.
§ Vnguento Murciato a vinte rs. a onça . . . . . xx.
§ Vnguento Saldalmo a vinte rs. a onça xx
§ Vnguento rozado. á vinte rs. a onça . . . . . xx.
§ Vnguento dalchea á vinte rs a onça . . . . . xx.
§ Vnguento pera boubas. a quarenta rs. a onça . . . xxxx.

Emprastos.

§ Onça de diaquilão a quinze rs . . . . . xb.
§ Onça de diapalma a quinze rs . . . . . xb.
§ Onça de Cicrocio a cincoenta rs . . . . . l.
§ Onça de estomachico a cincoenta rs . . . . . l.
§ Onça de contra rupturam a cincoenta rs . . . . l.

Trociscos

§ Trociscos de spedio. de terra siglata de nucha de barbaris de Violis. de alecherãgi de todos estes a quinze rs a oitava . . . . . xb.
§ Trociscos de ruibarbo e de diagrido de rosis estes a vinte rs a oitava xx
§ Estoraque liquido a trinta rs a onça xxx
§ Isopo humido a onça a dez rs x
§ De todas as quatro decoçoens a dous rs a onça . . . ii

E assim acordarão mais que nhu' boticario daqui por diante faça mezinha purgativa como Electuarios. s. diacatalicão, confeicão a Me diaphinicão electuario Indo. Benedicta, diaphinis solutivo, todas as Massas de pirolas sem o fisico estar presente, a qual confeição se lhe for achada sem estar assinada pello fisico no pote onde estiver pagar por cada ves. des cruzados da pena. a metade pera quem o accuzar e a outra ametade

pera as despezas desta Camara e as ditas mezinhas perdidas, a qual pena pagarão da Cadea onde estarão o tempo que bem pareçer aos regedores da dita Camara e assi o acordarão que os Boticarios tivessem este regimento em suas boticas sob pena de mil rs. pera o Concelho e a metade pera quem os accuzar, o qual regim^to^ tirarão da maneira que dito he, da noteficação delle em tres dias, sob a dita pena, e mandarão a mi' escrivão que logo cõm^ta^ diligencia lhe noteficasse — //: — (a)

tl.º 227

Derrogação da pena das fouçes compridas. —

Itte' Na dita Camara acordarão, que porquanto a vreação que esta feita acerqua das fouçes compridas a pena della era m^to^ grande por ser de dous mil rs, e que nisso recebia o pouo grande oppressão, querendo prouer a isso acordarão e mandarão que daqui em diante que nhuã pessoa de qualquer qualidade e condição q' seja cumpra a dita vreação, e o que a não comprir pagar sómente duzentos rs. de pena e da mais pena o relevão e todo o mais na dita Vreacão se cumpra e perdesse a fouçe e que disto se passe certidão ao Escrivão da Almotaceria. — (b)

tl.º 228

Que nhuã Pessoa venda Ortalice senão no Alpendre feito pera isso: —

Itte' Na dita Camara acordarão que toda a pessoa que ouuesse de vender ortalice nesta Cidade a não venda em nhuã parte della sóm^te^ no Alpendre novo que se ora fez. fora da porta de Sousa ao longo das casas de Baltasar piz çapateiro sob pena da pessoa que o contrario fizer pagar por cada vez. quinheitos rs. pera o Concelho e quem o accuzar, saluo se andar pella Cidade sem se assentar em nhuã parte e mandarão que se apregoasse, e assi mandarão e Acordarão que se não vendesse outra cousa no dito Alpendre sob a dita pena — // : —

Em toda a Cid.^e^ podem vender sendo na forma do tl. 225.

(a) Em Ms. II está a seguinte nota: «esta Revogado por p,visã de El-Rey». Existiram outros comentários, que foram inutilizados.

(b) Nota Ms. II: «Revoga a ver. tl.º 111 Condena em 2$».

tl.º 229

Que nhuã Pessoa va aguardar vinho fora da Cidade pera tornar a vender ainda que seia aos quartilhos —

Itte' Na dita Camara acordarão. de mandar lançar pregão por esta Cidade e arrabaldes. e lugares acustumados que nhuã pessoa vá aguardar vinho fora desta Cidade pera tornar a vender assi aos quartilhos como pellos almudes. sob pena de pagar por cada vez. dous mil rs. e da Cadea. e isto alem da pena da vreação sobre isso feita a metade pera o Concelho. e a outra ametade pera quem o accuzar. o que assi não farão per si nem per outrem. — //: —

tl.º 230

Que a Mostarda se venda por medida de ceitil e será affirida: — (a)

Itte' Acordarão na dita Camara que daqui em diante as mostardeiras e mostardeiros não vendessem mostarda nem salsa se não pella medida deste Concelho. a qual será de hu' ceitil e serão obrigados a ter cada hu' sua por onde messão e serão affiridas conforme a dita Camara, e não darão salsa quando ouuer de ser misturada cõ a mostarda se não a terça parte sob pena por cada ves que o não comprirem pagarão quinhentos rs pera o Concelho. por cada cousa e pera quem o accuzar. — // —

tl.º 231

Que os Moços não atirem cõ fundas aos telhados nem as Ortas —:

Itte' Acordarão porquanto se queixarão muitos moradores. desta Cidade do preiuizo que fazião os moços cõ atirarem as pedradas. e cõ fun-

(a) Nota de Ms. II: «Ja não ha seitis no mundo».

das e cõ as mãos aos telhados e ortalices das Ortas em que fazião muito dano pello que querião prouer nisso mandarão que se apregoasse e que daqui por diante nhuã pa de qualquer qualidade que seia ne'e moço grande ne' piqueno atire pedradas. cõ funda nem cõ a mão nesta Cidade ne' arrabaldes sob pena de qualquer que for achado que atirar cõ a dita funda e mão pagar mil rs da Cadea pera o Alcaide meirinho. seus homeñs e Concelho. — //. —

tl.° 232

Que a vreação feita que se não tire pão desta Cidade não se entenda no pão q' se comprar na Alfandega. —

Itte' Na dita Camara acordarão e mandarão que daqui por diante não se entenda a vreação que he feita e acordado sobre o tirar do pão desta Cidade no pão que de carretto vem a Alfandega desta Cidade e se nella vende e q' livrem^te^ se possa nella comprar e levar pera fora avendo respeito as pessoas de fora que o vem comprar trazendo m.^tas^ mercadorias: —

tl.° 233

Que se não vá aguardar o pão que vem pera vender na Alfandega —

Itte' Acordarão na dita Camara que porquanto erão informados que o pão que se trazia de fora a Alfandega desta Cidade se tomava todo a Nossa Snorã a branca e antes que chegasse a dita Alfandega e por essa causa padecião muita falta os pobres e querendo nisso prouer mandavão que se lançasse pregão publica mente a porta do Souto desta Cidade que nhuã pessoa de qualquer qualidade e condição que seia per si nem por outrem não va esperar pão algu' que venha pera esta Cidade des do Carvalho deste tee a Alfandega della ne' o tome' nem recolhão em suas Cazas ne' as bestas, q' o dito pão trouxerem e isto sem licença dos regedores desta Câmara e o deixem livre mente vir a vender a dita Alfandega isto sob pena de quem quer que o contrario fizer pagar vinte Cruzados e da Cadea

e dous annos de degredo para hú dos lugares de Africa e a dita pena sera a metade pera engeitados e a outra ametade pera engeitados digo pera o Alcaide meirinho seus homeñs e quem o accuzar e mandarão que este pregão se lançasse logo — //: —

tl.º 234

Que nhuã Pessoa compre queijo a Porta do Soutto pera tornar a vender sem primeiro estarem trez dias. —

Itte' Acordarão que nhuã pessoa de qualquer qualidade e condição que seia seia ouzado de comprar queijos. que venhão a vender a Porta do Souto pera tornar a revender té não passar primeiro tres dias sob pena do que fizer o contrario pagar mil rs e da Cadea. e que se apregoasse que nhuã das ditas pessoas venda o dito quejio aos reaes senão senão ao pezo que lhe sera taxado pellos Almotaces. — //: —

tl.º 235

Que os Polvos se vendão a Pezo.

Itte' Na dita Camara acordarão de prouer na postura dos polvos por serem informados que se vendem muito caros e tomado informacão acharão q' aliaça dos polvos custava a trezentos e vinte rs e que vendendosse pello preço que se e' a terra venderão era o ganho muito pera quem os vendia em preiuizo da republica e pera saberem como se avião de vender cõ darem ganhos a seus donos mandarão remolhar hu' dos polvos grandes e outro dos meãos e outro dos piquenos e acharão que molhados e dagoa pezavão mais de meio a meio pello que acordarão que daqui por diante nhuã pessoa. que nesta Cidade vender polvos. o venda a olho sómente a pezo. .s. que o polvo seco não passe de dez. reis o arratel e de agoa e de molho não passe de cinco rs. sob pena de quem quer que o contrario fizer. pagar de pena pera o Concelho dous mil rs. e da Cadea e isto avendo respeito ao m^{to} engano que vai na venda. dos ditos polvos avia venderensse a olho as pessoas de fora e memenos. digo e mininos e moços que os hião comprar que não entendião ne' conhecião quaes erão os grandes. nem piquenos ne' os meãos e mandarão que logo se apregoasse —//: —

Nota da Redacção

A paginação deste tomo não teve a individuação costumada, e corresponde ao seguimento do número da última página do vol. XI-XII. A razão, ou a sem razão deste facto, consiste em que os primeiros trabalhos neste tomo inseridos, por lapso, foram impressos como se devessem figurar no vol. anterior.

*

À separata do primeiro artigo deste volume — Minho — Rio Divino, contorno de Portugal *que o Prof. dr. Carlos Eduardo Soveral escreveu — o redactor principal de «Bracara Augusta» antepôs o seguinte intróito explicativo:*

«Foi proferida esta oração, de feição meta-histórica, no Certame Literário de Lugo de 1960. Sobressaiu entre as mais altas produções nesses famosos Jogos Florais apresentadas.

À mesa da Sessão Solene presidiu o Senhor Governador Civil da Província de Lugo, D. Enrique Otero Aenlle. A representar Braga, capital antiga da Galícia, encontravam-se os Senhores Governador Civil do Distrito, Conselheiro Dr. Antóuio de Azevedo Abranches, e Presidente da Câmara, Comendador António Maria Santos da Cunha.

Honra-se a «Bracara Augusta» em dar à estampa, entre as suas mais selectas edições, o presente trabalho que vinca, em beleza e erudição, as linhas mestras informadoras da orientação cultural desta revista.

S. S. P.».

ÍNDICE

do volume XIII

Sumário do Fascículo 1-2 (47-48)

JANEIRO-DEZEMBRO DE 1962

Minho — Rio Divino, contorno de Portugal — Prof. Dr. Carlos Eduardo de Soveral . . 203

Ensaio de Biografia do Conde da Barca — Coronel José Baptista Barreiros 208

Estudo sobre a Sé de Braga — Dr.ª D. Helena Maria de Araújo de Carvalho Matos . . 331

Da verdadeira origem de algumas famílias ilustres de Braga e seu termo — Dr. Domingos de Affonso 383

Nun'Álvares e a insurreição política de 1383 — Dr. Sérgio da Silva Pinto 394

Vocabulário Minhoto — Manuel de Boaventura 406

Arquivo Municipal de Braga — Dr. Sérgio da Silva Pinto 412

Arquivo Municipal — A Redacção 441

Livro das Vereações 449

Nota da Redacção 457

A REVISTA «BRACARA AUGUSTA»

A Câmara Municipal de Braga, desde 1935, vem editando, como seu órgão cultural, uma publicação de carácter arquivístico e erudito que com o presente tomo (2 fascículos) alcança já 48 números, repartidos em 13 volumes.

A primeira série, de 1935 a 1945 (fascículos 1 a 11) sob a direcção de J. Constantino Ribeiro Coelho, com o título de **Boletim do Arquivo Municipal.**

A segunda série, 1949, (fascículos 12 e 13) já na presidência de António Maria Santos da Cunha, e enquadrada num vasto programa de política cultural, — sob a direcção do Dr. Sérgio da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho —, com a denominação de **Braga — Boletim do Arquivo Municipal.**

Estas duas séries formam o 1.º volume do órgão cultural camarário.

A terceira série é constituída pela Revista Cultural **Bracara Augusta**, sob a direcção do Dr. Sérgio Augusto da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho.

De **Bracara Augusta**, com o presente número ficam publicados 13 volumes, ou sejam: — o II, o III, o IV, o V, o VI-VII, o VIII, o IX-X, o XI-XII e o XIII, do órgão cultural camarário. — Os coleccionadores que porventura só puderam obter os volumes do órgão cultural camarário, a partir do II volume, podem considerar a sua colecção completa em relação à Revista **Bracara Augusta.**

*

CAPAS PARA «BRACARA AUGUSTA»

Para encadernar a Revista «Bracara Augusta» há capas próprias, de percalina, ou de carneira, que podem ser pedidas à *Livraria Cruz, Rua D. Diogo de Sousa, Braga.*

A fim de não diminuir o valor bibliográfico da colecção, recomendamos aos possuidores da «Bracara Augusta» que, sempre que a façam encadernar, dêem instruções aos artífices para conservarem (reunindo-as por ordem no final do volume, ou de outro modo que prefiram), as capas originais de papel. A falta deste elemento cerceia o valor bibliográfico das colecções.

PEDE-SE PERMUTA

*

REVISTAS DE CULTURA PUBLICADAS EM BRAGA:

Alma — Revista de Espiritualidade Franciscana.
Bracara Augusta — Revista de História e Regionalismo.
Itinerarium — Revista de Cultura.
Quatro Ventos — Revista Lusíada de Arte e de Literatura.
Revista Portuguesa de Filosofia — Revista da Faculdade de Filosofia de Braga.
Scientia Ivridica — Revista Portuguesa e Brasileira, órgão da Associação Jurídica de Braga.
Teologia — Revista de Estudos Eclesiásticos.